

Universidade Federal Fluminense
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Departamento de Geociências

DAYANA DEBOSSAN COELHO

**PODE INSTALAR A ESCOLA EM QUALQUER
LUGAR DO BRASIL, DESDE QUE SEJA EM
VIÇOSA:** o processo de escolha da Escola Superior de
Agricultura e Veterinária de Viçosa, Minas Gerais (1920-1926)

NITERÓI (RJ)

2023

Universidade Federal Fluminense
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Departamento de Geociências

DAYANA DEBOSSAN COELHO

**PODE INSTALAR A ESCOLA EM QUALQUER
LUGAR DO BRASIL, DESDE QUE SEJA EM
VIÇOSA:** o processo de escolha da Escola Superior de
Agricultura e Veterinária de Viçosa, Minas Gerais (1920-1926)

Tese apresentada à Universidade Federal Fluminense, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, para obtenção do título de Doutora.

Orientador: Jacob Binsztok

Coorientadora: Maria Isabel de Jesus Chrysostomo

NITERÓI (RJ)

2023

Ficha catalográfica automática - SDC/BIG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

D287p Debossan Coelho, Dayana
Pode instalar a escola em qualquer lugar do Brasil, desde que seja em Viçosa : o processo de escolha da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, Minas Gerais (1920-1926) / Dayana Debossan Coelho. - 2023.
320 f.

Orientador: Jacob Binsztok.
Coorientador: Maria Isabel De Jesus Chrysostomo.
Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências, Niterói, 2023.

1. ESAV. 2. Modernização territorial. 3. Política agrária. 4. Viçosa (MG). 5. Produção intelectual. I. Binsztok, Jacob, orientador. II. Isabel De Jesus Chrysostomo, Maria, coorientadora. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Geociências. IV. Título.

CDD - XXX

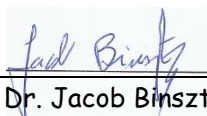
Dayana Debossan Coelho

PODE INSTALAR A ESCOLA EM QUALQUER LUGAR DO BRASIL, DESDE QUE SEJA EM VIÇOSA: O PROCESSO DE ESCOLHA DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA DE VIÇOSA, MINAS GERAIS (1920-1926)

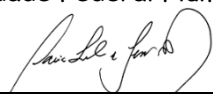
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora em Geografia.

Aprovada em 08 de março de 2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Jacob Binsztok
Universidade Federal Fluminense



Prof.ª Dra. Maria Isabel de Jesus Chrysostomo
Universidade Federal de Viçosa

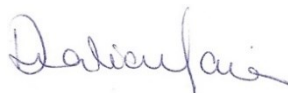


Lucia Helena Pereira da Silva
947.171954

Prof.ª Dra. Lucia Helena Pereira da Silva
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Pedro José de Oliveira Machado
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof.ª Dra. Doralice Sátyro Maia
Universidade Federal da Paraíba

Niterói
2023

A Deus, companheiro de todas as horas,
a meu pai, Valter da Silva Coelho (*in memoriam*),
a minha mãe, Nilva Debossan, aos amigos e familiares

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me permitido chegar até aqui e realizar o sonho de ingressar em universidades públicas de qualidade ao longo do meu processo formativo como a Universidade Federal de Viçosa (Licenciatura e Bacharelado), Universidade Federal de Juiz de Fora (Mestra) e Universidade Federal Fluminense (Doutoranda). Sem Seu amparo nada disso teria sido possível. Agradeço aos espíritos amigos que me tutelam por me ajudarem a fortalecer minha fé ao longo desta caminhada terrestre.

À minha mãe, Nilva Debossan, pelo apoio e amor sem medidas, pelas orações e conversas infinitas. Ao meu pai, Valter da Silva Coelho (*in memoriam*), por ter sonhado este sonho comigo lá na graduação em 2013 (quando se deu sua partida para o plano espiritual), pelo incentivo e por aí do Mundo Maior ter me protegido e dado forças durante a trajetória do Mestrado (2014-2016) e Doutorado (2018-2023). À minha tia Tereza por ser exemplo de mulher forte, resiliente e ter me ensinado os valores elevados da alma.

À turma de Doutorado 2018 pelas aprendizagens, experiências e trocas coletivas. Destaco a presença (mesmo que não tenha sido física em muitos momentos em decorrência da pandemia de Covid-19) dos colegas Aline Rozental, Nagila Situba, Lilian de Souza Oliveira e Giovanni Macedo por terem acompanhado mais de perto o desenvolvimento desta tese. Obrigada pelas ideias, sugestões e acolhida.

Aos amigos pela amizade sincera, orações e presença em minha vida, sobretudo Leidiane de Jesus Fortunato, Cátia Resende, Regiane Leite Valentim, Marcileidi Bitencout. Em especial à Poliana da Silva Costa por ter ouvido minhas recorrentes angústias e desesperos (risos) e por ter confiado em mim e renovado minhas forças quando elas se esvaíam. Você sabe que nossa ligação vem de outras vidas e que apesar de não ser minha irmã de sangue, é minha irmã de alma. Poli, você me inspirou com sua história de superação e fez que eu não desistisse dos meus anseios mais profundos.

O que dizer do Pablo? Além de me auxiliar como profissional (psicanalista) em diversas oportunidades, ele se tornou meu amigo e mentor. Tenho profunda admiração por você e pelo seu trabalho e não poderia deixar de agradecer e dizer o quanto a sua presença em minha vida mudou os rumos da minha caminhada para outros patamares, que eu não havia sequer imaginado alcançar!

Ao professor Jacob Binsztok pela acolhida, orientação, conselhos e confiança depositada no decorrer da tese. À professora Maria Isabel de Jesus Chysostomo, que tanto

contribuiu para meu amadurecimento acadêmico e pessoal desde a graduação e que se tornou mais que minha coorientadora, mas minha amiga de jornada. Gratidão pelas correções, indicações de leituras, sugestões nos mapas e por me tranquilizar quando as crises de ansiedade se aproximavam. Você, além de profissional e amiga, é minha “segunda mãe” na travessia chamada Vida!

Ao professor Pedro José de Oliveira Machado da Universidade Federal de Juiz de Fora por sempre ter sido tão solícito às minhas dúvidas e por ter me concedido acesso à fontes primárias (jornais, estatísticas do governo de Minas Gerais, leis etc.) cruciais ao desenvolvimento desta tese. A difícil obtenção às obras do passado e o acesso negado às bibliotecas durante a pandemia de Covid-19 constituíram um embaraço à pesquisa científica. Porém, esta dificuldade foi, em parte, superada graças ao auxílio e colaboração de dezenas de amigos e desconhecidos que, prazerosamente, se dispuseram a ajudar com informações, datas, notícias, recortes e impressos, como foi o caso do Pedro.

Ao Laboratório de Geografia Histórica das Cidades e Territórios (GEHOCITE) da Universidade Federal de Viçosa pelas vivências, risadas, reuniões (que nos permitiram obter conhecimento teórico, mas também viabilizar eventos científicos) e, claro, pelos cafés (risos) que possibilitaram estreitar nossos laços geográficos. Além disso, agradeço a parceria junto ao GEHOCITE para a confecção dos mapas desta tese.

Ao Eduardo Luiz dos Santos do Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa (ACH/UFV) pela paciência, dedicação, profissionalismo e solicitude toda vez que realizei pesquisa no arquivo. Você não mediu esforços para procurar aquela “fonte” perdida ou não catalogada ou para me enviar documentos que pudessem contribuir com minha pesquisa. Sua simpatia e os “cafezinhos” tornaram a caminhada mais leve.

Aos funcionários e funcionárias do Arquivo Público Mineiro de Belo Horizonte, por serem tão prestativos quando enviava e-mail solicitando algum documento (em especial no período remoto), ou quando ia fisicamente ao arquivo. Por me indicarem materiais de pesquisa que pudessem dialogar com meu tema e pela preocupação sugerindo hospedagem e locais de alimentação para minha estadia em Belo Horizonte. Obrigado pelo carinho.

Aos profissionais do Museu Histórico de Visconde do Rio Branco (MG); do Arquivo Municipal e Biblioteca Municipal de Ponte Nova (MG); do Arquivo Histórico da Cidade de Ubá (MG) e da Casa Arthur Bernardes, Viçosa (MG) pela assistência e

devotamento na “caça ao tesouro” das fontes primárias imprescindíveis para a realização desta pesquisa.

À Liz (minha gatinha) e ao Cacá (meu cachorro) pelos momentos de descontração, carinhos que aliviaram meu estresse e minhas ansiedades. Por me receberem em casa com tanto afago (ronrons e lambidas) e fazerem eu me desconectar, em alguns momentos, da realidade acadêmica e dos meus conflitos existenciais.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que concedeu a bolsa de estudos durante os 48 meses do doutorado, sem a qual não teria sido possível a concretização do mesmo.

Se fôssemos reconstruir uma peça teatral, com depoimentos de seus atores principais, 20 ou 30 anos depois de sua representação, estaríamos certos de encontrar o drama ou a comédia em que tomaram parte? O tempo, não raro, funciona como um salão de beleza, para tirar as rugas dos que nele se apresentarem. O que vale, pois, em história, não é o testemunho em si, mas o confronto dos testemunhos, que podem conduzir ao exame de sua veracidade.

(OLIVEIRA, GOMES e WHATELY, 1980, p. 14).

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

(FERNANDO BIRRI CITADO POR EDUARDO GALEANO).

COELHO, Dayana Debossan. Dra. Universidade Federal Fluminense, março, 2023. **Pode instalar a escola em qualquer lugar do Brasil, desde que seja em Viçosa: o processo de escolha da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, Minas Gerais (1920-1926)**. Orientador: Jacob Binsztok. Coorientadora: Maria Isabel de Jesus Chrysostomo.

RESUMO

A educação agrícola funcionou como vetor do desenvolvimento regional mineiro na Primeira República. Embora a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) de Minas Gerais tenha se constituído num espaço de exercício do poder estadual, ela nasce a partir de políticas territoriais vinculadas à criação das escolas superiores agrícolas no país. Resultante da política agrária adotada a nível federal, a discussão a respeito do ensino superior agrícola conquistou visibilidade nas primeiras décadas republicanas em relação às narrativas do Congresso mineiro, as quais preconizavam a necessidade de modernização do território, de progresso da população e de desenvolvimento econômico. Almeja-se com esta tese analisar os filtros que, no plano ideológico, balizaram a escolha da cidade-sede que abrigaria a Escola: *lugar* saudável; abundância de água, terrenos suficientes; proximidade de uma pequena cidade; distância do *centro* da população; *altitude*. A comissão encarregada de delimitar a zona geográfica da Escola, chefiada por Peter Henry Rolfs e composta por importantes membros da elite rural e intelectual mineira, a saber: Arduíno Bolívar; Álvaro Astolfo da Silveira; e Mario Monteiro Machado impôs estudos técnicos preliminares das cidades examinadas, Ponte Nova, Ubá, Visconde do Rio Branco e Viçosa. Tal medida atendia à indispensabilidade de conhecimento científico sobre o lugar mais adequado ao recebimento da futura Escola, no entanto consistia também numa estratégia para escamotear os conflitos regionais ou entre as fracções da classe dominante agrária – até porque nas fontes pesquisadas (jornal *A Cidade*, documentos institucionais da ESAV, Anais da Assembleia e Mensagens do Congresso mineiros) não há qualquer menção à disputa entre as cidades. Nesse ínterim, fica latente a seguinte questão: que grupo seria preterido ou beneficiado com a proximidade ou a distância da Escola? Esta, no plano das narrativas, representaria um novo *centro* econômico, e sua localização poderia significar a vitória de um dos setores das fracções da classe agrária dominante. Outro elemento iluminador levado em consideração pela comissão no julgamento do melhor local para a implantação da ESAV foi o “sentimento geral de comunidade”. Acreditamos que quando o projeto da Escola foi lançado em 1920, as lideranças políticas mineiras tomaram posse da ideia, a fortaleceram e pleitearam este dispositivo para seus territórios. Através da análise do discurso da “gestação” da ESAV constatamos que na escolha do município que sediaria o estabelecimento de ensino superior agrícola, o critério político assumiu nítida centralidade em detrimento do critério técnico, apesar deste ter sido veementemente defendido nos enunciados discursivos. Concluimos que a Escola teve, pois, como finalidade selar a união entre modernização do território e regionalismo, em torno do projeto “vencedor” das fracções da classe dominante agrária viçosense.

Palavras-chave: ESAV; Modernização territorial; política agrária; Viçosa (MG); Zona da Mata mineira.

COELHO, Dayana Debossan. Dra. Universidade Federal Fluminense, March, 2023. **You can start the school anywhere in Brazil, as long as it is in Viçosa: the process of choosing the Higher School of Agriculture and Veterinary of Viçosa, Minas Gerais (1920-1926)**. Adviser: Jacob Binsztok. Co-adviser: Maria Isabel de Jesus Chrysostomo.

ABSTRACT

Agricultural education worked as a vector of regional development in Minas Gerais state in the First Republic period. Although the Higher School of Agriculture and Veterinary (ESAV*) of Minas Gerais has constituted itself in a space of state power exercise, it arises from territorial policies linked to the creation of higher agricultural schools in the country. Resulting from the agrarian policy adopted at the federal level, the discussion concerning agricultural higher education gained visibility in the first republican decades in relation to the narratives of the Congress of Minas Gerais, which advocated the need for territory modernization, population progress and economic development. The aim of this doctorate dissertation is to analyze the filters which, on an ideological level, guided the choice of the host city that would house the School: healthy *place*; abundance of water, enough land; proximity to a small town; distance from the population *center*; *altitude*. The commission in charge of delimiting the geographical area of the School, headed by Peter Henry Rolfs and composed of important members of the rural and intellectual elite of Minas Gerais, namely: Arduíno Bolivar; Álvaro Astolfo da Silveira; and Mario Monteiro Machado imposed preliminary technical studies of the examined cities, Ponte Nova, Ubá, Visconde do Rio Branco and Viçosa. Such a measure met the indispensability of scientific knowledge about the most suitable place to receive the future School, however it also consisted of a strategy to conceal regional conflicts or conflicts between fractions of the agrarian ruling class – not least because in the researched sources (newspaper *A Cidade*, ESAV institutional documents, Annals of the Assembly and Messages from the Congress of Minas Gerais) there is no mention of the dispute between the cities. In the meantime, the following question remains latent: which group would be neglected or benefited from the proximity or distance from the School? This, in terms of narratives, would represent a new economic *center*, and its location could mean the victory of one of the dominant agrarian class fractional sectors. Another illuminating element taken into consideration by the commission in judging the best location for the ESAV was the “general sense of community”. We believe that when the School project was launched in 1920, the Minas Gerais political leaders took ownership of the idea, strengthened it and claimed this device for their territories. Through the analysis of ESAV's “gestation” discourse, we verified that in choosing the municipality which would host the agricultural higher education establishment, the political criterion assumed a clear centrality to the detriment of the technical criterion, despite this having been vehemently defended in the discursive statements. We conclude that the School had, therefore, the purpose of sealing the union between territory modernization and regionalism, around the “winning” project of the agrarian dominant class fractions of Viçosa.

*Brazilian initials

Keywords: ESAV; Territorial modernization; Agrarian policy; Viçosa (MG); Minas Gerais Forest Zone.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Modalidades de trabalhos sobre a ESAV.....	15
Figura 2 - Número de publicações encontradas por períodos.....	16
Figura 3 - Nuvem de palavras do “estado da arte”	17
Figura 4 - Dendograma da análise descendente dos dados da Revisão Bibliográfica Sistematizada.....	18
Figura 5 - Exemplos de segmentos de texto referentes as classes 1, 2, 3.....	19
Figura 6 - Fluxograma: etapas do processo de Revisão Bibliográfica Sistematizada.....	35
Figura 7 - Frequência dos termos correlacionados ao conceito de progresso por tema nas mensagens presidenciais de Minas Gerais (1901 a 1910).....	63
Figura 8 - Escolas e Institutos Superiores fundados no Brasil entre 1981 a 1930.....	69
Figura 9 - Estados que se destacaram na criação de Escolas e Institutos Superiores Agrícolas (1891-1930).....	71
Figura 10 - Origem dos recursos das Escolas e Institutos Superiores Agrícolas (1891-1930).....	75
Figura 11 - As zonas ou sub-regiões mineiras, segundo o uso corrente 1889-1930.....	84
Figura 12 - Importância diferencial das Comissões de Trabalho do Congresso de 1903.....	93
Figura 13 - Frequência dos termos correlacionados ao conceito de progresso por tema – 1891 a 1900.....	107
Figura 14 - Escolas e Institutos Superiores fundados em Minas Gerais na Primeira República.....	110
Figura 15 - Sítios em ‘habitat’ disperso ao longo do vale, perto de Tocantins.....	147
Figura 16 - Engenho Central Rio Branco (1925)	150
Figura 17 - Representação esquemática da ocupação dos vales pelos canaviais de usinas, perto de Visconde do Rio Branco.....	151
Figura 18 - Representação esquemática da utilização da terra, em Herval.....	153
Figura 19 - Localização das municipalidades de Ponte Nova, Ubá, Rio Branco e Viçosa, Minas Gerais (1927).....	163
Figura 20 - Modelo Digital de Superfície e perfil topográfico ao longo do trajeto Ponte Nova - Viçosa - Ubá (MG).....	169
Figura 21 - Produção agrícola e extrativista de Ponte Nova, Rio Branco, Ubá e Viçosa, MG (1929)	173
Figura 22 - Esboço da ESAV reportado a Arthur Bernardes.....	178
Figura 23 - Proprietários e áreas das fazendas incorporadas a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (1921).....	195
Figura 24 - Umas das primeiras fotos do <i>campus</i> após a entrega das fazendas à ESAV antes do começo das edificações.....	196
Figura 25 - Início das medições topográficas para a formação do território da ESAV....	197
Figura 26 - Medições no Vale do Xaxá (apelido do fazendeiro Alexandre Ferreira da Silva).....	198
Figura 27a - Casas e fazendas compradas para a construção da ESAV.....	198
Figura 27b - Casas e fazendas compradas para a construção da ESAV.....	199
Figura 28 - Casa de Cristiano Machado, posteriormente transformada em Escritório da Construção.....	200
Figura 29 - A esquerda sede da fazenda de Cristiano Machado.....	200

Figura 30 - Fazenda Campo Belo ou Fazenda do Xaxá.....	201
Figura 31 - Casas de pau a pique dos moradores dos terrenos desapropriados para a construção da ESAV.....	202
Figura 32 - Planta geral da Escola de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais.....	203
Figura 33 - Projeto da fachada original do edifício principal.....	205
Figura 34a - Público presente na celebração de lançamento da pedra fundamental do Prédio Principal.....	206
Figura 34b - Pedra angular (fundamental), ladeada por operários da construção da Escola e pelo engenheiro Mário Machado (à esquerda).....	207
Figura 35a - Prédio principal em construção.....	208
Figura 35b - Edifício principal em fase de colocação das cumeeiras e o barracão da obra derrubado em forte temporal.....	208
Figura 36 - Vista central do <i>campus</i> durante as obras.....	209
Figura 37 - Prédio principal, aparentemente terminado (fachada voltada para a cidade).....	210
Figura 38 - Quatro pilastras na entrada do <i>State Agricultural College</i> (acima) e quatro pilastras da ESAV (abaixo).....	211
Figura 39 - Parada de trem, estaçãozinha da ESAV.....	212
Figura 40 - Comboio presidencial que trouxe Arthur Bernardes e autoridades para a inauguração da ESAV.....	216
Figura 41 - Missa campal de inauguração da ESAV em frente ao Edifício principal.....	217
Figura 42 - Dendograma da análise descendente dos dados do Jornal A Cidade.....	221
Figura 43 - Exemplos de segmentos de texto referentes às classes 1, 2, 3, 4 e 5.....	223
Figura 44 - Bandeira estadunidense no topo do prédio principal.....	227
Figura 45 - Terraçãs da ESAV.....	228
Figura 46 - Notícias de criação e inauguração da ESAV.....	229
Figura 47 - Arthur Bernardes no <i>campus</i> da ESAV.....	230
Figura 48a - Engenheiros e construtores recebendo visitantes na ESAV.....	231
Figura 48b - Visita dos Deputados Federais de Minas à ESAV (ao lado do Barracão das Oficinas).....	231
Figura 49a - Trabalhador usando tração animal para arar a terra em área experimental da ESAV.....	237
Figura 49b - Novas técnicas.....	237
Figura 50 - Plantação de algodão em primeiro plano, ao fundo barracão de obras e prédio principal em construção.....	240
Figura 51a - Campos experimentais.....	241
Figura 51b - Exposição de produtos agrícolas.....	241
Figura 52 - Análise Fatorial Confirmatória do <i>corpus</i>	246
Figura 53 - Análise de similitude.....	248
Figura 54 - Nuvem de palavras.....	249
Figura 55 - Localização da Escola Superior de Agricultura e Veterinária no município de Viçosa (1926).....	251
Figura 56 - Viçosenses aguardando Arthur Bernardes em sua residência (à esquerda) e Arthur Bernardes em sua casa (à direita).....	252
Figura 57 - Vista aérea da cidade de Viçosa (1921), foto tirada por P. H. Rolfs.....	255
Figura 58 - Vista parcial da Usina de Açúcar de Viçosa, que chegou a ser instalada nas imediações da Barrinha, saída para Porto Firme.....	257
Figura 59 - Dispositivos educacionais e de infraestrutura em Viçosa (1913-1926).....	259
Figura 60 - Patronato Agrícola Arthur Bernardes.....	261

Figura 61 - Construção da antiga estrada de acesso ao <i>campus</i> da ESAV nas proximidades do cemitério.....	263
Figura 62 - Eixos de comunicação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária com a cidade de Viçosa (1920 até a atualidade).....	265
Figura 63a - Bueiro e aterro, em frente das Pilastras, para ligação com Viçosa, hoje avenida P. H. Rolfs.....	266
Figura 63b - Obra de construção do bueiro situado em frente às quatro pilastras.....	267
Figura 64 - Avenida da Reta após inauguração da ESAV, atual Avenida P. H. Rolfs.....	268
Figura 65 - A reta, em construção.....	269
Figura 66 - Operários trabalhando na etapa final do aterro no córrego dos Barbados.....	270
Figura 67 - Bueiro do córrego da Conceição.....	270
Figura 68 - Construção do bueiro São Bartolomeu.....	271
Figura 69 - Construção da represa de água potável.....	271

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Temas e Comissões de Trabalho do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903.....	92
Tabela 2 - Municipalidades mais importantes quanto à renda, 1889-1923 (em contos arredondados)	111
Tabela 3 - População dos municípios: 1890 a 1920.....	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Vida e morte das instituições.....	77
Quadro 2 - Informações quanti-qualitativa dos municípios (1921-1925).....	141
Quadro 3 - Área recenseada ocupada pelas culturas de plantas industriais, por municípios (1920).....	174
Quadro 4 - Área recenseada ocupada pelas culturas de plantas alimentícias, por municípios 1920).....	175
Quadro 5 - Área recenseada ocupada pelas culturas de cereais, por municípios.....	175
Quadro 6 - Transmissão das propriedades para o Estado de Minas Gerais.....	193
Quadro 7 - Imigração e colonização: população, produção, renda e despesas de custeio da colônia agrícola estadual Vaz de Mello (1923-1925).....	244

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACH/UFV - Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa
- AHC/UBA - Arquivo Histórico Central de Ubá
- ALCESTE - Analyse Lexicale par Context d'un Ensemble de Segments de Texte
- APM - Arquivo Público Mineiro
- BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- CACI - Congresso Agrícola, Industrial e Comercial
- CHD - Classificação Hierárquica Descendente
- ESA - Escola Superior Agrícola
- ESAV - Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais
- EUA - Estados Unidos da América do Norte
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IJP - Instituto João Pinheiro
- IRAMUTEQ - Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires
- MAIC - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
- OASIS - Portal Brasileiro de Publicações Científicas em acesso aberto
- PRF - Partido Republicano Fluminense
- PRP - Partido Republicano de São Paulo
- PRM - Partido Republicano Mineiro
- PRR - Partido Republicano do Rio Grande do Sul
- REDALYC - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
- RBS - Revisão Bibliográfica Sistematizada
- SCIELO - Biblioteca Científica Eletrônica Online
- SMA - Sociedade Mineira de Agricultura
- SEMEC - Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da Universidade Federal de Viçosa
- SNA - Sociedade Nacional de Agricultura
- UFV - Universidade Federal de Viçosa
- UREMG - Universidade Rural do estado de Minas Gerais
- USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
JUSTIFICATIVA	14
UM ROTEIRO DAS FONTES E DA METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO	22
CAPÍTULO 1. O ENSINO SUPERIOR AGRÍCOLA COMO FAROL DA MODERNIZAÇÃO DE MINAS GERAIS NA PRIMEIRA REPÚBLICA	43
1.1 Prolegômenos.....	43
1.2 Lavarar, semear, propagar: o ensino agrícola superior como força intelectual do território.....	47
1.2.1 Estado capitalista e o agrarismo: a difusão do ensino técnico.....	54
1.2.2 A Sociedade Mineira de Agricultura e as propostas políticas de João Pinheiro.....	61
1.2.3 O plantio da semente: ideias políticas e a disseminação do regionalismo a partir das escolas superiores agrícolas.....	67
1.3 Desenvolvimento regional mineiro: a educação agrícola como vetor da modernização.....	79
1.3.1 Os quatro cavaleiros da crise.....	80
1.3.2 Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903: irradiação dos ideais modernos.....	89
1.3.3 O ensino superior agrícola como projeto de desenvolvimento territorial mineiro.....	102
CAPÍTULO 2. JOGOS DE PODER, ATRIBUTOS ESPACIAIS E IDENTIDADE REGIONAL NA ZONA DA MATA MINEIRA	118
2.1 A “gestação” do projeto ESAV.....	118
2.2 Os critérios balizadores da escolha da sede.....	127
2.3 Identidade regional: mineira e matense.....	133
2.4 O (s) corpo (s) do (s) território (s): Ponte Nova, Ubá, Rio Branco e Viçosa.....	140
2.5 A Geografia construída em torno dos discursos de modernidade: as ideologias espaciais.....	180
2.5.1 O espaço pretendido de Viçosa e os princípios geográficos.....	180
2.5.2 A <i>capitalidade</i> de Viçosa no ensino agrícola.....	187

CAPÍTULO 3. VIÇOSA (MG) COMO A “PRINCESINHA DE MINAS” DE ARTHUR BERNARDES: O NASCIMENTO DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA (ESAV).....192

3.1 Formação territorial da ESAV.....192

3.2 ESAV: 'Filha da Universidade da Flórida'203

3.2.1 Ato 1: a ritualização de fundação e construção.....203

3.2.2 Ato 2: a ritualização da inauguração.....213

3.3 Viçosa como espaço da modernidade: a “joia da Mata”250

3.3.1 O berço precário da excelência: Viçosa no contexto de surgimento dos dispositivos educacionais.....253

3.4 A ESAV na cidade e a cidade na ESAV: as transformações na paisagem.....262

À guisa de conclusão: ecos das realidades de outrora.....273

Referências Bibliográficas.....279

Fontes primárias.....279

Fontes secundárias.....285

Anexos.....301

INTRODUÇÃO

Esta tese foi produzida durante o período da pandemia de Covid-19, ocasionada pelo coronavírus (SARS-CoV-2).

Na Primeira República (1889-1930), também conhecida como República Velha ou Oligárquica, o país foi palco de políticas públicas voltadas à modernização de seu território, dentre elas destacamos a agrária. Isto porque na década de 1920 o esteio da economia era o setor primário. A dependência excessiva da monocultura do café (associada à crise do modelo agroexportador) e a narrativa da falta de “braços” brancos ocasionados pela Abolição constituíram trunfos discursivos do movimento ruralista (MENDONÇA, 1997), que passou a clamar ao Estado por medidas de intervenção no campo visando combater a *crise agrícola*. Esta passaria a denotar um estado, o de *atraso*, categoria pela qual representar-se-ia a realidade agrária como “frágil”, “desamparada” e “decadente”.

O diagnóstico de *crise* no setor agrícola efetuado pelas lideranças políticas e pelos ruralistas se calcava no quarteto “abolição - monocultura - grande propriedade - expansão urbano-industrial”. Isto é, estava vinculado às intensas modificações que ocorreram na economia nacional: a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado; o processo de aperfeiçoamento da agricultura de subsistência e da agricultura de exportação; a ampliação do meio circundante ao campo e a decorrente expansão do mercado alimentício e de outros bens de consumo; o crescimento do comércio e o surgimento da indústria; a migração para a cidade, local em que a tímida indústria solicitava os indivíduos (CAPDEVILLE, 1991).

As fracções da classe dominante agrária passaram a reivindicar profissionais agrícolas de nível superior ao Estado. Elas atribuíam, em parte, o *atraso* do campo à falta de formação de técnicos, assim quando as terras fartas e férteis e as práticas agrícolas “tradicionais” não mais puderam solucionar os problemas agrários começou-se a apelar para o auxílio da ciência. O discurso nacional de fundação de escolas superiores agrícolas (ESA’s) se enraizou na escala estadual, como foi o caso de Minas Gerais, que buscando maior influência na federação passou a lançar luz sobre a criação daqueles estabelecimentos de ensino. Estes, pelo menos inicialmente, objetivavam formar um público-alvo específico: os filhos dos fazendeiros, principais expoentes do processo de modernização agrícola, então, sonhado.

A eclosão das escolas superiores agrícolas no território nacional (vinte e sete durante a Primeira República) representou o triunfo do projeto de modernização territorial e econômica do espaço. Ou seja: nos discursos dos políticos, para a construção de uma nação vanguardista

era imprescindível modernizar o território, dotando-o de equipamentos modernos. O *boom* das escolas também revela como elas se tornaram uma necessidade do Estado para o desenvolvimento territorial, sobretudo de Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul, onde ocorreu maior concentração das escolas e também evidencia as lutas regionais e os conflitos com São Paulo e Rio de Janeiro. Portanto, a constituição dos institutos localizados nesses estados, e em menor proporção nos demais, fez parte de um projeto de modernização regional para atender as necessidades das frações da classe dominante agrária, cujo propósito era promover a dinamização do setor produtivo.

As representações regionais enrijecidas nos discursos sobre o ensino superior agrícola possuíam um patamar de destaque nas políticas de modernização territorial. Nessa direção, a criação de uma instituição de ensino superior localizada no interior da Zona da Mata passou a integrar a política agrária de Minas Gerais. Lançado o debate sobre a localização da escola superior agrícola moderna na região matense, algumas questões nebulosas passaram a envolver as lideranças políticas: que cidade escolher como *capital* do ensino agrícola? Que posição e que forma privilegiar (pensando no sítio)? E que competências lhes seriam atribuídas? Essas problemáticas colocavam em funcionamento a “máquina dos sonhos” da modernização do campo (revestida de intenção política, social e cultural) para a construção (material e simbólica) da nova *capital* do ensino agrícola.

A “imperiosa” necessidade de projetar ou fundar (no papel ou em palavras) uma escola superior agrícola na Zona da Mata nos levou aos seguintes questionamentos: como e em que um projeto de escola ou de ensino superior atendeu às expectativas e às ambições de um projeto de sociedade? A Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) de Minas Gerais se instalou em uma cidade pré-existente: Viçosa. Que cidade era essa antes da chegada da escola? Quais eram suas condições econômicas, geográficas, políticas, socioculturais e viárias? Em busca de elaboração de hipóteses e possíveis respostas, esta tese procede justamente do esforço de articulação entre a Geografia Histórica e o tema “Regionalismo e Modernidade na Zona da Mata mineira”, expressos na criação da ESAV.

Sua fundação e desdobramentos socioespaciais, em um contexto marcado pela difusão de projetos de modernização agrícola, são objetos de estudo desta pesquisa. A delimitação temporal-analítica da pesquisa se inicia em 1920 e termina em 1926, com a inauguração oficial da instituição. Buscando operacionalizar a materialização do tempo nesta pesquisa nos alicerçamos nas Geografias Temporais ou Têmpora-Espaciais que, de acordo com Erthal (2003), desenvolveram a técnica de estudo do passado denominada *cross-section*.

O corte-transversal consiste na descrição do que era o “presente de então”, tem como objetivo balizar a pesquisa documental e situar o espaço numa determinada fracção de tempo. Para viabilizar isso em termos teóricos e metodológicos os processos e formas espaciais tornam-se cruciais. Tendo isso em vista compreendemos, então, que o *cross-section* vincula tempo e espaço, em outras palavras “[...] como o tempo ganha concretude em sua relação com o espaço” (SILVA, 2012, p. 5). A chave de leitura para explicar o corte-transversal deste trabalho (1920-1926) é o processo de modernização agrícola e o desenvolvimento das técnicas. Partindo da premissa miltoniana de que as técnicas são uma medida de tempo, as novas técnicas agrícolas (arado, semeador e cultivador), de transporte (ferrovias, sendo o ferro símbolo do progresso), comunicação (telegrama, rádio, aperfeiçoamento da imprensa escrita – jornais) e educacionais (com as escolas e suas metodologias) exerceram papel primordial ao se diferenciar das técnicas tidas como “arcaicas” e associadas à escravidão (à foice e à enxada, por exemplos). A modernização, nesse sentido, teve em Minas Gerais condições espaciais e temporais específicas: o campo nas primeiras décadas do século XX.

Já o intuito geral da tese consistiu em compreender a *capitalidade regional* desempenhada pela cidade de Viçosa, Minas Gerais ao abrigar a Escola Superior de Agricultura e Veterinária. Deste se desdobraram os seguintes objetivos específicos: i) captar e compreender os apelos geográficos expressos na regionalidade mineira e materializados na criação de escolas superiores agrícolas no âmago do processo de modernização do campo; ii) caracterizar em termos político, econômico e infra estrutural as principais cidades (Ponte Nova, Ubá, Visconde do Rio Branco e Viçosa) que almejavam sediar a Escola Superior de Agricultura e Veterinária; iii) detectar nos discursos os jogos de poder, os atributos espaciais e as estratégias utilizadas para que a cidade de Viçosa pudesse alocar o estabelecimento de ensino.

Constatamos que princípios geográficos embasaram os discursos ideológicos e as estratégias de manutenção da estrutura de poder das fracções da classe dominante agrária viçosense por ocasião da fundação da ESAV. Sabendo disso, a problemática (vinculada ao objetivo geral e subjacentes) que orienta a tese gira em torno da seguinte questão: quais aspectos da regionalidade mineira deram sustentação ideológica e política para a criação da ESAV entre 1920 a 1926 em Viçosa?

Como hipótese de trabalho sugerimos que os aspectos geográficos adornados pelos sentimentos comunitários e regionalistas serviram de estratégia e justificativa para validar os interesses paroquiais das fracções da classe agrária viçosense, de maneira que todo o clamor por modernidade e regionalismo não passou de panaceia para a manutenção do *establishment*. O regionalismo nesta tese comunga com a definição de Castro (2021), a qual assevera que o

conceito possui caráter eminentemente político de base territorial em que os grupos dominantes de uma dada região buscam salvaguardar seus privilégios e interesses particulares frente a grupos dominantes de outras regiões ou até mesmo ao próprio Estado.

Para atingir os objetivos geral e específicos e os demais questionamentos suscitados pela pesquisa, esta tese se divide em três partes, além da introdução e das considerações finais. Como forma de orientar as partes constitutivas da tese oferecemos três “portas” de análise, denominados de “capítulos”, estes foram considerados “entradas” para o estudo da modernização, dos dispositivos territoriais, dos jogos de poder, dos atributos espaciais e do processo de criação da ESAV. Cada porta abre uma “janela” de interpretação que são os tópicos e cada um desses entreabre uma possibilidade que são as discussões neles presentes. A primeira porta intitulada “O ensino superior agrícola como farol da modernização de Minas Gerais na Primeira República” teve como propósito explicar o contexto de surgimento das escolas superiores agrícolas, de maneira a atender o primeiro objetivo específico da tese.

O propósito salutar consistiu no questionamento da educação agrícola como modelo de modernização, elemento que se impôs no contexto da República, mas que tem seus indicadores no período monárquico. Nesta “janela” os seguintes eixos foram discutidos: como as escolas superiores agrícolas se tornaram uma pauta da modernização do campo; como o ensino agrícola, mais especificamente o superior, organizou o estado de Minas em prol do desenvolvimento regional (ou seja, como a partir do setor agropecuário, Minas se alçou na aventura modernizante da República); e como as escolas superiores agrícolas, enquanto modelo de modernização, se constituíram num dispositivo de legitimação e difusão da ordem e do progresso no estado.

Na segunda porta denominada “Jogos de poder, atributos espaciais e identidade regional na Zona da Mata mineira” buscamos compreender através do conceito de *capitalidade* a centralidade físico-territorial, almejada pelas lideranças políticas que representavam Viçosa na disputa pela *capital do ensino* agrícola (visando alcançar de maneira parcial o terceiro objetivo específico). Esta porta abre uma perspectiva de investigação que abarca uma janela na qual foram contemplados os assuntos vinculados ao projeto de gestação discursiva da ESAV, aos critérios que balizaram a escolha da sede, aos espaços pretendidos (Ponte Nova, Ubá, Visconde do Rio Branco e Viçosa) e às ideologias espaciais construídas em torno dos discursos de modernização.

O eixo norteador interpretativo dessa janela foram os princípios (clima, altitude, natureza do local, relevo, solo fértil etc.) que balizaram a escolha da sede, diga-se de passagem, geográficos, incrustados nas narrativas da Comissão de seleção da zona geográfica da ESAV. A partir disso apresentamos os espaços pretendidos (Ponte Nova, Ubá, Visconde do Rio Branco

e Viçosa) com o fito de compreendê-los em seus aspectos fisiográficos, de transporte e comunicação, econômicos, de instrução, de população e infraestruturas.

Nos detivemos na análise comparativa desses espaços pretendidos a fim de compreender se eles possuíam ou não os critérios basilares instituídos pela Comissão. Também almejamos captar a eficácia das ideias geográficas no âmago da luta ideológica travada nos discursos de fundação da Escola, de forma a alcançar seus contextos de formulação, suas difusões e condições de assimilação, os sujeitos desse movimento e os interesses veiculados. Estas análises foram cruciais para vislumbrar o segundo objetivo específico.

A porta de número três, designada “Viçosa (MG) como a ‘princesinha de Minas’ de Arthur Bernardes: o nascimento da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV)” se abre para apresentação e mergulho do/no objeto de estudo da pesquisa: a Escola – trata-se da “cereja do bolo” da tese. Pretendemos apreender a ESAV como fruto de um projeto político-econômico oriundo da esperteza das fracções da classe dominante agrária locais e estaduais, que operaram como verdadeiras “raposas”, visando alçar Viçosa na rede de cidades influentes da Zona da Mata. Em outras palavras, buscaremos compreender o ritual de fundação e o processo de criação da Escola como parte de um projeto de modernização territorial e econômica do espaço viçosense.

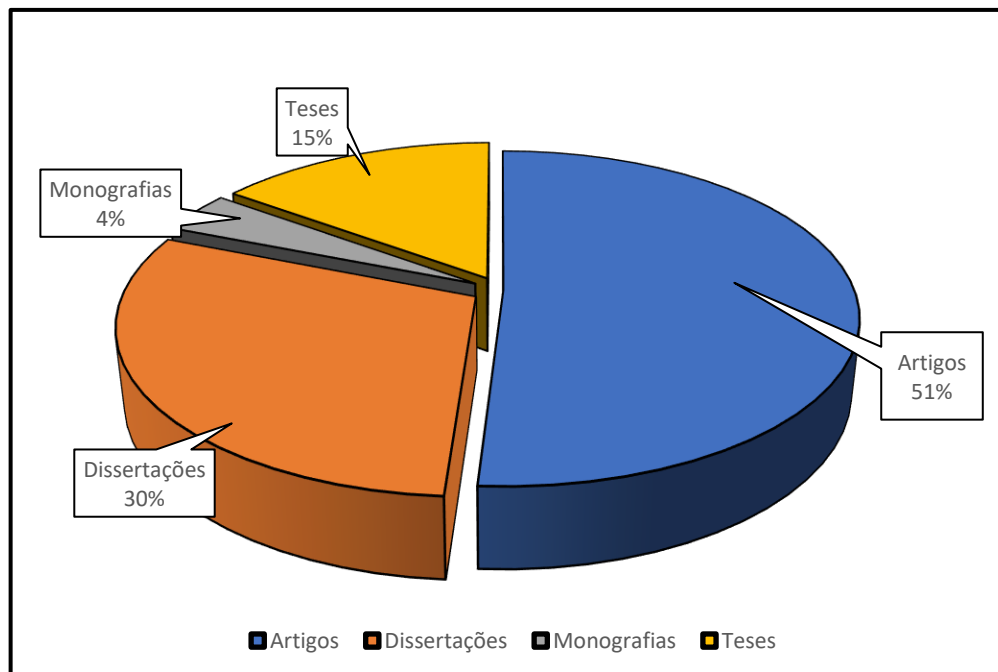
A janela, representada pelos conteúdos que integram a porta três, “afasta as cortinas” (metaforicamente) para que possamos atingir de forma completa o terceiro objetivo específico da tese. Isto ocorreu através da discussão das temáticas a seguir: formação territorial da ESAV; a cidade de Viçosa como espaço da modernização no contexto de surgimento dos dispositivos educacionais; a influência dos Estados Unidos (EUA) na criação e constituição da Escola; e, por fim, o binômio ESAV-cidade e as transformações na paisagem do município.

Em relação a este último, procuramos entender as repercussões da constituição da Escola em Viçosa, as transformações territoriais pelas quais a cidade passou, quais foram as reais benesses econômicas, sociais e culturais desse estabelecimento de ensino (procurando confrontar o discurso das fracções da classe dominante viçosense com a realidade agrária do município). Assim como operamos o caminho inverso, ou seja, clarificamos como Viçosa por meio de seus atributos espaciais (rios e matas, estrutura física, condições viárias etc.) colaborou para a fundação e deslanche da instituição e se constituiu como espaço de “encantamento” das fracções de classe nas narrativas.

JUSTIFICATIVA

A criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa tem sido objeto de diversas pesquisas devido às suas particularidades econômicas, sociais e educacionais. Verificamos a partir de uma Revisão Bibliográfica Sistematizada (RBS) – cujos contornos serão delineados na seção “Um roteiro das fontes e da metodologia de construção” – diversas modalidades de trabalho (27) em que os artigos (comunicações mais curtas) predominaram (14), seguido de dissertações (8), teses (4) e monografias (1), conforme Figura 1. Analisado tais produções por áreas do conhecimento, concluímos que as Ciências Humanas e Sociais (que englobaram os cursos de Administração, Educação, Filosofia, Geografia e História) detiveram uma participação de 89% no seio das publicações, acompanhada das Ciências Agrárias (que abarcou a Extensão Rural) com 11%.

Figura 1 - Modalidades de trabalhos sobre a ESAV

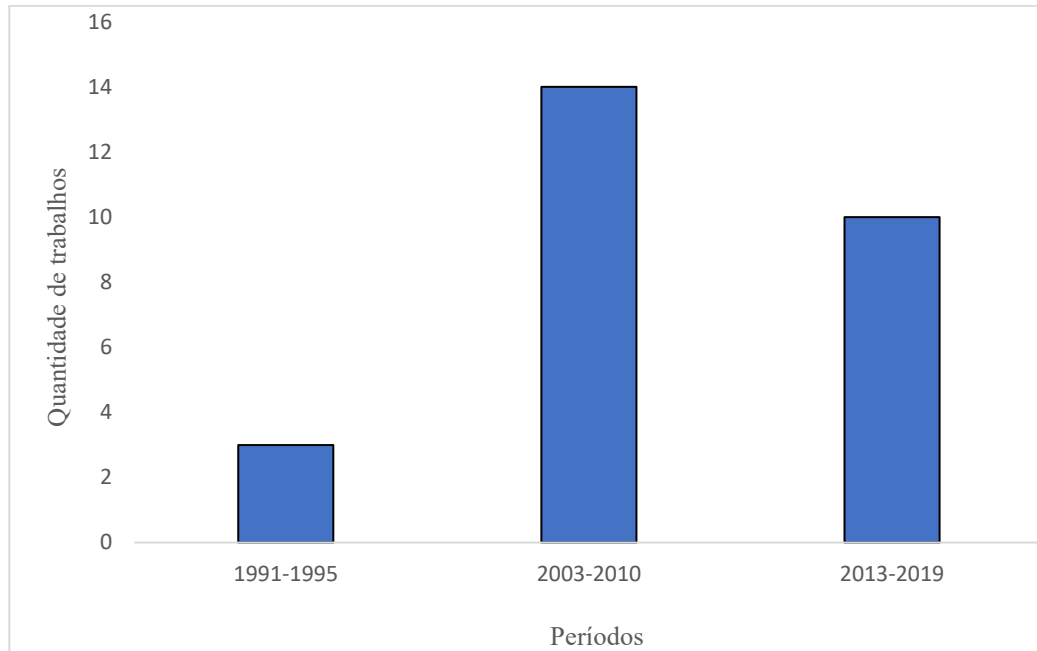


Organizado e elaborado pela autora a partir da Revisão Bibliográfica Sistematizada, 2020.

O campo científico, ou se preferir curso, que mais incorporou a ESAV em suas reflexões teórico-analíticas foi o da História (40%), próximo a ele está o de Educação (37%). Os campos de Extensão (11%), Administração (4%), Filosofia (4%) e Geografia (4%) possuem menos pesquisas sobre a temática. Quando se observa especificamente a quantidade de publicações com tema “ESAV” por períodos (Figura 2), detectamos que elas se iniciaram em 1991 e que no intervalo de 2003 a 2010 ocorreu maior número de comunicações (somando artigos, dissertações, monografias e teses). No decurso de 2013 a 2019 os opúsculos foram inferiores

ao de 2003 a 2010. Se compararmos os três blocos (1991-1995; 2003-2010; 2013-2019) identificaremos que as publicações se intensificaram a partir dos anos 2000.

Figura 2 - Número de publicações encontradas por períodos

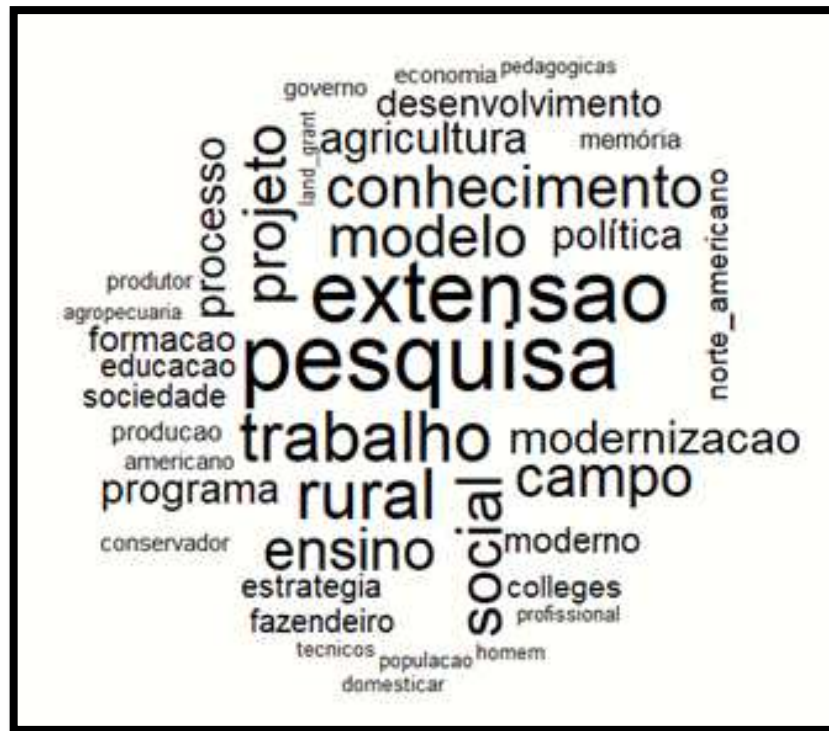


Fonte: organizado e elaborado pela autora a partir da Revisão Bibliográfica Sistematizada, 2020.

De acordo com o *software* IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) – seu uso também será detalhado no bloco “Roteiro das fontes e da metodologia de construção” – as palavras que mais prevaleceram nos artigos foram “agricultura”, “modelo”, “modernização”; “política”, “trabalho” e “rural”; na monografia “estudo”, “programa” e “Minas Gerais”; nas dissertações “ensino” “institucional” e “projeto”; nas teses “campo”, “pesquisa” e “social”. Estes léxicos de maneira isolada podem não representar tanto em termos de conteúdo, porém quando analisados de maneira associada ao contexto de criação da ESAV nos oferecerem uma pista dos principais assuntos discutidos.

Ao analisar os trabalhos de maneira conjunta pelo método da nuvem de palavras (Figura 3), o *software* IRAMUTEQ agregou as palavras e as ordenou graficamente mediante a sua frequência, o que permitiu identificar a discussão ou ideia inicial do conteúdo do *corpus* – texto formado a partir Revisão Bibliográfica Sistematizada. Ocorreu uma organização dos termos de maneira decrescente de frequência, na qual o tamanho e a centralidade apontaram as palavras-chaves que mais apareceram, tais como: “Minas Gerais”, “pesquisa”, “instituição”, “Universidade”, “trabalho”, “modelo”, “rural”, “extensão”, “projeto”, “ensino”, “modernização”, “agrícola”, “campo”, “política”, “educação”.

Figura 3 - Nuvem de palavras do “estado da arte”



Elaborada pela autora, com base no *software* IRAMUTEQ, 2022.

A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) promovida pelo *software* agregou os vocábulos segundo a frequência com que apontam palavras similares no *corpus*, desenvolvido com base nos textos pesquisados. Através deste método viu-se a conexão entre as palavras segmentadas no *corpus*. Na Figura 4 podemos observamos que o IRAMUTEQ fracionou o conteúdo da RBS em três classes (temáticas). Num primeiro momento, o “Corpo” foi dividido (1ª partição ou interação) em dois sub-corpora, separando as classes 1 e 2 do restante do material. Num segundo momento o sub-corpora maior foi dividido, originando a classe 3 (2ª partição ou interação)¹. A categorização em temas aponta que as palavras listadas em cada classe se vinculam com uma frequência maior entre si e com as classes que se fraccionaram.

¹ O número de partições é igual ao número de classes menos um.

Figura 4 - Dendograma da análise descendente dos dados da Revisão Bibliográfica Sistematizada

A ESAV nos artigos, nas dissertações, monografias e teses

Classe 1 - Modernização agrícola			Classe 2 - Memória institucional			Classe 3 - Extensão universitária		
32/132 (24,24%)			52/132 (39,39%)			48/132 (36,36%)		
Palavra	F	X ²	Palavra	F	X ²	Palavra	F	X ²
ESAV	41	4,93	ESAV	41	6,95	Pesquisa	26	57,69
Minas Gerais	23	11,83	UFV	27	17,1	Praticar	22	23,57
Campo	14	13,67	Criação	11	5,58	Social	18	8,27
Ensino	13	10,92	Central	10	11,61	Extensão	15	13,93
Agricultura	12	8,35	Desenvolvimento	8	4,52	Conhecimento	12	23,10
Projeto	10	7,53	UREMG	7	6,64	Estratégias	6	5,99
Fazendeiro	6	11,95	Acervo	6	9,67	Ciência	6	11,00
Política	7	8,96	Memória	5	8,00	Politicar	5	4,28
Americano	5	3,62	USAID	4	2,19	Cultural	4	2,66

Fonte: Elaborado pela autora, com base no software IRAMUTEQ, 2020.

A partir das classes geradas pelo *software* foi possível analisar os segmentos de textos (ST's) onde estas palavras se encontram. Assim, ao ler os fragmentos nomeou-se as classes de acordo com o contexto de discussões presentes em cada uma delas. O conteúdo analisado foi ordenado em três: Classe 1 (Modernização agrícola), com 32 ST (24,24%); Classe 2 (Memória Institucional), com 52 ST (39,39%); e Classe 3 (Extensão Universitária), com 48 ST (36,36%). A CHD parou aqui, pois as três classes se apresentaram estáveis, isto é, constituídas de unidades de segmentos de texto com vocabulário similar.

A partir da análise do dendograma, notou-se que as Classes 1 e 2 apresentam forte relação com a Classe 3, indicando uma discussão relativa a mesma linha temática. No dicionário léxico produzido na Figura acima se verifica como as palavras vinculadas se especificam dentro de cada classe. Em cada uma delas foi gerada uma sequência de palavras reunidas a partir da frequência (F) e do teste do quiquadrado (x^2). Tais palavras integram um segmento de texto que

clarifica cada classe. Na Figura abaixo selecionamos pequenos fragmentos de textos que subsidiaram, em momento posterior, no entendimento e reflexões das classes.

Figura 5 - Exemplos de segmentos de texto referentes as classes 1, 2, 3

Classe 1 - Modernização agrícola	Classe 2 - Memória Institucional	Classe 3 - Extensão Universitária
<p>“[...] As fontes indicam que a criação da ESAV fez parte de um projeto de desenvolvimento e diversificação produtiva do Estado de Minas Gerais, projeto este, que foi forjado para promover a racionalização do campo ou melhor a modernização da agricultura mineira por meio da invenção de um tipo ideal de produtor rural o fazendeiro moderno” (História).</p>	<p>“[...] O contexto para esta investigação e a evolução do acordo de cooperação entre os EUA e o Brasil. Esse programa, patrocinado pela USAID e implementado pela Universidade de Purdue, durou mais de duas décadas e resultou em profundas mudanças na instituição anfitriã, a Universidade Federal de Viçosa” (Filosofia).</p>	<p>“[...] Se pretendeu nesta investigação analisar a Semana do Fazendeiro da Universidade Federal de Viçosa, sob a ótica de uma atividade específica de extensão universitária, dentro da vinculação da Universidade a sociedade, enfocando em seu conteúdo a interação do conhecimento sistematizado e acadêmico do produtor-participante, que não possui este controle” (Extensão Rural).</p>
<p>“[...] A ESAV de Viçosa, em toda a sua existência, procurou promover ensinamentos que atingissem diretamente aos fazendeiros da Zona da Mata mineira, conforme proposto pelos objetivos da instituição. Conforme a Lei n. 761, a ESAV deveria ministrar o ensino teórico e prático de Agricultura e Veterinária, bem como promover estudos experimentais que concorressem para o desenvolvimento dessas ciências no Estado de Minas Gerais, com o intuito de educar a população agrícola do Estado em todos os assuntos pertencentes a vida rural” (Educação).</p>	<p>“[...] a documentação deste acervo contém informações sobre os vínculos institucionais, transações financeiras, correspondências, pesquisas desenvolvidas, relatórios anuais, entre outras, desde a época da criação da ESAV até a década de 90. Até o presente momento já foram higienizados e catalogados, de forma analítica, mais de mil documentos referentes ao período da ESAV que compõem o fundo da Diretoria da ESAV, e pretende-se a catalogação de forma sumaria, do restante do acervo” (História).</p>	<p>“[...] As principais estratégias como praticas identificadas e representadas pelos sujeitos foram a de internacionalização, de proteção e bem-estar social, de extensão e de comunicação social. Embora as análises e os resultados demonstram a presença de fortes componentes hegemônicos e ideológicos que concorrem para a eficiência e eficácia dos processos de pesquisa, ensino e extensão na universidade, o estudo também identificou sujeitos reflexivos que questionam o modelo com foco na produtividade e competitividade presente na instituição em decorrência de uma sociedade moderna e um sistema capitalista em vigor” (Administração).</p>
<p>“[...] E por influência do principal organizador técnico da ESAV, o cientista norte-americano Peter Henrique Rolfs, a ESAV foi delineada com a feição e a dinâmica de um College agrícola americano. Neste projeto educativo, os estudantes esavianos seriam os principais agentes difusores do ideal modernizador do homem e da lavoura mineira. Ou seja, eles deveriam liderar intelectualmente a modernização do campo” (História).</p>	<p>“[...] entende-se que o projeto político de criação da ESAV além de ter hasteado as principais bandeiras do movimento ruralista brasileiro dos anos 1920, em Minas Gerais, esta instituição definiu um novo momento no processo de desenvolvimento da instrução agrícola mineira: o compromisso de reformar o campo, sem alterar as relações de produção do mundo rural” (História).</p>	<p>“[...] Cabe destacar também que, as atividades de ensino, pesquisa e de extensão rural da ESAV eram realizadas com vista a atender as condições locais e os recursos existentes. Além disso, estas atividades foram marcadas por princípios pedagógicos de tempo escolar integral (full time). Em que as aulas teóricas tinham base na ciência moderna e na experimentação, com ênfase nos trabalhos práticos através do método aprender fazendo, no próprio ambiente rural” (História).</p>

Fonte: elaborada pela autora, com base nos segmentos de texto do software IRAMUTEQ, 2020.

A Classe 1 correspondeu a 24,24% do *corpus* textual e foram utilizados 32 segmentos de textos de um total de 132. Ela foi nomeada de acordo com o contexto das discussões presentes: a modernização agrícola. Nesta classe os trabalhos se orientaram para o estudo da ESAV em si e foi indicado um agrupamento de palavras que assinalam justamente os conteúdos daqueles: “Minas Gerais”, “campo”, “ensino”, “agricultura”, “projeto”, “fazendeiro”, “político” e “americano”. Numa análise interpretativa esses vocábulos mostram que as pesquisas sobre a Escola giravam em torno de um projeto voltado para a agricultura, cuja execução passaria pelo estado de Minas através de uma política de ensino, na qual o espaço de atuação seria o campo. Nas pesquisas tal projeto se inspirava no modelo americano dos *Land Grant Colleges* e se destinava aos fazendeiros da Zona da Mata.

Na Classe 2 foram aproveitados 39,39% do corpo do texto e 52 segmentos de textos, reunindo, assim, palavras como “ESAV”, “UFV”, “criação”, “central”, “desenvolvimento”, “UREMG”, “acervo”, “memória”, “USAID”. Tal classe denominamos “Memória Institucional”, pois os estudos nela reunidos abarcam as fases de desenvolvimento da instituição desde a criação da ESAV, passando a UREMG (Universidade Rural do estado de Minas Gerais) até a UFV (Universidade Federal de Viçosa) e o fazem a partir da perspectiva da memória e dos documentos localizados em acervos. Além disso, as pesquisas tratam de convênios de assistência técnica entre a USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) e a instituição com o fito de modernizar a produção.

A Classe 3 intitulada “Extensão Universitária” é composta de 36,36% do corpo textual da RBS e 48 segmentos de textos (de um total de 132) que a integram. Dentre os vocábulos que a caracterizam e apresentaram maior frequência se destacam: “pesquisa”, “praticar”, “social”, “extensão”, “conhecimento”, “estratégias”, “ciências”, “político”, “cultural”. A palavra ESAV nem aparece, pois os estudos enfocam as práticas extensionistas na UFV, as quais passaram a ocorrer a partir da década de 1940 (reflexo da influência da Semana do Fazendeiro) em diante, nesse ínterim, a Classe 3 envolve análises que contemplam mais as fases estadual/UREMG (1948-1969) e federal (1969) da instituição.

Embora reconheçamos a relevância dos estudos e das análises que Altoé e Teixeira (2016); Arruda (2003); Azevedo (2005); Baêta (2016); Baía (2005); Barbosa (2004); Bernardes (2013); Castro e Alves (2017); Castro (2015); Coelho (1992); Cometti (2008); Fernandez (1991); Lopes (2014); Paes (2017); Pompermayer (2018); Ribeiro, M. (2005; 2006; 2008; 2009; 2010); Silva e Borges (2008); Silva e Costa (2006); Silva, G. (2019); Silva, U. (1995); Santos (2006); Silva, V. (2007; 2008) promoveram às instituições e à sociedade – deixando claro que não estamos julgando a qualidade destas pesquisas (e seus méritos) – alguns aspectos merecem

ser destacados: 1) aqueles que utilizam fontes primárias (70%) no processo de levantamento de informações não estabelecem entrelaçamentos com a Geografia Histórica; 2) seus limites estão vinculados à reflexões que tratam a criação da ESAV somente pelo viés da modernização agrária, memória institucional e extensão universitária – importantes, sem dúvidas, mas não as únicas lentes de interpretação do fenômeno espacial; 3) existe um hiato na seara geográfica (foi detectada apenas uma monografia) quanto à Escola.

Nesse sentido, buscaremos a partir de prismas geográficos, contribuir com ponderações sobre o papel da ESAV no processo de **modernização do território** viçosense. Para tal, filiaremos nossas investigações/interpretações junto ao campo da Geografia Histórica, eis a originalidade da tese, uma vez que não há nenhuma pesquisa com o enfoque territorial e nem que utilize aquele campo. Assim, nosso anseio consiste em ampliar, junto com as pesquisas já concretizadas, o arsenal de conhecimentos a respeito da Escola e apresentar uma outra porta de análise sobre este objeto de estudo.

A feição atual da paisagem da Universidade Federal de Viçosa é oriunda de um legado passado, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária. Sem pretensão de esgotar a totalidade do assunto, buscaremos nos aproximar das realidades de outrora da instituição para recuperar as *espacialidades pretéritas* que, por sua vez, tangenciam as espacialidades da contemporaneidade expressas na UFV. Daí a importância da Geografia Histórica Territorial nesta pesquisa, posto que ela nos permitirá recriar, ainda que de maneira fragmentária, *geografias passadas* por meio dos vestígios, reminiscências e experiências da ESAV. De antemão, frisamos que esta tese integra uma peça do complexo “quebra-cabeça” dos estudos relacionados à Escola e apontamos a necessidade de ampliação da pesquisa para compor as demais peças do jogo “ESAV: o estudo do passado”.

UM ROTEIRO DAS FONTES E DA METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO: OS LABIRINTOS DA PESQUISA

A principal contribuição da tese, como vimos, consiste em compreender os resquícios de parte da formação territorial de Viçosa a partir da chegada na década de 1920 de um objeto técnico², a ESAV. A Teoria da difusão dos objetos técnicos modernizadores assinala a importância da categoria tempo, que é capaz de revelar por meio da técnica a conformação do território (SANTOS, 2012). Tal teoria coloca em evidência a primazia da propagação de objetos técnicos no desnudamento da historicidade espacial. Portanto, a disseminação das inovações torna-se um elemento explicativo para o processo de modernização dos locais, assim “[...] as áreas, os espaços, as regiões, os países passam a se distinguir em função da extensão e da densidade de substituição, neles, de objetos naturais e dos objetos culturais, por objetos técnicos” (SANTOS, 2012, p. 236).

A Escola foi concebida como um objeto técnico visando suprir uma demanda específica das frações da classe dominante agrária mineira, qual seja: criar um epicentro educacional na Zona da Mata, promovendo a dinamização do setor produtivo, de maneira a modificar o conjunto do funcionamento da sociedade viçosense de maneira a modernizar seu território. Através da interpretação das narrativas da “gestação” da ESAV foi possível identificar os diferentes projetos de desenvolvimento territorial e seus principais porta-vozes, bem como as políticas de modernização agrária processadas. Nessa direção, a pesquisa “flerta” olhares, direcionamentos e metodologias com a Geografia Histórica e, em função disso, há que se lançar luz sobre ela.

Geografia Histórica: preâmbulo

A geografia histórica de certo modo desejou [...] fazer uma geografia no tempo, reconstruindo as geografias do passado. [...] A geografia histórica pretende retrair o passado, mas ela o faz assentada no presente, isto é, a partir do momento em que é escrita. Em que medida ela pode revelar o que arbitrariamente se chama de passado, quando, em vez de mostrar a coerência simultaneamente espacial e temporal de um mesmo momento, apenas reúne instantes dispartados e distantes da mesma fecha do tempo? (SANTOS, 2012, p. 50).

Iniciamos nossas reflexões a partir desta pergunta que, segundo o autor, constitui uma questão para a Geografia. Um dos imbrólios da ciência geográfica foi a articulação entre tempo

² Todo objeto criado pelo trabalho humano (SANTOS, 2012).

e espaço. A noção convencionalmente aderida pelos geógrafos de conferir ênfase somente ao estudo do presente, constituiu o que Abreu (2000) denominou de “ditadura do presente”. Nesse ínterim, a Geografia tinha como função pesquisar a “construção do presente” e o tempo presente, admitindo regressar ao passado apenas para extrair dele o imprescindível para a compreensão da atualidade.

Abreu (2000) dialogando com o questionamento de Milton Santos, afirma que as geografias do passado estudam não o passado em sua totalidade, mas os vestígios por ele produzidos. Ou seja, ao resgatar as espacialidades das relações sociais em temporalidades pretéritas, o geógrafo deve ter em mente que não é possível recuperá-las tal qual elas ocorreram, porém isso não impede que este profissional apresente problemáticas para a compreensão da sociedade de outrora. Para tal, é necessário atentar para as continuidades e discontinuidades das heranças materiais e imateriais do passado visando não (re)produzir uma Geografia Histórica de cunho evolucionista.

Partindo, então, do pressuposto de que podemos analisar geograficamente os vestígios do passado, espaço e tempo não podem ser compreendidos de forma dissociada, sendo inconcebível apreender um sem o outro, pois ambos integram à unicidade numa perspectiva epistemológica totalizadora (SANTOS, 2012). Há uma imbricação entre as duas categorias, de modo que “[...] se o espaço está sujeito aos ditames do Tempo, por outro lado a Temporalidade também está sujeita aos ditames do Espaço” (BARROS, 2006, p. 468). Nessa direção, os intercâmbios e identidades entre a Geografia e História podem guarnecer contribuições à análise espacial e temporal dos fenômenos sociais.

A História se constituía até o século XX como estudo do passado humano. A partir da Escola dos Anais – movimento dos historiadores inaugurado na França em 1929 e que fazia oposição ao Historicismo alemão e ao Positivismo francês³ – Marc Bloch assinalou que aquela ciência passava ao “estudo do homem no Tempo”. Tal Escola fez com que a História integrasse o espaço ao seu domínio científico, considerando esta categoria como física, social, política, imaginária e até virtual, os historiadores incorporaram à sua *artis* a definição de que a História era o estudo do homem no tempo e no espaço (BARROS, 2006).

Os principais desdobramentos das revoluções historiográficas foram: o reconhecimento da importância da dimensão espacial; a interdisciplinaridade com outros campos do saber, dentre eles o geográfico; e a revisão dos pressupostos do estatuto científico da História

³ Tratou-se de uma escola geográfica de Vidal de La Blache que teve como principais interlocutores Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernando Braudel e Ernst Labrousse. Apesar de extremamente relevante, a *École des Annales* foge ao escopo deste trabalho, para saber mais cf. Barros (2006).

(objeto, problemáticas, temas, métodos etc.). Em suas análises, os historiadores passaram a situar no mesmo patamar as categorias tempo e espaço, para tal estabeleceram diálogo com os conceitos-chave da Geografia como espaço, território e região. Esse intercâmbio originou a Geo-História (também denominada de história geográfica) nova modalidade influenciada pela *École des Annales*, cujo mote consistia em introduzir na História as lentes geográficas de análise dos fenômenos (CARNEIRO, 2018).

Com este movimento de renovação da História, o espaço foi alçado à primeiro plano. Fernando Braudel, um dos principais expoentes da Escola dos Anais, em sua obra - *O Mediterrâneo* - esboçou preocupação com a delimitação temporal e espacial do capitalismo, componente importante no estudo das civilizações (BARROS, 2006). Influenciado por Vidal de La Blache, o historiador francês desenvolveu em sua Geo-História a ideia de espacialização da economia, que aperfeiçoada deu origem ao conceito economias-mundo. Através da ideia de espacialização da temporalidade, dividida em tempos longos, intermediários e curtos⁴, o autor procurou demonstrar como o tempo avançava com distintas velocidades nas culturas (SILVA, 2007). Daí advém a noção de ritmo, ou seja, da relação entre sociedade e natureza.

Assim como a História teve a necessidade de se apropriar do espaço em suas análises, a Geografia também passou a empregar a categoria tempo. Até 1915, em virtude da física newtoniana, tempo e espaço eram tidos como palcos sobre o qual os eventos aconteciam, incluindo os socioeconômicos. Tal concepção retirava o apanágio de dinamicidade destes conceitos. Esse método de leitura da realidade só foi alterado com a teoria da relatividade proposta por Einstein, na qual tempo e espaço foram integrados. Modernizando a física clássica, a teoria defendida afirmava que o movimento dos corpos mudava reciprocamente a estrutura tempo-espaço (ERTHAL, 2003). Desse modo, tempo e espaço passaram a constituir uma entidade unificada a partir do nexos entre espaço relativo (em detrimento do espaço absoluto) e tempo relativo.

A incorporação da dimensão temporal de forma mais profícua na análise geográfica ocorreu com o desenvolvimento do campo da Geografia Histórica, que angariou patamar no rol geográfico na década de 1970 com a chegada da corrente humanista (ERTHAL, 2003)⁵. Através

⁴ Nas palavras de Silva (2007) na perspectiva pluri-temporal de Braudel, o tempo de curta duração procurava localizar os indivíduos e os eventos num dado contexto. O tempo médio estava vinculado a um tempo social, ao tempo das estruturas econômicas, dos estados e das sociedades, que se processavam mais vagarosamente – no tempo de gerações ou de séculos. Já o tempo longo se pautava numa “história quase imóvel” constituída de lentidão, de um tempo milenar, no qual estaria o coração da Geo-História.

⁵ A dimensão temporal foi contemplada em outras correntes (Geografia Tradicional, Geografia Teórica e Quantitativa, Geografia Crítica ou Geografia Marxista), porém de maneira intermitente, pois ora era colocada no esquecimento, ora em destaque na história do pensamento geográfico.

do enfoque cultural calcado na fenomenologia e da aproximação da Geografia com as ciências sociais, o tempo passou a ser colocado como questão ontológica, tornando-se, assim, uma premência metodológica de modo que definir uma problemática geográfica requeria estabelecer uma correspondente delimitação temporal.

Na tradição clássica, os locais que se tornaram pontos da Geografia Histórica foram os Estados Unidos, Inglaterra e França. Segundo Silva (2007), nestes países a Geografia Histórica conseguiu destaque devido à solidez de sua produção empírica e teórica, tendo como seus principais precursores Carl Sauer (com estudos voltados à geografia cultural dos Estados Unidos) e Clifford Darby (com pesquisas direcionadas à geografia histórica da Inglaterra). Enquanto a Geografia Histórica anglo-saxã foi responsável pela fundação da Universidade de Wisconsin (ERTHAL, 2003), na França a disciplina não constituiu escola, mas influenciou na Geografia Humana, sobretudo na escola de Geografia Regional – a de maior notoriedade até a primeira metade do século XX.

Portanto, a Geografia Histórica se legitimou enquanto disciplina autônoma pela persistência de geógrafos humanos, em especial os britânicos e estadunidenses, que rejeitaram o fracionamento epistemológico da Geografia com a temporalidade (SILVA, 2007). Em outras palavras, aqueles profissionais resguardaram a tradição geográfica, ou seja, sua relação umbilical com o tempo promovendo, assim, a investigação histórica em Geografia. Erthal (2003, p. 30) salienta que no Brasil a Geografia Histórica “[...] não conseguiu estabelecer uma tradição que se consubstanciasse numa escola”, pois sua produção ficou situada no passado, sobretudo até a Segunda Guerra Mundial. Depois de um hiato temporal, em tempos mais contemporâneos sublinha-se a reverência dos trabalhos de Maurício Abreu, Pedro Vasconcelos e Antônio Carlos Robert Moraes.

Godoy (2019), se atendo às produções de Geografia Histórica no Brasil, afirma que ela constituiu um campo de estudo do espaço pautado na perspectiva histórica de seu processo de formação social. Compondo uma área interdisciplinar com a História, a História Geográfica, a Geo-História e a História da Geografia, pode-se dizer que o corpo eclético da Geografia Histórica faz dela um híbrido acadêmico (CARNEIRO, 2018). Localizada nas fronteiras disciplinares da historiografia e da geografia, a Geografia Histórica partilha com as pesquisas históricas, os métodos de investigação e com os estudos geográficos, as questões de análise. Tal campo oxigenou os vínculos antigos entre Geografia e História, ou seja, expandiu os “horizontes geográficos dos historiadores” e esquadrinhou o entendimento histórico dos geógrafos. Portanto, Geografia e História numa perspectiva dialógica são interdependentes, de tal modo que uma não pode desconsiderar a outra.

Apesar de possuírem pontos de contato estas duas ciências, em virtude das distintas epistemologias, proporcionam concepções diferentes em relação ao passado. Apoiado em Baker, Carneiro (2018) assevera que enquanto a Geografia lança luz sobre os lugares e eventos, a História o faz sobre os períodos. Os autores também reforçam a distinção entre Geografia Histórica e História Geográfica, dizendo que esta se interessa com a dimensão geográfica da história e aquela com a dimensão histórica da geografia. Em função da mixórdia entre estes campos, os pesquisadores tem acendido debates acerca do status acadêmico da Geografia Histórica ao colocar a questão: qual seria sua especificidade, seu objeto de estudo e método? Como materializar o tempo na perspectiva geográfica? Essas e outras questões serão alvo do próximo bloco, cujo objetivo consiste em elucidar algumas considerações metodológicas.

Coordenadas metodológicas: o ponto de partida

Como vimos, os geógrafos históricos voltam suas inquietações para o estudo das transformações no espaço e no tempo, buscando resgatar fracções das ações humanas (CARNEIRO, 2018). Nesse ínterim, o objeto de estudo da Geografia Histórica é justamente o passado e restaurá-lo geograficamente, eis sua especificidade. Para alcançar tal proeza, diversos caminhos podem ser percorridos pelos geógrafos que acionam as categorias de análise (paisagem, região, lugar, território, espaço) de acordo com os propósitos de seus trabalhos, objetos empírico e teórico, bem como a partir de suas filiações às seguintes correntes: positivista, fenomenológica, estruturalista, idealista, marxista, quantitativa, qualitativa etc. (MAIA, 2019).

Os métodos investigativos em relação à dimensão temporal ganhou destaque na Geografia nos anos de 1960 e 1970. Um dos grandes obstáculos consistia em definir por meio de uma “[...] geografia retrospectiva, o que, num dado ponto do passado, era, então, o presente” (SANTOS, 2012, p. 51), em vista disso a Geografia Histórica recorreu às periodizações com o intuito de empirizar o tempo. Esses decorrem de um processo cognitivo e refletem escolhas (culturais, sociais, econômicas) do pesquisador que, por sua vez, interferem na forma de representação da realidade social.

Instituir periodizações, buscando explorar as continuidades e as discontinuidades espaciais e temporais da sociedade, conforme os acontecimentos históricos de maior proeminência, alicerçam as bases do método em Geografia Histórica. Lembrando que as periodizações só existem num contexto espacial definido, assim como os recortes espaciais só possuem legitimidade numa esfera temporal particular; em outras palavras:

os recortes temporais, os períodos, que colocam ordem nos passados, só têm pertinência num determinado espaço delimitado da sociedade. Para qualquer tipo de periodização é necessário dizer a que local ela se aplica, da mesma forma que para toda delimitação de uma área também é necessário precisar quais são seus marcos cronológicos. É impossível falar de uma **era sem área** (GRATALOUP, 2010, p. 39, grifos nossos).

Segundo o autor, noções como civilização, barbárie, avanço, atraso, modernização e arcaísmo são capazes de orientar grandes recortes temporais, assim como os limites esboçados na superfície da terra (continentes, países, regiões, sub-regiões, cidades, lugares, bairros) proporcionam recortes de unidades espaciais tendo em vista a análise dos territórios. Assim, a noção de escala espaço (internacional, nacional, regional, local) - temporal (de curta, média e longa duração) se apresenta como crucial para compreender os fenômenos sociais.

O processo de modernização agrícola e o conseqüente avanço das técnicas orientou, como vimos, nosso corte-transversal (1920-1926). Ele reflete um fragmento da espacialidade das relações sociais numa temporalidade pretérita, a República Velha (1889-1930), por isso em muitos momentos do texto recorreremos a este período, pois ele constitui o pano de fundo que envolve os projetos de desenvolvimento territorial a partir do ensino agrícola superior. A República Velha representa o que Vasconcelos (2009) denominou de “período denso”, de curta duração, ou seja, aquele que extrapola o cotidiano ocasionando acontecimentos na sociedade, alterando seu funcionamento, sua estrutura e morfologia espacial. Simbolizam momentos de grande magnitude, porém não constituem ainda momentos de interrupção que projetariam a sociedade para uma nova ordem.

Nesse sentido, apesar de inúmeros acontecimentos decorrentes da Abolição (formação do mercado de trabalho) e da institucionalização da República (federalismo), as mudanças ocorridas no país e no estado mineiro se processaram de maneira gradual, não havendo rupturas dos privilégios da classe proprietária, pelo contrário, a ação desta classe procurou assegurar a continuidade de seus privilégios. Portanto, não ocorreu uma revolução (agrária e tributária, por exemplo) no seio social: a concentração de terra e renda continuaram nas ‘mãos’ de poucos. Essa não projeção da sociedade para uma nova ordem foi traduzida pela modernização agrícola, que abrigou conservadorismo – através da contenção de mudanças sociais, sustentando a defesa da grande propriedade rural – e inovação técnica, do ponto de vista da produtividade.

Uma instituição como a ESAV, nosso objeto de estudo, constitui uma morfologia espacial, a qual indica uma possível porta de reconstrução de situações pretéritas. Maia (2019) a esse respeito afirma que no espaço herdado, o estudo das paisagens pode proporcionar a valorização atual do passado, quer no sentido de recompor o desenvolvimento da paisagem,

quer no de restaurar as do passado por meio da paisagem presente. Ou seja: através da perspectiva material de construção do espaço é possível inferir diferentes temporalidades que nos permitem efetuar análises tanto na perspectiva sincrônica quanto diacrônica. Neste último caso, o conjunto de rugosidades podem indicar o papel central do espaço na constituição do passado social.

Compreendendo o espaço como acumulação desigual de tempos (SANTOS, 2012), a Universidade Federal de Viçosa (UFV) constitui uma herança material de tempos anteriores, trata-se do porvir de sua celular *mater*, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais. Assim, na perspectiva síncrona (de períodos específicos do tempo) temos na UFV a materialidade atual, do presente; e na perspectiva assíncrona (considerando as transformações espaciais através do tempo), a ESAV. É sobre esta última que iremos debruçar nossos esforços com o propósito de recompor o mosaico da formação territorial viçosense, tendo a lucidez de que se trata de uma espécie de quebra-cabeças em que não temos todas as peças. Eis aqui o desafio do exercício intelectual.

Tipos de pesquisa: bibliográfica, documental e de campo

A Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) foi oriunda do projeto de modernização territorial e econômica para a região da Zona da Mata mineira orquestrado, sobretudo, na segunda quadra da República Velha. A batalha das frações da classe dominante agrária e do Estado por *posicionalidade* política revelou a competição inter-regional entre as lideranças das cidades de Ponte Nova, Ubá, Visconde do Rio Branco e Viçosa, pela condição de sede da escola agrícola. Buscando compreender a disputa pela *capital do ensino* agrícola e a centralidade físico-territorial almejada pelas frações da classe dominante daquelas localidades, passo a expor, doravante, as premissas metodológicas e os passos de elaboração desta pesquisa. Esta se orienta pela epistemologia que busca fornecer ao leitor o norte indispensável ao acompanhamento e direcionamento dessa produção.

Em primeiro lugar, destaco a pesquisa documental, que por coerência com o objeto assumido encorpa mais densamente este trabalho. Nela, a fonte de dados consiste não só em documentos impressos, mas também em outros tipos, tais como: jornais, fotos, gravações e documentos legais. Na pesquisa documental os conteúdos dos manuscritos não vêm com interpretações, cabe ao pesquisador elaborá-las a partir dos dados e informações coletados.

As fontes primárias, que integram a pesquisa documental, se constituíram como verdadeiras pérolas, revelando o que outros mananciais não foram capazes. No decorrer da

investigação a respeito de temas que acirravam os debates no alvorecer da Primeira República (desenvolvimento econômico e regional; ordem e progresso; sanitarismo/higienismo; colonização/imigração/povoamento; força de trabalho; ensino agrícola etc.) duas fontes foram cruciais: as mensagens dos presidentes do país e de Minas Gerais enviadas ao Congresso Nacional.

Elas estão disponíveis no *Center for Research Libraries, Global Resources Network* (Centro de Bibliotecas de Pesquisa, Rede Global de Recursos). Este levantamento possibilitou compreender parte do escopo do projeto de modernização agrícola então almejado por integrantes dos partidos, frações de classe dominante e associações (como a Sociedade Nacional de Agricultura) e sua divulgação propagandística no território nacional e mineiro. Como gênero, as mensagens oficiais detêm uma característica importante: a repetitividade das informações, ideias ou argumentos no decorrer dos anos estudados, assegurando a permanência de um certo “léxico” compreendido como coerente a uma narrativa que supõe traduzir a realidade das questões abarcadas.

Por mais contraditório que possa parecer, entretanto, são esses mesmos fatores “restritivos” da fonte a explanação de sua relevância enquanto corpo discursivo, uma vez que a repetição de categorias e noções se metamorfoseia num dado padrão explicativo das discussões cotidianas que se arraigava nos meios políticos. Em razão disso, este gênero de discurso é atravessado pelas concepções dos diferentes grupos existentes no campo político (os mandatários do poder). Nas mensagens dos presidentes do estado ao Congresso Mineiro, os administradores enunciavam discursivamente os problemas de Minas Gerais quase sempre como se fossem “nacionais”, demonstrando uma intensa carga regional.

Os limites inerentes a essa documentação oficial estão vinculados, muitas vezes, ao caráter laudatório de prestação de contas, nem sempre fiéis à realidade da época, e de conteúdos que podem maquiagem as informações. Tal fonte acaba por cumprir o papel de transmissão de mensagens portadoras de certeza e inquestionabilidade, ratificando sua função de sustentáculo de dadas matrizes de pensamento. Isto acaba complexificando, mas não impossibilitando, o trabalho da pesquisadora que tem como incumbência efetuar uma leitura atenta da fonte para não correr o risco de distorcer a análise dos fatos.

É aí que entra a figura da pesquisadora enquanto crítica de uma suposta indubitabilidade dos conteúdos disseminados e também decodificadora das palavras pronunciadas, procurando apreender, ao mesmo tempo, o que elas dizem e não dizem, parafraseando Charaudeau (2006), o discurso político é *locus*, por excelência, de um jogo de máscaras. Assim, a trama

argumentativa de modo algum pode ser escalpelada ao pé da letra, numa diafaneidade ingênua, porém como decorrência de uma estratégia dos grupos enunciadores.

Segundo Foucault (1977), as narrativas são representações, detentoras de uma presumida verdade, cujo vigor advém do poder e do prestígio do quadro institucional que a ampara. Tal quadro arquiteta o tecido social no qual está situado cada discurso, delineando também as relações de poder. Nesse sentido, o estudo das trajetórias discursivas, para Veloso e Madeira (1999) deve possibilitar revelar o “lugar de fala” que baliza o corpo da discussão. O essencial é o *locus* da enunciação, isto é, o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala, por sua vez, está localizado nas estruturas de poder. Portanto, os discursos são sinalizadores da identidade social de um grupo e de sua posição hegemônica (caso das mensagens presidenciais e provinciais) e não-hegemônica.

No corpo das mensagens dos presidentes do estado observamos discursos encaminhados ao Congresso Legislativo em torno do projeto de modernização territorial e econômica do espaço regional mineiro. A *posicionalidade* dos atores (cargos ocupados) – uma das dimensões políticas das práticas discursivas – ensejou a lógica dos conflitos e das tensões na apropriação do poder, ou seja, as frações da classe dominante agrária do mosaico mineiro representavam, para o projeto de desenvolvimento, os interesses das suas diferentes zonas de produção através de duas perspectivas conflitantes, mas que não se elidiam por completo: a de *diversificação das atividades econômicas* e a de especialização produtiva. Os discursos dos dirigentes do estado tangenciavam a condição de quem necessita negociar para ver/ter os seus planos aprovados, dessa forma, estes revelavam a disputa dos políticos e frações de classe dominante (sobretudo, agraristas e industriais) pela condição hegemônica na condução da política de Minas Gerais e na formulação das ideologias consideradas necessárias à organização da sociedade mineira.

As terminologias *classes produtoras*, *classes conservadoras*, *elites/oligarquias agrárias*, *classes dirigentes*, *classes laboriosas* não me parecem dar conta de contemplar um tempo determinado (a Primeira República) e o fenômeno agrário, pois expressam um caldeirão de diversas frações de classe. Aquelas denominações consideram as classes como um bloco monolítico (como se fosse possível os indivíduos estarem nivelados em um mesmo patamar econômico e social), quando na verdade as classes contém diversos sujeitos. Ao recorrer a expressão *fracções da classe dominante agrária* no corpo do texto estamos nos valendo de um recurso analítico, pois ao longo da pesquisa constatamos que o rótulo “elites agrárias” não traria explicações satisfatórias sobre os atores que detinham uma trama de poder nacional que se enraizava no regional.

Nesta pesquisa desejamos destacar especificamente as *fracções* da classe dominante *agrária*, buscando evidenciar as articulações/redes tecidas por estes atores, seu poderio político e econômico (as malhas de poder) e sua inserção social hegemônica. Desse modo, quando as terminologias citadas acima aparecerem no texto elas refletirão o posicionamento dos autores que as elaboraram e quando a expressão *fracções da classe agrária dominante* surgir representará o posicionamento da pesquisadora. Uma nota de esclarecimento quanto a construção do texto: à guisa de método, optamos pela *grafia em itálico* de todas as noções ou expressões de época, bem como de palavras de origem estrangeira.

Voltando aos documentos, um dos que nortearam a análise das questões do sistema econômico mineiro no início do século foi o texto resultante das teses apresentadas no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903. Trata-se de uma publicação da Fundação João Pinheiro na Revista *Análise e Conjuntura*, coletado junto à Biblioteca Pública Luiz de Bessa em Belo Horizonte. Tal fonte subsidiou a compreensão de assuntos vinculados ao desenvolvimento regional: diversificação da economia, protecionismo, instrução agrícola/profissionalização, expansão das estradas de ferro e rodagem, especialização produtiva da indústria nascente, criação de bancos, organização da força de trabalho etc. Os conteúdos, sobretudo, capazes de qualificar o debate das *fracções da classe dominante agrária* em torno das propostas intrarregionais e que forneceram bases para o entendimento de uma região que buscava protagonismo no cenário nacional.

Recorremos também à Casa Arthur Bernardes (que constitui a Secretaria de Museus e Espaços de Ciência da Universidade Federal de Viçosa/SEMEC), ao Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa (ACH-UFV) e ao Arquivo Público Mineiro (APM), localizado em Belo Horizonte a fim de apreender os feitos, façanhas e práticas espaciais de Arthur da Silva Bernardes, enquanto presidente do estado de Minas e do país. Este personagem mereceu destaque nesta pesquisa, uma vez que, além de ter idealizado a ESAV exerceu cargos que influenciaram a política e a economia de Minas, em especial, da Zona da Mata e de Viçosa.

Naqueles locais encontramos repertório textual relativo à sua trajetória política em revistas (*Manchete*, *O mundo ilustrado*), jornais (*Jornal do Commercio*, *Cidade de Viçosa*) e escritos diversos (*Centenário do presidente Arthur da Silva Bernardes*), bem como manuscritos seus como o “Manifesto ao Eleitorado Mineiro” e “Discursos e pronunciamentos políticos” que retratavam assuntos variados: inauguração da Escola, colônias agrícolas, “mão-de-obra”/migração, economia, ensino agrícola, modernização do campo, dentre outros. Todo esse

acervo corroborou para rastrear os discursos de Bernardes, anelando identificar as matrizes de pensamento e os canais de divulgação, bem como suas projeções nas políticas regionais.

Outro grupo de fontes foi recolhido no Museu Histórico e na Pinacoteca da UFV (integrante da Secretaria de Museus e Espaços de Ciência/SEMEC) e no ACH-UFV. Nestes acervos constam o Livro de Ouro da ESAV (com depoimentos de pessoas ilustres que visitaram a instituição como Guimarães Rosa e outros); plantas da Escola; registros iconográficos (fotos da cidade, das fazendas que originaram a Escola, das produções agrícolas, álbuns comemorativos de aniversário da instituição e de formatura; etc.); Atas das Reuniões da Congregação da ESAV e Estatuto; decretos e portarias; conjunto legislativo institucional; jornal de Viçosa (A Cidade); correspondências e palestras de João Carlos Bello Lisboa (engenheiro e vice-diretor da Escola) e Peter Henrique Rolfs (diretor da Escola) a respeito das alegações para criação do estabelecimento de ensino; boletins de Agricultura, Zootecnia e Veterinária e da Associação de Ex-Alunos da ESAV.

Ainda no que tange à história da instituição, coletamos livros que informaram o significado do rol das questões intrínsecas ao estado do campo intelectual da época, tais como: *Relatório de Construção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, ESAV (1929)*; *Primeiros Tempos da Universidade Federal de Viçosa pelas Lentes de Rolfs*; *Boletim Tempo e Memória da UFV*; *A Universidade Federal de Viçosa no século XX*; *UFV 70 anos: a Trajetória da Escola de Viçosa*; *Os cinqüentinhas: engenheiros agrônomos: 1954*; *UFV: oito décadas em fotos*; *90 anos UFV (1926-2016): uma viagem pela história da instituição*; *Legislação de importância histórica: Escola Superior de Agricultura e Veterinária - ESAV - 1926-1948, Universidade Rural do Estado de Minas Gerais - UREMG - 1948-1969, Universidade Federal de Viçosa - UFV - 1969*.

Este *corpus* elucidou as disputas de poder e as estratégias das fracções da classe dominante agrária e lideranças políticas para concretizar o projeto de criação de uma Escola Superior Agrícola em suas cidades. A gama ou a multiplicidade de fontes permitiu um mergulho mais profundo no objeto de estudo, clarificando através dos discursos, páginas da imprensa e documentos institucionais, os contextos históricos que transformaram a identidade regional num princípio norteador de certas práticas político-ideológicas. Também foi possível identificar as artimanhas e os recursos territoriais acionados pelas elites locais para que Viçosa pudesse alocar o estabelecimento de ensino.

Em segundo lugar, face à considerável premência de caracterização dos municípios de Ponte Nova, Ubá, Visconde do Rio Branco e Viçosa, conferimos ênfase à pesquisa de campo. É importante frisar que para detectar nas narrativas os jogos de poder e os atributos espaciais

acionados pelas fracções da classe agrária dominante daquelas cidades visando abrigar o estabelecimento de ensino superior, um mosaico de fontes foi mobilizado com o intuito de discernir os contextos culturais, econômicos, políticos e populacionais das localidades estudadas. Operamos com um universo composto por uma coleção de: jornais (documentação histórica dos registros quotidianos), fotografias, mapas (contendo informações referente à área, população dos municípios, distritos, localização no estado/posição geográfica; estradas) e livros históricos coletados nas quatro cidades.

Tais florilégios foram disponibilizados pelo Album Chorographico Municipal do estado de Minas Gerais, Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa; Arquivo Histórico Central de Ubá (AHC-UBA), Arquivo Municipal de Ponte Nova, Fórum Cultural de Ubá, Museu Histórico de Visconde do Rio Branco, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Viçosa e pela Secretaria de Cultura e Turismo de Ponte Nova. Esta coletânea de dados propiciou montar a “moldura” das cidades, em outras palavras, compreender o que as constituíam enquanto localidades, quais eram suas potencialidades regionais/territoriais em termos de recursos físicos, localização, condições viárias e centralidade regional no segundo quartel da Primeira República.

As “instituições de memória” (NORA, 1993) conferem poder e prestígio aos emissores dos documentos de maneira a ordenar e controlar as narrativas hegemônicas e a história (diga-se de passagem, oficial) dos vencedores. É oportuno esclarecer que sempre se fala a partir de um determinado lugar, de algum lugar de enunciação e, dessa forma, há um imenso vínculo entre o que se fala, quem fala e de onde se fala. Os documentos institucionais analisados funcionaram como dispositivo oficial das fracções da classe dominante agrária e dos poderes locais para afirmar sua dominação social e econômica no horizonte da década de 1920.

Todo esse material mereceu tratamento analítico mais acurado a partir da organização, classificação e sistematização dos dados. Para a interpretação de algumas fontes primárias como as mensagens enviadas ao Congresso Nacional pelos presidentes do país e de Minas, jornais e documentos de Arthur Bernardes foi utilizado o procedimento denominado análise de conteúdo. Tal metodologia associa-se ao tratamento e reflexão de informações constantes em um documento. Um dos problemas mais complicados na análise dos conteúdos foi identificar e distinguir as informações que retratavam a realidade, daquelas que se apresentavam na forma de opinião ou no discurso de determinados grupos. Diante disso, nos inspiramos em Carvalho (2003) que sugere relativizar os discursos e notícias propalados, pois a grande maioria vincula-se a partidos ou a políticos que utilizam estrategicamente estes veículos como um dos principais

canais de manifestação e propagação de seus ideais e interesses, bem como dos segmentos econômicos que os mesmos representam.

Produzidas, em sua maioria, por autoridades e grupos que estavam no poder, aquelas fontes expressavam seus projetos e modos de pensar dominantes. Por isso, uma das precauções metodológicas, segundo Maciel (2010), é não retirar os argumentos do campo de disputa em que foram empreendidos. Um dos riscos de se remover as discussões do contexto em que foram engendradas é produzir explicações históricas universais. Estas interpretações conduzem a consequências desastrosas, como reproduzir um imaginário social e uma memória cristalizada sobre os processos e eventos ocorridos, silenciando outras vozes, projetos e possibilidades implicados numa correlação de forças. Em função disso, buscamos compreender o cerne das notícias, ou seja, o que está implícito no campo discursivo e confrontar com outros dados e informações obtidas nas demais fontes de pesquisa.

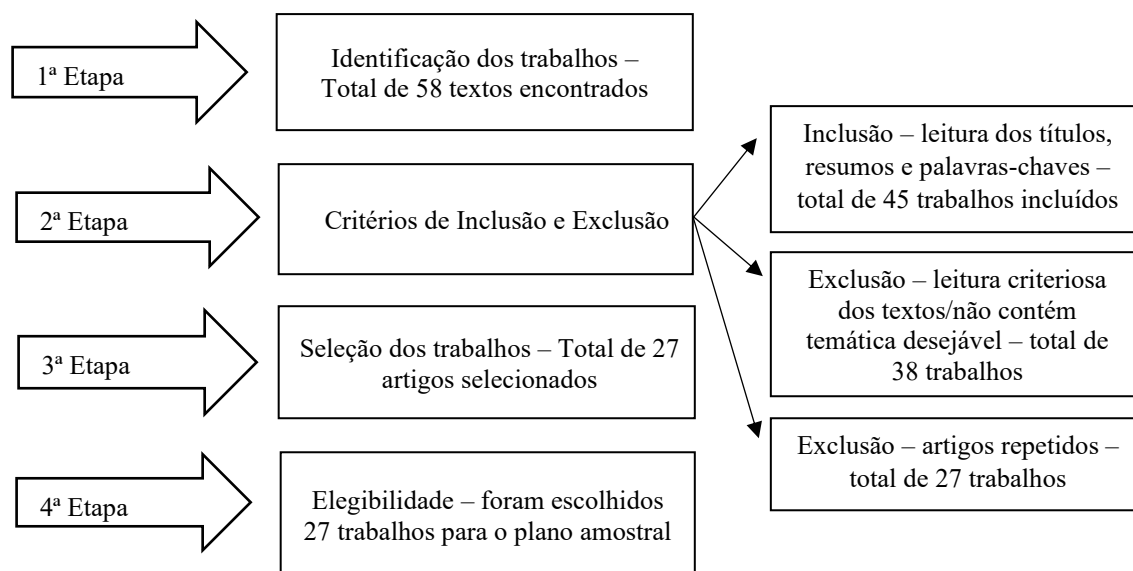
Em terceiro lugar recorreremos à pesquisa bibliográfica (ou teórica). Através dela foi possível selecionar em autores os conteúdos que margeiam o objeto de estudo, a ESAV, e identificar como os trabalhos acadêmicos o têm abordado. Utilizamos a Revisão Bibliográfica Sistematizada (RBS) como estratégia metodológica. O termo se vincula a uma análise detalhada acerca da temática abordada (WEBSTER e WATSON, 2002). A primeira etapa consistiu no levantamento das produções científicas, para tal foram utilizadas o Portal Brasileiro de Publicações Científicas em acesso aberto (Oasis); a Biblioteca Científica Eletrônica Online (SciELO); Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (Redalyc); o Portal de Periódicos da Capes; a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Repositórios Institucionais de diversas Universidades (Campinas, Juiz de Fora, Lavras, Uberlândia e Viçosa); *Google Acadêmico*, CEDEPLAR, Docplayer . Estes bancos de dados reuniram publicações regionais, nacionais e internacionais evidenciando a diversidade e credibilidade das pesquisas.

Após esse momento, utilizamos as seguintes palavras-chaves para efetuar a pesquisa: “Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais”; “ESAV”; “Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa”; “Universidade Federal de Viçosa” e “UFV”. A partir da busca por estas palavras foram encontrados cinquenta e oito trabalhos. Na segunda etapa foram estabelecidos *critérios de inclusão e de exclusão* para seguidamente selecionar aqueles que, de fato, retratavam o nosso objeto de estudo. No primeiro critério optamos por realizar leituras dos títulos, resumos e palavras-chave, totalizando 45 artigos incluídos, enquanto no segundo eliminamos as pesquisas que não abarcavam a temática desejada (sete), bem como aquelas

repetidas (onze), que apareceram em mais de um banco de dados. Alcançamos, assim, um total de trinta e oito trabalhos.

A *seleção dos trabalhos* consistiu na terceira etapa, na qual identificamos produtos bibliográficos e selecionamos os textos cruciais (vinte e sete) à reflexão da constituição da ESAV. Um banco de dados foi criado no programa *Microsoft Excel* contendo as variáveis: Ordem dos Textos (OT); Título da Obra (TA); Tipo de Documento (TD); Área do Conhecimento (AC); Ano da Publicação (AP); Nome do Autor (NA); Local de Busca (LB). E, por fim, na quarta etapa da pesquisa efetuamos a *elegibilidade* dos trabalhos a serem analisados, conforme pode ser observado de maneira sintética no Fluxograma (Figura 6).

Figura 6 - Fluxograma: etapas do processo de Revisão Bibliográfica Sistematizada



Fonte: elaborado pela autora a partir da Revisão Bibliográfica Sistematizada, 2020.

Concluído a fase de seleção dos trabalhos, utilizamos para análise textual dos documentos o *software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)*, que através de um conjunto de estatísticas auxiliam nas descrições e análises lexicais de “*corpus*” de texto, empregando a frequência de palavras e testes do qui-quadrado (χ^2)⁶. Para tal, este programa trabalha em interface com o *software R*, o qual disponibiliza um arsenal de ferramentas que indicam o posicionamento, a estruturação e a correlação de palavras no texto, sempre amparado por representações gráficas (FERNANDES, 2014). Estas podem ser utilizadas na análise de textos (*corpus* textuais como entrevistas,

⁶ Tal teste analisa as possíveis (in) dependências entre as variáveis escolhidas.

questionários, jornais e revistas, obras literárias, artigos, atas de reuniões etc.) e tabela de dados (matriz de dados contendo variáveis socioeconômicas, questionários e demais bancos de informações).

IRAMUREQ: considerações a respeito do *software*

O programa foi criado em 2009 por Pierre Ratinaud e inspirado no *software* ALCESTE (*Analyse Lexicale par Context d'un Ensemble de Segments de Texte* – Método de Reineit⁷.) Este, contudo, é pago e não possui tradução para a língua portuguesa, já o IRAMUTEQ, apesar de ter sido fundado em língua francesa, é gratuito e foi adaptado para o português entre 2011-2013 pela Universidade Estadual Paulista/UNESP, Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC e Fundação Carlos Chaga (CAMARGO E JUSTO, 2013). Trata-se, portanto, de um *software* relativamente recente no Brasil e que tem sido bastante utilizado nas pesquisas em Ciências Humanas e Sociais por proporcionar análise estatística sobre corpora textuais.

A escolha do IRAMUTEQ no processamento de alguns documentos desta tese (Revisão Bibliográfica Sistematizada e Jornal *A Cidade*) se pautou no rigor estatístico; nas distintas possibilidades de análises (tanto estatísticas clássicas, quanto multivariadas); no acesso livre; na sua recente incorporação nas Ciências Humanas e Sociais e, conseqüentemente, no seu caráter inovador. Como esta pesquisa utiliza fontes primárias, o *software* foi crucial para efetuarmos a análise textual, na qual o estudo da linguística se mostrou relevante para deslindar nas tramas tecidas nos discursos, as ideologias geográficas (nos termos de Moraes, 1991), as intencionalidades e os principais “porta-vozes” dos interesses econômicos e políticos etc. Ao possibilitar a identificação do contexto em que as palavras ocorrem (e não apenas a palavra em si), a utilização deste programa de informática não deslocou as narrativas dos conteúdos associados a determinado fenômeno.

É importante ressaltar, como apontam Kamil et al. (2016), que o IRAMUTEQ não constitui um método de análise de informações, todavia ele é uma importante ferramenta para computá-las. Nesse sentido, os relatórios processados pelo *software*, por si só, não concluem a análise dos dados, esta ficou a cargo da pesquisadora. Isto é, o programa apenas obedece aos comandos do cientista, o qual seleciona as variáveis relevantes para gerar os produtos de seu estudo. Cabe, então, ao profissional interpretar e refletir sobre os resultados alcançados.

⁷ Neste método os textos são organizados de acordo com seus respectivos vocabulários e o arsenal deles se segmenta através da frequência das formas reduzidas (CAMARGO e JUSTO, 2013).

A respeito das análises do IRAMUTEQ, optamos pela textual em detrimento da análise matriz. Isto porque a primeira compõe um arquétipo específico da análise de dados e, inclusive, coloca em xeque a dicotomia clássica entre quantitativo e qualitativo nas pesquisas, uma vez que possibilita a quantificação e a aplicação de cálculos estatísticos sobre variáveis fundamentalmente qualitativas, os textos (CAMARGO e JUSTO, 2013; KAMIL et al., 2016). A análise de texto estrutura e organiza os discursos, “peneirando” informações e falas de um documento por meio dos mundos lexicais mais constantes. Segundo Andrade Júnior e Andrade (2016), as palavras no interior de discussões semelhantes se relacionam ao mesmo panorama lexical, logo, a análise quantitativa dos dados textuais se pauta no contexto e classe de conteúdo, cujo sustentáculo é a similitude de vocabulário.

O IRAMUTEQ viabiliza cinco análises textuais: a) estatísticas clássicas que permitem detectar a frequência média e quantidade das palavras; b) pesquisa de especificidades de grupos que relacionam variáveis com o texto; c) Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que possibilita analisar o texto através do vocábulo, facultando segmentos de textos (ST) e ordenando os dados através de um dendrograma; d) Similitude que indica as coocorrências das palavras; e) Nuvem de palavras, que agrega as palavras e as organiza graficamente mediante à sua frequência (CAMARGO e JUSTO, 2013; 2018; LINS, 2017; FERNANDES, 2014).

A preparação do *corpus* (conjunto de documentos/textos reunidos) a ser rodado no IRAMUTEQ foi efetuada após a “mineração” oriunda da Revisão Bibliográfica Sistematizada, cujo resultado foi a seleção de 27 trabalhos reunidos em um único arquivo de texto⁸. Para construção deste utilizamos os resumos dos documentos, nos quais constavam os objetivos das pesquisas, bem como os resultados alcançados. Também foram criadas linhas de comando ou de metadados seguindo um padrão e mudando apenas os nomes das variáveis, as quais foram escolhidas de acordo com os objetivos preestabelecidos envolvendo a temática esaviana: 1) compreender o campo do conhecimento das pesquisas; 2) identificar os tipos de produções científicas e a 3) organizar esses documentos no banco de dados do *Microsoft Excel* (gerado a partir da RBS), afim de facilitar as buscas. Tendo isso em vista, foram inseridas no corpo textual linhas de comando abarcando as seguintes variáveis:

*OR: Ordem dos textos (1, 2, 3, 4, 5 etc.);

*TD: tipo de trabalho (artigos, monografias, dissertações e teses);

⁸ Inicialmente o *corpora* foi construído no *Microsoft Word*, depois foi formatado em função das especificidades do *software*, ou seja, salvo como “Texto sem formatação” em “outra codificação”, na opção “Unicode UTF 8”, cujo formato base é *.txt.

*AC: Área do Conhecimento (Administração, Educação, Extensão Rural, Geografia, História etc.);

*BD: Banco de dados (Academia.edu; CEDEPLAR; Docplayer; BDTD; Google Acadêmico; Oasis; Portal da Capes; SciELO; Redalyc; Repositórios Institucionais).

Assim, cada documento foi separado por um conjunto de quatro asteriscos, seguido pelos códigos que os especificam (como pode ser observado no Anexo A). Com o intuito de caracterizar e compreender nas pesquisas as distintas associações das discussões temáticas relacionadas a ESAV, utilizamos a Estatística textual, a Classificação Hierárquica Descendente e a Nuvem de Palavras. Na primeira opção de análise, Camargo e Justo (2018) afirmam que o IRAMUTEQ provê o número de textos e segmentos de textos, ocorrências, frequência média das palavras, bem como a frequência total de cada forma em função do dicionário de formas reduzidas.

A Estatística textual resultou em um aproveitamento de 77,65% do texto total, o programa dividiu os vinte e um textos (UCIs) em 170 segmentos de textos (ST), apareceram 5.922 ocorrências (número total de palavras, formas ou vocábulos contidos no “corpus”), sendo 1.751 palavras distintas e 795 com uma única ocorrência (hápax). Os segmentos (recortes do texto com mais ou menos 3 linhas cada) foram utilizados para identificar, quantificar e organizar as palavras de acordo com a frequência média em que elas apareceram no corpo textual.

A segunda opção de análise, CHD, há um ordenamento dos segmentos de texto em decorrência dos seus respectivos vocabulários e a totalidade deles é fracionada sustentado na frequência das formas reduzidas (CAMARGO E JUSTO, 2013) – pesquisa o vocabulário e reduz as palavras com base em suas raízes (lematização⁹). A partir da Classificação Hierárquica Descendente o *software* dividiu o *corpora* textual em três classes, as quais nomeamos em função das ideias nelas apresentadas: Classe 1: Modernização agrícola; Classe 2: Memória Institucional; Classe 3: Extensão universitária. Esta análise propiciou a pesquisadora inferir o conteúdo presente nos artigos, nas dissertações, na monografia e nas teses, bem como compreender seus eixos de discussões. A terceira análise apesar de se tratar de uma análise

⁹ Substitui uma palavra por outra reduzida. Assim o programa busca todas as palavras equivalentes aquela de mesmo radical, ignorando o tempo verbal, gênero, verbo etc. Exemplo PENSAR, PENSADORES, PENSAMENTOS, PENSATIVO, PENSANDO são substituídos por PENSAR+. Os lexemas (parte de uma palavra) podem ser separadas em dois grupos: a) palavras ativas (plenas): verbos, nomes, adjetivos, advérbios; são incluídas nas ocorrências por ter maior peso explicativo; b) palavras suplementares: artigos, pronomes, posições, conjunções, interjeições, números; não são computadas nas ocorrências.

lexical mais simples, permitiu identificar de forma rápida as palavras-chaves constituintes dos estudos desse “estado da arte”.

O programa também foi manipulado para processar o Jornal *A Cidade*. A elaboração do *corpus* foi realizada no *Microsoft Word* com todas as matérias que abarcassem a ESAV tanto no título quanto no interior de cada notícia. Na legenda do banco de dados consta o Ano da Seção (AS) e o tema (T), conforme Anexo B. Apesar do recorte temporal-analítico da pesquisa abarcar a Primeira República, observamos que as reportagens mencionando a Escola se iniciaram no jornal em 1920, quando se promulgaram os debates de criação da instituição. Finalizamos a coleta de dados no jornal em 1928, dois anos após sua inauguração (isto porque este é o último ano do folheto no banco de dados do ACH/UFV).

As análises utilizadas foram a Estatística textual, CHD, Similitude, Fatorial Confirmatória e Nuvem de palavras. Na primeira o *corpus* geral foi constituído por nove textos (UCIs), separados em 1.273 segmentos de texto (ST). Emergiram 43.959 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 7.631 palavras distintas e 2.500 com uma única ocorrência (hápax). Na CHD o conteúdo analisado foi ordenado em cinco classes: Classe 1 (Personagens políticos); Classe 2 (Construção e Inauguração); Classe 3 (Ensino Agrícola); Classe 4 (Agricultura Moderna); e Classe 5 (Produção e experimentação). Elas permitiram compreender as temáticas debatidas no jornal *A Cidade* vinculadas à ESAV.

A Análise de Similitude se baseia na teoria dos grafos que representa a associação entre as palavras do *corpus* textual. Por meio desta análise é possível depreender a estrutura de construção do texto e temas de significativa relevância (LINS, 2017), observar uma árvore de similitude da classe (*Graph of cluster*), as expressões ou combinações de palavras que mais são reiteradas (*Repeated Segments*) e os ST característicos da classe (*Typical text segments*). Buscando compreender nosso objeto de estudo, a ESAV, selecionamos os verbos e os adjetivos (*formes*) presentes no *corpus* (do jornal *A Cidade*) com o fito de verificar quais apareciam com maior frequência e o peso explicativo disso em nossas reflexões.

Na Análise Fatorial Confirmatória (AFC) podemos efetuar relação do texto com as palavras “[...] considerando a frequência de incidência de palavras e as classes, representando-as em um plano cartesiano” (LINS, 2017, p. 38). Dito de outra forma, as representações gráficas mostraram o posicionamento das classes de locuções no *corpus* textual, nos possibilitando visualizar quais se integram e concentram o *corpus* e quais se afastam do centro e definem certa especificidade. Nesta análise as cinco classes (Personagens políticos, Construção e inauguração, Ensino Agrícola, Agricultura Moderna, Produção e experimentação) foram

retratadas num Gráfico 3D de modo a compreender como se associavam e se distanciavam entre si através de palavras e segmentos de textos.

Pesquisa quanti-qualitativa

O conteúdo desenvolvido nesta tese se caracterizou através de uma abordagem quanti-qualitativa. Esta ganhou “fôlego” na década de 1980 com a abertura política que aconteceu em muitos países latino-americanos. Esse contexto levou os pesquisadores a repensar a realidade e analisar as questões teórico-metodológicas e as técnicas de pesquisa (PESSÔA, RÜCKERT e RAMIRES, 2017). As discussões da abordagem quanti-qualitativa estavam antenadas, inicialmente, à área da saúde (Enfermagem, Psicologia etc.). A incorporação de tal abordagem na Geografia se deu a partir do movimento de renovação desta ciência denominado Geografia Crítica (no segundo lustro da década de setenta) – pautado no materialismo histórico-dialético – que a absorveu em diferentes subáreas, como a Geografia Urbana, Geografia Cultural, Geografia Econômica, Geografia da Saúde e Geografia Rural (PESSÔA, 2020).

Portanto, a Geografia se colocou nesse debate, sobretudo, no século XXI, na qual a abordagem quanti-qualitativa passou a receber holofotes. Os pesquisadores passaram a perceber que a abordagem quantitativa, extremamente presente na Geografia Pragmática (com ênfase para Geografia Quantitativa e Geografia Sistemática ou Modelística) – cuja vigência ocorreu entre 1950 a 1970 – não exclui a abordagem qualitativa e que podiam ser acionadas de forma integrada nos seus estudos. Pessôa (2020) entrevendo novos horizontes afirma que ambas abordagens se complementam na Geografia, pois corroboram para “ranger” as articulações das teorias e do estigma oriundos da quantificação da década de 1970, quando as técnicas estatísticas foram somente utilizadas para aceitar ou recusar a (s) hipótese (s) da pesquisa, deixando de explicar o (s) motivo (s) do resultado (s). Isto é, tais técnicas eram acionadas mais como um fim (como uma solução para tudo) do que como um meio de alcançar dados e o (s) porquê (s) da (s) conclusão (ões) da pesquisa.

Podemos dizer, então, que a pesquisa quanti-qualitativa permite “quebrar” a dicotomização entre abordagem quantitativa *versus* abordagem qualitativa, não colocando uma em posição de superioridade em relação à outra e não as enxergando como paradigmas competitivos da pesquisa social. Ao invés disso, defendemos a relação dialética entre as abordagens, já que não se trata de faces contraditórias, ou seja, que não admitem dinâmica entre elas, buscamos caminhar através da pesquisa quanti-qualitativa na direção de um pensamento de totalização.

Nesta tese se utilizou os seguintes procedimentos metodológicos de pesquisa qualitativa: pesquisa bibliográfica ou teórica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Já as técnicas/instrumentos aplicados foram a análise de conteúdo, os registros iconográficos pretéritos, a cartografia (envolvendo mapas temáticos e gráficos existentes e os confeccionados). Na outra linha de frente, estão os procedimentos metodológicos da abordagem quantitativa: testes estatísticos (contagem de frequência, cálculo de qui-quadrado/chi²) proporcionados pelos *softwares* IRAMUTEQ e R¹⁰. As técnicas empregadas foram análise estatística, análise fatorial confirmatória, classificação hierárquica descendente, análise de similitude e nuvem de palavras.

Corroboramos com Bauer, Gaskell e Allum (2002) quando asseveram que **não há quantificação sem qualificação**, uma vez que, a medida de fatos sociais depende da “categorização do mundo social”. É preciso ter ideia das diferenças qualitativas entre as categorias sociais, previamente da mensuração, por exemplo, de quantas pessoas pertencem a uma ou outra categoria. Os autores também colocam que **não há análise estatística sem interpretação**, pois os dados não “falam” por si mesmos apesar de serem elaborados cuidadosamente, com modelos estatísticos aprimorados. Quanto mais enigmático o modelo, mais complexa é a interpretação e análise dos resultados. Vide o caso do IRAMUTEQ em que o programa produz as análises (realiza estatísticas com base em textos), mas a interpretação fica a cargo do cientista. Assim, nesta pesquisa as abordagens qualitativa e quantitativa se complementam (em sintonia com a postura filosófica da pesquisadora), procurando abarcar a realidade mediante o estudo da complexidade das questões sociopolíticas, econômicas, culturais e educacionais.

Desafios da pesquisa

A seguir, apresentaremos alguns desafios, sem a pretensão de esgotá-los e conscientes de que deve haver muitos outros de que sequer temos clareza. Nesta pesquisa esbarramos em dificuldades metodológicas. Os jornais da cidade de Ubá e Visconde do Rio Branco, infelizmente, se perderam. Dessa forma, os folhetos Gazeta de Ubá, Cidade de Ubá e Folha do Povo, que circulavam na Primeira República foram destruídos em decorrência de enchentes que assolaram a cidade no passado. Além disso, não estão disponíveis na Hemeroteca Digital da

¹⁰ Proporciona um emaranhado de tratamentos e ferramentas de análises estatísticas que indicam o posicionamento, a estruturação e as associações de palavras no texto (LINS, 2017).

Biblioteca Nacional. Já o periódico *O Rio Branco* há apenas duas edições que se encontram disponibilizados na Hemeroteca Digital (BNDigital)/Biblioteca Nacional e no APM, uma do ano de 1897 e outra de 1925. Tais fatos impossibilitaram a utilização dessas fontes na análise das localidades, uma vez que, no primeiro caso não há material e no segundo, apenas uma edição abarca o recorte temporal da tese.

Importante reportar também que encontramos apenas uma edição do jornal “O Hospital”, três edições do “O Commercio” e duas edições do “Minas Jornal”, os demais não foram localizados no Museu Histórico de Visconde de Rio Branco, nem na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, tornando a coleta de dados impraticável. O “Gazeta de Viçosa” de Viçosa não está disponível nem nas “instituições de memória” nem no acervo de colecionadores de jornais locais.

A respeito das fontes, Vasconcelos (2009) coloca que os “hiatos temporais” são verdadeiros imbróglis. Esse hiato se manifestou na irregularidade temporal dos documentos que não nos permitiu efetuar uma análise do cotidiano pretérito das cidades de Ubá e Visconde do Rio Branco e de suas sociedades, aspectos econômicos e sociais a partir de fontes jornalísticas.

Os imbróglis operacionais desta pesquisa estiveram associados também ao período pandêmico ocasionado pelo coronavírus (SARS-CoV-2). Em virtude do isolamento social imposto pela Covid-19 as “instituições de memória” fecharam suas visitas ao público, impossibilitando o acesso às fontes primárias que constituem a “espinha dorsal” desta tese. Como consequência disso, o período de realização da pesquisa de doutorado estipulado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF) de 4 anos (48 meses) foi postergado. Portanto, a tese é fruto de pesquisa realizada no momento pandêmico e “pós-pandêmico” (ou se preferir de flexibilização das normas de saúde e segurança, definidas pela Organização Mundial da Saúde).

Além do que já foi apontado, outro desafio encontrado, este de caráter pessoal/profissional estava relacionado ao fato de eu ter cursado a Licenciatura em Geografia na Universidade Federal de Viçosa de 2019 a 2021, ou seja, concomitantemente a praticamente metade do período de realização do Doutorado (2018-2023). Sendo assim, tive dois vínculos institucionais, um na UFV e outro na UFF, o que ocasionou (por conta da jornada de estudos e trabalho) atraso da defesa do doutorado.

CAPÍTULO 1. O ENSINO SUPERIOR AGRÍCOLA COMO FAROL DA MODERNIZAÇÃO DE MINAS GERAIS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

1. Prolegômenos

A educação no Brasil colonial começou a merecer tímida atenção após a chegada D. João I em 1808, antes disso e até 1850 a maioria dos membros da elite do país obtinha sua formação na Universidade de Coimbra. Com a presença da Família Real, Carvalho (2003) assinala que foram fundadas as seguintes instituições portuguesas de ensino superior: no Rio de Janeiro a Academia dos Guardas-Marinhas e Academia Real Militar (1808 e 1810), a Academia de Belas-Artes (1820) e a Escola de Medicina (1813) e, em Salvador, uma Escola de Medicina (1815). Além destas, o príncipe regente, através da Carta Régia de 25 de junho de 1812, criou um curso de Agricultura na Bahia destinado às elites locais (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

Para disseminar os conhecimentos agrônômicos foram fundados os “hortos reais” na Bahia, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Pernambuco e em Minas Gerais, que anos mais tarde passaram a ser chamados de “jardins botânicos”. Seu papel, segundo Castro, Frigotto e Costa (1977), era funcionar como *locus* de ensino (centro de estudos), pesquisa (aprimoramento de plantas nativas e aclimação das exóticas) e extensão (propagação de descobertas científicas e técnicas agrícolas). Contudo, somente após a Independência que as escolas voltadas à formação da elite se consolidaram como política pública. Foi, portanto, no Império (1822-1889) que os representantes das províncias travaram lutas ideológicas nas reuniões parlamentares para transformar suas regiões em centros de formação, discutindo a localização e a quantidade de escolas a serem implantadas.

Com o afloramento do regionalismo no período imperial, os centralistas buscaram trocar a “rivalidade provincial” pela “rivalidade regional”. Como já haviam sido criadas escolas militares e de medicina no Rio (RJ) e na Bahia (BA), as disputas se voltaram para as escolas de direito. Em 1827 foram concedidas duas escolas uma para o norte e outra para o sul¹¹, sendo a primeira em Pernambuco (PE) e a segunda em São Paulo (SP). Além destas criou-se a Escola de Farmácia em Ouro Preto no ano de 1839 e no mesmo lugar inaugurou-se a Escola de Minas em 1876 (CARVALHO, 2003). Estas instituições trouxeram para o Brasil, pelo menos em

¹¹ O norte abarcava as províncias do Amazonas até a Bahia, o sul o restante (op. cit., 2003).

termos de formação discursiva, os primeiros sinais de modernização através da formação técnica e profissional.

Apoiado em fontes primárias, Carvalho (2003) aponta a origem geográfica dos estudantes daquelas escolas em 1859, com exceção da Escola de Minas: os alunos da escola de Olinda provinham 88% do norte e 12% do sul; os que se direcionaram à escola de São Paulo 7% eram oriundos do norte e 94% do sul; dos discentes da escola da Bahia 92% vieram do norte e 8% do sul; quanto aos educandos da escola do Rio, 16% efluíam do norte e 84% do sul. Portanto, as quatro escolas de medicina e direito demonstram uma concentração regional ao invés de provincial.

Além das escolas de direito, a criação de escolas agrícolas – compreendidas como um elemento constituidor do desenvolvimento do país – se tornou uma pauta de solicitação dos líderes que conduziam a política provincial. A fala do marechal Henrique de Beaurepaire Rohan na Assembleia Legislativa demonstra isso:

Em nosso país, quase que não consiste a instrução pública, senão no ensino puramente literário. Logo que alguma localidade manifesta alguns sinais de opulência, qualquer que seja, aliás, a indústria a que ela deva sua riqueza, trata-se de dotá-la com uma cadeira de latim, a que ao depois se seguem a de retórica e filosofia. Considerada a questão pelo lado econômico, é esse, no meu modo de ver, um erro muito prejudicial. As vocações industriais são providencialmente mais numerosas do que as vocações literárias; (...) Entretanto, são essas escolas o único recurso que tem atualmente à sua disposição o pai de família, que deseja ver bem educados seus filhos, e desta sorte, mal encaminhando o ensino, contrariam-se as vocações, arruinam-se as fortunas, e cria-se a classe importuna dos aspirantes a empregos públicos. (...) Assim pois, senhores, tendo nós de proceder a um pequeno ensaio, espero que a **escola de agricultura**, convenientemente organizada, algum serviço preste à nossa indústria. Ela vai, ao mesmo tempo, servir de asilo a muitas crianças que, privadas de família, ou tendo-as sem fortuna, serão educadas sob os auspícios da província em que nasceram (REZENDE, p. 3, 2009, grifos nossos)¹².

O relato do marechal, feito em 1858, evidencia dois projetos paralelos em curso no aspecto educacional: o saber humanístico e o saber técnico, representados, respectivamente, pela literatura e ensino agrícola. Também é possível observar a relação entre escola de agricultura e economia, ao se defender nas entrelinhas a contribuição das instituições de ensino como impulsionadoras da grandeza material e do progresso econômico. A ideia de “vocação” industrial avivada foi construída em torno de uma narrativa que invocava o processo de construção identitária das províncias, operando numa ótica determinística uma vez que não existe vocação de um lugar. Outra questão interessante está relacionada ao fato de as lideranças

¹² O discurso se insere num momento de crise da grande lavoura agroexportadora, a produção cafeeira estava comprometida em virtude das doenças e a cana-de-açúcar decaía devido à falta de braços (decorrente da proibição do tráfico de escravos em 1850) e de seca nas províncias do norte (op. cit., 2009).

políticas elegerem a ciência agrícola/agronômica como porta-voz do projeto de modernização produtiva em pauta, o qual trazia em sua esteira a estratégia de elevar o país à condição de potência econômica inscrevendo-o no seio da divisão internacional do trabalho.

As reivindicações do marechal e dos políticos das demais províncias mediante às escolas tiveram eco na Corte e D. Pedro II, príncipe regente, concedeu maior atenção ao ensino superior agrícola criando o Instituto Bahiano de Agricultura, através do Decreto nº 2.500-A, de 1º de novembro de 1859. Após a fundação do Imperial Instituto, diversos estabelecimentos foram inaugurados nas demais províncias, tais como: Instituto Pernambucano de Agricultura, Instituto de Agricultura Sergipano, Instituto Fluminense de Agricultura e Instituto Rio-Grandense de Agricultura aprovados, respectivamente, pelo Decreto nº 2.516, de 22 de novembro de 1859; Decreto nº 2.521, de 20 de janeiro de 1860; Decreto nº 2.607, de 30 de junho de 1860; Decreto nº 2.816, de 14 de agosto de 1861 (REZENDE, 2009).

Tais instituições amealharam a “nata” das sociedades locais (grandes proprietários de terra, comerciantes, clero e políticos) que visavam consolidar seus interesses materiais e ideológicos e, nesse ínterim, contornar os embaraços provocados pelo fim do tráfico negreiro (1850), pela crise do açúcar, ampliação do café no sul, competitividade dos cafeicultores do Vale do Paraíba e carência de produtos alimentícios (CAPDEVILLE, 1991). Perante tal conjuntura nacional, algumas medidas foram solicitadas pelos representantes hegemônicos dos canaviais, tais como: criação de escolas agrícolas, banco de créditos e diminuição dos impostos que penalizavam a atividade rurícola.

Em resposta, foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1860, cuja pauta de discussões se voltava ao melhoramento do cultivo da cana; a necessidade propagandística de maquinários para o campo, que proporcionassem o aumento da produtividade e a redução do custo de “mão-de-obra”; à fundação de escolas agrícolas no polo gravitacional dos engenhos. Os debates ocorridos na Secretaria, de fato, repercutiram na inauguração em 1877 da Escola Agrícola da Bahia, em São Bento das Lages e no Instituto Agrônomo de Campinas (CAPDEVILLE, 1991). A Escola Agrícola da Bahia esteve, desde sua criação até 1904, sob a coordenação do Instituto Bahiano de Agricultura, funcionando como um suporte deste e foi a única instituição brasileira a formar profissionais de ciências agrárias até o ano de 1890.

As escolas de medicina, direito e agrícola (Bahia, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Salvador e Sergipe) criadas durante o período imperial constituíam o “coração do ensino” no país, ou seja, das ciências de predileção do Estado. Tais instituições revelam a distribuição equilibrada desses estabelecimentos nas regiões norte e sul,

evidenciando os polos de investimento do governo central – o que não quer dizer que a disputa para abrigar os estabelecimentos de ensino agrário tenha ocorrido sem conflitos. No entanto, é com o findar do Império e o alvorecer da República que a política educacional desenovelará os primeiros passos em benefício do ensino agrícola superior no país, nosso cerne de reflexão. Antes disso, as tentativas de estabelecer instituições voltadas à ciência agrária foram marcadas mais por derrotas do que vitórias.

Uma das razões para o insucesso, apontada por Capdeville (1991), estava associada ao modelo agroexportador, calcado na monocultura latifundiária e na força de trabalho escrava que, por sua vez, requeria baixa qualificação e diversificação. Somado a isso, as terras abundantes e férteis não requisitavam esforços ou transformações dos métodos e técnicas visando aumentar a produtividade. Nesse sentido, o Brasil estava desprovido de uma política agrária e educacional consistente, tendo em vista que na produção agrícola poucos melhoramentos eram inseridos e não havia uma demanda efetiva na formação de técnicos, em função disso, a criação de escolas agrícolas era tímida.

No entanto, a sustentação da *plantation* começou a entrar em colapso quando dois dos seus baluartes passaram a apresentar fissuras na virada do século XIX. A transição do trabalho escravo para o trabalho “livre” e a dependência excessiva da monocultura começaram a “minar” a estabilidade do sistema econômico de base agrícola, problema que se acresce ao esgotamento dos solos e a utilização de práticas e métodos tidos, sob o prisma das frações da classe dominante agrária e do Estado, como “rotineiros”.

Assim, com o desmoronamento do sistema agroexportador, o saber agrícola emerge como um projeto “pedagógico” de organização da força de trabalho do campo, representando uma estratégia de fixação do trabalhador ao solo, já que com a Abolição¹³ aumentou-se o êxodo rural em direção às cidades. Bomeny (2005) afirma que o ensino técnico-profissional se destinaria aos pobres e a educação geral, patamar para galgar o ensino superior, se dirigiria às elites abastadas aumentando, por conseguinte, suas chances de ingressar no mercado de profissões. Logo, refletir sobre a desigualdade de acesso ao ensino permite compreender a própria disputa de classes e frações de classe no interior do Estado.

Conforme assinala Faria (1992), com a transição do período imperial para o republicano, o alvitre do ensino agrícola superior foi paulatinamente se apartando do universo dos sonhos e adentrando, sob o pretexto de qualificação da “mão-de-obra”, na conjuntura da produção capitalista. Assim, os debates sobre a fundação e implantação de instituições agrícolas se

¹³ Lei Áurea, oficialmente Lei Imperial n.º 3.353 de 13 de maio de 1888.

acentuaram na Primeira República e o ensino foi alçado, no plano do discurso, como antídoto para superar o *atraso* da agricultura do Brasil; condição genericamente defendida pelas fracções da classe dominante agrária.

Partindo do exposto até aqui, o objetivo central que tenciono alcançar no primeiro capítulo consiste em compreender como as escolas superiores agrícolas foram incorporadas nos debates da Primeira República como dispositivos territoriais para justificar um modelo de modernização desejado pelas fracções da classe dominante agrária. Elencamos como objetivos complementares: 1) apreender de que maneira as fracções da classe dominante organizaram o ensino agrícola, mais especificamente o superior, em prol do desenvolvimento regional; 2) analisar como os discursos sobre a premência das escolas agrícolas serviram como uma espécie de trampolim para alcançar a tão sonhada “ordem” e difundir/legitimar o progresso no estado. Consoante aos intuítos mencionados, explicitaremos o cenário que emoldura a política, a economia e a sociedade brasileira e mineira, o qual constitui o pano de fundo no qual foram inseridas as escolas superiores agrícolas.

1.2 Lavar, semear, propagar¹⁴: o ensino agrícola superior como força intelectual do território

Fortificar à vontade, desenvolver a inteligência, proporcionar a riqueza intelectual, eis a fortuna mais produtiva de um país. E devido a democratização das ciências que o nosso século adquiriu um brilho deslumbrante. Uma vez, porém, que ela tem seu ponto de apoio na vulgarização, havemos de considerar a instrução como sendo a **alavanca de prosperidade política, econômica e moral de uma nação**. [...] Sabemos que o progresso da agricultura deixa cada vez mais de empregar os homens como força material e os utiliza como força intelectual. A instrução aumenta assombrosamente a capacidade produtiva do indivíduo¹⁵.

O título desta secção evoca verbos que explicitam ações e jogos de poder. Lavar, semear, propagar o ensino agrícola exprimem a estratégia do (s) sujeito (s), sobretudo do Estado e *classes conservadoras*¹⁶ (FARIA, 1992), em prol do desenvolvimento econômico do país. O poder de disseminar a educação expressa um ato político concretizado na (cri)ação e construção

¹⁴ A inspiração deste título, sem dúvida, se amparou no conteúdo do Jornal A Cidade.

¹⁵ Jornal A Cidade, 1923, s/p, grifos nossos.

¹⁶ Considerada como uma categoria historicamente constituída e não precisamente uma classe delineada, contrária a outra classe fundamental, Faria (1992) justifica o uso desta expressão em sua tese de doutorado pela ocorrência com que se apresenta nas fontes documentais situadas na Primeira República. O termo abarcava “[...] o conjunto dos agricultores, dos comerciantes, dos industriais, dos banqueiros e de todos aqueles que, de uma forma ou outra, se ligavam ao mundo da produção” (p. 25). Conforme a expressão evidencia, a base ideológica das classes conservadoras é o conservadorismo, cujo objetivo era conter as mudanças sociais, sustentando a defesa da grande propriedade rural.

das escolas superiores agrícolas, as quais foram habilidosamente utilizadas para justificar um modelo de modernidade. Nesse sentido, o subtítulo revela justamente um dos projetos em curso no país: o de modernização do território nacional através da difusão do ensino. A epígrafe selecionada, por sua vez, evidencia um forte vínculo entre instrução e economia. Isso pode ser observado pela ênfase em palavras/expressões de sentido semântico sinonímico, tais como inteligência, riqueza intelectual, força intelectual e prosperidade econômica, fortuna produtiva, capacidade produtiva que reforçam o elo entre o ensino agrícola e o aumento da riqueza e afirmam a estratégia em assegurar, via projeto educacional, a expansão capitalista e o progresso do campo. Sendo assim, a elevação do ensino agrônômico à condição de fator essencial ao aprimoramento da produção agrícola do país, reforçaria o motor principal da economia.

Os debates que estavam no cerne da Primeira República, sobretudo nos anos 1920 nos permitem compreender o entrelaçamento entre a economia e a política. Neste momento, o país se caracterizava pelos interesses agroexportadores, afinal o esteio da economia era o setor primário. Para Reis (2008) o Estado estava sendo “construído” em interação com as heranças de um passado pautado no sistema oligárquico-rural e inclinado a aceitar as demandas do setor cafeicultor, protegendo seus interesses. Os cafeicultores colaboraram na criação de um lugar privilegiado para o Estado na sociedade brasileira. Politicamente eles haviam despejado o liberalismo por meio das práticas oligárquicas, as quais intimidaram a disputa de interesses e perverteram a balança de poder em prol do executivo. Economicamente, a politização da economia promoveu a fusão entre a autoridade e o mercado, benéfico à “modernização pelo alto” que então se processava.

O processo de *state building*, marcado pela dinâmica dos arranjos políticos dos coronéis fez com que o domínio público e o privado se confundissem de forma inexorável, especialmente a nível regional. O modelo federalista havia colocado um padrão de demandas regionalmente fragmentadas que beneficiava um “estilo hierárquico e patronal do exercício do poder” (REIS, 2008, p. 187). O coronelismo figura, então, como um dos indicativos do amálgama entre aqueles domínios. Ele reflete a necessidade para os déspotas locais de se utilizarem da patronagem do Estado para salvaguardar seus poderes (a famosa política de patrão-cliente manejada pelos chefes rurais), se valendo muitas vezes de repressão e paternalismo (LEAL, 1997).

No coronelismo o poder público mobilizava os recursos a serem repartidos de acordo com critérios políticos. A atuação dos coronéis nos estados, como foi o caso de Minas Gerais, se tornou crucial para reivindicar a construção de infraestruturas indispensáveis ao complexo agrário mercantil (exportador), como as estradas de rodagem e as ferrovias. Em contrapartida,

o Estado se beneficiava, pois, a expansão dos transportes era uma estratégia de certificar sua penetração e regulamentação da/na vida social.

Nesta volta aos anos 1920, nos deparamos com episódios que contém, em germen, a mudança da sociedade brasileira entre as duas guerras mundiais. Foram eles: a Semana de Arte Moderna (1922), que entabulou a revolução estética; a fundação do Partido Comunista Brasileiro, que delineou uma nova fase da organização política da classe operária; a revolução política tenentista, que desponta com a rebelião na Fortaleza de Copacabana (OLIVEIRA, GOMES E WHATELY, 1980), a qual ocorreu em decorrência da prisão do Marechal Hermes da Fonseca. O “tenentismo” consistiu num movimento associado simultaneamente às classes médias e à burocracia do Estado. A unidade do movimento estava alicerçada no caráter militar e na condecoração do golpismo como maneira de atuação política. Todavia esta unidade abarcava correntes contraditórias: uma nacionalista e outra liberal (CUNHA, 1980).

O tenentismo nacionalista era a enunciação concomitantemente de dois setores: i) das camadas médias vindas da classe trabalhadora, cuja luta era contra a degradação das condições de vida colocadas pelas oligarquias na sua “política de socialização das perdas”, e em benefício da industrialização comandada pelo Estado e não pelo capital estrangeiro; ii) da burocracia militar se contrapondo a intimidação de desintegração do Estado devido às lutas entre os segmentos das oligarquias. O tenentismo liberal era a representação também de dois setores: i) do bloco das camadas médias originárias das oligarquias decadentes, que traziam à tona as propostas de reformas políticas visando o moralismo e o elitismo; ii) das oligarquias dissidentes, afoitas na alteração das regras do jogo político de forma a se tornarem hegemônicas (CUNHA, 1980).

A partir do tenentismo pode-se compreender a atuação de Arthur Bernardes (1922-1926) na política, já que este ator foi contrário às reivindicações dos trabalhadores e dos tenentes. Como resultado disso, Cunha (1980) adverte que ele governou todo o tempo em estado de sítio com constante repressão policial. Além disso, houve redução dos casos de *habeas-curpus* – objeção ou derrogação de uma prisão injusta por ausência de causa legal ou pela ineficiência da autoridade coercitiva – e dos poderes do executivo, limitando as oportunidades de os parlamentares apresentarem projetos de lei. Contudo, a insatisfação dos tenentes com o governo reverberou na chamada Coluna Prestes (1926) – uma marcha de protesto contra as tropas bernardistas, sob a liderança de Luís Carlos Prestes que percorreu em quase todo o país.

Além das transformações supramencionadas nos parágrafos acima, outras de múltiplas facetas estavam em pauta na sociedade republicana: o desenvolvimento das classes médias e o surgimento dos pequenos fabricantes e comerciantes, dos profissionais liberais e dos

funcionários públicos, civis e militares; a burocracia do Estado e das empresas; o saneamento e os processos de modernização da capital federal e de muitas capitais dos estados; os movimentos culturais e científicos, como a criação da Academia Brasileira de Ciências (1916) e da Associação Brasileira de Educação (1924), com suas demandas e congressos nacionais; os movimentos contestatórios do regime; o Positivismo, que interviu nas profissões militares e politécnicas (inclusive na afirmação de um novo grupo de profissionais: os agrônomos); e a defesa do bacharelismo no ensino (CUNHA, 1980; CAPDEVILLE, 1991).

A respeito dos acontecimentos citados, alguns merecem atenção especial. O processo de formação das classes e o de construção do Estado foram mútuos. A categoria dos intelectuais e dos profissionais liberais era composta por advogados, médicos, engenheiros, professores, jornalistas etc. Estas novas classes contribuíram para a formação social brasileira, através da criação de escolas superiores e expansão do ensino secundário. Os bacharéis realizavam ensaios sobre o momento político; os médicos conservavam a tradição das escolas de medicina como centros de cultura; os engenheiros, que no contato com o interior, proporião o desenvolvimento dos meios de comunicação (OLIVEIRA, GOMES E WHATELY, 1980).

Pinheiro (2004) aponta a interação e complementação entre o coronelismo (que assumiu papel ímpar na articulação dos controles sociais e políticos efetivados pelas classes dominantes tradicionais) e o bacharelismo, pontificado em torno da formação lograda nas faculdades. O autor ratifica esta afirmação dizendo “[...] essa complementação vai ocorrer na burocracia, à qual esses bacharéis terão acesso, mas à qual raramente serão capazes de desenvolverem um projeto próprio” (ibid., p. 34). Isto é, os bacharéis possuíam intervenção nas articulações de poder político, mas não se metamorfosearam em sujeitos de transformação e sim em cooperadores efetivos das alterações que foram chefiadas pelas classes dominantes para perpetuar a pauta de exploração.

Já as classes médias eram formadas pelos trabalhadores assalariados, associados ao domínio da circulação do capital e por aqueles que colaboravam para a efetivação da melhoria: operários assalariados do comércio, dos bancos, das agências de venda e prestadores de serviços. Também englobavam os “funcionários do Estado, do aparelho do Estado (serviços públicos) e dos aparelhos ideológicos do Estado (comunicações, imprensa, educação etc.)” (PINHEIRO, 2004, p. 12) num tênue alargamento do bloco de poder.

De acordo com Souza J. (2017), as mudanças estruturais na primeira metade do século XX como os avanços expressivos de atividades comerciais e industriais e a maior efetividade do Estado na vida social foram responsáveis pela criação da classe média. É essa classe que ocupa no período pós-escravidão os cargos públicos e as funções mais qualificadas. Cunha

(1980, p. 146) assinala que tais grupos ascendentes eram compostos de pessoas advindas das classes trabalhadoras que almejavam “[...] nos cargos subordinados dos escritórios, lojas e repartições” citadinos (de ‘colarinho e gravata’) se distanciar das ocupações manuais, menosprezadas em função da condição explorativa e da ideologia que as associavam ao trabalho escravo. Levando isso em conta, caberia destacar que a contribuição e a importância das classes médias na formação da República estão vinculadas à instituição de um pacto histórico antipopular com a elite latifundiária para a preservação de seus privilégios¹⁷ (SOUZA J., 2017).

Wirth (1982) afirma que a classe média que teve acesso à educação superior na década de 1920 o fez sem alterar sua estrutura essencialmente elitista. Ou seja, tratava-se da socialização escolar das elites letradas, aspecto colocado de maneira lapidar por Pinheiro (2004) ao dizer que o elitismo assume a forma própria do bacharelismo. Explica-se: mediante ele as classes médias (que ansiavam se tornar burguesia) advogavam sua posição subjugadora do proletariado, isso devido ao seu trânsito pelos circuitos da educação, concedida pelo aparelho escolar e pelo acesso à “cultura” proporcionado pelas relações familiares.

A validação social por intermédio da educação propiciada, sobretudo, pelas faculdades de Direito (poderoso instrumento da reprodução estrutural e do enrijecimento do aparelho do Estado) funcionou para fortalecer a associação das classes médias à manutenção do *status quo*. Cunha (1980) ressalta que os bacharéis, desde o Império, eram os burocratas de grande magnitude em qualquer setor do Estado, interpretando leis e confeccionando normas jurídicas (portarias, proclamações e avisos), os quais integravam a principal forma de ação da burocracia civil. Interessante sublinhar que a classe dominante tradicional em nenhum momento se preocupou ou despendeu esforços para a valorização da educação, do aparelho escolar ou universitário, uma vez que não estava compelida a se legitimar por meio do diploma – como careciam as classes médias (PINHEIRO, 2004).

Sumariamente, na década de 1920 – também conhecida como a década da “virada” devido às transformações culturais, políticas, econômicas e sociais, cuja relevância é unanimemente reconhecida – as novas classes sociais; a imigração (como uma das alternativas à Abolição do trabalho escravo); a industrialização (até então concentrada no Rio de Janeiro) assumida pelos comerciantes cafeeiros de São Paulo; os movimentos de efervescência cultural, política, científica e contestatórios (nem tudo eram flores!); a racionalidade da técnica; a burocracia do serviço público e a centralização da organização do Estado via *política dos governadores*¹⁸ funcionaram como passarela para as propostas de ensino agrícola. É neste

¹⁷ Para saber mais ver a obra *A elite do atraso: Da escravidão a Bolsonaro* de Jessé de Souza (2017).

¹⁸ Na qual os governadores tiveram participação ativa nas negociações com as bancadas estaduais.

caldeirão de acontecimentos que ele emerge como um mecanismo para reter a força de trabalho no campo (devido às transformações engendradas pelo fim da escravidão), domesticar o crescimento urbano e como forma de superar o *atraso* no âmbito produtivo. A formação (voltada ao ensino elementar, secundário e superior) de profissionais agrícolas passou a ser considerado um dos “remédios” para os males da agricultura nacional.

O novo intelectual da Primeira República, o agrônomo, com profundas conexões junto ao aparelho do Estado (via Ministério da Agricultura) era chamado a atender a demanda de um novo setor de investimentos: a educação profissional técnica e superior. Nesse ínterim, não podemos descolar, conforme coloca Mendonça (1998), as reflexões sobre o processo de construção do Estado brasileiro sem analisar o papel exercido pela educação em geral e o ensino agrônômico particular.

Os debates sobre o projeto de ensino superior agrícola (e demais profissões técnicas) continham no seu bojo crítica acentuada ao bacharelismo. Sob a influência de matizes educacionais americanas, defendia-se no país e em Minas o ensino teórico-prático (em contraposição a tradição “livresca”) pautada no método da observação direta e no “aprender-fazendo”, como foi o caso esaviano (SILVA, 2007). Portanto, foi nessa ambiência de tensionamento entre o ensino bacharelesco e o teórico-prático (baseado na cultura do tecnicismo) que as discussões sobre a educação se adensaram entre governantes, legisladores e intelectuais.

Gonçalves (2019) adverte que falar da escolarização do trabalhador é falar sobre a produção da própria República. Ou seja, o processo de construção republicana é, inerentemente, o movimento de representações de trabalho e do trabalhador. Nesse sentido, a escolarização das profissões responde ao projeto de uma República moderna. Nesta, os projetos educacionais agrícolas adquiriram relevo significativo, já que havia uma íntima relação entre progresso, modernidade e instrução. As propostas de ensino condiziam com os desejos de uma nação moderna, pois era preciso, no plano das narrativas, educar e instruir a força de trabalho a fim de assegurar a ordem social e a formação técnica – na prática assistimos a escolarização majoritária dos filhos dos fazendeiros.

A educação agrícola desponta como meio capaz de incorporar o povo à nação e ao projeto de uma sociedade moderna, republicana e científica. Compreendido como fator-chave do desenvolvimento econômico, do progresso social e sustentáculo da construção do homem moderno, o ensino foi “lançado” como estratégico ao disseminar inovações técnicas, organizar o mercado de trabalho, racionalizar a economia (aumentando a produtividade) e ratificar a divisão social do trabalho.

As artimanhas das lideranças políticas de formar a força de trabalho com o intuito de desenvolver as principais fontes de riqueza se materializou nos discursos através da proposta de fundação das escolas superiores agrícolas (ESA's). Estas, lubrificariam as engrenagens do progresso ao funcionar como imperativo para atender ao projeto de modernização da sociedade. As fracções da classe dominante agrária, em favor das escolas, defendiam que o país deveria retomar sua tradicional *vocação agrícola* (percepção geoestratégica que buscava valorizar o espaço, conferindo-lhe “vocaçào” e qualidade) e, para tal, era necessário ordenar o território rural, sendo que esse ordenamento passava pela gestão da acumulação primitiva e regionalização da hegemonia do capital mercantil.

O debate em torno do ensino agrário foi extremamente compatível com o regionalismo, pois as iniciativas institucionais emergiram dos desafios colocados pelas fracções da classe dominante do país ao Estado, no sentido de reivindicar um “lugar ao sol” na distribuição da fatia de recursos federais. O discurso sobre modernização das regiões, via escolas superiores agrícolas, contribuiu para justificar investimentos em determinadas parcelas do território, como foi o caso de Minas Gerais e particularmente da ESAV em que a educação se constituiu como vetor do desenvolvimento regional. Supomos que Minas abrigou o maior número de escolas e assumiu o papel de comando na economia e política nacionais pela conjuntura do estado: rede urbana em crescimento; comércio diversificado e intenso; provimento de energia e outros recursos; estava entre as três unidades em produção industrial, transporte e renda estadual; além de ser parceira de São Paulo na política do café com leite (PÁDUA; 2012 e WIRTH, 1982).

Em outras palavras, como hipótese inicial sugerimos o fato de ter reunido uma série de condições e objetos modernizantes que constituíram a sua moldura: estradas de rodagem e ferrovias; hospedarias de migrantes; colônias agrícolas; bancos; cooperativas de crédito; participação de classes influentes (agrária, comercial e industrial) nos canais decisórios do Estado (Sociedade Nacional de Agricultura, Sociedade Mineira de Agricultura, Partido Republicano Mineiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Ministério da Fazenda, Transporte e Justiça).

Possuindo redes de apoio estruturadas, como as citadas acima, as fracções da classe dominante agrária conseguiam se “infiltrar” no Congresso para reivindicar projetos a seu bel-prazer (como criação e/ou expansão de núcleos coloniais, hospedarias de imigrantes, estradas de ferro e rodagem, bancos, escolas superiores agrícolas etc.) e ampliar sua intervenção junto às lideranças políticas (quando não se confundiam com estas). Assim, o Estado que se constituiu em Minas dirigiu, organizou e estabeleceu políticas tendo em vista o desenvolvimento econômico. Seu respeito “religioso” pela propriedade fundiária e sua aliança com as fracções

da classe dominante agrária fez com que o campo se tornasse um mapa passível de ser desenhado e redesenhado através das políticas públicas de cunho territorial.

Desse modo, é seguro dizer que nos discursos a criação das escolas superiores agrícolas, a exemplo da ESAV, consistia num passo dado rumo ao progresso. A alegação para sua fundação, de uma maneira geral, se pautava no argumento de extrair as potencialidades das regiões em que se estabeleciam (como foi o caso de Viçosa) funcionando como aparato de disputas regionais. O regionalismo político, discurso estrategicamente adotado pelas fracções da classe dominante agrária visava atrair investimentos tendo o território como base de atuação.

Na Primeira República o território funcionou como suporte para a legitimação do Estado em vias de formação. Moraes (2005) tem razão em assinalar que o Estado e o território estavam eminentemente entrelaçados no mundo moderno, no qual o primeiro era demarcado como dotado de um território. Por conseguinte, a modernidade traz “embrulhada” uma concretude espacial nítida para o exercício do poder estatal, qual seja: uma jurisdição. Desta maneira, trata-se de um Estado territorial.

Este, oligárquico, autoritário e patrimonial, firmou um pacto com as fracções da classe dominante agrária visando modernizar produtivamente o meio rural, porém sem fraccionar a estrutura fundiária nacional. Tal pacto foi fundamental para a direção, organização e o estabelecimento de políticas territoriais, como a educacional, tendo em vista o desenvolvimento da economia. A seguir veremos como o pacto oligárquico sublinhou um ato político e econômico, no qual o território exprimiu a sua peculiaridade: as relações de poder.

1.2.1 Estado capitalista e o agrarismo: a difusão do ensino técnico

O processo de construção do Estado e das *classes conservadoras* ocorreu concomitantemente à concepção e consolidação de um projeto de desenvolvimento do país (FARIA, 1992), no qual o ensino constituiria um dos vagões da modernização apregoada pelo ruralismo, também denominado de agrarismo. Este, segundo Mendonça (1997), foi um movimento marcado por ideologias políticas geridas por sujeitos sociais localizados econômico e socialmente em uma estrutura de classes, num dado tempo (Primeira República) e espaço (agrário). Tal movimento que criou “[...] espaços de poder alternativos ao jogo político-partidário republicano” (p. 38), representou interesses da esfera da sociedade civil e da

sociedade política. Ou seja, angariou caráter de espaço sócio-político de evidenciação de conflitos junto ao aparelho do Estado¹⁹.

Este ator “costurou” acordos com as elites do país para a construção de uma sociedade capitalista (MORAES e COSTA, 1987; MORAES, 2005), cujo modelo de dominação e reprodução ideológica do campo se pautou na manutenção dos interesses das fracções da classe dominante agrária, assegurando privilégios e mantendo intacta a estrutura fundiária nacional. Ou seja, o Estado exerceu papel dominante no comando do processo de construção do capitalismo brasileiro, favorecendo a transição do trabalho escravo para o trabalho “livre²⁰”; processo compreendido como símbolo da constituição da sociedade civil.

Ao analisar a acumulação primitiva (de 1870-1880 a 1920-1930), Moreira (2018) afirma que o capitalismo não floresceu desfazendo o poder senhorial, mas reformulando-o, pois, aquele manifestou uma emanção fundamentalmente regionalizada, a qual se alojou na relação do capital mercantil com a estrutura produtiva agrária. Este processo é um portento regionalizado. A conversão da classe senhorial numa oligarquia rural regional estava associada à imprescindibilidade dos coronéis de efetivarem no processo acumulativo seu próprio processo modernizante de cunho burguês, ou seja, sem alterar a estrutura fundiária que chegou à República como “ranço” colonial.

O Estado republicano, principalmente a partir de 1870, transferiu poder da União para as províncias, isto é, dos poderes globais para a esfera das oligarquias rural-regionais que passaram a monopolizar os postos das atividades mais rendosas. Sendo assim, as fracções da classe dominante agrária passaram a sustentar politicamente o Estado e o converteu em caixa de ressonância dos seus interesses – a política educacional não escapou desse nexos.

O movimento ruralista dos anos vinte, atuante no processo de construção do Estado brasileiro, constituía uma objeção à *crise da lavoura*, a qual se sustentava em quatro eixos: a

¹⁹ A autora descortina a compreensão do ruralismo como um bloco monolítico formado majoritariamente pelas fracções agrárias da classe dominante. Ele contava também com a participação de atores de distintos segmentos denominados por Mendonça (1997, p. 13) de “fracções dominadas da classe dominante”, sendo que a polivalência dos grupos sociais engendrou uma segmentação no âmbito da classe aristocrática e a contestação de sua fracção hegemônica. Destarte, não podemos desconsiderar em nossas análises o pluralismo dos sujeitos que integraram o ruralismo, sob o risco de o generalizarmos como porta-voz dos interesses apenas das *classes conservadoras*.

²⁰ O capitalismo se valeu ao máximo da ideia de liberdade, criando a imagem do “trabalhador livre”. O dito “homem livre” foi despejado (sobretudo, das decadentes fazendas e das senzalas) e desapropriado dos seus meios de produção, da sua casa, de sua oficina, enfim, dos seus meios de vida – uma ideologia que procurou convencer que o trabalhador estava livre do jugo e da dependência do senhor feudal. Livre para decidir o trabalho que quisesse, fosse trabalho assalariado ou não assalariado (como o trabalho escravo), ou seja, trabalho que possibilitasse sua própria exploração. Livre para escolher o patrão que quisesse, desde que existisse patrão que o aceitasse (VILLAÇA, 1986). O homem que tendo apenas a posse de seu corpo tinha o “livre” direito de vendê-lo no mercado de compra e venda da força-de-trabalho. Ou seja, uma ideia de liberdade que maquia, sob o “pó-de-arroz” da ideologia, a mais completa forma de sujeição ao proprietário privado. Para saber mais sobre a concepção de “liberdade” expressa no trabalho “livre” cf. Lima (2014).

Abolição, a monocultura, a grande propriedade e a urbanização/industrialização. O primeiro estava vinculado à narrativa da “falta de braços” brancos, na qual o Estado defendia políticas imigratórias pautadas em princípios eugênicos de melhoria racial, isto é, desejam “branquear” a população e civilizar os nacionais. Nesse ínterim, as fracções dominadas da classe dominante agrária brasileira (associados a complexos agroexportadores menos dinâmicos voltados ao mercado interno), apontavam a Abolição como o estopim da *desorganização agrícola*.

Com a extinção da escravidão e revogada, após a proclamação da República, a interferência do Estado na imigração, as discordâncias entre os segmentos regionais da classe proprietária se agudizaram em função dos impasses em delinear critérios de absorção do “trabalho livre”. Moreira (2018) afirma que o colonial-escravismo e o nascimento da República, ao ceder lugar à descentralização da União nos poderes regionais, representaram o ápice de um processo em curso desde 1870 no qual ocorreu a regionalização da hegemonia do capital agromercantil e a formação social do campesinato.

As críticas ao segundo pilar, a monocultura, voltavam-se à submissão da economia a um único produto, o café, e a constante oscilação de seu preço nos mercados nacionais e internacionais. No terceiro, a discussão direcionava-se à grande lavoura que exportava quase toda a sua produção, sem que este fato reverberasse no aumento do valor dos produtos da pequena lavoura. Por último, o eixo urbano-industrial representava uma ameaça ao prestígio e poder das fracções agrárias da classe dominante, pois a complexificação da economia agudizava a inevitabilidade de reajuste da produção agrícola: suprimento da crescente população urbana (MENDONÇA, 1997). A ideia de **desordem**, tal como concebida pelos representantes rurais, foi o carro-chefe da *crise agrícola*, sendo atribuída à interrupção dos tradicionais procedimentos de produção e comercialização.

Portanto, diante da Abolição e reelaboração das linhas de comércio estrangeiro para determinados produtos agrícolas, o ruralismo se lançou como uma das naus orientadoras do rearranjo político intraclasse dominante agrária, devido as redefinições no bloco de poder provocadas pelo federalismo republicano (FARIA, 1992). Imbuída de intenso tom nacionalista, com rizoma teórico fornecido pelo pensamento político do período, à cuja testa estava Alberto Torres²¹, e distante de representar um plano alternativo direcionado à economia

²¹ Nascido em Itaboraí, exerceu atividades de deputado estadual (1892-1893) e em seguida deputado federal (1893-1896) pelo estado do Rio de Janeiro. Em 1896, através de convite do presidente Prudente de Moraes, assumiu a pasta da Justiça e no período de 31 de dezembro deste ano até 31 de dezembro de 1900 foi presidente interino do estado do Rio. Também foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal em 1901. Exponente do pensamento ruralista publicou as seguintes obras: *O problema nacional brasileiro* e *A organização nacional* (ambas de 1914) e *As fontes da vida no Brasil* (1915); nas quais o Brasil era retratado como um país de natureza intrinsecamente agrícola, contrapondo-se à industrialização (BELOCH, *et al.*, 2001).

agroexportadora, a reação ruralista à *crise da lavoura* consistiu no apoio às fracções agrárias que desejavam ampliar a acumulação interna.

Outras guinadas da reação ruralista perante o diagnóstico de *atraso* do país se alicerçavam em cinco premissas: i) exigência da propagação das benesses da ciência e da técnica ao campo; ii) indispensabilidade da diversificação agrícola do país; iii) diligência pela renovação das formas de imobilização da força de trabalho junto à lavoura; iv) associativismo; v) criação de um órgão no aparelho estatal poroso às demandas da agricultura nacional (MENDONÇA, 1997). Baseada numa sólida estrutura de poder aristocrático, os integrantes do ruralismo ancorados na lavoura (e nos seus prolongamentos financeiros e comerciais-urbanos) utilizaram a uníssona defesa da *vocação agrícola do país* como suporte para concretização de seus interesses. Sublinha-se que o principal interesse era: a perpetuação das relações de dominação social e econômica no campo.

A atitude ideológica embutida na *vocação eminentemente agrícola* demonstra que aqueles que advogavam em favor da hipervalorização da vida rural, partiam da premissa de que a nação deveria assumir o seu papel de exportador de gêneros agrícolas. Dialogando com Mendonça (1997), Faria (1992) assinala que o “fetiche pelo agrarismo” fez parte de um conjunto de positizações construídas acerca da vida social no campo, num contexto em que a população do Brasil era predominantemente rural. A supremacia do setor primário na economia e na sociedade brasileiras da Primeira República, colaborou para que o quadro mental deste momento se enveredasse direta ou indiretamente, por valores provindos do universo fundiário. Nos discursos das figuras de proa do ruralismo, o campo era retratado a partir da perspectiva valorativa do espaço (natureza exuberante, solo uberíssimo, oásis da harmonia e comunhão etc.). Este imaginário que qualificava o rural expressava a estratégia das *classes conservadoras*. Leia-se: colocar o país como celeiro agrícola no mercado nacional e internacional.

Sob o epíteto da *regeneração* do homem do campo, o movimento ruralista fez coro às iniciativas pedagógicas que, apesar de aludir à matriz discursiva de “qualificação” do trabalhador, ambicionavam imobilizar a “mão-de-obra” rural, controlando seu arranjo espacial e buscando atender a segmentos regionais de interesses variados. Sob o refrão da *ratificação da vocação agrária*, o movimento ruralista engendrou um projeto econômico, cujo cerne residiu na proposta de diversificação produtiva. A atribuição modernizadora remetida ao Estado, dotado de envergadura para concretizar a capitalização do campo e assegurar a secular dominação dos grupos agrários depositava, conforme já salientado, no ensino como um dos antídotos para combater a situação de *atraso* agrícola brasileiro. Assim sendo, o profissional de

agronomia se tornou a pedra angular do processo de reconstituição da agricultura brasileira na Primeira República.

O projeto de ruralização da educação equivalia à sua regionalização, à valorização do teor fisiocrático atribuído a terra e à disciplinarização da força de trabalho (MENDONÇA, 1997)²². Esta última foi uma das estratégias do ruralismo no processo de hegemonização de políticas e práticas territoriais que consistia na produção de um sistema educacional apto a influir sobre o campesinato, alterando seu modo de vida. Para tal, o movimento buscou suporte institucional no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), na Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e na Sociedade Mineira de Agricultura (SMA).

Principais canais de organização, propagação, manifestação e difusão das batalhas e posições distintas das formas de intervenção sobre a agricultura brasileira, o MAIC e a SNA, criados respectivamente em 1892 e 1897, influenciaram o funcionamento e a construção do Estado republicano. A SNA foi uma associação de classe mediadora dos segmentos agrários dos complexos politicamente menos favorecidos, que lutavam em prol da inserção de seus projetos junto ao Estado. No processo de engajamento no quadro dirigente desta entidade observou-se a ausência de representantes paulistas, prevalecendo aqueles localizados em Minas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Nordeste em geral (MENDONÇA, 1997; 2000; 2013a; 2013b)²³. A SNA foi um **eixo alternativo de poder** na esfera da sociedade civil em relação à grande burguesia de São Paulo e, nesse sentido, possuía um papel secundário na articulação do bloco de poder, porém, não menos importante.

As bandeiras levantadas pelos grandes proprietários paulistas divergiam em muito daquelas apresentadas pelos segmentos agrários regionais com menor peso econômico e político. Explica-se: se para os primeiros, a monocultura agroexportadora associada à propagação da ciência ao campo constituíam condição *sine qua non* para *ratificar a vocação agrária do país*, para os demais fazendeiros, apreciava-se o contrário, ou seja, a *diversificação da agricultura* (ibid., 1997; 2000). Visando atingir os interesses econômicos e políticos dos agricultores, as principais funções da Sociedade foram

²² A vertente ruralista do ensino agrícola envolveu projetos de “profilaxia” como forma de promover o progresso das zonas rurais do país. Através da instrução seria possível, no plano do discurso, promover melhorias nas condições de vida da população e dinamizar o processo produtivo na agricultura. Combatendo doenças através de campanhas sanitárias, o Estado facilitava o engrandecimento econômico da nação (vide MENSAGENS PRESIDENCIAIS, 1910-1930).

²³ Na análise da composição das diretorias e conselhos, Mendonça (1997; 2013b) verificou a presença maciça de representantes dos complexos regionais do eixo Sul/Nordeste, com proeminência para os pecuaristas, cotonicultores e produtores de gêneros alimentícios visando abastecer o mercado interno.

[...] o de instância organizativa dos proprietários rurais de menor peso; o de agência de **propaganda** e de opinião no seio da classe dominante; o de órgão de consulta e prestação de serviços aos associados e, finalmente, o de instrumento de pressão política junto aos poderes constituídos (MENDONÇA, 1997, p. 50, grifo nosso).

Para atingir tais papéis, a entidade efetuou congressos, feiras agropecuárias, encorajou o ensino e o associativismo (FARIA, 1992). A principal demanda elaborada pelos integrantes da Sociedade foi a educação agrícola ao portar um discurso cuja roupagem envolvia a população rural “pobre, ignorante e atrasada”, passaram a propagandear a necessidade do ensino teórico e prático, especialmente o agrônômico, como forma de situar os agricultores na “era da modernidade”.

Para tal, e visando atingir seus fins doutrinários-pedagógicos, a SNA recriou o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio²⁴. Renascido em 1909, constituía um espaço de poder político-institucional, de articulação entre Estado e setor agrário e de luta pela visibilidade de interesses outros que não os da fração hegemônica (MENDONÇA, 1997; 2013). Órgão de pressão política junto ao aparelho do Estado, o Ministério também se contrapunha à grande burguesia paulista, buscando deslocá-la do epicentro do poder.

O Ministério arquitetou uma proposta agrária contra hegemônica que visava expandir o controle da SNA junto ao Estado, configurando uma dinâmica interativa entre sociedade política e sociedade civil. Nesse ínterim, o MAIC buscou estatizar os conflitos da SNA e desempenhou papel estratégico na direção de políticas agrícolas. O Ministério teve um diálogo importante com os setores estaduais, estabelecendo elos interativos com os produtores locais, o que caracterizou certo regionalismo. Resultado do processo de descentralização política e do realinhamento da classe dominante agrária na Primeira República, os representantes das regiões buscavam assegurar maior poder de barganha perante ao Estado. Para tal, buscavam inscrever suas demandas se cadastrando no Registro de Lavradores e Criadores e Profissionais de Indústrias Conexas²⁵ do MAIC (MENDONÇA, 1997; 2013b). Desse modo as elites regionais poderiam auferir, de acordo com o seu posicionamento no bloco de poder, os benefícios dos projetos de intervenção “modernizantes” do Ministério.

²⁴ A origem de tal Ministério está associada ao período imperial quando D. Pedro II fundou pelo Decreto nº 1.067 a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Esta foi transmutada em 1892 devido à descentralização da República, em Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (Decreto nº 1.142), sendo os assuntos relativos à agricultura parcialmente absorvidos pelo órgão. Contudo, apenas em 1909 através do Decreto nº 7.501, que a Pasta da Agricultura foi reincorporada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MENDONÇA, 1997).

²⁵ Subordinado às Inspetorias Agrícolas, o Registro foi criado em 21 de setembro 1909 com a finalidade de coletar informações estatísticas sobre as propriedades agrícolas. O cadastro no registro era gratuito e realizado diretamente no MAIC que, após a supervisão de técnicos ministeriais, poderia conceder o empréstimo de máquinas aos proprietários locais.

Através dos Serviços de Indústria Pastoral, Povoamento, Fomento Agrícola e Ensino Agrônômico, o MAIC difundia no território nacional a agricultura de base racionalizante por meio da distribuição de sementes/mudas, insumos agropecuários, adubos, cartilhas, empréstimos de máquinas etc., destinados a construir a figura do *moderno agricultor*. Para isso, foi preciso transformar as maneiras de pensar e agir do campesinato, objetivando “criar” um ator social distinto: o *farmer*, paradigma sustentado na racionalidade produtiva e oriundo da influência norte-americana (MENDONÇA, 1997; SILVA, 2007). A construção deste tipo ideal de produtor rural esbarrava num projeto identitário, no qual os fazendeiros deveriam se identificar com o que ele representava: a *agricultura científica*. A figura do técnico, em especial o agrônomo era considerado pelos ruralistas como o único capaz de conduzir o progresso no campo.

Com o fito de promover o saneamento moral da população rural, ainda embrionária na constituição do mercado de trabalho e progênita de práticas repressivas, os primeiros passos do Ministério consistiram em propagar compêndios divulgando o ensino profissional e o “ABC do Agricultor Moderno²⁶” (MENDONÇA, 2013). O imaginário em torno do *moderno produtor rural* foi manejado de forma a assegurar a ordem social no campo, cumprindo o Estado função salutar na organização das fracções da classe dominante agrária e na regulação do conjunto social ao garantir que as identidades por ele criadas fossem socialmente asseguradas e reconhecidas através dos seus canais de divulgação. Essa pedagogia ocultava, contudo, a estratégia capitalista de domínio do espaço rural e neutralizava as relações ideológicas de classe ao universalizar o saber dominante por toda sociedade, sem levar em consideração as distinções entre modelo e realidade.

Considerada a “menina dos olhos” da sociedade civil, a SNA passou a funcionar como um grande fulcro irradiador do ensino agrícola no território nacional e o MAIC forneceu o suporte institucional: a **propaganda**. Em consulta ao conteúdo das Mensagens Presidenciais (1910-1930)²⁷ da Primeira República recolhidas nesta pesquisa, notou-se que, sobretudo nas duas primeiras décadas do século, aquelas entidades propiciaram, só para citar alguns exemplos, a publicação da revista *A Lavoura* e de *Boletins do Ministério* (contendo monografias, pareceres técnicos e artigos); a realização da *Comemoração do Centenário, Congressos Nacionais Agrícolas e Exposição Nacional*; além da representação dos produtos tropicais do país na

²⁶ Daniel de Carvalho, Secretário da Agricultura do estado de Minas Gerais divulgou para os proprietários latifundiários dos municípios de Patrocínio e Porto Firme trinte e um volumes do ABC do Agricultor Moderno e vinte e três do Consultor Agrícola (JORNAL DIÁRIO DE MINAS, 192-, s/p).

²⁷ Nessas mensagens, os presidentes expunham ao Congresso um balanço do seu mandato, tratando as principais temáticas em foco na época.

Exposição de Londres etc. Esse arsenal divulgava informações da produção extrativa, agrícola e manufatureira do Brasil, buscando o colocar no rol das nações desenvolvidas. Nessa celeuma, Mendonça (1997) e Faria (1992) ressaltam a índole doutrinária e propagandística da SNA e do MAIC, dizendo que foi ela um mecanismo utilizado pelas entidades, para disseminar o projeto de diversificação agrícola e educacional.

Irradiar o ensino agrícola superior pelas mais diversas regiões era um trunfo imprescindível à reconstituição econômica do país e a propaganda foi o mecanismo acionado para alcançar também as áreas longínquas – os denominados sertões²⁸. A promoção de congressos, eventos, comícios, exposições, revistas/cartilhas científicas agrícolas divulgava a capacidade produtiva do país e dava destaque aos complexos regionais de Minas Gerais, Pará, Bahia e Amazonas.

Assim, devido à abrangência social e geográfica de atuação da SNA e do MAIC no território e às políticas que visavam capturar as regiões podemos dizer que tais órgãos abrigaram certo escopo regional. Os artificios materiais e simbólicos traziam na sua esteira a estratégia de lavrar, semear e propagar o ensino como um aparato central da modernização do território, todavia, esta ocorreu de maneira seletiva e excludente. As escolas superiores agrícolas marcaram o coroamento do processo de inclusão e exclusão das oligarquias políticas, apesar destas alinharem num rosário discursivo a diversidade das atividades produtivas de suas regiões. Sendo que o Estado privilegiou as mais dotadas de serviços e infraestruturas. Em Minas Gerais não poderíamos deixar de mencionar o papel desempenhado pela Sociedade Mineira de Agricultura.

1.2.2 A Sociedade Mineira de Agricultura e as propostas políticas de João Pinheiro

Fruto do movimento associativo que vinha sendo almejado pela SNA, das recomendações dos participantes do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial (CACI) de 1903 (o qual veremos em tópico adiante) e das políticas de base regional, a Sociedade Mineira

²⁸ Moraes (2003) salienta que o sertão não é, segundo a perspectiva clássica da Geografia, um tipo empírico de lugar, ou seja, ele não se define por peculiaridades inerentes de sua composição ou do arranjo da paisagem, nem mesmo por características naturais ou pela ação humana. O sertão é uma *condição* destinada a diversos e distintos lugares: “[...] não há possibilidade de realizar uma caracterização geográfica precisa das localidades sertanejas, pois estas não correspondem a uma materialidade terrestre individualizável, passível de ser localizada, delimitada e cartografada no terreno” (p. 2). Trata-se, portanto, de uma realidade simbólica (não factível-material), de uma ideologia geográfica, em que os grupos sociais atribuem ao espaço um caráter valorativo de acordo com as mentalidades e os interesses em xeque. Os pares binários mais reiterados no pensamento social brasileiro contrasta o sertão ao litoral, considerando o primeiro termo como equivalente à hinterlândia abarcando, nesse sentido, o amplo interior do território nacional.

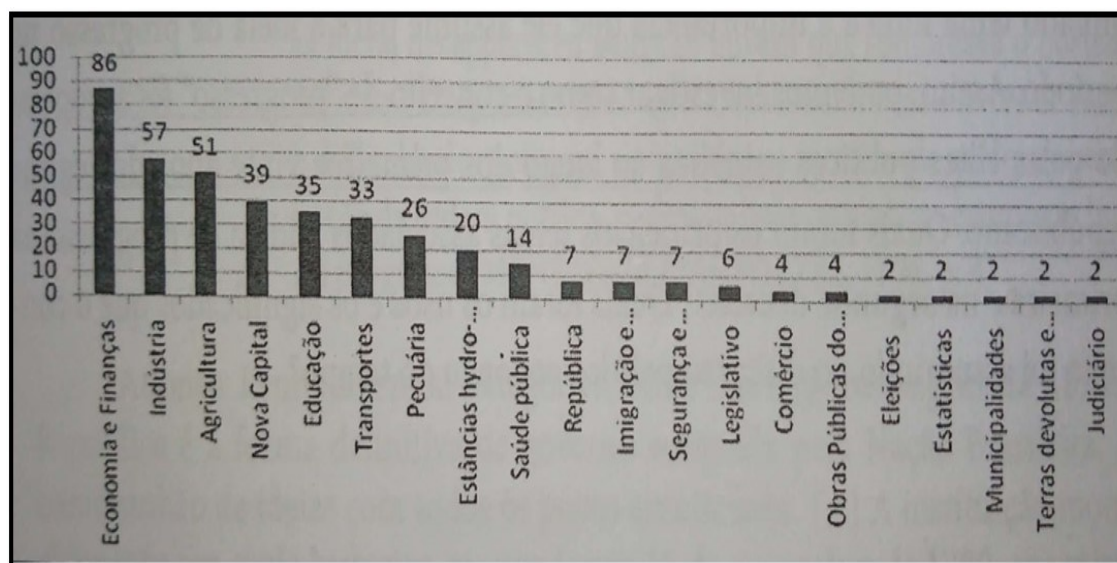
de Agricultura foi criada em 1909. Ela foi o principal veículo do ruralismo mineiro, no qual a classe latifundiária se articulava num espaço estadual de atuação (DULCI, 2005), o que pode ser compreendido através da composição dos quadros de diretores e presidentes da instituição.

Segundo Faria (1992), a maioria dos dirigentes da entidade era constituída, basicamente, por proprietários rurais e membros da “elite política” (Francisco A. Sales, Juscelino Barbosa, Bernardo Pinto Monteiro, só para citar alguns) e, em menor escala, por profissionais liberais (Álvaro Astopho da Silveira, Daniel S. de Carvalho, Pedro D. Rache etc.), o que cimentava o bloco de poder das *classes conservadoras* na defesa de seus interesses, sobretudo econômico e político. A Sociedade representava também o comércio e a indústria, contudo o nome que a batizaram insinuava nitidamente a supremacia dos interesses da agricultura.

Colaborando para legitimar a proposta de desenvolvimento regional apresentada em 1903 pelo CACI, a SMA fazia coro à diversificação da economia e agriculturas mineiras; à defesa e conservação dos mercados para os produtos; à salvaguarda do transporte da produção até os portos e locais de consumo; o crédito agrícola; ao ensino em todas suas modalidades. A respeito deste, Faria (1992, p. 212-213) elucida: “[...] até meados da década de vinte, a **defesa do ensino agrícola**, como alternativa propulsora do **desenvolvimento econômico**, foi frequente na **formação discursiva da SMA**, no discurso oficial, **nos editoriais da grande imprensa** e nos congressos realizados” (grifos nossos). Este fato pode ser confirmado na Figura abaixo, em que o tópico educação passou a “recheiar” as páginas dos debates travados no Congresso Mineiro.

Assim, a SMA passou a fortalecer seus principais meios de comunicação, a saber: *Revista Agrícola Industrial e Comercial Mineira*, fundada em 1904 (cumprindo uma solicitação do Congresso de 1903) e de distribuição gratuita; o *Boletim Mensal da SMA* (1909); o jornal *Minas Gerais* (o mais lido na época). Ademais, a participação da SMA em conferências e exposições sob os presságios da SNA e o Partido Republicano Mineiro (criado em 1888 e reorganizado em 1897) também constituíram canais de disseminação de políticas educacionais, divulgando métodos científicos ditos “modernos”. Nota-se, portanto, um íntimo entrelaçamento entre ensino agrícola e propaganda.

Figura 7 - Frequência dos termos correlacionados ao conceito de progresso por tema nas mensagens presidenciais de Minas Gerais (1901 a 1910)



Fonte: Pádua (2012, p. 130).

A trindade associativismo-propaganda-ensino agrícola guiaram a atuação da SMA (FARIA, 1992) e sustentaram o cerne discursivo da política de João Pinheiro²⁹. Este personagem foi um dos principais promotores da fundação da capital Belo Horizonte, mentor político do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, comandou os três Congressos das Municipalidades³⁰ ocorridos em 1907 e foi presidente do estado entre 1906 a 1908. As linhas mestras de seu intelecto, segundo Bomeny (2005), estavam voltadas ao republicanismo, abolicionismo e positivismo e suas propostas giraram em torno de duas esferas: a economia e o trabalho. Seu pensamento serve doravante como catalizador e fio condutor para o conjunto de projetos educacionais em Minas Gerais.

Em suas passagens pelo governo ressaltava a magnitude da educação no processo de desenvolvimento e modernização do estado, em função disso, ganhou visibilidade na cena

²⁹ Político e industrial, nasceu na cidade do Serro (Província de Minas Gerais) em 16 de dezembro de 1860 e faleceu em Belo Horizonte, no dia 25 de outubro de 1908, momento que exercia pela segunda vez a presidência do estado. Estudou direito em São Paulo e arrebatado pelo movimento republicano fundou o PRM, se tornando um convicto abolicionista e positivista. Foi mentor político e intelectual do Congresso de 1903, defendendo o imperativo da policultura de forma a atender as diversidades regionais de Minas Gerais. O evento marcou o retorno de Pinheiro à vida pública, o qual incorporou as teses desenvolvimentistas e modernizadoras à sua plataforma de governo como presidente do estado entre 1906 a 1908. Também foi presidente de Minas no período anterior: de fevereiro a julho de 1890 (DICIONÁRIO Histórico-Biográfico de Minas Gerais, 1994).

³⁰ Foram realizados três Congressos das Municipalidades sob o comando de João Pinheiro. Destes eventos, um foi efetuado em abril na cidade de Itajubá e representou os interesses das municipalidades do Sul; outro ocorreu em setembro, na cidade de Diamantina, simbolizando as municipalidades do Norte; e o último em Leopoldina, defendendo as especificidades regionais da Zona da Mata (REVISTA DA SEMANA, 1907).

pública pela ênfase que conferiu às reformas voltadas ao ensino (BOMENY, 2005). Em relação a estas, podemos citar a universalização do ensino primário e, em especial, a efetivação das escolas agrícolas. Pela Lei nº 444, de 1906, Pinheiro criou o Ensino Técnico e Profissional, previsto na legislação como uma das medidas para desvendar o problema da agricultura.

Incorporando em sua plataforma de governo a discussão sobre a “constituição da força de trabalho via educação”, João Pinheiro defendia que para vencer os males do Brasil era preciso erradicar o analfabetismo, reorganizar em bases racionais e técnicas o trabalho agrícola, fixar o homem no campo e investir em agências de produção. Para superar os métodos rotineiros, propunha a inserção da mecanização através da educação agrícola (BOMENY, 2005, p. 161), esta envolvia três patamares:

- 1) Escolas primárias, sob a forma simples e elementar constituindo o curso técnico-primário; 2) nas escolas fazendas-modelo – onde seriam admitidos os alunos que mais se distinguíssem no curso primário – seria ministrado o ensino técnico prático, secundário; e 3) no estrangeiro, para onde seriam mandados por conta do Estado os alunos que se distinguíssem no curso secundário e os industriais que obtivessem nas exposições os melhores prêmios, os quais poderiam destacar o operário ou operários que para tanto tivessem concorrido.

A educação era primordial para a preparação da força de trabalho. Bomeny (2012) salienta que Pinheiro preconizava a democratização do ensino primário como qualificação para o trabalho, buscando inculcar no agricultor o tipo de preparo técnico com a terra e a produtividade que as máquinas poderiam proporcionar. Já as fazendas-modelo, verdadeiras escolas práticas de agricultura e criação, funcionariam como “berço” de aprendizagem no qual o ensino, voltado aos princípios de eletricidade e mecânica, deveria ser incorporado ao cotidiano do lavrador. O terceiro quesito, do financiamento de programas de estudo aos alunos e industriais de destaque, já estava previsto na pauta de recomendações do Congresso de 1903. Assim, podemos concluir que o projeto de João Pinheiro na condução da política de ensino em Minas Gerais ancorava-se no binômio trabalho/educação.

O pontapé para a concretização do projeto educacional pinheirista foi a criação da fazenda da Gamaleira em Belo Horizonte (centro) no ano de 1906. Versieux (2012) coloca que o intuito central era ministrar o ensino agrícola prático aos trabalhadores – pragmático, realista e comprometido com a realidade do trabalho – como uma alternativa à tradição bacharelesca. Além da Gamaleira, João Pinheiro fundou outras fazendas-modelo, tais como: Retiro do Recreio em Santa Bárbara (centro); Fábrica no Serro (centro/norte); Diniz em Itapeçerica (oeste); Aiuruoca em Aiuruoca (sul), sendo as três primeiras de 1907 e a última de 1908. De

uma maneira geral, as fazendas-modelos constituíam uma peculiaridade potencialmente condutora de progresso regional.

Podemos dizer que Pinheiro pavimentou o caminho para a criação em 1909 do Instituto público que carrega o seu nome (uma homenagem ao recém falecido), e que funcionou inicialmente anexado à fazenda-modelo da Gameleira (VERSIEUX, 2010). O propósito do Instituto João Pinheiro (IJP) era promover o ensino agrícola, amparando crianças e adolescentes, órfãos e desvalidos. O projeto educacional ocorreria na criação da identidade do lavrador pelo trabalho e pela chegada do trabalho livre com a devida qualificação técnica, esta seria recebida através “de um processo educacional estruturado e competentemente administrado” (BOMENY, 2005, p. 161) nas escolas superiores agrícolas, fazendas-modelo e no IJP. Nesse sentido, o ideal burguês cairia como um paraquedas nas ambições de um líder político que anelou cada nível da hierarquia social, alimentando a crença ilusória de que era possível aos comuns conquistar o lugar dos extraordinários.

De maneira semelhante, os dirigentes da SMA apregoavam uma construção identitária ligada ao rural, em que o elixir para a desorganização da força de trabalho era o ensino agrícola, de modo a incutir nos lavradores o sentimento de “amor à terra” e, conseqüentemente, apego ao campo e assiduidade ao trabalho (FARIA, 1992). Nesta perspectiva, reforçava-se a imagem idílica do meio rural (típica do movimento ruralista) e manifestava-se a preponderância do trabalho agrícola em relação aos demais, pois ele simbolizava a relação do homem com a natureza no que tange à produção de bens alimentícios para si e os outros, entendendo-se outros, como a própria pátria.

Retomando a discussão pelo viés da educação, é preciso dizer que a Sociedade, inclusive, apoiou as iniciativas particulares de fundação de escolas superiores agrícolas com o fito de divulgar o ensino prático, já que o Estado se omitira na implantação do ensino superior na Primeira República. Prova disso, foi a existência de apenas três Escolas Superiores Agrícolas estaduais (Itabira do Mato Dentro, Manaus e Viçosa) e uma federal, a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro. Isto significa que das vinte e sete ESA criadas, apenas 15% contaram com recursos públicos, as fundadas em Minas Gerais (nove) somente duas tiveram investimentos por parte do Estado.

Os sócios da SMA patrocinaram empreendimentos educacionais, um deles foi a Escola de Agronomia e Medicina Veterinária de Belo Horizonte (1914). Os interesses das frações da classe dominante agrária foram encastelados na Sociedade sendo a hierarquização um exemplo disso, pois ela envolvia, conforme pontuou Faria (1992), o projeto tripartite ciência, arte e ofício: no ensino agrícola, a ciência era competência dos agrônomos, a arte ao chefe de cultura

e o ofício ao lavrador que consagrar-se-ia, em última categoria, ser um dos elementos constitutivos da paisagem do campo.

Este trinômio educacional revela a relação entre saber e reprodução de classes, a qual foi referendada por Mendonça (1997; 2013a; 2013b). Não obstante, o processo de construção do Estado, o binômio saber/poder foi estrategicamente utilizado pelas instituições como forma de dominação e controle da ordem social sobre o pequeno produtor. Utilizando as escolas agrícolas superiores como hierarquização social, consideramos que a SMA, se legitimou através de um discurso intensamente arraigado pela ideologia do saber/ciência, no qual o resultado seria o alijamento dos pequenos produtores dos centros de decisão.

Como efeito, ocorreu a subordinação/inserção precária do trabalhador rural no pacto político e, assim, o Estado incluiu e excluiu determinados grupos sociais da esfera das políticas públicas. Tal postura se traduziu na intensificação das abissais desigualdades presentes na divisão social do trabalho e na oposição entre uma agricultura tida como “sábua” e outra como “arcaizante”, representadas pelos agrônomos e pequenos produtores, respectivamente.

Qual foi, então, o papel da SMA para os agrônomos e vice-versa? Quanto à primeira das questões suscitadas vimos que a Sociedade subsidiava as escolas superiores agrícolas e, conseqüentemente, cimentava artificios de inserção dos agrônomos perante à sociedade. A SMA constituiu o portal de acesso dos agrônomos em relação à modernidade. Ao participarem do projeto de base educativa-ideológica da entidade tornaram-se sujeitos, por excelência, capazes de divulgar os gérmenes do progresso. Entrementes, o agrônomo era justamente, na enunciação discursiva da SMA, o portador de uma formação técnica tida como capaz de preparar “sujeitos ideais” para a missão de conduzir as “luzes” no campo.

Este novo tipo de intelectual, nos termos de Mendonça (2000), foi veiculador dos projetos de extensão do ensino agrícola e funcionou como intermediário entre trabalhadores rurais e as frações da classe dominante. Portanto, o profissional em agronomia se constituiu como “porta-voz” da modernização agrária umbilicalmente ligada ao tecnicismo e ao saber aplicado. No que tange a segunda questão levantada, podemos dizer que a atuação dos agrônomos fortaleceu a SMA, gerando novos sócios (efetivos, correspondentes, honorários e beneméritos) que (re) investiam nos pilares do estatuto da Sociedade (associativismo/crédito agrícola, educação para o trabalho, desenvolvimento via integração regional, impostos territoriais etc.).

Nesse âmbito, a SMA constituiu-se como um órgão poroso que garantiu as demandas das frações da classe dominante agrária mineira, grande interessada na disseminação do ensino agrícola em todas as suas modalidades. A agência adquiriu força como entidade de classe, assim

como instituição diretamente associada ao Estado, numa contínua troca de serviços e favores (FARIA, 1992). Corrobora essa afirmação as assertivas de Wirth (1982, p. 178, grifos nossos) quando se refere à SMA e a ausência da entidade no jogo político eleitoral: “a procura de favores e vantagens, mais do que a tática do uso do poder na urna de votos ou na legislatura, **era a regra**” e acrescenta “a formação de associações era desgastada por laços estreitos aos detentores do poder e lixiviada pela política de cooptação”. A atuação daquelas fracções da classe em diversos órgãos (SNA, MAIC, SMA) foi astutamente pensada de forma a utilizarem a máquina do Estado para se infiltrar nos interstícios dos centros de decisão, influenciando o Estado, reproduzindo a lógica dominante e, inclusive, expandindo territorialmente seus domínios.

Em menor parte, a SMA funcionou como articuladora dos interesses dos agricultores junto à entidade. Os diretores da SMA se voltavam às municipalidades (Câmaras e Prefeituras) visando a filiação em nome do progresso e engrandecimento do estado, ratificando mediante possíveis adesões, a performance das Comissões Municipais de Agricultura, entidade de representação municipal da Sociedade que adentraram o interior a partir de 1916 (FARIA, 1992). Há que se destacar que a Sociedade teve nuances tipicamente regionais ao cooptar políticos, clérigos, autoridades municipais e professores em três eixos: a dinamização do associativismo, a propaganda agrícola com ênfase na policultura e o ensino agrícola.

Logo, a SMA foi um local de enunciação discursiva do desenvolvimento mineiro, cujo mote deveria transitar, impreterivelmente, pela consideração das especificidades regionais, enovelando representantes dos diferentes setores produtivos e lideranças políticas do mosaico mineiro. Como o ensino profissional foi um integrante no vasto elenco das demandas regionais, as fracções da classe dominante agrária se digladiavam pelo dispositivo territorial “escolas superiores agrícolas” de modo a conquistar/assegurar a centralidade e o poder político-econômico de suas regiões. Nesse sentido, o papel daquelas instituições como influência regionalizante de tal classe não pode ser subestimado.

1.2.3 O plantio da semente: ideias políticas e a disseminação do regionalismo a partir das escolas superiores agrícolas

O projeto político de transição ao trabalho “livre” visando organizar a “mão-de-obra” rural encontrou guarida no alvitre de instruir a população através do ensino agrícola que ficou a cargo do MAIC. Tal instituição, portanto, ficou incumbida de promover instituições superiores através do Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, criando o primeiro regulamento referente ao ensino no Brasil, no governo de Nilo Peçanha. Este código prenunciou

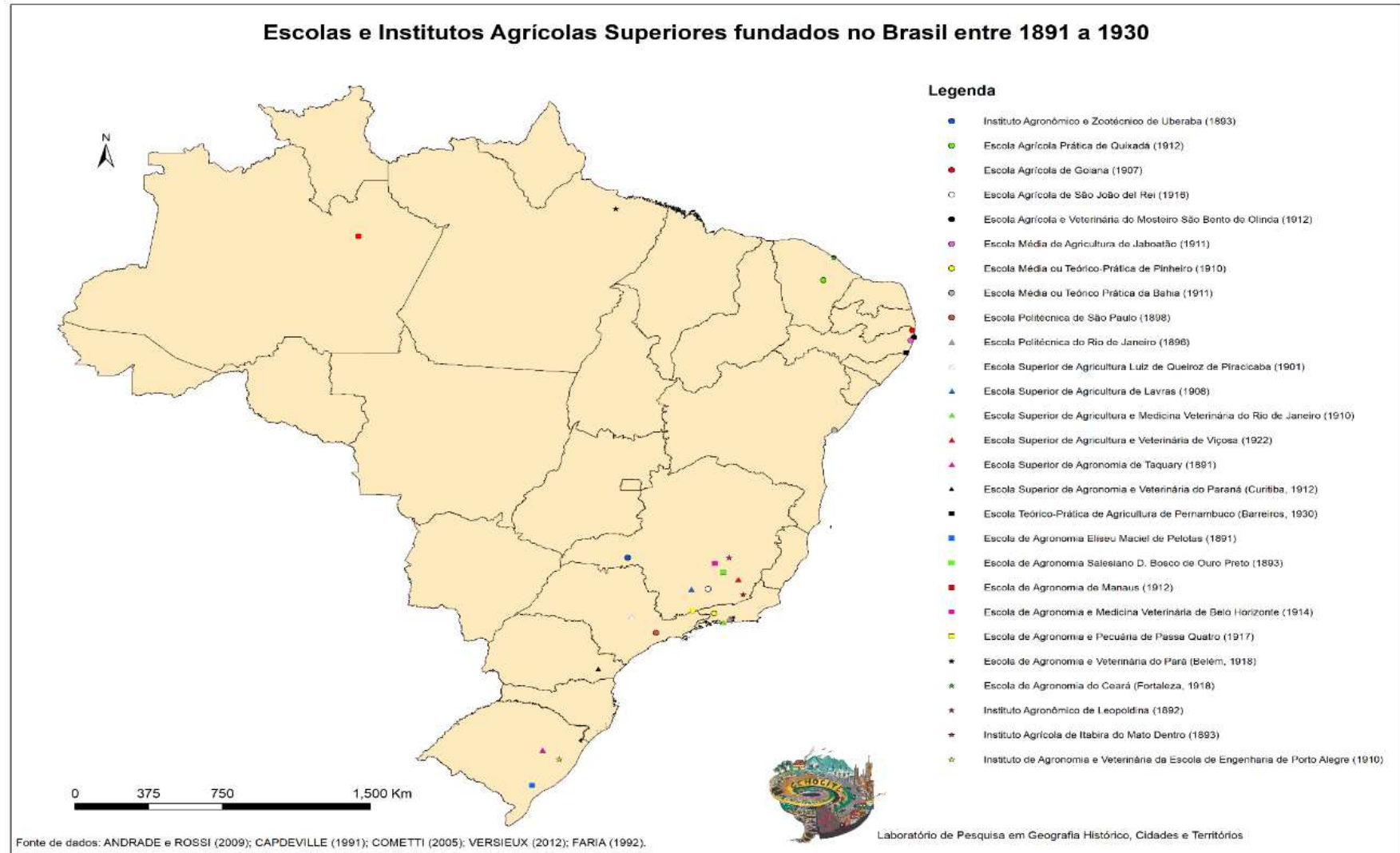
onze categorias distintas de ensino agrônômico: ensino superior; ensino médio ou teórico-prático; aprendizados agrícolas; ensino prático; ensino primário agrícola; escolas especiais de agricultura; escolas domésticas agrícolas; cursos ambulantes; consultas agrícolas; cursos conexos com o ensino agrícola; conferências agrícolas. É interessante ressaltar que nem todas essas propostas vingaram, algumas nem mesmo existiram, tendo sido apenas criadas em lei, já outras tiveram sucesso e vida longa.

Essas modalidades de instrução eram portadoras de indubitável regionalismo, pois as frações da classe dominante agrária buscavam se mobilizar politicamente em prol dos interesses específicos de suas regiões. O Decreto nº 8.319 norteou o ensino padronizando às modalidades voltadas à agricultura, bem como orientou a estrutura dos futuros estabelecimentos criados, apesar do amplo leque de modalidades educacionais optamos por dar ênfase nas escolas superiores. A partir dos levantamentos realizados nesta pesquisa em Andrade e Rossi (2009); Capdeville (1991); Cometti (2005); Faria (1992); Versieux (2013), verificamos que após a sanção daquele dispositivo legal, foram fundadas no país treze instituições de ensino superior agrícola, representando um acréscimo de 93%. O expressivo crescimento do número de instituições agrícolas superiores, notado entre 1911 e 1930, se vinculou à intervenção dos governos estaduais e, principalmente, dos grupos de iniciativa privada.

Durante a Primeira República as escolas e institutos fundados se distribuíram no território nacional no que hoje são as regiões Sudeste (52%), Nordeste (26%), Sul (15%) e Norte (7%) conforme podemos observar na Figura 8. A região nordestina abrigou a Escola Média de Agricultura de Jaboatão (1911), Escola Média ou Teórico Prática da Bahia (1911), Escola Agrícola de Goiana (1907), Escola Agrícola Prática de Quixadá (1912), Escola Agrícola e Veterinária do Mosteiro São Bento de Olinda (1912), Escola de Agronomia do Ceará (1918), Escola Teórico-Prática de Agricultura de Pernambuco (1930).

O Sul açambarcou a Escola de Agronomia Eliseu Maciel de Pelotas (1891), a Escola Superior de Agronomia de Taquary (1891), o Instituto de Agronomia e Veterinária da Escola de Engenharia de Porto Alegre (1910) e a Escola Superior de Agronomia e Veterinária do Paraná (1912). Já a região Norte contava com a Escola de Agronomia de Manaus (1912) e Escola de Agronomia e Veterinária do Pará (1918).

Figura 8 - Escolas e Institutos Superiores fundados no Brasil entre 1881 a 1930



O Sudeste concentrou os seguintes estabelecimentos de ensino: Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1896); Escola Politécnica de São Paulo (1898); Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz de Piracicaba (1901); Instituto Agrônomo de Leopoldina (1892); Instituto Agrônomo e Zootécnico de Uberaba (1893); Instituto Agrícola de Itabira do Mato Dentro (1893); Escola de Agronomia Salesiano D. Bosco de Ouro Preto (1893); Escola Superior de Agricultura de Lavras (1908); Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro (1910); Escola Média Teórico-Prática de Pinheiro (1910); Escola de Economia e Medicina Veterinária de Belo Horizonte (1914); Escola São Joanense de São João Del Rei (1916); Escola de Agronomia e Pecuária de Passa Quatro (1917); Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (1922).

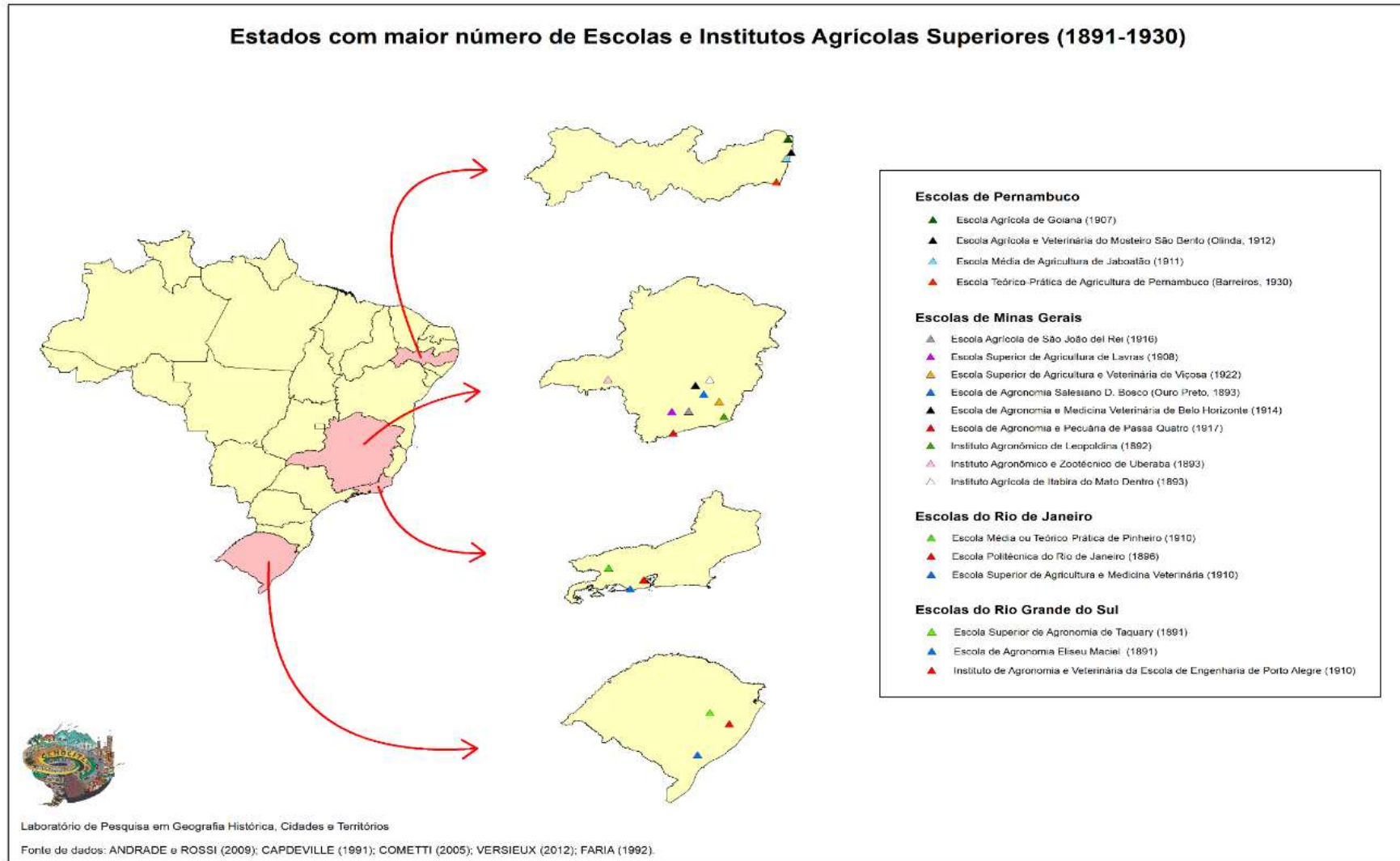
Podemos concluir que a fundação de todas estas instituições no território nacional revela a necessidade de controle e expansão da presença do Estado mediante ao espaço agrário. Também constatamos que nas regiões Nordeste, Sul, Norte e Sudeste a maioria das escolas foram criadas antes de 1920, tal tendência, ao que parece, mostra que os nascimentos refletiram a força política de algumas regiões em diferentes momentos da República.

Tais escolas também podem ser compreendidas, a partir do caleidoscópio geográfico oferecido por Milton Santos, como objetos técnicos modernizadores. As escolas superiores agrícolas (ESA's) concebidas, como um objeto técnico, visavam suprir uma demanda específica das frações da classe dominante agrária, qual seja: se apoderar do conhecimento para produzir seu próprio espaço regional e, ao fazer isso, converter este espaço regional em espaço político. Ou seja, certos grupos se apropriaram da tríade ciência, terra e poder para desenvolver a estratégia política de criar ESA com o fito de modernizar suas regiões.

Lembrando, de antemão, que o surgimento das escolas superiores agrícolas no Brasil resultaram de “ondas de difusão modernizadora”, configurando espaços luminosos e espaços opacos³¹, uma vez que a distribuição destes objetos técnicos não ocorreu de forma homogênea no território. Se efetuarmos esta análise por unidades da federação, veremos que Minas Gerais (MG), Pernambuco (PE), Rio de Janeiro (RJ) e Rio Grande do Sul (RGS) se destacavam (Figura 9), pois concentravam, respectivamente, 33%, 15%, 11% e 11% das escolas em seus territórios. Nos demais estados (Amazônia, Bahia, Ceará, Manaus, Paraná, Pará e São Paulo) que contavam com os restantes 30%, os

³¹ Esta interpretação surgiu a partir das ideias de Santos (2012).

Figura 9 - Estados que se destacaram na criação de Escolas e Institutos Superiores Agrícolas (1891-1930)



estabelecimentos se encontravam de forma dispersa (vide Figura 8). Nos dados acima um aspecto salta aos olhos: no período de 1892 a 1926 foi inaugurado o maior número de estabelecimentos de ensino nas cidades de Minas, exercendo estas um efeito polarizador no estado.

É oportuno elucidar que a fundação de escolas superiores agrícolas projetaram Minas Gerais como um importante centro da educação universitária no Brasil, a esse respeito Wirth (1982) coloca que na década de 1890, Minas comandou o país em número de escolas criadas (4). As escolas superiores agrícolas mais antigas, como as de Leopoldina (1892), Itabira do Mato Dentro (1893), Uberaba (1893), Ouro Preto (1893), Lavras (1908), Belo Horizonte (1914), São João del Rei (1916) e Passa Quatro (1917) se inserem num dado contexto da República Velha em que Minas Gerais estava mais integrada, em termos de parceria política, com São Paulo – que abrigava a Escola Politécnica (1898) e a Escola de Agricultura Luiz de Queiroz (1901).

Já a Escola de Viçosa (1922) representa outro momento republicano, no qual a aliança das facções da classe cafeeira paulista e as facções da classe pastoril mineira apresenta fissuras e Minas se aproxima do Rio de Janeiro, rebatendo o poderio paulista (lembrando que o estado do Rio açambarcava a Escola Politécnica/1896, a Escola Teórico-Prática de Pinheiro/1910 e a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária/1910).

Os estados mais dinâmicos economicamente no processo de acumulação de capital, como Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (RGS) detiveram a(tua)ção destacada na federação em relação à instrução agrícola. A participação mineira adquiriu realce na política nacional após a queda do Império e de sua vinculação à “política do café com leite” na Primeira República. O Brasil vivia neste momento da agricultura de exportação que, por sua vez, era dominada pelas oligarquias regionais de São Paulo e Minas – principais responsáveis pela produção daquelas monoculturas (ARRUDA, 2003). A aliança entre paulistas e mineiros surgiu da imprescindibilidade de assegurar a estabilidade do regime republicano, contudo o pacto formado entre eles (alternância na direção do poder da nação) não se assentava numa fidedigna reciprocidade de interesses, ora a balança de poder político e econômico pendendo aos objetivos de um estado, ora de outro, ou seja: uma espécie de “federalismo em cordabamba”³².

As fracções da classe dominante agrária que dominavam no plano político, material e simbólico sustentavam o poder de seus estados através da conciliação interna de seus

³² Expressão tomada de empréstimo de Viscardi (2012).

integrantes, da representação expressiva no Parlamento e de partidos republicanos. Essas arenas políticas simbolizaram jogos de poder que, por sua vez, se expressaram em torno dos interesses das frações de classe dominante regionais que buscavam reivindicar políticas de cunho territorial, a exemplo das ferrovias e estradas de rodagem, hospedarias de imigrantes, núcleos coloniais, instalação de bancos e, no caso aqui estudado, escolas superiores agrícolas. Portanto, os estados que contavam com partidos mais estruturados e articulados com o poder central, angariaram mais benesses do Estado nacional.

Os Partidos Republicanos de Minas Gerais (PRM), São Paulo (PRP) e Rio Grande do Sul (PRR) foram importantes máquinas políticas regionais da República Velha. Esses estados foram focos “das fidelidades políticas e da própria organização política” (WIRTH, 1982, p. 30). O Partido Republicano de Pernambuco (PRP) possuía uma importância menor em relação aos mencionados acima, contudo era considerado influente na Paraíba e demais estados vizinhos. Pernambuco se manteve como uma região politicamente focada em si mesma, ainda que líder natural do Nordeste. Em outras palavras: São Paulo e Minas Gerais eram próceres econômicos, demográficos e políticos da Federação brasileira e apenas o Rio Grande do Sul açambarcava as condições para colocar em xeque o controle que aqueles desempenhavam na política. Posto que os três ministérios mais importantes – Fazenda, Transporte e Justiça – foram monopolizados, segundo Mendonça (1997), por Minas, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Com o novo arranjo de classificação de bancadas por estados, provocada pela transição do regime imperial para o republicano, o Executivo Federal estabeleceu quais estados-atores ocupariam um papel de destaque diante da nova ordem política. Viscardi (2001), ao enveredar no princípio de distribuição desigual dos atores políticos republicanos, salienta que tal fundamento fazia com que eles se distinguissem não apenas pela grandeza de suas bancadas, mas também pelo nível de autossuficiência econômica frente aos cofres da União.

Nesse sentido, os grandes estados eram caracterizados por dois aspectos interrelacionados: bancadas numerosas e economias com relativo grau de autonomia; já os estados médios deveriam possuir pelo menos um dos dois elementos e os estados pequenos os que não portavam nenhum deles. O nível de atuação de cada estado nos procedimentos decisórios era correspondente ao seu tamanho. Assim, um grupo seletivo de estados-atores, representados por Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, detinham o poder de comando do Estado nacional, sendo que os vínculos instituídos entre esses sujeitos políticos se caracterizavam pelo pragmatismo e eram voláteis ao sabor das conjunturas (VISCARDI, 2001; 2012).

Os estados-atores hegemônicos estabeleciam elos de cooptação em relação aos estados menores, o grau de independência atribuída aos primeiros promoveu um sistema federalista, em que a principal peculiaridade foi a recusa da equidade entre as unidades federadas – o federalismo desigual (WIRTH, 1982; LEVINE, 2004). Como se viu, São Paulo e Minas Gerais estavam no centro do comando nacional, atraindo as elites das demais áreas periféricas, regionalizando-as. Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia possuíam papéis secundários, compondo satélites que giravam em torno do miolo político-econômico do país.

O Rio de Janeiro como capital do Brasil ainda detinha poder econômico e contava com o Partido Republicano Fluminense (PRF), já a Bahia, segundo Dulci (1999) não teve, malgrado o potencial de sua economia e da importância nacional de suas elites, um partido oligárquico consolidado no período da República Velha. Dito de outra forma, São Paulo e Minas constituíam as “regiões do mandar” e os demais estados representavam as “regiões do fazer”³³, obedecendo ao controle central numa lógica de dependência regional. Portanto, o regime político do café com leite engendrou relações dissimétricas de poder.

Numa análise regional comparativa vinculada aos padrões de crescimento econômico, os estados mencionados desenvolveram estratégias políticas diferenciadas tanto em âmbito estadual quanto nacional. Os partidos funcionaram como um fórum de representação de interesses regionais e Minas procurou “puxar brasa à sua sardinha”, uma vez que os mineiros lideraram o Congresso na maior parte da República Velha. Isto, de acordo com Arruda (1986), por deter o maior colégio eleitoral do país e possuir uma bancada coesa e sintonizada com o Palácio da Liberdade. Buscando reivindicar maior influência na federação, uma das estratégias do estado foi lançar luz sobre a criação de estabelecimentos de ensino superior.

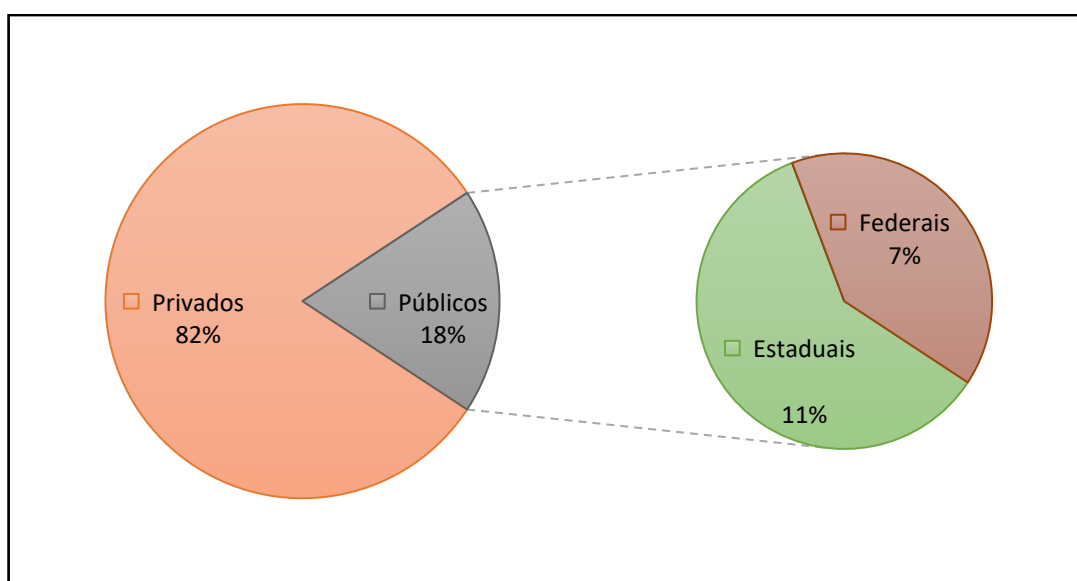
Em face aos aspectos abordados, fica claro que a participação assaz dos estados-atores na política e economia nos oferece pistas sobre o porquê da distribuição das escolas em dado espaço do território nacional. Disseminar o ensino agrícola superior pelas mais diversas regiões era um trunfo imprescindível à reprodução do capital no país e de sua inscrição no processo de modernização do campo, sendo que a proposta educacional partiria do governo federal em direção ao estadual.

A respeito do investimento nas escolas, os liberais do Império defendiam a desoficialização do ensino, ou seja, o encolhimento do Estado na educação superior em benefício do setor privado, contudo, a concretização desse movimento só ocorreu através da a(tua)ção dos positivistas republicanos (CUNHA, 1980). Ou seja, a retração do Estado nas

³³ Inspirada em Milton Santos (1994).

políticas educacionais tinha como foco transferir, sobretudo, aos governos estaduais e as associações particulares a responsabilidade de criar instituições de ensino superior. A Figura 10 discrimina a fonte dos recursos referente às escolas e institutos superiores agrícolas fundados no período de 1891 a 1930, evidenciando que o discurso mobilizado em torno da desoficialização encontrou guarida nas políticas educacionais da República Velha.

Figura 10 - Origem dos recursos das Escolas e Institutos Superiores Agrícolas (1891-1930)



Fonte de dados: Capdeville (1991) e Faria (1992). Elaboração própria.

As escolas e institutos que auferiram capital privado foram: Leopoldina; Uberaba; Ouro Preto, Lavras; Belo Horizonte; São João Del Rei; Passa Quatro; Pelotas; Olinda; Taquary; Porto Alegre; a Politécnica do Rio de Janeiro; São Paulo; Piracicaba; Jaboaão; Bahia, Goianá; Quixadá; Pernambuco; Ceará; Paraná e Pará. Dentre as subsidiadas pelo investimento público, a de Itabira do Mato Dentro, Manaus e Viçosa foram promovidas pelos governos estaduais; e a de Pinheiro e Rio de Janeiro pelo governo federal (CAPDVILLE, 1991; FARIA, 1992). A ampliação dos estabelecimentos particulares de ensino no período de 1910 a 1922 – Porto Alegre (1910), Bahia (1911), Jaboaão (1911), Paraná (1912), Quixadá (1912), Olinda (1912), Belo Horizonte (1914), São João Del Rei (1916), Passa Quatro (1917), Ceará (1918), Pará (1918) – refletem o quanto os seguimentos rurais locais buscavam tirar proveito do contexto de preços favoráveis aberto pela Primeira Guerra Mundial (MENDONÇA, 1988).

A iniciativa particular teve como eixo central a expectativa de rendimentos políticos e financeiros, pois a maioria dos grupos privados estavam associados às classes dominantes e aos homens no poder. Cabe ressaltar que o emprego de capital privado nos estabelecimentos de

ensino superior agrícola foi acompanhado pelos subsídios do Estado, o qual forneceu auxílio financeiro e/ou isenção de impostos. Isto significa dizer que sua interferência não pode ser menosprezada, pois buscou assegurar o projeto de expansão econômica e o progresso da agricultura. Portanto, ao subvencionar as escolas, ambicionava cativar políticas favoráveis às finanças a partir das atividades produtivas regionais.

A relação do Estado com o sistema financeiro mundial e, conseqüentemente, com os centros mundiais de ciência e cultura repercutiu na intervenção estrangeira no ensino agrícola superior. Nessa vereda, Capdeville (1991) afirma que as escolas da Bahia, de Pelotas e Piracicaba tiveram influência francesa, sendo que nesta última o modelo americano também esteve presente. A inspiração alemã orientou as do Rio de Janeiro, de São Paulo, Taquary, Olinda, Pernambuco e Porto Alegre. Já o “sopro” americano fez-se sentir em Lavras e Viçosa. Portanto, os países que constituíam o bloco hegemônico de poder (França, Alemanha e Estados Unidos) ditaram a organização, o funcionamento, os currículos e métodos educacionais no Brasil.

A trajetória do ensino na República Oligárquica foi caracterizada por rupturas e permanências: das escolas agrícolas superiores fundadas: 41% foram sucedidas e 52% extintas (Quadro 1). As primeiras experimentaram continuidades e descontinuidades até, de fato, se consolidarem como universidades (federais ou estaduais), nesta oscilação muitas nasceram, fecharam e renasceram ao sabor das conjunturas políticas-econômicas do país. Já as segundas foram escolas passageiras, e algumas até se constituíram como universidades, que prestaram apoio às regiões em que se instalaram, mas devido a inúmeros fatores (ineficiência administrativa, poucos recursos, interesses políticos, conflitos regionais, ausência de fiscalização etc.) acabaram sendo extintas³⁴.

Apesar de menos da metade ter “sobrevivido”, a educação abocanhou significativo investimento do Estado. A fatia de distribuição interna dos recursos do MAIC até 1930 se destinou a quatro pilares da política agrícola: Serviço de Indústria Pastoril, Povoamento, Fomento Agrícola e Ensino Agrônomo, compondo respectivamente 16,5%, 15,3%, 9,7% e 8,0% dos recursos orçamentários³⁵ (MEDONÇA, 1997). Logo, a instrução agrária foi a quarta

³⁴ Não obtivemos informações a respeito de duas instituições: a Escola Agrícola Prática de Quixadá e a Escola Agrícola de Goiana, o que representa 7% do total. A título de curiosidade, as instituições que tiveram vida mais efêmera foram: a Escola Teórico-Prática de Agricultura de Pernambuco, o Instituto Agrícola de Itabira do Mato Dentro, o Instituto Agrônomo e Zootécnico de Uberaba e a Escola Superior de Agronomia de Taquary, as quais existiram por apenas um, seis, quatro e oito anos, respectivamente.

³⁵ As demais seções que participaram da despesa global da União foram: Estações, Campos, etc.; Subvenções e Auxílios; Serviço de Imigração e Colonização; Serviço de Proteção aos Índios; Posto Zootécnico Federal; Meteorologia; Serviço Geológico Mineralógico; Direção Geral de Estatística; Escola de Minas; Escola de Aprendizagem Artífices; Museu Nacional; Jardim Botânico; Serviço de Veterinária; Instituto de Química; Serviço de

verba em importância nas finanças públicas, o que pode ser aquilatada através da perspectiva racionalizante e cientifizante que o Ministério incorporou nas últimas décadas da República Velha.

Quadro 1 - Vida e morte das instituições

Escolas sucedidas	Ano de criação
Escola de Agronomia Eliseu Maciel de Pelotas (UFPEL)	1891
Instituto Agronômico de Leopoldina (UEMG)	1892
Escola Média ou Teórico Prática da Bahia (UFBA)	1911
Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz de Piracicaba (ESALQ/USP)	1901
Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro (UFRRJ)	1910
Escola São Joanense de São João DelRei (UFSJ)	1916
Escola de Agronomia do Ceará (UFCE)	1918
Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL)	1908
Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (UFV)	1922
Escola Superior de Agronomia e Veterinária do Paraná (UFPR)	1912
Instituto de Agronomia e Veterinária de Porto Alegre (UFRGS)	1897
Escolas extintas	Ano de extinção
Escola Superior de Agronomia de Taquary	1899
Escola de Agronomia de Manaus	1943
Escola Média de Agricultura de Jaboatão	1921
Escola Politécnica de São Paulo	1910
Escola Politécnica de Rio de Janeiro	1912
Escola de Agronomia de Manaus	1943
Escola Teórico-Prática de Agricultura de Pernambuco	1931
Escola de Agronomia e Medicina Veterinária de Belo Horizonte	1943
Escola de Agronomia Salesiano D. Bosco de Cachoeira do Campo de Ouro Preto	1933
Escola de Agronomia e Pecuária de Passa Quatro	1938
Escola de Agronomia e Veterinária do Pará	1942
Escola Média ou Teórico Prática da Bahia	1921
Instituto Agronômico e Zootécnico de Uberaba	1899
Instituto Agrícola de Itabira do Mato Dentro	1899

Fonte de dados: Capdeville (1991); Cometti (2005); Faria (1992); Versieux (2013). Elaboração própria.

O conhecimento científico em fundamento do progresso visava formar agrônomos capazes de conduzir o *saber técnico especializado* e realizar o “adestramento” socioprofissional dos trabalhadores do campo, evidenciando a necessidade de se formular uma mentalidade agrarista no seio da sociedade. É nessa direção que se aloja a análise de Oliveira (2004), quando

Algodão; Serviço de Experimentação Agrícola; Serviço Florestal; Instituto de Biologia e Defesa Agrícola; Aprendizados Agrícolas; outros (op. cit., 1997).

afirma que visando legitimar a proposta de ensino direcionada ao campo, o Estado lançou mão de saberes com bases científicas, uma vez que eram tidos como superiores, modernos e avançados. Também eram considerados como chave para integrar a agricultura à modernidade, assegurando o incremento dos níveis produtivos.

O ensino agrícola foi uma estratégia que camuflou as peripécias do Estado e das fracções da classe dominante agrária, os quais não estavam preocupados com a qualificação da força de trabalho, mas com a modernização da produção. Contudo, este intuito modernizante foi mascarado por meio de um discurso que incensava a missão da educação profissional: prorromper o progresso do país. A propósito, a criação das universidades oriundas dos institutos superiores agrícolas, voltadas quase inteiramente para a modernização do campo, é prova cabal disso.

Tais estabelecimentos não eram destinados à classe trabalhadora, como propunha o MAIC, e muito menos ao trabalhador rural, quando muito, eram voltados a uma classe média que começava a se constituir e às fracções da classe dominante agrária. Tais grupos tiveram acesso à educação na década de 1920 sem, contudo, modificar a sua estrutura fundamentalmente elitista – imersa numa sociedade hierárquica e conservadora. De uma maneira geral, as escolas superiores agrícolas privilegiaram a educação dos filhos dos fazendeiros (MENDONÇA, 1998), havendo uma correlação entre a clientela das escolas e a aderência ao projeto político de ensino. Portanto, pode-se concluir que as classes populares ficaram alijadas da esfera de poder do conhecimento de nível superior e a ciência se situou do lado dominante das relações de poder.

Pauta da bandeira hasteada pelos segmentos políticos regionais, as escolas de agronomia foram oriundas da compra de antigas fazendas e resultaram de práticas espaciais³⁶ que coadunaram com o interesse das fracções da classe dominante agrária. Apesar de nos bastidores das narrativas o projeto de ensino se constituir como nacional, o que observamos foi o direcionamento de estratégias como a seletividade na implantação e funcionamento das escolas em dadas parcelas do território nacional e mineiro.

A eclosão das escolas de agronomia funciona como indicador da identidade entre o ensino agrícola e a Primeira República. Como vimos neste momento foram criadas vinte e sete instituições, o que representa em relação ao período imperial um acréscimo de 2.600%. Dito de

³⁶ Segundo Correia (2005), são ações que colaboram para assegurar os diversos projetos empreendidos por diferentes grupos. Como as práticas espaciais (como seletividade, fragmentação, remembramento, antecipação e marginalização) decorrem da consciência que os grupos sociais têm da diferenciação espacial, elas são elaboradas para garantir à gestão do território, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução.

outra forma, tais escolas foram um componente de cimentação ideológica da identidade defendida pelos ruralistas (pautada na “*vocação agrária*” do país) e um artifício de inserção do agrônomo perante a sociedade ratificando, dessa forma, a propagação desse saber no conjunto da formação social.

As instituições se tornaram uma necessidade do Estado – capturado pela elite econômica que o usa no sentido de defender e aprofundar seus privilégios – para o desenvolvimento territorial, sobretudo de Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul onde ocorreu maior confluência das escolas. Portanto, a constituição dos institutos localizados nesses estados, e em menor proporção nos demais, fez parte de um projeto de modernização regional para atender as demandas das frações da classe dominante agrária, cujo propósito era promover a dinamização do setor produtivo, atendendo aos imperativos do capital de base agrária.

A profissionalização foi compatível com o regionalismo. As iniciativas educacionais emergiram dos desafios colocados pelas frações da classe dominante agrária do país ao Estado, no sentido de reivindicar um “lugar ao sol” na distribuição da fatia de recursos federais. Em outras palavras, as escolas superiores, na percepção de seus idealizadores, funcionariam como um dos antídotos na superação da condição de *atraso agrícola* e promoveriam o fortalecimento da sociedade regional no contexto da Primeira República. Destarte, a gestação destas instituições foi uma astúcia de valorização do espaço gerida pelos estados-atores (Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo) que elegeram o território como palco de disputas visando sediá-las.

Como vimos, Minas Gerais açambarcou o maior número de escolas superiores agrícolas. O propósito do próximo bloco é justamente explicitar quais eram as vantagens do estado para abrigar tais estabelecimentos e como o regionalismo foi apropriado tendo em vista atrair essas benesses para o território mineiro. Para tanto, focalizaremos o contexto de surgimento das instituições agrárias e do contexto pelo qual passava a sociedade a exemplo da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado; do avanço das culturas de exportação e abastecimento do mercado interno; fuga do homem para a cidade etc., buscando compreender o projeto de desenvolvimento mineiro, no qual o ensino constituiu um de seus pilares.

1.3 Desenvolvimento regional mineiro: educação agrícola como vetor da modernização

No auge de uma crise econômica sem precedentes, o governo de Minas sente a necessidade de conhecer seus problemas e planejar seu **desenvolvimento**³⁷.

O desenvolvimento mineiro, apesar de ter sido um tema de debate nos últimos anos do Império, mereceu especial atenção na primeira década republicana com a realização do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 em Belo Horizonte. Conforme explicitado na epígrafe acima, o governo procurava conhecer os obstáculos que impediam o estado de prosperar economicamente, nesse sentido, as lideranças políticas buscaram detectar um cenário (de crise econômica), com o fito de elaborar um “diagnóstico” (como veremos de *atraso* regional) e propor alternativas (possíveis saídas para o “caos” econômico). Visando planejar o desenvolvimento de Minas, o Estado passa a elaborar um projeto de recuperação financeira, focalizando o viés estratégico de inserção dessa região no sistema capitalista.

No trecho que iniciamos este bloco nota-se uma amálgama entre a retórica da paralisia econômica e o vocábulo desenvolvimento na República Velha³⁸. Este estava associado quase indubitavelmente à esfera do mercado e à superação de um cenário de *atraso* relativo (DULCI, 2005) cingia, portanto, uma nítida faceta política, a qual se manifestou em intervenções governamentais, assim como na trama de classes e de variados grupos, principalmente às elites políticas, econômicas e intelectuais, na tentativa de superar o estado de “dormência” regional.

Mas afinal qual era a moldura do quadro de estagnação econômica de Minas na Primeira República? As frações da classe dominante agrária elegeram, no processo de identificação dos obstáculos que assolavam o estado nas primeiras décadas republicana, quatro principais cavaleiros inspirados, de certa forma, no movimento ruralista: a abolição, a monocultura, a desarticulação interna e a expansão urbano-industrial. Toda essa conjuntura será analisada a seguir, com o fito de elucidar as questões que norteavam à organização da sociedade e o sistema econômico mineiros.

1.3.1 Os quatro cavaleiros da crise

³⁷ Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, 1903, p. 122, grifo nosso.

³⁸ O vocábulo desenvolvimento se alinhava, no período republicano, ao positivismo e as ideias de “ordem” e “progresso” nele contidas. A filosofia positivista de Augusto Comte, gestada na França, repercutiu sobre o pensamento das elites políticas brasileiras. Este aspecto é referendado em Pádua (2012) quando analisa o conceito de progresso presente nas mensagens presidenciais da elite mineira, assinalando que de nove presidentes que comandaram o estado de Minas Gerais no intervalo de 1891 a 1910, sete estudaram no centro irradiador da doutrina positivista: a Faculdade de Direito de São Paulo. Este importante vetor de difusão da cultura política, assentada no pensamento Comtiano, disseminou nas elites mineiras a ideia de progresso como correlato de “desenvolvimento” material e econômico.

Com o processo histórico de transição de uma sociedade de base agrária para uma de base industrial, uma das vertentes da modernização de Minas buscada pelas fracções da classe dominante agrária consistia justamente em (re)afirmar o *agro*, pois com a crise do café (que se prolongava desde 1897) e a “ameaça” da urbanização³⁹ (acelerada pela Abolição), os coronéis necessitavam manter a sua importância político-social. Para tal, propunham a revalorização das forças vitais do estado, concentradas na agricultura e sugeriam, quase como um refrão, a retomada de Minas como celeiro do Brasil.

Com a travessia para o novo regime pautado na modernidade, o Estado ainda esbarrava na transição mixórdia do trabalho escravo para o livre. A Abolição representou para Mendonça (1997) o triunfo de um processo de modificações estruturais pelas quais experienciaram a economia e a sociedade brasileiras no final no século XIX. Machado (2000) assinala, ao enveredar no debate a respeito dos vínculos entre raça e meio geográfico, que a força de trabalho constituía uma temática premente para um país que havia abolido a escravidão. Nesse sentido, as ideias geográficas modernas foram encetadas no Brasil no contexto de uma acalorada discussão acerca da natureza do ambiente social, institucional e físico da nação, com o intuito de modernizar uma sociedade de feições burguesas – a qual deveria se adaptar às transformações engendradas pelo fim do sistema escravista e monárquico. Para tal, fazia-se necessário apreender o *status* da “mão-de-obra” nas distintas porções do país e como ela se adaptava ao ambiente geográfico ou como este afligia sua capacidade de trabalho, criando uma tipologia organizacional política afinada às peculiaridades regionais.

Se por um lado, a Abolição tinha rejeitado um grande imbróglio à modernização do país, vicejando a formação do mercado de trabalho (DULCI, 2005); por outro lado, os fazendeiros passaram a engrossar o coro das lamúrias em torno da organização deste mercado e do discurso da falta de “braços” para a lavoura. Santos (2016) nos lembra que o debate sobre imigração sofreu interferência de teorias raciais vindas dos Estados Unidos e da Europa, nas

³⁹ Mendonça (2000) chama a atenção para um ponto nevrálgico em sua obra que diz respeito a crítica ruralista à indústria, a qual não se traduzia necessariamente num radical antiindustrialismo. Para além do rechaço ao protecionismo governamental, destinado às indústrias artificiais em detrimento das naturais, foi a reação à vida urbana o lema dos discursos produzidos pelos agraristas. Uma linha tênue apartava os ruralistas e anti-ruralistas, diferenciando-se somente na ênfase com que repreendiam o protecionismo industrial e não pela recusa ou amparo unilaterais da industrialização. Mesmos os novos atores sociais, oriundos do contínuo desenvolvimento da divisão social do trabalho resultante, por sua vez, da urbanização e da industrialização dos complexos agrários, tinham suas perspectivas peneiradas pelo axioma da *vocação eminentemente agrária* do país. Por outro lado, as críticas à cidade e à indústria seriam o baluarte exequível dos interesses de classe e nacionais, desde que não significasse “[...] a exclusão total e plena, no horizonte dos defensores da *vocação agrícola*, da aceitação da indústria, desde que ideologicamente *naturalizada*” (MENDONÇA, 1997, p. 26, grifos da autora). Não seria outra a explicação patente na visão dualista do setor econômico, manifestada na época pela dicotomia entre indústria artificial e indústria natural. Esta ao se apropriar de matérias-primas nacionais, era atravancada com a própria agricultura.

quais havia a glorificação do trabalho livre e branco e rechaçamento do trabalho negro e ex-escravo. O autor atesta que “[...] se faltavam braços era porque sobravam pernas” (ibid., p. 101), na diagnose das lideranças políticas existiam poucos “braços qualificados” (de imigrantes europeus) o que lhes causava receio, pois havia a “abundância de pernas” dos pretos, indígenas e brancos pobres. Desse modo, as discussões sobre imigração estiveram no cerne da formação da República e foram marcadas por forte componente racial.

Inserida na realidade de ascensão das novas relações sociais de produção, o Estado embrionário em Minas Gerais se apropriou do discurso modernizante da República, que trazia em sua esteira os signos da ordem, do progresso, da ciência e da liberdade (FARIA, 1992), com o intuito de superar a condição de *atraso* contida na transição entre o sistema servil e o sistema de mercado. Nesse sentido, o espaço agrário seria o *lócus*, por excelência, de germinação daqueles ideais e a (re)organização da força de trabalho constituía a base da fortuna pública, a agricultura.

Importante ressaltar que a transição ao embrionário mundo do proletariado não ocorreu de maneira homogênea no território mineiro. Refletindo o processo que se operava em escala nacional, existiam dois principais projetos em voga: o aproveitamento do trabalhador nacional e as tentativas de implementar políticas de imigração e colonização. As lideranças políticas disputavam os protótipos de trabalhador (nacional ou estrangeiro) de acordo com os interesses e características das regiões que pertenciam. Monteiro (1973) e demais autores que debruçaram suas pesquisas sobre Minas como Chrysostomo e Santos (2015; 2016; 2019) Lamas, Saraiva e Almico (2003); Mafra (2018); Santos (2013; 2014; 2016), só para citar alguns, apontam que embora numericamente pouca expressiva, a política imigratória estrangeira teve considerável investimento por parte do Estado. Assim em partes do estado, a exemplo da Zona da Mata e Sul de Minas – o qual atuava como uma espécie de prolongamento do sistema paulista – a política de imigração se destacou no sentido de suprir a demanda por “braços”.

O dilema da (re)organização da força de trabalho era considerada o principal entrave à meta de dinamização e diversificação da agropecuária, ou seja, era o calcanhar de Aquiles dos fazendeiros, que clamavam ao governo mineiro por ações de combate: à evasão da “mão-de-obra” rural (oriunda da expansão urbano-industrial e da remuneração baixa); à repressão à ociosidade e à vadiagem; ao despreparo técnico; ao migrante sazonal – que dificultava a ocupação e povoamento do solo, beneficiando certas regiões do estado que pagavam melhores salários (CARRARA; 1999; DULCI, 2005; FARIA; 1992; LANNA, 1986). Aos homens “livres”, pobres e ex-escravos, que formavam o mercado de trabalho, se direcionaram ações no sentido de combater práticas agrícolas representadas pelas fracções da classe dominante agrária

como retrógradas. Sob a égide dessas representações, a desorganização e a anarquia do trabalho no campo eram apontadas como forças do mal associadas à desordem.

Outro componente que reforçava a condição de *atraso* era o fascínio pela monocultura cafeeira que, segundo as lideranças políticas, constituía um perigo à economia mineira. De acordo com Faria (1992), as críticas à subordinação do setor econômico ao café, se vinculavam à constante queda de preços externos do produto. Além disso, a emergência da urbanização e industrialização conduziu à parcimônia de suprir o abastecimento do crescente contingente demográfico. Para tal, o estado mineiro necessitava importar aquilo que deveria ser produzido, ficando na dependência dos países vizinhos para garantir a sua subsistência agrícola.

As denúncias às práticas monocultoras possibilitaram o alinhamento dos interesses dos fazendeiros com o governo mineiro, afinal estes experienciaram as desastrosas sequelas econômicas acarretadas às suas lavouras pela crise do café. Visando superar o jugo da monocultura, as frações da classe dominante agrária buscavam ampliar sua influência no controle estatal e, assim, assegurar o fácil acesso aos centros de decisão, inscrevendo suas demandas junto à máquina partidária. Nesse ínterim, existia um consenso entre proprietários latifundiários e Estado: Minas não podia ficar à mercê de um único produto quando havia um mercado consumidor interno em plena propagação situado, sobretudo, no eixo São Paulo-Rio de Janeiro.

Perante o panorama exposto a respeito da problemática da força de trabalho e da dependência da monocultura passar-se-á para o cenário de desintegração interna das atividades produtivas. O principal contraste da formação histórica mineira faz referência à ideia de que até antes da segunda metade do século XIX, o estado se dividia em duas porções: as “Minas” e as “Gerais”. A primeira denotava o epicentro da “civilização mineira”, onde se situavam as cidades coloniais (e sua arte barroca) e as heranças reluzentes da “idade do ouro”; a segunda remetia ao campo, à presença da lavoura e do gado, ao sertão e à ruralização. Essa dicotomia extrapolava os limites regionais, sendo difícil delimitar com precisão geográfica onde finalizava a primeira e se iniciava a segunda (FARIA, 1992).

As “Minas” compunham o miolo político, econômico e territorial do estado, nessa linha de raciocínio as “Gerais” eram periféricas em relação às “Minas” (VASCONCELOS, 1968) e sucediam a civilização litorânea da qual se originaram e dependiam. Assim, “Minas” constituíam o “coração” do estado, na qual a “veia” mineradora bombeava sangue à economia – concepção de enorme poder metafórico. Com o ingresso no período republicano, o Estado procurava diminuir o contraste entre as partes e integrar o passado das “Minas” com o presente-futuro das “Gerais”.

Esta divisão das “Minas” e das “Gerais” estavam vinculadas à ocupação dos espaços interinos do estado. Wirth (1982), para se referir à diversidade da paisagem, da cultura e dos perfis produtivos cunhou a expressão mosaico mineiro. Para o autor, Minas Gerais constituía um mosaico de distintas zonas divididas em Norte, Leste, Oeste, Triângulo, Mata, Sul e Centro (Figura 11), sendo que cada uma delas “desenvolveu-se” de maneira distinta no tempo, proporcionando ao estado uma história de crescimentos desarticulados e descontínuos. Dulci (2005) chama a atenção para o desenvolvimento regional, dizendo que sua gênese se fixou na agenda política através de um prognóstico pessimista, no qual a realidade econômica e social do estado estava marcada pela estagnação e decadência e nítida desarticulação interna.

Figura 11 - As zonas ou sub-regiões mineiras, segundo o uso corrente 1889-1930



Fonte: Wirth (1982).

Dialogando com Wirth (1982), Faria (1992) assinala que o “esfacelamento do território” em sete zonas adveio da transição do Império para a República. Nesse sentido, tal passagem salvaguardou Minas Gerais em termos de política colonial. A metrópole subordinou a *Köln* a uma geografia em prol dos seus interesses, nesse sentido, as fronteiras do estado sinalizavam os desígnios da Coroa Portuguesa em conservá-lo isolado do resto da Colônia. Esta postura associada ao apanágio do processo de ocupação conduziu ao “retalhamento” do território mineiro. Ao adentrar o período republicano, o isolamento dessas zonas constituiu subsistemas

federais⁴⁰ de poder local, aos quais tiveram que ser assimilados pelo Estado. Portanto, o maior revés desse ator foi preservar a unidade geográfica e política, uma vez que as sub-regiões eram portadoras de características próprias e de produções altamente diferenciadas⁴¹.

A diversidade do território foi registrada pelo poeta João Guimarães Rosa que afirmou “Minas, são muitas. São pelo menos várias⁴²”; a ideia de que Minas se repartia em muitas remete à noção de pluralidade, ou seja, de *territórios* que formavam a unidade territorial mineira. A chave de leitura para compreender as “múltiplas Minas” é apresentada por Wirth (1982) e Faria (1992) quando propõem mergulhar nas heurísticas das zonas que compõe o mosaico, adentrando nos *territórios* do território de Minas Gerais. Em linhas gerais, apresentar-se-ão cada uma das zonas do estado visando explorar a organização espacial intrarregional.

No decorrer do período republicano, as atividades produtivas predominantes no Norte eram a agricultura e a criação extensiva de gado. A ocupação desse espaço zonal remonta ao século XVII, quando incursões partindo da Bahia promoveram o devassamento dessa extensa área através da atividade pastoril. Em meados do século XVIII com a descoberta do ouro em Paracatu e na Chapada Diamantina, uma leva de migrantes principiou o efetivo processo de povoamento do território Norte (FARIA, 1992). A morosidade do processo de integração econômica desta zona ao conjunto do estado estava associada à deficiência das vias de comunicação e transporte.

As velhas cidades nortenses estancavam as fimbrias dos amplos latifúndios até a chegada da estrada de ferro na década de 1920, após a instalação desta os municípios passaram

⁴⁰ No depoimento de Silviano Brandão, então presidente de Minas entre 1898 a 1902, as seguintes palavras foram proferidas: “[...] o nosso Estado foi organizado não como um simples Estado, mas antes como uma grande Nação” (CONGRESSO MINEIRO, 1899, p. 2). Nessa direção se aloja a interpretação de Wirth (1982) ao afirmar que Minas Gerais evoluiu como um minissistema federal, o qual possibilitou que as estratégias regionais fossem equilibradas em detrimento de uma perspectiva do todo.

⁴¹ Um dos fios condutores da argumentação de Faria (1992) em relação a importância da produção de subsistência de Minas no período compreendido entre 1907 a 1921 alicerça-se no Anuário Estatístico de 1922 a 1925 da Secretaria de Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas. Através dos dados recolhidos neste órgão, a autora esboçou a produção agrícola e pecuária por sub-regiões, evidenciando suas diversidades produtivas. As zonas produziam em maior ou menor grau: café; cereais (incluindo arroz, feijão e milho); cana de açúcar; algodão; fumo; batata; mandioca; rebanhos (bovino, suíno e equino); laticínios: manteiga, queijo, creme de leite etc. e derivados (carne verde, banana, lingéricas, charques, presuntos etc.); curtume: couros, peles, solas etc. Apesar de produzir um pouco de cada variedade, as zonas se destacavam em relação a alguns produtos: o Centro comandava os artefatos cana de açúcar (16%), batata (15%) e mandioca (11%); o Norte, algodão (60%), mandioca (35%) e cereais (14%); o Sul, café (35%), cereais (26%), fumo (42%) e batata (61%); o Oeste, fumo (25%) e mandioca (15%); o Triângulo, algodão (16%) e cereais (10%); a Mata, café (36%), cereais (18%) e cana de açúcar (22%); e o Leste, cana de açúcar (17%), café (17%) e cereais (14%). Quanto ao número de rebanhos as zonas Norte, Sul, Oeste e Triângulo lideravam em relação às demais, nos itens laticínios, derivados e curtume, sendo que as sub-regiões Sul, Norte, Mata e Centro capitaneavam essas manufaturas (ibid., 1992). Em vista disso, o quadro geral das produções agrícola e agropecuária expunha significativa pulverização territorial que, por sua vez, desencadeava uma estrutura produtiva em arquipélagos dificultando, mas não impossibilitando, dessa forma a integração econômica regional.

⁴² ROSA, João Guimarães. *Ave Palavra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 270: Minas Gerais.

a se situar próximos às ferrovias. O fosso que separava o Norte de outras sub-regiões do estado o mantinha praticamente limitado à produção de subsistência (WIRTH, 1982). O Oeste foi habitado no final do século XVII pelos índios Cataguases e pelos bandeirantes. Passado a ânsia do bandeirismo, esta zona passou a se caracterizar pela produção pecuária (exportando gado para o Sul), diversidade de gêneros agrícolas e, em menor porção, atividades industriais.

O Leste buscava se integrar ao conjunto mineiro e até o final do século XVIII era conhecido como Sertões do Leste pela amplitude de sua área, presença de densa floresta e populações indígenas como os Botocudos (FARIA, 1992). Tanto a zona Norte quanto a Oeste eram consideradas um prolongamento do sertão baiano – termo usualmente empregado nos discursos dos políticos às áreas longínquas consideradas *locus*, por excelência, do arcaísmo e do atraso, constituidoras de “vazios demográficos⁴³” e parca pujança econômica.

O Centro foi historicamente peculiarizado pelas riquezas do seu subsolo, multiplicidade de seus habitantes, acentuada vida urbana e pelo resplendor cultural (advindo das cidades barrocas e do desenvolvimento de tradições). Faria (1992) é categórica ao afirmar que a partir dos apanágios elencados acima os dirigentes políticos, do horizonte histórico dos setecentos, atribuíram à esta parcela do espaço a função de “berço da civilização”, ou seja, de modelo difusor da ocupação do território, num amálgama de construção mítica e ideológica. Importante ressaltar que se a cidade era o espaço privilegiado na realidade da zona mineradora, com o esgotamento dos “veios auríferos” ocorre um retorno à ruralização da economia e da sociedade mineiras (ARRUDA, 2003).

Já o Triângulo mineiro, de acordo com Wirth (1982), se configurou através de uma moderna economia agropecuária no findar do Império quando o processo de ocupação dos paulistas (via Mato Grosso e Goiás) ocorreu graças à descoberta de jazidas de metais preciosos. Tratava-se, em comparação às demais, de uma zona nova cultural e economicamente. Faria (1992) adverte que a porção Sul do estado foi acossada pelos bandeirantes paulistas no início do século XVII e, em contraposição ao Norte, desenrolou uma rede de atividades econômicas propiciada pelas vias de comunicação e transporte. A sub-região sulina, aliada à matense,

⁴³ Urge esclarecer que quando as elites políticas evocavam o termo “vazios demográficos” invisibilizavam a presença de índios e de povos tidos como “exóticos” (bugre, cabloco, caiçara etc.), consagrados como habitantes culturalmente diferentes dos “tipos” nacionais, no território. Tratava-se de uma construção ideológica do Estado visando legitimar a ocupação e a conquista territorial de áreas de prospecção ainda não exploradas pelo mercado – fundos territoriais – com o fito de incorporá-las ao circuito econômico nacional. Muitas faixas do território nacional se constituíam como espaço vital daquelas populações, porém no olhar das lideranças políticas cabia ao imigrante, portador de um projeto civilizatório, associado ao progresso e à modernização levar luzes às “terras desocupadas”, os ditos sertões.

buscava exercer o controle político do Estado que emergia, pleiteando controlar as exportações de gêneros alimentícios e gado no mercado não-mineiro.

O processo geo-histórico da Zona da Mata evidencia que até 1830 as terras eram ocupadas por indígenas, após esse momento o café se alastrou para o leste destruindo parte da floresta virgem (WIRTH, 1982). Assim, as vultosas coberturas vegetais foram sendo, pouco a pouco, substituídas por fazendas de gado, cultivo de cereais (arroz, feijão e milho), cana de açúcar e culturas como o fumo, batata e laranja (FARIA, 1992). Com o desenvolvimento da cafeicultura houve um movimento centrífugo oriundo do “refluxo da mineração” no Centro encetando o crescimento demográfico da Mata.

Em síntese, em termos de produção a Zona da Mata, Sul e Triângulo eram sub-regiões mais prósperas, posto que estavam conectadas aos polos de crescimento e aos portos do Rio de Janeiro, Espírito Santo e de São Paulo; enquanto as menos dinâmicas economicamente, Norte e Oeste eram vinculadas às extensões da Bahia e seu isolamento as conservava confinadas à produção de subsistência (DULCI, 1999). O Centro teve sua importância ofuscada com a transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte no alvorecer da República e com o declínio da produção aurífera, fatos que conduziram um rearranjo espacial de poder, pois com isso várias famílias das elites migraram e colonizaram as porções sulina e matense – reconfigurando a importância destas zonas como áreas de “nobreza cafeeira” (WIRTH, 1982). Desse modo, a estrutura econômica mineira apresentava-se como uma “colcha de retalhos”, sem suficiente agregação de suas atividades.

A dinamização econômica do Triângulo, Mata e Sul, o isolamento do Norte, Leste e Oeste e a decadência do centro sinalizam que as intervenções do Estado privilegiaram algumas parcelas do território mineiro em detrimento de outras, contribuindo para o recrudescimento de suas abissais diferenças socioeconômicas. Contraditoriamente, um dos principais desafios de Minas Gerais colocados pelos líderes políticos rumo ao progresso foi a reivindicação de projetos de desenvolvimento que mitigassem o desequilíbrio econômico das zonas – que o próprio Estado engendrou e combateria na República Velha através da estratégia de recuperação econômica regional⁴⁴. Dessa forma, o investimento seletivo deste agente reestruturou o poder das zonas da Mata e Sul, que passaram a comandar as outras em termos de riqueza, população e política.

⁴⁴ Apoiada em Carvalho, Faria (1992) salienta que no final do Império a moldura econômico-social de Minas já vaticinava clivagens regionais profundas, transpondo, mesmo antes da República, intensa assimetria entre as zonas da Mata e Sul e as demais. Portanto, as disparidades regionais se acentuaram na transição do período imperial para o republicano.

O fracionamento do território em zonas (com relativa autonomia político-econômica), a deficiência dos transportes e a carência dos meios de comunicação eram associados pelas fracções da classe dominante agrária mineira a um quadro de “desarticulação” econômica e geográfica. Desse modo, a abertura de estradas/caminhos, a instalação e ampliação da malha ferroviária e a constituição de uma rede de comunicabilidade (telégrafos, correios, etc.) eram pautas acionadas pelos políticos em seus discursos. Estas próteses territoriais, apresentadas como infraestruturas-chave para alcançar o desenvolvimento mineiro, consistiam numa estratégia capitalista do Estado visando promover a conexão das sete sub-regiões e o domínio de espaços mais isolados como os sertões. Pois, a circulação era uma prática espacial crucial para “costurar” o mosaico mineiro, promovendo à integração intrarregional.

Outro cavaleiro da *crise* de Minas identificado pelas fracções da classe dominante agrária foi a expansão urbana. Considerada uma ameaça ao poderio dessa classe e de sua hegemonia econômica, a ordem moderna urbana – considerada miolo da “desordem” e da “insubordinação” – contestava o tradicional papel do estado enquanto exportador de gêneros agrícolas. Em oposição à crescente urbanização da sociedade (processo concebido como individualista, competitivo/conflituoso e anárquico), o mundo rural passou a ser concebido como um espaço pacífico, tranquilo, salvador e de “[...] refúgio da principal virtude dos homens”: da solidariedade (MENDONÇA, 1997, p. 80). Desse modo, os pares dialéticos espaço rural e espaço urbano se tornaram alvo das projeções ideológicas daqueles que defendiam “com unhas e dentes” as *vantagens naturais* da economia do país, entenda-se: a indústria natural que empregavam matérias-primas nacionais.

Em nome de uma agricultura *frágil e desamparada*, os projetos de desenvolvimento em bases agrárias se colocavam num contexto de “decadência” da agricultura e do mundo rural e de expansão do crescimento urbano. Buscando incutir na sociedade mineira o sentimento de “amor à terra” e “ao campo”, as fracções da classe dominante agrária defendiam esta espécie de construção identitária ligada ao rural como artifício para ratificar a “vocação de Minas”. Para tal, cartilhas passaram a ser distribuídas na rede escolar mineira, como aponta Mendonça (1997), com o objetivo de anular os preconceitos contra o lavrador e o agricultor tidos como “atrasados” e de divulgar o paradigma da agricultura moderna e mecanizada.

Afetados por estes imbróglis (abolição, monocultura, desintegração interna e expansão urbano-industrial), as fracções da classe dominante agrária mineira passaram a conclamar ao governo estadual mecanismos capazes de superá-los. Dentre suas principais pautas estavam: a organização do mercado de trabalho, o crédito agrícola, a construção de estradas e ampliação da rede ferroviária, criação de escolas e colônias agrícolas etc. Fruto do burburinho das classes

dirigentes mineiras (SILVA e BORGES; 2008), o Estado solicitou os representantes dos diversos setores produtivos para o primeiro Congresso Agrícola, Comercial e Industrial (CACI) que seria realizado em Belo Horizonte no período de 13 a 19 de maio de 1903. As principais linhas de intervenção propostas foram o povoamento/colonização; a modernização/racionalização produtiva; o crédito/cooperativismo, como veremos no próximo tópico.

1.3.2 Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903: irradiação dos ideais modernos

O País passa por uma **crise** de vários reflexos sociais, a agricultura ressenha-se da falta de investimentos, o comércio e a indústria se dizem prejudicados pela legislação fiscal, e a exploração dos recursos minerais é praticamente nula em relação ao grande potencial existente. Agravando ainda mais a situação, o café, principal fonte de riquezas nacional, está em baixa cotação no mercado internacional. Estudos, análises e propostas para esses diversos problemas praticamente inexistem. Essa era a conjuntura, de um modo geral, apresentada pelo País no século XX, Minas Gerais, um **centro político** de grande importância, possuidor de pelo menos um quarto da população total do Brasil, sofre, de modo especial, a situação pouco animadora da economia. O presidente do Estado, Francisco Antônio Salles certamente assessorado por seus auxiliares técnicos, revela sua preocupação com o **desenvolvimento econômico e social**, fazendo apelo aos líderes políticos, aos empresários e aos homens experientes da época para que organizassem uma Comissão capaz de levantar os principais problemas do Estado, estudar alternativas e apresentar propostas eficazes para o **soerguimento econômico**⁴⁵.

Este fragmento é resultante de uma publicação da Fundação João Pinheiro na revista *Análise e Conjuntura*, que abarcou uma coletânea dos textos redigidos pela comissão organizadora e teses confeccionadas para as discussões do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903. Nele alguns aspectos chamam a atenção: a) a alegação de que estudos voltados à problemática agrícola eram quiméricos; b) a identificação de que Minas Gerais apesar de possuir uma população abundante e, portanto, uma importante base eleitoral sofria os reflexos da crise nacional; c) a escolha de uma Comissão a fim de organizar o evento. Esses assuntos assinalam a necessidade de justificar a utilização do saber científico em favor da agricultura, de reconhecimento por parte do governo federal de que o estado mineiro carecia de investimentos com o desiderato de emergir sua economia e de seleção meticulosa, para integrar a Comissão do Congresso, de homens de prestígio que fossem porta-vozes dos diferentes setores da economia mineira.

O Congresso Agrícola, Comercial e Industrial ao ser realizado na nova capital do estado reafirmava o poder político desse espaço apresentando-o à nação como vetor do progresso e da

⁴⁵ Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, 1903, p. 121, grifos nossos.

inovação republicana. É pertinente observar que nos primeiros anos da jovem República existiam dois projetos em andamento em Minas Gerais, um de modernização agrária e outro de modernização urbana. Em virtude disso, o rural e o urbano passaram a simbolizar uma correlação de forças, redefinindo a cada momento de *crise* econômica (que sofria alterações no próprio pensamento de seus agentes) o foco em um destes polos.

Vide o exemplo da mudança da capital, prevista pela constituição estadual de 1891 (WIRTH, 1982), cujo intuito consistia em equilibrar o poder político e econômico do estado planejando alçar a cidade a ser construída como polo de desenvolvimento industrial. Com a transferência da sede do poder público de Ouro Preto (cidade associada ao passado colonial, ao escravismo, a Monarquia e ao Antigo Regime) para Belo Horizonte⁴⁶ (marca do novo, do moderno, do trabalho livre, da República), as frações da classe dominante agrária ansiavam materializar em Minas um núcleo político moderno e que fosse capaz de estabelecer conexão entre as sete zonas, ou seja, aspiravam criar um centro para a integração do mosaico mineiro.

Os ventos republicanos inauguram um novo advento, o qual correspondia ao grandioso futuro que se projetava em relação a Belo Horizonte, fundada “[...] sob os auspícios e a força de um projeto de inspiração positivista de ampliação, higienização e racionalização do espaço urbano” (BOMENY, 2005, p. 142). A criação da capital teve João Pinheiro da Silva como um dos principais articuladores. Adepto do positivismo, se interessava pelas problemáticas da produção, do trabalho e da tecnologia buscando acelerar o progresso econômico mineiro e deixando marcas indelévels na política do estado. Iniciativa do governo mineiro, Belo Horizonte representou, destarte, o triunfo do projeto de desenvolvimento do estado em bases urbanas orquestrado pelos segmentos do setor industrial. Tudo isso para dizer que o projeto de modernização “vencedor” (de caráter urbano ou rural) dependia do poder de influência dos distintos grupos regionais junto ao Estado e do interesse em atrair investimentos em sintonia com suas finanças.

O pano de fundo do evento foi o “inescapável vórtice da modernidade” perante o diagnóstico de “estagnação” de Minas. O prognóstico consistia justamente em reduzir o caminho até o progresso por meio da ordenação da economia (SOUZA, F. 2017). Com o intuito de elaborar um programa para a “recuperação econômica”, Francisco Sales, então presidente

⁴⁶ Faria (1992) adverte que embora tenha sido projetada para se tornar o núcleo de integração da economia do estado e para alojar a sede do poder, Belo Horizonte foi capaz de efetivar, por mais de uma década, somente a segunda função. Segundo Aguiar (2006) o Decreto n. 1.516, de dois de maio de 1902, sancionado pelo porta-voz do governo Joaquim Cândido da Costa Sena, buscava criar as condições necessárias para a concessão de glebas a industriais para que, desse modo, a oferta de terrenos tornasse a nova capital um chamariz para a formação de um mercado fabril. Porém, em virtude do isolamento geográfico da capital dos centros de produção e mercados consumidores, o progresso industrial, num primeiro momento, ficou inviabilizado.

do estado, atribuiu a João Pinheiro a missão de organizar e liderar as discussões do Congresso. Seu primeiro passo foi delinear os temas a serem debatidos e nomear a Comissão Fundamental (CF) e as Comissões de Trabalho (CT) para planejar o evento e responder as perguntas equivalentes aos assuntos que lhes fossem direcionadas pelos produtores mineiros.

Os trabalhos de preparação do Congresso se iniciaram em janeiro de 1903 e se desdobraram em sessões realizadas pela Comissão Fundamental em fevereiro, março e abril (SOUZA, F. 2017). Essa dinâmica de organização do evento foi acompanhada pela imprensa, que ao divulgar as temáticas do Congresso buscava cativar as *classes produtoras* espalhadas pelo território mineiro. Após reuniões com tais classes, a CF apresentou sessenta e quatro teses elaboradas na forma de perguntas, as quais serviram de base para as discussões e foram colocadas em votação no primeiro dia do evento.

A Comissão Fundamental foi composta por Carlos Pereira de Sá Fortes (pecuarista), Francisco Mascarenhas (industrial), Ignácio Burlamaqui (comerciante), João Pinheiro da Silva (político-industrial), João Ribeiro de Oliveira Sousa (fazendeiro-banqueiro), José Joaquim Monteiro de Andrade (fazendeiro-banqueiro), Jorge Chalmers (diretor de mineração). Trava-se de importantes atores do poder que representaram as três classes (agrícola, comercial e industrial) interessadas no “soerguimento” financeiro de Minas. Com o intuito de promover uma discussão ampla sobre as necessidades dos distintos setores produtivos, a CF elegeu os seguintes temas: lavoura de café, policultura e pequena cultura, pecuária, indústrias manufatureiras, indústrias extrativas, indústrias diversas, colonização, comércio, transportes e fretes, impostos e tarifas, mobilização de riqueza imóvel e questão bancária (CONGRESSO AGRÍCOLA, COMERCIAL E INDUSTRIAL, 1903). Esses assuntos evidenciam os laços e tensões entre o Estado, o mundo da produção e as frações da classe dominante agrária.

Tendo como referência os temas, onze Comissões de Trabalho foram organizadas (Tabela 1) e, a partir disso, ocorreu uma distribuição entre os comissionários de acordo com a sua especialidade: Carlos Pereira de Sá Fortes, responsável por tratar da criação e exportação do gado, fabrico da manteiga, melhoria das raças, viação e ensino agropecuário; coronel Francisco Mascarenhas da indústria manufatureira; coronel Ignácio Burlamaqui dos fretes, impostos interestaduais; comércio e suas necessidades; João Pinheiro da Silva das pequenas culturas, tarifas alfandegárias e impostos protecionistas; João Ribeiro de Oliveira Sousa dos bancos; José Joaquim Monteiro de Andrade da cultura de café, policultura e cultura intensiva; Jorge Chalmers das indústrias extrativas; mineração e indústrias conexas (CONGRESSO AGRÍCOLA, COMERCIAL E INDUSTRIAL, 1903). De uma forma geral, as discussões giraram em torno da tripartição monocultura-policultura-indústria.

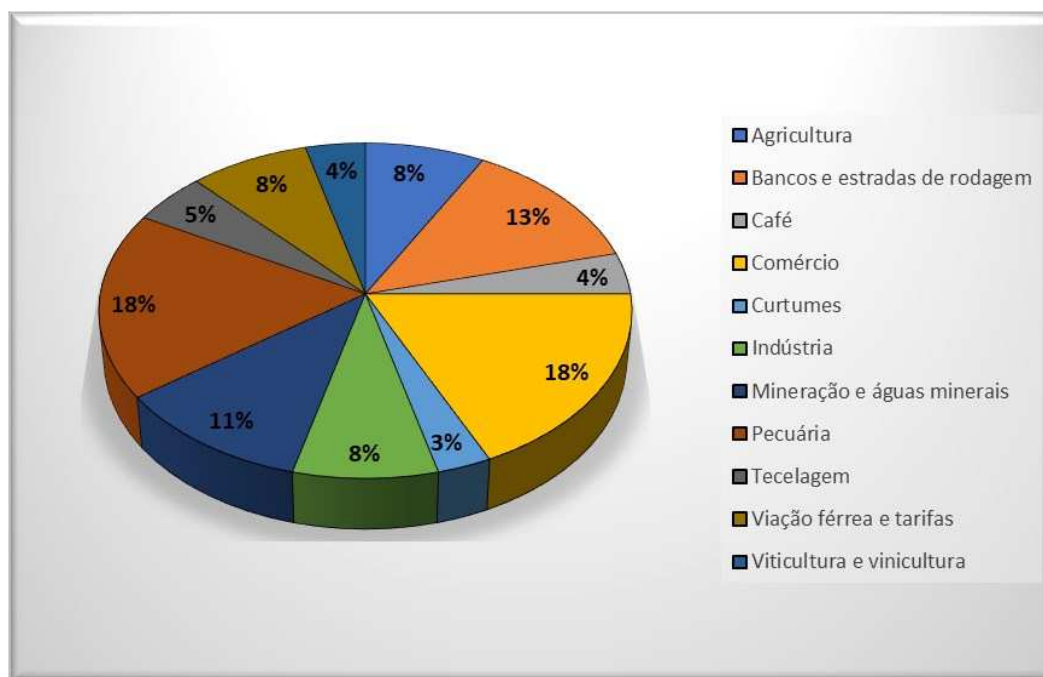
Tabela 1. Temas e Comissões de Trabalho do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903

Temas	Comissões de Trabalho
Colonização	Agricultura
Comércio, transportes e fretes	Bancos e estradas de rodagem
Impostos e tarifas	Café
Indústria manufatureira	Comércio
Indústrias diversificadas	Curtumes
Indústrias extrativistas	Indústria
Lavoura de café	Mineração e águas minerais
Mobilização de riqueza imóvel	Pecuária
Pecuária	Tecelagem
Pequenas culturas	Viação férrea e tarifas
Policultura	Viticultura e vinicultura
Questão bancária	

Fonte de dados: Fundação João Pinheiro (1981). Elaboração própria.

A importância das CTs podem ser compreendidas através das ações direcionadas a cada uma delas. Segundo Iglésias (1982) foram nove itens para a Agricultura; cinco para Estradas de Rodagem e onze para Bancos; cinco para Café; vinte para o Comércio; quatro para Curtumes; dez para a Indústria em geral; treze para Mineração e Águas Minerais; vinte e dois para Pecuária; seis para Tecelagem; nove para Viação Férrea e Tarifas; cinco para Viticultura e Vinicultura (Figura 12). Em termos qualitativos as fracções da classe dominante agrária elegeram a lavoura como uma das linhas de frente na qual o governo deveria concentrar seus esforços. Isso fica claro na nomenclatura do Congresso, isto é, na ordem das palavras que evidenciam a primazia da agricultura sobre os setores comercial e industrial.

Figura 12 - Importância diferencial das Comissões de Trabalho do Congresso de 1903



Fonte de dados: Iglésias (1982, p. 120). Elaborado pela autora.

Nas mensagens dirigidas ao Congresso Mineiro, os presidentes do estado apresentavam uma avaliação de seus mandatos, abarcando os assuntos essenciais em discussão na época. Numa destas, Francisco Sales afirmava com veemência que as comissões do Congresso de 1903 contribuíram com “[...] luminosos pareceres sobre as múltiplas questões que lhes foram sujeitas ao exame” (CONGRESSO AGRÍCOLA, COMERCIAL E INDUSTRIAL, 1903, p. 7) e com elucidações agrupadas em 119 conclusões. Estas instituíam um verdadeiro código de medidas concernentes a “remodelação econômica”, cujo propósito consistia na retomada do desenvolvimento da produção agrícola e no progresso das indústrias. Segundo o presidente do estado,

o momento é de acção para reconstrução; de energica iniciativa para os grandes empreendimentos; de esforço combinados de todos os indivíduos, **de todas as classes**, de todos os poderes, afim de que nos aparelhemos para a lucta industrial, e consigamos a victoria economica, que será a nossa emancipação, segurança da nossa independencia, condição de goso tranquillo de nossa soberania (CONGRESSO AGRÍCOLA, COMERCIAL E INDUSTRIAL, 1903, p. 10, grifo nosso).

Apesar de competir entre si para angariar recursos materiais e/ou políticos, havia um consenso entre lavradores e industriais agrícolas no que tange ao desenvolvimento regional: deveriam se unir na defesa de seus interesses. Portando o lema “um por todos e todos por um”, as diferentes fracções de classe buscavam através de uma perspectiva associativa efetivar seus projetos de modernização ligadas aos setores produtivos (agrícola, comercial e industrial) e

assegurar a soberania do estado perante aos demais. Para um estado que reivindicava a liderança na federação, o Congresso de 1903 funcionou como um estratagema da cúpula mineira para adir visibilidade no cenário nacional (DULCI, 1999; 2005), prova disso foi a candidatura de Afonso Pena à chefia do governo federal, quebrando os doze anos de hegemonia paulista e inaugurando o rodízio do “café-com-leite”.

O Congresso contou com a participação de vários municípios que reuniram 170 profissionais: engenheiros, advogados, médicos, comerciantes, agricultores, pecuaristas, industriais e políticos (FARIA, 1992). A heterogeneidade dos congressistas caracterizou o evento, contudo o mesmo não ocorreu em relação à participação das zonas que compunham o mosaico mineiro. As que expediram a maior quantidade de representantes foram justamente as que possuíam mais municípios: o Centro, a Mata e o Sul; enquanto o Leste e o Norte enviaram menor número. Já o Oeste e o Triângulo, embora contassem com menos municípios, tiveram uma participação notável, mas na analogia com as três principais zonas ficavam em desvantagem (SILVA, 2016). Isso indica que a colaboração das zonas no Congresso não foi equitativa, refletindo as diferenças regionais e as disputas das frações de classe no interior do evento.

A partir da mensuração das ações foi possível detectar as reivindicações dos líderes dos variados setores da economia. O incentivo à imigração através do estabelecimento de núcleos coloniais era uma delas. Vista como uma alternativa de fixar o colono⁴⁷ ao solo, as colônias agrícolas dispunham tanto da presença de trabalhadores nacionais quanto de imigrantes formando, assim, uma miríade de força de trabalho assalariada. Um dos fundamentos ideológicos para se investir na colonização envolvia a repressão à “vadiagem”, como pode ser observado em vários trechos do Congresso:

[...] os fins da imigração devem visar a **fixação do colono** ao solo e o fornecimento de operários às indústrias. O que convém antes de tudo é a repressão severa da **vagabundagem**, a obrigatoriedade do trabalho para todos os homens válidos e sem ocupação, que levam o dia e a noite a transitar pelas ruas e estradas, enchendo as tavernas, embriagando-se e provocando distúrbios, vivendo da pilhagem e do assalto às propriedades dos que trabalham; o que é preciso antes de tudo é ocupar os braços nacionais *desocupados*, que, ao invés de empunharem os instrumentos da lavoura, vivem carregando armas de fogo, faca e cacetes (CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMERCIAL, 1903, p. 158, grifos nossos).

Não constituiu poderoso auxílio à agricultura e às indústrias a repressão à vadiagem? Não é conveniente o estabelecimento das **colônias** correcionais modeladas sobre

⁴⁷ O regime de colonato envolvia um vínculo contratual que fornecia ao colono índole de trabalhador assalariado. Todavia, nesse pacto, o cafeicultor cedia ao colono uma porção de terras para o cultivo de cereais para seu consumo familiar, o que tornava o também camponês. O salário era calculado pelo número de pés de café que cabia ao colono cultivar acrescido de um aditivo toda vez que extrapolasse o limite (MOREIRA, 2018).

bases que garantam seu perfeito funcionamento e os fins altamente humanitários que devem visar? [...] A escassez de braços para os trabalhos agrícolas e industriais, a alta dos salários, a **desorganização do serviço doméstico** são males devido principalmente a **falta de leis reguladoras do trabalho e repressivas à vadiagem** (CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMERCIAL, 1903, p. 162, grifos nossos).

Nota-se que os oradores políticos transferiam o prisma de análise do quesito formação do mercado de trabalho, das instituições, para os indivíduos, estigmatizando-os como “vagabundos”, “ociosos”, “malfeitores”, “degenerados”, “libertinos”, “perversos” e “ébrios”. Os trabalhadores se tornaram caso de polícia e se a “doença dos homens” era a ignorância e a “propensão” ao crime, à prostituição e ao alcoolismo, os núcleos de colonização se impuseram como remédio digladiador capaz de promover o “saneamento moral”. Apesar de ser vistos como vadios, paradoxalmente, o imigrante e o trabalhador nacional eram considerados elementos valorizadores do solo capaz de aproveitar sua uberdade e extrair o potencial agrícola. A partir dessa situação antípoda consideramos que os estereótipos atribuídos ao trabalhador se tornaram um álibi das lideranças políticas para justificar a necessidade de dominação e subjugação daquele ao sistema capitalista, ou seja, de adequação da população aos ditames do trabalho “livre”.

Na leitura de Mendonça (1997) a fixação da força de trabalho em colônias, mencionada na citação acima, pode ser compreendida por dois ângulos: como predileção à imigração subsidiada e mecanismo que salvaguardaria o latifúndio. A despeito da esperança do imigrante europeu se converter em pequeno proprietário – chegando a se concretizar em alguns casos – o que predominou foi a defesa da propriedade a fim de favorecer os grupos agrários tradicionais. Bomeny (2005, p. 144) caminha nessa direção assinalando que o senso de propriedade nos camponeses foi um lenitivo no sentido de incutir “[...] uma mentalidade favorável ao respeito à propriedade de outrem”. Assim, os núcleos coloniais se constituíram, além de escudo protetor telúrico, como “viveiros de mão-de-obra” e a colonização, ao (re) organizar o mercado de trabalho nos campos, funcionou como uma política de conciliação de ordem e progresso no campo.

Uma pauta de petição no interior dos núcleos e nas diferentes zonas do estado era a criação de vias de transportes, de forma a drenar a produção desses territórios agrícolas para os centros consumidores. Assim, os produtores de diversas partes do mosaico mineiro lutavam pela implantação de ferrovias e estradas de rodagem, já que boa parte das linhas se concentravam nas regiões produtoras de café, as Zonas da Mata e Sul (PÁDUA, 2012). Por esse motivo, nas discussões do Congresso as fracções da classe dominante agrária solicitavam ao

Estado o equilíbrio de seus investimentos nas demais regiões, pois o privilegiamento de algumas em detrimento de outras era encarado como um dos principais desafios rumo ao desenvolvimento.

As condições topográficas do estado se configuravam como barreiras de comunicação, as diversas cadeias de montanhas tolhiam a construção de ferrovias e as bacias fluviais se direcionavam para fora, constituindo sistemas desconexos⁴⁸ (WIRTH, 1982). As longas distâncias isolavam geograficamente as zonas Norte, Leste e Oeste – as menos abastecidas com a concessões de estradas – da capital e demais mercados consumidores, além disso encareciam excessivamente os custos dos produtos transportados (FARIA, 1992). Logo, aquelas zonas permaneciam como economias desarticuladas do restante do mosaico mineiro.

No texto do Congresso, o coronel Ignácio Burlamaqui (membro da CF), assinalava a imprescindibilidade do governo em abrir estradas de rodagem de maneira a conectar as ferrovias mais próximas às importantes zonas agrícolas e pastoris do estado. Outrossim, o esquecimento dos rios navegáveis também esteve presente na agenda das discussões, Burlamaqui considerava que a atenção deveria girar em torno das comunicações aperfeiçoadas:

[...] quanto aos nossos rios, não falamos nos já navegados, como o São Francisco e o Rio Grande, somos dos que pensam que já seriam de grande proveito a navegação, ainda que rudimentar, dos principais. Se os nossos volumosos caudais como o rio Pardo, o Jequitinhonha, o Doce, o Rio das Velhas, não podem sem grandes despesas ser sulcados pelos grandes vapores, desde já podem, com algum custeio carregar barcos de grande capacidade e aptos a satisfazerem grande parte do comércio interno. Convém, por conseguinte, que o governo do Estado e da união façam **estudar** de novo o assunto e tomem medidas ainda que modestas para o aproveitamento da nossa rede fluvial (CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMERCIAL, 1903, p. 146, grifo nosso).

O crédito agrícola também estava presente no vasto herbário das solicitações dos dirigentes do Congresso. A crise bancária ocasionada pela queda dos preços do café em meados da década de 1890, freava a interiorização da rede bancária e fortalecia a primazia dos bancos estrangeiros (COSTA, 1978). Assim, a defesa da multiplicação do número e dos tipos de institutos de créditos, bem como das cooperativas agrícolas constituíam um dos carros-chefes dos ruralistas mineiros. Para eles, o componente *atraso* apenas seria vencido se o Estado subsidiasse crédito para o desenvolvimento da lavoura (SOUZA, F. 2017). Pois, os

⁴⁸ A esse respeito o autor coloca que “[...] o único rio adequado para navegação em Minas, por exemplo, o São Francisco, corre para o norte, atravessando a Bahia e Pernambuco. Não faz conexão com o rio Doce, parcialmente navegável, que corre para o leste até o mar. As tentativas de estabelecer um serviço regular de barco a vapor no centro de Minas fracassaram porque o rio das Velhas, tributário do São Francisco, tinha leito raso e o fluxo inconstante. Na fronteira com São Paulo, o rio Grande e seus afluentes correm em direção ao oeste para a bacia do Paraná, longe dos mercados e centros populacionais” (op. cit., p. 43).

proprietários tanto das zonas afastadas quanto das centrais do estado necessitavam de capital para fomentar sua produção, facilitar seu escoamento, baratear o transporte e contratar força de trabalho assalariada – condições necessárias para investirem na modernização agrícola.

De uma maneira geral, os mineiros efetuavam suas transações bancárias no litoral carioca e arcavam com o grosso dos impostos interestaduais. O isolamento entre as áreas de comércio do mosaico mineiro, a falta de uma saída para o mar e a associação entre os cafeeiros e os bancos litorâneos reforçaram o argumento de João Pinheiro quanto à indispensabilidade de captação de crédito e de construção de um sistema bancário no estado. De acordo com Dulci (1999), um dos caminhos pinheirista para a “reconstrução econômica” de Minas se assentava no incentivo à iniciativa privada e na intervenção estatal indireta e na institucionalização de sociedades cooperativas de produção, crédito e circulação.

O crédito agrícola segmentava os ruralistas mineiros, pois as discussões se voltavam a duas rotas divergentes: o crédito bancário oficial e o cooperativismo. O primeiro estava direcionado à reprodução do capital em grandes operações de comercialização e financiamento agrícola e seus defensores (fazendeiros e proprietários fundiários) balanceavam entre os projetos de fundação de bancos nacionais hipotecários e uma só instituição pública. Conferiam ao Estado a função de alforriar a agricultura do domínio dos bancos comerciais privados (MENDONÇA, 1997; 1998).

Já os representantes das cooperativas agrícolas (pequenos proprietários e produtores) lutavam pela reorganização da sociedade do campo, buscando estabelecer uma ordem mais igualitária entre os seus integrantes sem intervenção estatal (ibid.). De uma forma geral, o intuito do debate que dividia as forças ruralistas se voltava ao ponto nodal da procura de meios que garantissem a preservação, em mãos dos proprietários, de considerável parcela de capitais necessários a consubstanciação da disseminada modernização da agricultura. Aliadas a cooperativas de crédito, os congressistas rogavam pela criação de sindicatos, compreendidos como

uma aglomeração de profissionais agrícolas para o estudo e defesa dos interesses econômicos, sociais e morais dos associados, estendendo-se sua ação benéfica a todas as classes laboriosas e, sobretudo, as populações rurais, cujas condições de prosperidade, particularmente perturbadas pela especulação mercantil, ela visa melhorar e assegurar (CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMERCIAL, 1903, p. 159).

Ao tecer considerações sobre o sistema cooperativo, Mendonça (1998) afirma que ele foi concebido como capaz de dissolver as desigualdades e injustiças sociais no campo através

do robustecimento do pequeno produtor, excluído do acesso à propriedade, melhorando suas condições econômicas e morais. Apoiada em valores de solidariedade, liberdade e fraternidade, os sindicatos funcionariam como recurso dos “fracos” contra os “fortes”, garantindo a superioridade dos direitos coletivos sobre os individuais. Apesar de pregar o igualitarismo social – parâmetros homogêneos de custo, preço e qualidade dos produtos – o que, de fato, ocorreu foi a submissão da pequena produção agrícola aos imperativos do mercado que, por sua vez, ditou as características e os ritmos pertinentes às suas conveniências e não a dos produtores. Assim, tanto as cooperativas quanto os sindicatos representavam uma estratégia de captação de recursos sob égide do modo de produção capitalista.

Outra condição indispensável para atingir a modernidade e superar a situação de *atraso* atribuída à monocultura, a especialização excessiva e a obediência a regras das vantagens comparativas, encaradas como móbil de fragilidade para os negócios de Minas Gerais era a consolidação de uma economia “altamente diferenciada”. Por esse motivo uma das recomendações do Congresso para a política regional mineira foi a defesa da *policultura* com vistas ao mercado interno. Tal medida era uma forma de evitar a vinculação do sistema produtivo a uma única mercadoria de exportação.

A nova orientação econômica calcada na política de estímulo ao mercado nacional, ou seja, o “crescimento para dentro” (DULCI, 2005) era a providência mais oportuna à realidade mineira⁴⁹. Ainda que o café e outros setores de exportação ocupassem lugar de proeminência na estrutura produtiva do estado, eram atividades internacionalmente menos significativas que a produção para o mercado interno, simbolizada pela cultura de cereais e de outros gêneros agrícolas, pela pecuária e pelo parque industrial, ainda incipiente, mas promissor (FARIA, 1992). A dita “restauração econômica” de Minas perpassava, então, pelo incentivo à diversificação agrícola e ao desenvolvimento da indústria pastoril (buscava-se transformar a pecuária, introduzindo novas raças bovinas e estabelecendo uma indústria de laticínios) de forma a atender a produção interna do país. O Estado deveria se incumbir de estimular a produção agrícola e industrial, ofertando prêmios e promovendo exposições regionais e concursos.

A política de diversificação produtiva foi oficializada na esfera regional por meio da Lei n. 363, sancionada por Francisco Sales em setembro de 1903. Fruto dos conselhos específicos para cada setor de atividade, as conclusões do Congresso quanto à economia regional abarcava a substituição gradual de importações oriundas de outros estados e a defesa do protecionismo.

⁴⁹ Podemos dizer que o dito “crescimento para dentro”, o aumento da produção interna de Minas Gerais e a diminuição de suas importações, constituiu o germe do projeto de substituição de importação no estado.

Este foi uma das grandes bandeiras da Comissão Fundamental do Congresso, que defendia a tributação sobre os produtos estrangeiros e a revisão das tarifas aduaneiras. O projeto determinava que o imposto de exportação fosse calculado na proporção inversa à qualidade do produto e também designava altas tarifas, até mesmo sobre produtos agropecuários e matérias-primas semelhantes às nacionais (AGUIAR, 2006). O Estado oferecia subsídio a empreendedores privados por meio de uma política de proteção tarifária à produção regional, diligência que tinha como pleito “amparar a lavoura de café” protegendo-a através das taxas de importação/ exportação e da redução de fretes ferroviários.

O enunciado diversificador, abrigava uma explícita estratégia modernizante voltada à racionalização da produção. Ou seja, estava subjacente à modernização a tentativa de se alterar a cultura agrícola tradicional, substituindo-a por uma nova cultura, voltada à produção diversificada (sem negligenciar o café), ao aumento da produtividade, a melhoria na qualidade do sistema produtivo por meio da sua atualização tecnológica e ao maior aproveitamento da força de trabalho (DULCI, 2005). A projeção no tempo (futuro) e no espaço (campo) de uma agricultura moderna que representasse o progresso grandioso das terras mineiras (CONGRESSO AGRÍCOLA, COMERCIAL E INDUSTRIAL, 1903) se pautava no poder *regenerador* da ciência (calcada na técnica e insumos industriais), sendo esta entendida como medida de “salvação” da lavoura.

Após a exposição sumária das queixas dos distintos setores produtivos, elencaremos as conquistas em termos de política agrária que o evento proporcionou no território mineiro. Reflexo do desdobramento das discussões do Congresso de 1903, a instalação dos núcleos coloniais teve um salto significativo em Minas: após a realização do evento houve um crescimento de 314%. Ou seja, se no período de 1893 a 1903 haviam sido fundados sete núcleos, um ano após o evento até 1927 foram instaurados vinte e dois. Monteiro (1973) assinala que as políticas de colonização efetivadas em Minas durante a República Velha podem ser fracionadas em dois momentos marcados por propósitos distintos: o primeiro, compreendido entre 1892 a 1907, teve como intuito o fornecimento de “braços” para a lavoura; e o segundo, que engloba o intervalo de 1907 a 1930, estava relacionado, sobretudo, ao povoamento do território.

Ao contrário da proposta insuflada pelo Estado de situá-los em terras devolutas, nas quais existiam “vazios demográficos” e pujança de áreas cultiváveis, as colônias foram

instaladas em locais de maior abundância demográfica⁵⁰, tais como: fimbrias das ferrovias, zonas cafeeiras, estradas de rodagem, vias fluviais (portos), buscando facilitar o escoamento das produções, e próximas às áreas de mercados de consumo. A respeito da distribuição espacial dos núcleos coloniais na Primeira República pode-se constatar que 35% se localizavam no Centro, 24% na Zona da Mata, 21% no Sul, 10% no Leste e 10% no Oeste (MONTEIRO, 1973). Podemos perceber que o Centro, a Zona da Mata e Sul concentravam as colônias, pleiteando para seus territórios investimentos em demais infraestruturas, como a circulação.

A expansão das estradas de ferro e rodagem enovelou o setor privado e a União. Coube ao Estado incentivar este empreendimento econômico-político e ao capital estrangeiro – que financiava a maior parte das ferrovias – investir na ampliação da malha viária de Minas, já que somente as companhias particulares possuíam as concessões de construção e exploração de vias férreas (AGUIAR, 2006). Com a construção de novas estradas e a propagação das existentes, os fazendeiros drenaram a produção (pecuária e a cafeeira) para os portos visando abastecer o mercado interno e externo. Por esse ângulo, as novas linhas possuíam um triplo papel: imprimir valor a terra, atrair o imigrante e agilizar a circulação de bens, fazendo com que a abertura de estradas e caminhos constituísse uma prática espacial e um sustentáculo primordial do projeto de infraestrutura para a integração geoeconômica de Minas Gerais. Cabe assinalar que em termos de desenvolvimento ferroviário, a Zona da Mata e o Sul lideraram as demais.

Em relação aos bancos, até o Congresso Minas Gerais contava apenas com o de Crédito Real de Minas Gerais, criado em 1889 e sediado em Juiz de Fora. A campanha de organização do crédito por meio de bancos foi coroada com sucesso após a realização do evento, posto que foram fundados 73% estabelecimentos no Sul, 18% na Zona da Mata e 9% no Centro até 1918⁵¹ (COSTA, 1978). Nota-se que o feixe do poder bancário se concentrava nas tradicionais zonas de comércio de café bem servidas de ferrovias, tendo a região Sul papel de destaque, uma vez que, possuía um canal de comunicação com o Rio de Janeiro e São Paulo. A associação do capital mercantil ao bancário estruturou e expandiu o setor capitalista, proporcionando maior

⁵⁰ A população nas principais regiões de Minas Gerais em 1900 estava distribuída 25% no Centro, 20% no Sul, 18% na Zona da Mata, 16% no Norte, 11% no Oeste, 6% no Triângulo e 4% no Leste (WIRTH, 1982). Esta informação confirma que os núcleos coloniais foram instalados nas zonas que contavam com maior população.

⁵¹ Na região Sul foram fundados: Banco de Guaxupé (1909); Casa Bancária Cia. Indústria Sul Mineira de Itajubá (1912); Banco do Comércio e Lavoura de Muzambinho (1914); Banco Santaritense de Santa Rita do Sapucaí (1917); Banco Comercial de Alfenas (1918); Banco de Monte Santo (1918); Casa Bancária Moreira Sales & Cia em Poços de Caldas (1918); Casa Bancária Alves Pereira & Cia em Guaranésia (1918). A Zona da Mata contou com a Casa Bancária Dias Cardoso em Juiz de Fora (1918); a Casa Bancária Ribeiro Junqueira Irmão e Botelho em Leopoldina (1912). No Centro foi criado apenas o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais (1911) localizado em Belo Horizonte (op. cit., p. 18).

mobilidade de crédito e de trabalho no território. O *boom* bancário revelou o intenso relacionamento do Estado com o sistema financeiro.

Para além de todas as considerações já tecidas, há que ressaltar que o discurso da estrutura econômico-financeira era sustentada no Congresso de 1903 e nas Mensagens dos presidentes de Minas Gerais por uma retórica de perda, na qual eram comuns o uso de termos “reorganização econômica do estado”, “recuperação ou restauração econômica”, “soerguimento ou remodelação financeira”, “esvaziamento econômico”, como forma de remeter à suposta *crise* da lavoura. Sobre tal discurso, é importante salientar que Dulci (1999, 2005) e Faria (1992) criticam o peso excessivo que muitas reflexões da economia mineira conferem à produção de subsistência, menosprezando seus encadeamentos com a exportação e o mercado interno. Para os autores, Minas embrenhou a República ostentando uma economia altamente diversificada, afinal produzia de tudo, ou quase tudo, em todas as sub-regiões. Nesse sentido, não se tratava de uma estagnação econômica do estado, mas sim de uma situação (temporária) de relativo declínio de sua produção face à comparação do progresso das áreas em relação ao dinamismo de outras regiões mais dinâmicas do país.

A impressão de uma economia estagnada e decadente, embora questionável, foi o que conduziu as frações da classe dominante agrária e demais segmentos produtivos a elegerem a *recuperação* econômica como assunto principal do Congresso. O “chororô” em torno dos projetos de desenvolvimento territorial (policultura, núcleos coloniais, abertura de estradas, crédito agrícola, protecionismo etc.) revela a esperteza das frações de classes dominantes em aproveitar a esfera discursiva para barganhar seus interesses. O progresso, tão desejado pelos representantes das sete zonas, não foi uniforme na vastidão do território de Minas Gerais, muito pelo contrário, ele ocorreu com diferentes intensidades e focos que se dilataram e contraíram sobretudo, no Sul, Centro e na Zona da Mata, que abocanharam mais recursos e investimentos. Podemos dizer que estas regiões puxavam o comboio da modernização e que as demais constituíam os diversos vagões desta ferrovia, que se movimentavam de acordo com o prestígio social, econômico e político dos representantes zonais.

Face aos aspetos tratados, verificamos que os representantes dos três setores produtivos foram intimados a contribuir “com seus holofotes” para aclarar as questões desafiadoras do universo da produção. Assim, o Congresso Agrícola, Comercial e Industrial acabou sendo um grande eixo de referência da modernização de Minas Gerais (DULCI, 1999). O evento irradiou ideais modernos como a “paixão pelos cavalos de aço” (ferrovias); a criação e expansão dos bancos e a fundação de núcleos coloniais; a racionalização da produção via modernização das

lavouras e diversificação dos cultivos. Todos esses aparatos políticos e administrativos foram gerados pelo Estado para ordenar o território e amplificar as relações mercantis.

À testa das grandes linhas diversificadoras e modernizantes do Congresso (povoamento/colonização; modernização agrária; crédito/cooperativismo) separamos um tópico específico para a educação – alvo de nossas análises. O programa de ensino superior agrícola se colocou em Minas Gerais no decorrer de toda a República Velha, na ocasião seus representantes, as fracções da classe dominante agrária, espargiram uma narrativa de *recuperação* do homem e imobilização da força de trabalho no campo em prol da modernização agrícola. A criação das escolas superiores agrícolas vão justamente simbolizar a consagração do projeto de uma sociedade agrária, no qual um novo grupo de profissionais emerge: os agrônomos.

1.3.3. O ensino superior agrícola como projeto de desenvolvimento territorial mineiro

Um das medidas apresentadas nas discussões do Congresso de 1903 para mitigar as contradições entre as “Minas” e as “Gerais”, ou se preferir entre as zonas do mosaico mineiro, foi a valorização científica da lavoura agropecuária (FARIA, 1992). Tal valorização perpassou pelo projeto de ensino assentado nos marcos do desenvolvimento regional e da diversificação produtiva do estado. Para concretizar a profissionalização técnica foram fundadas nove escolas superiores agrícolas em Minas Gerais na Primeira República. Elas se tornaram um dispositivo administrativo, técnico e territorial que derramariam “luzes” sobre a agricultura em estado de “abandono” e “desproteção”. Agamben (2005, p. 9-10, grifo nosso), inspirado em Foucault, define dispositivo através de três eixos:

- 1) É um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não-linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos.
- 2) O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma **relação de poder**.
- 3) É algo de geral (um *reseau*, uma ‘rede’) porque inclui em si a episteme, que para Foucault é aquilo que em certa sociedade permite distinguir o que é aceito como um enunciado científico daquilo que não é científico.

Assim, o termo dispositivo se associa à estruturação de um conjunto de práticas e de mecanismos com o intuito de fazer frente a uma urgência e alcançar um resultado. É a partir da definição de Agamben que nossa comunicação se aloja, pois as escolas superiores agrícolas foram um dispositivo que funcionou como remédio para combater a “doença” da lavoura: a

situação de *atraso*. Nesse ínterim, a “urgência” da época era superar o quadro de suposta “estagnação” de Minas Gerais frente à economia paulista e, para isso, o ensino superior agrícola teve um papel de destaque. O “resultado” que esperava-se obter era a promoção do desenvolvimento regional mineiro.

Considerando o dispositivo como a “rede que se estabelece entre os elementos”, identificamos como elementos os enunciados discursivos modernizantes que envolviam a criação das instituições superiores agrícolas; os edifícios (concretude material) que abrigaram estes estabelecimentos (símbolos de poder); e as leis que regularam o ensino agrícola no estado. Além destes, também consideramos as estradas férreas e de rodagem, os núcleos coloniais, os bancos e demais infraestruturas como elementos que perpassam os dispositivos educacionais. Explica-se: o investimento na malha viária, buscando integrar o território mineiro, propiciava a disseminação das escolas superiores agrícolas para as áreas longínquas de Minas Gerais – a ideia consistia em expandir os “braços” do Estado.

O reverso da moeda também ocorria, ou seja, a fundação de instituições de ensino fazia com que as fracções da classe dominante agrária clamassem pela implementação de transportes, e demais serviços e equipamentos, para uma dada região. Outro caso foram as colônias agrícolas que estabeleceram uma ordem geográfica, na qual a fixidez adquiriu importância como componente da modernização, já que facilitava o recrutamento do camponês para o programa de ensino. Portanto, a partir desses exemplos, percebemos que toda essa rede estruturou o projeto educacional e racionalizante do Estado.

O papel estratégico das escolas superiores agrícolas, na matriz ideológica do Estado e das fracções da classe dominante agrária, voltava-se para a *regeneração* do homem do campo. Para tais grupos, a instrução compunha a base do progresso moral e econômico de Minas Gerais, colaborando para a ampliação da grandeza material do Estado. Em função disso, os representantes regionais se digladiavam em torno da implantação das instituições, uma vez que ao serem instaladas em dada localidade valorizavam a terra atraindo benesses para o território.

Daí advém a perspectiva de compreensão das escolas superiores agrícolas como um dispositivo inscrito numa relação de poder. Isto é, as fracções da classe dominante agrária de uma dada zona na “quebra de braços” com as demais disputavam recursos para abrigar aquelas instituições em suas regiões – demarcando o conflito inerente à luta pelo poder. A conquista de um estabelecimento de ensino ampliava os canais de intervenção daquelas fracções junto ao aparelho estatal, levando a sua reafirmação e reprodução enquanto classe no seio social e cativando outros projetos de desenvolvimento territorial.

No terceiro eixo constituinte do dispositivo, verificamos que o emprego de uma narrativa de cunho cientificista legitimou a educação agrícola como uma das necessidades do desenvolvimento regional mineiro. Nesse sentido, “a verdade” passa a se fundar no discurso científico e nas instituições que o produzem. Como verdade Foucault (2009, p. 13) entende “[...] o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”. O movimento ruralista que impregnou, sobretudo, o corpo discursivo do PRM, da SMA e das frações da classe dominante agrária foi o carro-chefe de divulgação dessa verdade. O projeto de ensino recusava o empirismo e as práticas rotineiras e recorria à cientificidade como único conhecimento válido. Este aspecto foi contemplado em diversos fragmentos do texto do Congresso de 1903:

[...] análise das terras é que se necessita do ensino agrícola (sic), infelizmente tão descuidado entre nós, e de grande dificuldade de implantação, devido à força dos nossos **hábitos rotineiros**. É um fato que desperta atenção do observador menos curioso, como sendo o nosso país de tão grandes e maiores recursos para a agricultura, esta não ter mais do que uma forma muito limitada de existência e coexistindo com lavradores **desprovidos dos mais rudimentares preceitos agrícolas**. [...] A agricultura, **cientificamente exercida**, é o futuro grandioso da nossa terra (CONGRESSO AGRÍCOLA, COMERCIAL E INDUSTRIAL, 1903, p. 143, grifos nossos).

[...] Querer ou acreditar que um povo possa progredir e engrandecer-se sem as **luzes da ciência** é um disparate, só equiparável à crença de que um cego, privado das excitações luminosas sobre os órgãos visuais, possa marchar em caminho escabroso e cheios de precipícios. A disseminação do **ensino** deve ser a principal preocupação dos que tem a responsabilidade de direção e bem-estar do povo (CONGRESSO AGRÍCOLA, COMERCIAL E INDUSTRIAL, 1903, p. 186, grifos nossos).

[...] Saber gastar para aumentar a produção é também fazer economia; é a **eliminação de práticas rotineiras, supérfluas e esgotadoras** da atividade para substituí-las pelo **trabalho inteligente** e profícuo que abre o caminho para a prosperidade e felicidade. [...] Deve-se contar com as manifestações do ceticismo para a recepção dos melhoramentos que vamos iniciar; mas, pouco a pouco, os rotineiros e descrentes virão se aproximando e deixando-se convencer da **superioridade dos métodos científicos** de exploração; começarão, então, a substituir os processos empíricos por aqueles, e dentro de algum tempo estarão convertidos em paladinos das **ciências agrônômicas** (CONGRESSO AGRÍCOLA, COMERCIAL E INDUSTRIAL, 1903, p. 187, grifos nossos).

Aos Homens e suas práticas e métodos agrícolas, concebidas no imaginário sócio-político como “atrasados”, “rotineiros” e “apáticos” (adjetivos associados à escravidão e que macularam as relações de trabalho), recaíram ações no sentido de redimensionar o sentido negativo atribuído à “mão-de-obra” (MENDONÇA, 1997). Para tal, era necessário modificar as técnicas agrícolas e os instrumentos (a foice e a enxada) do período colonial, pois simbolizavam “[...] o atraso cultural, a possibilidade do ócio, o trabalho incerto e a recusa do trabalhador em ingressar regulamente no mercado de trabalho” (VERSIEUX, 2013, p. 139). O

discurso direcionava-se contra o ‘antigo’ em nome do ‘moderno’ e contra o ‘bárbaro’ ou ‘selvagem’, isto é, buscava-se romper com as heranças do passado escravocrata em nome de uma nova aurora, pautada numa fé exacerbada no futuro. Portanto, a modernização foi uma perspectiva eficaz no combate para modificar “o presente de então” e de aceleração do progresso do estado.

Nessa vereda, a instrução agrícola foi uma das principais medidas anunciadas no Congresso de 1903 para combater o “arcaísmo” do trabalhador rural, concebido de forma pejorativa como *Jeca Tatu*⁵². Esse figurava como “indolente”, contrário à inserção da ciência no campo e metaforicamente “[...] estava sempre de ‘cócoras’ para a racionalização da agricultura” (SILVA, 2007, p. 11), resistindo ao progresso e à civilização. O *modus vivendi* do caipira/sertanejo, caracterizado pelas fracções da classe dominante agrária por uma temporalidade lenta, isto é, “homens lentos” confrontava com o projeto destas fracções de classe de se “criar” um tipo ideal (agricultor moderno) de força de trabalho para o meio rural, no qual a celeridade calcada na modernização técnica da agricultura suplantaria as antigas e obsoletas práticas produtivas do caboclo.

É sobre este exército de camponeses semi-proletarizados que recaíram, no plano das narrativas, as projeções das fracções da classe dominante agrária especialmente, sobre os nacionais. Ancorada nas análises de Oliveira (2004), a respeito do debate social sobre o campo e as imagens construídas observamos que era comum atribuir àqueles, e inclusive aos escravos, os estereótipos de “vadiagem”, “indolência”, “preguiça”, “apatia”, “arcaísmo”, “resistência” (associada a incapacidade de assumir à sua condição de homem “livre” ao progresso e às mudanças). Se a “inabilidade”, a “intolerância”, o baixo nível e ineficiência do trabalho eram características consideradas pelas fracções da classe dominante agrária e políticos mineiros inerentes aos nacionais, cabia “convencê-los” a se integrarem às novas formas de organização da produção.

Em virtude disso, a utilização da força de trabalho em prol da modernidade, da harmonização da ordem e do progresso no meio rural fez parte do discurso educativo republicano: “[...] **educar** o povo era a proposta, **domá-lo** uma necessidade” (MELO, 1990, p. 4, grifo nossos). O trabalhador rural era pertencente, segundo as lideranças políticas mineiras, a uma classe “sem hábitos” composta por “seres inferiores”, daí a necessidade de ser “acossado”, “civilizado” e “educado”. Cabia aos proprietários fundiários e segmentos dos setores produtivos “domar” o espírito indisciplinado da “mão-de-obra” campestre,

⁵² Jeca Tatu foi um personagem criado pelo escritor Monteiro Lobato para discorrer acerca das questões sociais do homem do campo.

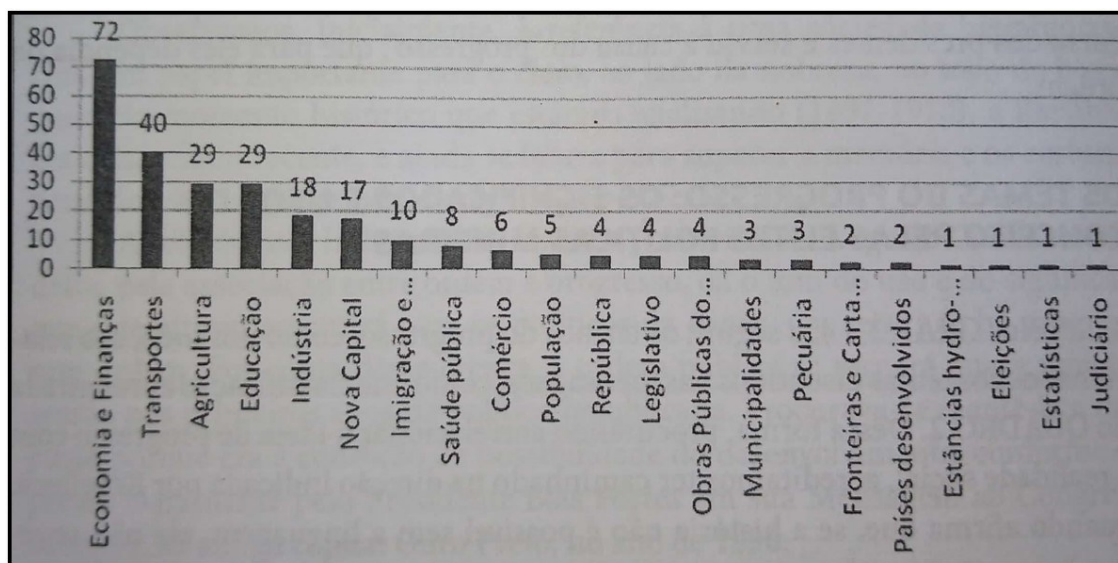
considerados refratários ao trabalho sistematizado (FARIA, 1992) e identificados ao núcleo da “desordem”. Desse modo, violência e conhecimento emergiram como alicerces ordenadores dos discursos sobre a temática da força de trabalho.

A corrente ruralista enxergava no ensino profissional uma alternativa de *recuperar* o homem do campo do seu estado de barbárie. Assim, a *regeneração* do trabalhador rural era indispensável para a inserção da agricultura na era moderna. Para tal era preciso (no plano das ideias) instruí-lo de modo a elevar sua produtividade e (no plano da materialidade) fazê-lo abandonar a enxada, substituindo-a pelo arado, semeador e cultivador. Nesse jogo de contrastes entre a figura do mau lavrador associado à agricultura do passado (e as lides rotineiras associado ao *atraso*) e ao bom lavrador relacionado à agricultura do futuro (portador de práticas eficientes, racionais e de maximização produtiva), observou-se uma divisão social no campo entre *rotineiros* e *progressistas* (MENDONÇA, 1998).

Em relação a estes últimos, Pádua (2012) analisou o conceito de progresso no período de 1891-1900 e 1901-1910 nas mensagens dos presidentes do estado dirigidas ao Congresso Mineiro. Neste espaço de atuação, as lideranças políticas colocaram suas crenças, esperanças e inscreveram seus projetos, visando inserir Minas Gerais nos trilhos do progresso. As Figuras 6 e 7 discriminam as temáticas que estiveram vinculadas ao progresso, na qual é possível verificar que as com maiores assiduidade se referiam, sobretudo à economia e finanças, à indústria, à agricultura, à imigração (com destaque para a primeira década), aos transportes, à construção da nova capital e à pecuária (somente para a segunda década).

A educação agrária já vinha sendo defendida em Minas, desde a Proclamação da República (Figura 13), contudo, foi durante o Congresso de 1903 que a mesma passou a ser advogada como dispositivo eficaz de desenvolvimento (Figura 7). Isto pode ser aquilatado na análise comparativa nos intervalos de 1891-1900 e 1901-1910, quando a frequência do tópico educação foi de 29% e 35%, respectivamente, representando um crescimento nas mensagens dos presidentes mineiros em relação à discussão do assunto no segundo período. Assim como as demais tarefas (comércio, obras públicas, saúde etc.), a educação também estava associada à produção da riqueza material e econômica, visto sua emaranhada relação com as atividades com as atividades produtivas.

Figura 13 - Frequência dos termos correlacionados ao conceito de progresso por tema nas mensagens presidenciais em Minas Gerais (1891 a 1900)



Fonte: Pádua (2012, p. 130).

Bomeny (2005), ao enveredar sobre a educação agrária e sua feição moderna, afirma que para compreendê-la é preciso considerar o aspecto econômico como “sujeito propulsor dos motivos”, pois a profissionalização agrícola colaborou para o progresso econômico de Minas. Este fato pode ser observado na fala de Carlos Pereira de Sá Fortes (pecuarista e integrante da comissão fundamental do CACI):

‘Instruamo-nos para podermos **produzir vantajosamente**; e produzamos para sermos fortes e respeitados’. Estas conceituadas palavras, dirigidas por sábio economista norte-americano a seus patrícios, devem ficar profundamente gravadas no espírito de todos que amam verdadeiramente sua pátria e desejam seu engrandecimento: pois, **instrução e produção são os fatores de riqueza e da grandeza física e moral de um povo**. De fato, **sem instrução não pode haver a produção vantajosa** [...] A falta de instrução, o empirismo e a rotina infecundos e estéreis, que muitas vezes degradam e humilham o povo, conduzindo-o às raias do cretinismo e da imbecilidade; a falta de produção vantajosa é a origem da miséria e pobreza do povo, é o caminho que o leva ao aniquilamento e à absorção pelo mais forte. (CONGRESSO AGRÍCOLA, COMERCIAL E INDUSTRIAL, 1903, p. 186, grifos nossos).

O depoimento de Sá Fortes evidencia uma forte correlação entre ensino agrícola, produção e modernização. Isto é, a difusão do ensino era uma condição *sine qua non* para alcançar a prosperidade política, econômica e moral. A profissionalização técnica era uma questão de extrema relevância para a vida da economia, a difusão de práticas agrárias, processos racionais de beneficiamento dos produtos e da indústria rural (tidos como mais eficientes e garantidores de maior produção) estavam assentados no tripé terra-semente-trabalhador. A terra

remetia à (agri) *cultura* e ao aproveitamento dos solos uberíssimos, nos quais seriam lançadas novas sementes – símbolo da modernização agrícola – a serem manejadas pelo trabalhador.

No pensamento das elites dirigentes do Estado, o ensino agrícola colaborava não apenas para a modernização da atividade produtiva, mas especialmente para a “afirmação de um **projeto político republicano**, com a garantia da **ordem social** pela incorporação dos trabalhadores, formados cidadãos, ao **trabalho assalariado** e à República” (PÁDUA, 2012, p. 139, grifos nossos). Partindo dessa identificação entre República e trabalho “livre”, a educação surge, então, como um dos veículos de socialização das ideias republicanas, dentre elas estava a (re) organização do trabalho agrícola, o qual promoveria o saneamento moral da população. Vinculado ao desejo de construir projetos visando à modificação de práticas sociais e culturais, isto é, de transformar pessoas “incultas” (“impróprias” a uma sociedade que buscava se modernizar) em “cultas” e conferindo à Minas Gerais a imagem de ordem e progresso, o Estado criou um enunciado ideológico, cujo mote se assentava na “qualificação do trabalhador rural”.

Nesse âmbito, as iniciativas do Estado se estruturaram através de duas frentes: a primeira vinculada à repressão do ócio, buscando assegurar a assiduidade ao trabalho; e a segunda à oferta educacional. Segundo a concepção vigente na época, a domesticação desses trabalhadores se alicerçava num debate azeitado de concepções sócio médicas das teorias organicistas, leia-se: a disciplinarização como mecanismo de controle e correção do comportamento e nada mais estratégico, nessa linha, que a criação das escolas superiores agrícolas⁵³. Estas visavam

[...] satisfazer as aspirações muito justas de grande número de mineiros, **parece-nos inadiável a fundação de uma escola superior de agronomia**, onde os filhos de Minas possam receber uma educação profissional mais completa, e tornar-se em poucos anos os melhores propulsores do nosso engrandecimento agrícola e industrial (CONGRESSO AGRÍCOLA, COMERCIAL E INDUSTRIAL, 1903, p. 188, grifos nossos).

Tratava-se de um projeto em que o “grande número de mineiros” se restringia ao mundo da produção agrícola e os “filhos de Minas”, de uma maneira em geral, eram filhos dos proprietários fundiários, os quais ao adquirir o acesso à educação contribuiriam para acelerar a economia. A proposta de ensino superior estava no topo da hierarquia social da força de trabalho no campo, seguida do médio ou teórico-prático, prático, primário agrícola e ambulante. De acordo com Oliveira (2004), o primeiro tinha como foco formar o agrônomo, o segundo pretendia formar determinado nível de especialização e o terceiro e o quarto possuíam um

⁵³ Numa leitura Foucaultiana, estas seriam ideais para vigiar e punir a partir do exercício do poder.

caráter ‘pedagógico’ direcionado as massas rurais, consideradas “ignorantes e inertes”. Em todos os graus educacionais deveria ser ministrada a instrução técnica e profissional moderna.

A fundação de instituições superiores foi uma medida julgada urgente pela Comissão Fundamental do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial (1903) para a difusão do ensino agrícola profissionalizante, pois representavam o “passaporte” para Minas Gerais ingressar na modernidade. Antes da realização do evento existiam quatro estabelecimentos de ensino no estado: o Instituto Agrônomo de Leopoldina (1892) o Instituto Agrônomo e Zootécnico de Uberaba (1893), o Instituto Agrícola de Itabira do Mato Dentro (1893) e a Escola de Agronomia Salesiano D. Bosco de Cachoeira do Campo de Ouro Preto (1893).

Como reflexo dos desdobramentos das discussões do Congresso foram fundadas: a Escola Superior de Agricultura de Lavras (1908); Escola de Agronomia e Medicina Veterinária de Belo Horizonte (1914); Escola São Joanense de São João Del Rei (1916); Escola de Agronomia e Pecuária de Passa Quatro (1917); Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (1922). Portanto, durante a Primeira República Minas Gerais abrigou um leque de nove instituições superiores agrícolas no seu território (Figura 14), superando os demais estados em termos quantitativos.

Mas por que estas cidades abrigaram objetos técnicos e não outras que detinham, inclusive, maior pujança econômica, demográfica e política? Juiz de Fora, por exemplo, no final do século XIX e, sobretudo, nas primeiras décadas republicanas se constituía como um dos centros (bancário, educacional, industrial, comercial e infra estrutural) de maior crescimento econômico (Tabela 2) e populacional (Tabela 3). Ao tecer considerações a esse respeito, Machado (2018, p. 295) chama atenção para o fato de que entre “[...] 1855 e 1920 a população municipal cresce 325,18% tornando Juiz de Fora, na virada do século, o município mais populoso do Estado e em 1920, o 11º do país”.

Figura 14 - Escolas e Institutos Superiores fundados em Minas Gerais na Primeira República



Tabela 2 - Municípios mais importantes quanto à renda, 1889-1923 (em contos arredondados)

Município	Renda	Município	Renda	Município	Renda
1889		1910		1923	
Juiz de Fora (M)	88	Belo Horizonte (C)	945	Belo Horizonte (C)	2.575
Além Paraíba (M)	46	Juiz de Fora (M)	630	Juiz de Fora (M)	1.269
Ouro Preto (C)	38	Uberaba (T)	376	Uberaba (T)	660
Leopoldina (M)	37	Barbacena (C)	212	São João Del Rei (C)	515
São João Del Rei (C)	29	Ponte Nova (M)	168	Barbacena (C)	507
Mar de Espanha (M)	28	Carangola (M)	142	Carangola (M)	496
Uberaba (T)	20	Poços de Caldas (S)	128	Poços de Caldas (S)	360
Barbacena (C)	20	Além Paraíba (M)	128	Ouro Fino (S)	342
Muriaé (M)	20	Itajubá (S)	126	Ponte Nova (M)	301
Diamantina (N)	17	São João Del Rei (C)	120	Manhuaçu (M)	300
Pomba (M)	15	Cataguases (M)	111	Ubá (M)	282
Ponte Nova (M)	14	Leopoldina (M)	107	Uberlândia (T)	281

Fonte: Wirth (1982, p. 65). Adaptada.

Nota: As sub-regiões são indicadas entre parênteses: Centro, Leste, Mata, Norte, Sul, Triângulo, Oeste.

Tabela 3 - População dos municípios: 1890 a 1920

Município	1890	Município	1900	Município	1920
Belo Horizonte (C)	-	Juiz de Fora (M)	91.119	Juiz de Fora (M)	118.166
Juiz de Fora (M)	74.136	Barbacena (C)	74.895	Barbacena (C)	89.717
Ouro Preto (C)	59.249	Ouro Preto (C)	63.383	Carangola (M)	86.675
Barbacena (C)	57.850	São João Del Rey (C)	54.132	Manhuaçu (M)	85.691
São João Del Rey (C)	48.722	Viçosa (M)	46.757	Diamantina (N)	69.445
Viçosa (M)	46.413	Diamantina (N)	46.572	Ubá (M)	62.425
Diamantina (N)	42.111	Ponte Nova (M)	45.716	Cataguazes (M)	62.206
Ponte Nova (M)	41.103	Lavras (S)	38.685	Ponte Nova (M)	62.066
Pomba (M)	38.176	Pomba (M)	38.598	Belo Horizonte (C)	55.563
Lavras (S)	36.810	Cataguazes (M)	34.890	Viçosa (M)	55.513
Leopoldina (M)	35.531	Além Paraíba (M)	34.724	Rio Branco (M)	53.381
Além Paraíba (M)	28.620	Leopoldina (M)	33.835	Leopoldina (M)	53.368
Cataguazes (M)	27.584	Carangola (M)	32.290	Ouro Preto (C)	51.136
Uberaba (T)	26.715	Manhuaçu (M)	31.307	Ouro Fino (S)	48.467
Ouro Fino (S)	23.631	Itabira do Mato Dentro (C)	30.820	Pomba (M)	43.717
Ubá (M)	23.130	Ouro Fino (S)	30.151	Lavras (S)	42.869
Carangola (M)	21.698	Ubá (M)	27.325	São João Del Rey (C)	42.350
Itabira do Mato Dentro (C)	20.378	Uberaba (T)	20.818	Além Paraíba (M)	39.826
Manhuaçu (M)	19.075	Rio Branco (M)	20.555	Itabira do Mato Dentro (C)	35.654
Rio Branco (M)	18.295	Belo Horizonte (C)	13.472	Uberaba (T)	22.956
Passa Quatro (S)	3.989	Passa Quatro (S)	4.563	Poços de Caldas (S)	14.587
Poços de Caldas (S)	1.830	Poços de Caldas (S)	2.161	Passa Quatro (S)	9.018

Fonte de dados: SECRETARIA DA AGRICULTURA (1926). Organizada e elaborada pela autora.

Nota: As sub-regiões são indicadas entre parênteses: Centro, Leste, Mata, Norte, Sul, Triângulo, Oeste.

Este crescimento demográfico foi oriundo da cultura cafeeira e do consequente fluxo migratório em direção à cidade e à região. Nesse ínterim, a cafeicultura reverberou na (re) organização territorial regional, pois a centralidade econômica se deslocou da caquética região mineradora para a Zona da Mata, conferindo à Juiz de Fora posição de área *core* (MACHADO, 2018). Prova disso, foi o censo de 1890, que mostrou os processos resultantes desse crescimento

uma grande evolução demográfica de Juiz de Fora. Nesse ano, com 74.136 habitantes, **o município era, demograficamente, maior que São Paulo, que somava 64.934**. Entre os 117 municípios de Minas Gerais, já figurava como o terceiro mais populoso (atrás de Sabará, com 77.754 habitantes e Serro, com outros 75.270), **sendo o oitavo do país**. [...] Graças ao dinamismo econômico proporcionado pela cultura cafeeira, que continuava atraindo muitos imigrantes, havia ultrapassado Barbacena, de quem havia se emancipado, e que contou com 57.249 habitantes. (MACHADO, 2018, p. 301, grifos nossos).

Podemos depreender que a economia cafeeira e a demografia estavam em constante simbiose. Na Tabela 3 notamos que em 1890 Juiz de Fora já havia superado a capital, Ouro Preto, cujos habitantes somavam 59.249. Além da marcha demográfica, Valverde (1958) assinala que um elemento importante para a consolidação da renda em Juiz de Fora em 1889 (vide Tabela 2) foi a ação de Mariano Procópio Ferreira Laje no período imperial, quando construiu a estrada carroçável União e Indústria em 1861 – a qual conectou a cidade à Raiz da Serra, por meio do vale do Piabanha. Destarte, o ato de criar este caminho encetou Juiz de Fora como centro comercial de relevância na região e colaborou para o desenvolvimento da rede urbana da própria Zona da Mata.

Em 1900, o município de Juiz de Fora se tornou, em termos demográficos, o mais populoso dentre os 124 que constituíam o estado. É interessante observar nesse censo que a nova capital, Belo Horizonte, recém-fundada, contava com 13.472 habitantes. No censo de 1920, Juiz de Fora continua com posição de realce, seus 118.166 munícipes colocavam a cidade em 3º lugar entre os 178 que formavam Minas Gerais. Apesar de constituir um município próspero qual foi o motivo de não sediar uma escola superior agrícola? Uma primeira hipótese pode estar voltada ao fato de Juiz de Fora possuir um caráter mais industrial do que agrícola na Primeira República, conferindo-lhe importância ímpar como capital regional. Assim, para o projeto de Escola Superior, a cidade era muito urbana. Outra teoria são as razões de natureza política e técnica. Para não dizer que Juiz de Fora não abrigou nenhuma instituição de ensino, Capdeville (1991) aponta que em 1924 foi criada por iniciativa particular a Faculdade de Veterinária.

Outras cidades da Zona da Mata, região por excelência da produção de café, também exibiram numerosa população, notabilizando-se Viçosa (com 46.413 habitantes); Ponte Nova (com 41.103 habitantes); Pomba (com 38.176 habitantes) e Leopoldina (com 35.531 habitantes). Municípios como Além Paraíba, Cataguazes, Carangola, Manhuaçu e Ponte Nova também eram florescentes em termos de renda e demografia. Ao efetuar um estudo regional sobre a Zona da Mata, Valverde (1958) nos informa que Além Paraíba possuía em 1905 uma “nobreza do café” representada por fazendeiros pertencentes às

tradicionais famílias, como a do barão de Guararema. Cataguazes inaugurou ainda naquele ano a primeira fábrica de tecidos, a partir de então a função industrial não findou de desenvolver-se (quatro fábricas de tecido e uma de papel). Também se destacava com o cultivo da cana destinado à fabricação de aguardente, possuindo em seu território usinas de açúcar e dedicando seus vastos latifúndios à pecuária de corte. O censo agrícola de 1920 mostra que Manhauçu e Carangola eram os dois principais municípios cafeeiros do estado, ademais se destacaram pela produção atacadista de cereais. A paisagem econômica de Pomba (depois batizado de Rio Pomba) foi marcada pelo entrosamento da pecuária leiteira e a produção de fumo. Ponte Nova, segundo os dados da Secretaria da Agricultura (1926) referente a década de vinte, liderava na produção de cana de açúcar, fumo, mamona e algodão.

Contudo, na região matense as cidades favorecidas com escolas superiores agrícolas foram, como vimos, Leopoldina e Viçosa (apesar de outras possuírem maiores riquezas). No decênio de 1850, Leopoldina se caracterizava pelo desenvolvimento da lavoura de café (principal produto gerador de renda) no seu período de auge (entre o final do século XIX e prelúdio do XX), ele era conduzido por tropas para o Rio de Janeiro ou pelas estações terminais das estradas de ferro. A função primordial da cidade era, então, comercial (VALVERDE, 1958). Quando o Instituto Agrônômico de Leopoldina é fundado (1892), a cidade já contava com a estrada de ferro, cujo ramal partia de Vista Alegre (1877) e com a expansão da Leopoldina *Railway* (criada em 1874), que estimularam ainda mais a penetração dos latifúndios cafeeiros, barateando os custos e fazendo progredir as frentes de expansão.

Viçosa era um município voltado à agricultura, o café assegurou durante o final do século XIX até o princípio do XX a economia da cidade. Ao lado deste cultivo, o arroz, o feijão, o milho (PANIAGO, 1983), a cana de açúcar, o algodão, a mamona e o fumo complementavam a produção de subsistência e, em menor, escala a pecuária de corte (SECRETARIA DA AGRICULTURA, 1926). O município, assim como outros da Zona da Mata, expandiu o cultivo cafeeiro com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina em 1886. De acordo com Paniago (1983), quando a Escola Superior se instalou na cidade em 1922, Viçosa já havia experimentado a primeira grande crise da superprodução de café em 1905 e a queda da lavoura cafeeira em 1913, rebaixando os salários dos colonos.

Possivelmente a escolha do sítio do Instituto Agrônômico de Leopoldina e da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa foi em decorrência, sobretudo, da

produção de café (que voltou a apresentar crescimento em 1920) e da presença da rede férrea, assim como devido a pontos de vista estratégicos e locacionais dos políticos e frações da classe dominante agrária mineira, a saber: Afonso Pena, Monteiro de Castro e a família Juqueira em Leopoldina e Arduíno Bolívar, Antônio Gomes Barbosa, Arthur da Silva Bernardes, em Viçosa. A ESA desta cidade foi um empreendimento do governo de Minas Gerais.

Na Tabela 2 verificamos, em fins do século XIX, o destaque de Ouro Preto, Leopoldina e São João Del Rey e na aurora do século XX, o rápido crescimento da capital Belo Horizonte e a posição estável de Uberaba. A Escola de Agronomia e Medicina Veterinária de Belo Horizonte (1914) foi criada num momento em que a capital começa a se afastar da sua função burocrática e se aproximar do comando de recursos comerciais e industriais em seu próprio benefício, não é por acaso que lidera, consecutivamente, os anos de 1900 e 1920 em termos de renda (ultrapassando inclusive Juiz de Fora) e população. O número de habitantes apresentou um salto considerável naqueles anos: de 13.472 passou a 55.563 (Tabela 3), ou seja, um crescimento de 312%.

Quando a Escola de Agronomia Salesiano Dom Bosco foi fundada em Ouro Preto (1893), a cidade ainda detinha o posto de capital do estado abrigando o poder político. O mesmo não se pode dizer em relação ao poder econômico, uma vez que o declínio da produção aurífera com o próprio fim do ciclo de extração do ouro no início do século XIX, fez com que as velhas famílias se dedicassem à agricultura (WIRTH, 1982). Já a Escola São Joanense (1916) foi criada num período em que São João Del Rey caracterizava-se por ser, sobretudo, uma cidade manufatureira dedicada à cana-de-açúcar, ao milho e ao algodão (ibid.) que manteve sua renda em constante ascensão, como podemos verificar na Tabela 2. Classificada, então, entre as municipalidades mais importantes quanto à economia, entre os períodos de 1889 a 1910 e 1910 a 1923, São João Del Rey apresentou uma taxa de crescimento de 314% e 329,2%, respectivamente, o que demonstra um enriquecimento do município.

Itabira do Mato Dentro, hoje só Itabira, sediou o Instituto Agrícola em 1893. Nesse momento, a agricultura já havia superado o desenvolvimento da mineração e da metalurgia e a cidade se consolidava através de sua principal atividade econômica: a produção de café seguida do cultivo de milho, cana, mandioca, algodão, arroz, feijão, aguardente, rapadura, farinhas e tecidos (ANDRADE e ROSSI, 2009). Vale lembrar que o Instituto foi uma iniciativa do governo estadual. Na região Sul, a Escola Superior de Agricultura de Lavras (1908) foi fundada quando a cidade se destacava pelo

processamento e distribuição de alimentos e a Escola de Agronomia e Pecuária de Passa Quatro (1917) num momento em que o município se caracterizava pela produção de vegetais como fumo em corda e madeiras e produtos manufaturados como laticínios e vinho (SECRETARIA DA AGRICULTURA, 1926).

Lavras e Passa Quatro não eram municípios que possuíam grande relevância em relação à renda e população, tanto o primeiro quanto o segundo não apresentaram um crescimento expressivo ao longo dos anos. Lavras possuía 36.810 habitantes em 1890, 38.685 em 1900 e 42.869 em 1920, ou seja, a marcha demográfica foi de apenas 6% e 11% para o período analisado. Já Passa Quatro teve um aumento em termos percentuais, entre 1890-1900 de apenas 14,4% e entre 1900-1920 de 49% (confira Tabela 3), o que em relação à Lavras foi mais substancial, mas no conjunto dos municípios mineiros não. O Instituto Agrônomo e Zootécnico de Uberaba (1893) foi criado num contexto de dinamismo comercial, pecuário e de beneficiamento de arroz do Triângulo mineiro. Tratava-se de um município que apresentou um aumento na sua renda entre 1889-1923: em 1889 ele arrecadou 20 contos de réis, em 1910 angariou 376 contos e 1923, 660 contos.

Por fim e a cabo, sediar estas instituições de ensino significava incorporar ao estatuto político da cidade, um objeto técnico capaz de modernizar seu território. A escolha das cidades também pode revelar traços de clientelismo – como forma de demonstrar as relações hierárquicas sociais (WIRTH, 1982) – urdido na cultura e nas instituições mineiras.

Após a exposição de motivos estaduais e citadinos, da ação de partidos políticos⁵⁴, das lógicas de poder demográfico e econômico, outra variável a ser considerada na fundação e o espraiamento das escolas superiores agrícolas é a regional. A distribuição regional e a origem dos capitais revelam questões nodais dos institutos e das escolas. Os estabelecimentos se distribuíram regionalmente no Centro (44%), Sul (22%), Triângulo (12%) e na Zona da Mata (22%), ou seja, nos territórios de opulência econômica do estado. Como vimos na seção anterior, das sete instituições mineiras duas contaram com o capital público (a de Itabira do Mato Dentro e a de Viçosa) e sete com capital privado (as de Leopoldina, Uberaba, Ouro Preto, Lavras, Belo Horizonte, São João Del Rei e

⁵⁴ As paixões político-partidárias captaram a máquina do PRM de maneira a adaptá-lo ao clientelismo, política de patrão-cliente fortemente utilizada pelos chefes rurais (os coronéis) e orientada pela câmara estadual. Cabe ressaltar que apesar de conter em seu cerne o conservadorismo, o clientelismo também era marcado por traços de modernização (WIRTH, 1982).

Passa Quatro) em sua criação. Essas informações demonstram a capacidade das fracções da classe dominante agrária de algumas regiões do mosaico mineiro (sobretudo o Centro, o Sul e a Zona da Mata) em drenar recursos e exercer poder de influência política junto ao governo estadual.

A trajetória das escolas superiores agrícolas, enquanto estratégia oficial de desenvolvimento, foi dividida por Faria (1992) em três fases. A primeira compreende o período de implantação do regime republicano até a ascensão de João Pinheiro à presidência do estado (1889 a 1906), no qual o ensino se apresentava mais no plano discursivo do que no prático. A segunda fase, que abarca o intervalo de 1906 a 1916, remete à organização da força de trabalho no campo e é caracterizada pelo intenso investimento do Estado na fundação dos estabelecimentos de ensino agrícola. A terceira, situada entre 1917 a 1926, é marcada pela projeção do ensino como meio de modernizar a agropecuária.

A partir destes três períodos, podemos enquadrar analiticamente os estabelecimentos de ensino superior: o Instituto de Leopoldina, Uberaba, Itabira e a Escola de Ouro Preto se situavam na fase 1; as escolas de São João Del Rey, Lavras e Belo Horizonte estavam localizadas na fase 2; e as escolas de Passa Quatro e Viçosa representavam a fase 3. Nesse sentido, pode-se dizer que as reverberações da política educacional agrícola ocorreram na primeira etapa republicana do processo de desenvolvimento regional mineiro. Esta, segundo Dulci (2005), tem origem no início do século XX e se estende até meados do mesmo, quando prevaleceu o projeto de *diversificação das atividades econômicas*, com uma agropecuária robusta funcionando como sustentáculo para uma indústria que se pretendia impulsionar. Contudo, este processo desenvolvimentista não foi linear e nem atingiu as zonas da mesma maneira, o que provocou tensões no que diz respeito à elaboração de políticas (dentre elas a de ensino), já que representavam gama de interesses intra-regionais distintos.

No âmbito das disputas, a Zona da Mata e o Sul estavam páreo a páreo com o Centro na criação das escolas e institutos superiores agrícolas. É interessante observar que os estabelecimentos instalados em Minas Gerais durante a Primeira República, 44% foram sucedidos (os de Leopoldina; São João Del Rey; Lavras; Viçosa) e 56% extintos (os de Belo Horizonte; Ouro Preto; Passo Quatro; Uberaba, Itabira), representando momentos de efervescência e declínio do ensino (e de suas fases: 1889-1906; 1906-1916; 1917-1926) nas diferentes regiões mineiras. As instituições que permaneceram estavam localizadas justamente na Zona da Mata (2); Centro (1); Sul (1), o que nos leva a refletir

sobre as escolas superiores agrícolas como verdadeiros dispositivos do conflito intra-regional e inter-regional.

A disputa intra-regional visando abrigar as escolas aticaram estratégias. As fracções da classe dominante agrária passaram a pressionar as lideranças políticas para que estas investissem em seus espaços de atuação (instalando infraestruturas-chaves como rede de transportes e comunicação, estabelecimentos bancários etc.) – pleito que tinha como fim atrair os dispositivos territoriais, as escolas superiores agrícolas. No que diz respeito ao conflito inter-regional, para um estado que pleiteava poder hegemônico na federação, tais instituições eram verdadeiros trunfos que confeririam à Minas Gerais certo poder de “mando” na condução da política educacional.

Nessa direção, Wirth (1982) nos diz que durante a Primeira República Minas foi um importante *centro* da educação superior no Brasil, desse modo, a difusão das escolas (proposto pelo Estado, em sintonia com as facções da classe agrária dominante) buscava colocar o estado como polo central de modernização do território. Vimos que, perante aos demais estados da federação, Minas Gerais foi o que açambarcou maior número de instituições superiores.

Na Zona da Mata, nossa região de análise, o declínio na produção de café e as carências (a diagnóstica falta de formação técnica) de sua população rural foram uns dos argumentos empregados pelos grupos estaduais e locais para o surgimento de instituições dedicadas à formação agrícola. Resultante das discussões da política agrária adotada a nível federal, a criação de uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária conquistou visibilidade na segunda década republicana em relação às narrativas do Congresso mineiro, as quais preconizavam a necessidade de modernização do território, de progresso da população e de desenvolvimento econômico. Desse modo, a fundação de uma instituição localizada na Zona da Mata passou a integrar a política agrária de Minas Gerais, assunto da parte II desta tese.

CAPÍTULO 2. JOGOS DE PODER, ATRIBUTOS ESPACIAIS E IDENTIDADE REGIONAL NA ZONA DA MATA MINEIRA

2.1 A “gestação” do projeto ESAV: Rolfs e os critérios de instalação da Escola

Finda a época da exploração do ouro, que proporcionou ao Estado uma fase de opulência e brilho, **as atividades agrícolas passaram a ocupar grande parte da população de Minas Gerais**. Com o decorrer do tempo, a imprevidência e as práticas de rotina saquearam os solos mineiros e as enxurradas levaram sua preciosa fertilidade. A pecuária, embora um derivativo para o aproveitamento das terras empobrecidas, não constitui uma solução do problema para a população rural, dado o empirismo com que era praticada. A miséria e o desespero castigavam os rurícolas, pedindo uma providência. Muitos homens públicos, em diversas épocas, preocuparam-se com o problema, porém, coube ao dr. Arthur da Silva Bernardes **a glória de lançar as bases para sua solução**⁵⁵.

As fracções da classe dominante mineira relacionavam a crise agrária ao declínio na produção cafeeira e as práticas tidas como arcaicas e rotineiras. A providência requerida pelas autoridades e proprietários latifundiários (já solicitada no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 e no Congresso das Municipalidades de 1907) para superar, ou ao menos abrandar, tal situação era justamente a criação de uma escola superior agrícola capaz de formar técnicos dispostos a atuarem junto aos agricultores (SILVA, 1995), levando ao campo métodos modernos de cultura.

A fundação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAV) de Minas Gerais era considerada pelos políticos um dispositivo de grande vulto para o estado, na medida em que a instituição abrisse uma nova fase na vida econômica. Assim, os defensores da criação da instituição tais como Arthur da Silva Bernardes⁵⁶, Raul Soares

⁵⁵ BORGES, 1966, s/p, grifos nossos.

⁵⁶ Nasceu em Viçosa, Minas Gerais em 08 de agosto de 1875. Filho de Antônio da Silva Bernardes e Maria Aniceta Bernardes, seu pai era advogado, provisionado e promotor em Viçosa, político no período imperial e republicano, já sua mãe era proveniente dos Vieira de Sousa, uma das famílias da nobreza do café na Zona da Mata. Arthur Bernardes penetrou na política através do casamento com Clélia Vaz de Melo, filha do senador Carlos Vaz de Melo, influente político em Viçosa e Minas Gerais. Assim, podemos dizer que o sogro, Vaz de Melo, pavimentou o caminho de sucesso de Bernardes. Este atuou como redator do jornal *O Cisne* em 1896 e revisor no *Correio Paulistano* em 1900, também foi político, advogado, professor e fazendeiro, iniciou sua carreira em 1904 quando foi eleito vereador de Viçosa e em 1906 foi designado Presidente da Câmara municipal, que era também o Agente Executivo (prefeito). Sua ascensão na política foi rápida: de 1907 a 1908 foi Deputado e 1º Secretário da Câmara Estadual; entre 1909 a 1914 exerceu o cargo de Deputado Federal; em 1910 conduziu o posto de Secretário das Finanças; em 1914 é novamente nomeado a Deputado Federal. Em 1918 ele deixou a Câmara Federal para assumir a presidência do estado de Minas Gerais, após o término do seu mandato foi eleito para Presidente da República em 1922 (permanecendo até 1926) e entre 1927 a 1930 ocupou o posto de Senador da República (GOMIDE, 1996; DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DE MINAS GERAIS, 1994a).

de Moura⁵⁷ (presidente do estado entre 1922-1924), Clodomiro Augusto Oliveira (Secretário de Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas entre 1918-1922), Francisco Antônio Sales (Diretor da Sociedade Mineira de Agricultura entre 1916-1923), apresentavam como argumento o fato de que era preciso lutar contra o êxodo da população rural em direção às cidades. Nessa senda, a futura Escola representaria o “engrandecimento” dos campos (O PROGRESSO DO BRASIL, 1922) e estava destinada a ser a pioneira entre as congêneres, não só no Brasil, mas em toda a América Meridional.

Imbuídos de uma visão positivista e técnica, aquelas lideranças engendraram uma estratégia política de organização de uma Minas Gerais moderna, na qual o ensino agrônomo – ao glorificar a dita *vocação agrária* do estado – elevaria a importância política, social, econômica, geográfica e territorial de Minas no seio da federação. Além disso, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária ao funcionar como uma “artéria” conduziria à modernização ao corpo do território matense. Fruto do anseio de desenvolvimento regional da Zona da Mata, o plano de criação da Escola envolvia as políticas de diversificação produtiva; o investimento numa *intelligentsia*⁵⁸ agrônoma (profissionalização seletiva); a irradiação da produção científica e tecnológica (trinômio ensino-pesquisa-extensão).

Na linha de frente, estava o estadista de larga visão Arthur da Silva Bernardes que concebia como imperiosa e urgente a transformação dos métodos e das práticas consideradas ultrapassadas no trato com a terra e os animais, em benesse da riqueza de Minas e dos mineiros:

Convencido de que a agropecuária mineira devia abandonar o pragmatismo que herdara dos tempos coloniais e do trabalho escravo, na precariedade de

⁵⁷ Político, jornalista, professor, escritor, nasceu em Ubá, província de Minas Gerais, em 07 de agosto de 1877 e veio a óbito em Belo Horizonte (MG) em 04 de agosto de 1924. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1900, na mesma turma de Artur da Silva Bernardes, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Castro Alves. Contribuiu em 1903 no jornal *O Comércio* de São Paulo, redigindo a coluna *Cartas de um Solitário*, e se identificando sob o pseudônimo de Saulo Serra. Vereador em Ubá entre 1910 a 1911, momento em que estava na condição de Presidente da Câmara; em 1911 foi nomeado Deputado Estadual, porém renunciou ao mandato em 1914 para ocupar a Secretaria da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas do governo estadual de Delfim Moreira até 1917. Raul Soares ainda se elegeu deputado federal para o período de 1918 a 1920, contudo teve de renunciar logo no início para assumir a Secretaria de Interior do governo estadual de Arthur Bernardes. Apoiou a candidatura de Arthur Bernardes para a Presidência da República, apresentando-se como candidato à sucessão de Bernardes para o governo de Minas Gerais. Em 1922 foi eleito presidente estadual pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) até 1926, mas em função de seu falecimento em 1924 não cumpriu todo o mandato (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DE MINAS GERAIS, 1994b).

⁵⁸ Este vocábulo circulou na literatura para representar nos séculos XIX e XX a elite cultural: “[...] filhos de famílias tradicionais educados na Europa, advogados, engenheiros, escritores, jornalistas, em suma o círculo bastante reduzido das pessoas ‘ilustradas’” (MARTINS, 1987, p. 7). Tratavam-se de sujeitos inseridos na esfera intelectual e considerados eruditos.

práticas obsoletas que devastavam o solo mineiro pelo uso continuado e repetitivo, sobretudo inadequado, da atividade agropastoril, o dr. Arthur da Silva Bernardes, quando presidente do estado de Minas, através da Lei n. 761, de 6 de setembro de 1920, autorizou a criação de uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária **em local que oferecesse as melhores condições para ser instalada a nova instituição** (GOMIDE, 1996, p. 13-14, grifo nosso).

Assim, em 1920 num estado de grande extensão territorial e empirismo na agricultura e pecuária nasce a discussão sobre a “gestação” da Escola. A palavra gestação do latim *gestatio* pode ser compreendida como “s. f. Tempo em que o embrião dos mamíferos se desenvolve desde a concepção até ao nascimento; gravidez; prenhez. Fig. Elaboração; tempo que dura a produção ou formação de uma coisa, de uma ideia” (AULETE, 1925) ou

Gestação s. f. Tempo, que medeia entre a concepção e o nascimento dos mamíferos. Gravidez. Fig. Elaboração. Lat. *Gestatio* (FIGUEIREDO, 2013).

Gestação. Atividade fisiológica ou estado de uma mulher vivípara desde a gravidez até o parto. *Na fig.* Trabalho de desenvolvimento que antecede o surgimento (de uma obra, uma ideia, uma coisa nova, etc.). Empr. em lat. *Gestatio* “ação de carregar; andar na maca ou em carro adequado para relaxar o corpo e reparar as forças” (CENTRO NACIONAL DE RECURSOS TEXTUAIS E LEXICAIS, 2020).

O léxico “gestação” é concebido no sentido de desenvolvimento que antecede o surgimento de algo num dado tempo (na gestação humana nove meses) e lugar (corpo). Nesta tese compreendemos *gestatio* como o processo de germinação discursiva vinculado à institucionalização da ESAV, o qual englobou os anos de 1920 a 1922 e envolveu as cidades que disputavam a Escola: Ponte Nova, Ubá, Visconde do Rio Branco e Viçosa.

O primeiro passo dado em 1920 por Arthur Bernardes, já como presidente do estado, consistiu na solicitação a José Cochrane de Alencar, Embaixador do Brasil em *Washington*, de um técnico e especialista “[...] capaz de ‘fundar, organizar e dirigir’ uma **Escola Agrícola moderna**” (A CIDADE, 1921, s/p, grifo nosso). Depois de duas outras tentativas, inicialmente com o Dr. Eugene Davenport, então Diretor da Escola Superior de Agricultura do Estado de *Illinois*, e, posteriormente, com o Dr. Romel, especialista em Zootecnia do próprio Departamento de Agricultura, indicaram Peter Henry Rolfs⁵⁹. Após

⁵⁹ Arthur Bernardes apresentou as seguintes referências: “O professor Rolfs é especialista consumado na matéria. Além de seus dois livros sobre a cultura e produção de legumes, obras que gozam de grande aceitação nos Estados Unidos, é autor de 43 boletins sobre grande variedade de culturas, moléstias de plantas, vida de insetos e modo de combatê-los, tratamento de animais domésticos, em saúde e enfermos, além de vários artigos que figuram na *Cyclopedia of American Horticulture*, e muitos outros em diferentes revistas agrícolas daquele país. É ainda digna de menção a sua contribuição para *Florida States*

aceitar o convite, Rolfs assumiu o cargo em 1 janeiro de 1921 como diretor da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais (BOLETIM DE AGRICULTURA, ZOOTECNIA E VETERINÁRIA, 1928; JORNAL LEGIONÁRIO DAS MISSÕES, 1928). Consideramos que Arthur Bernardes contratou um americano com o fito de assegurar uma neutralidade (remetendo a ideia de ciência “neutra” oriunda do método positivista) na composição do comitê científico de escolha da cidade-sede.

É importante assinalar a *posicionalidade* deste personagem que foi agricultor, pesquisador, docente e, nas horas vagas, fotógrafo. Baseada nas informações de Borges, Sabioni e Magalhães (2006), P. H. Rolfs nasceu em 17 de abril de 1865 e passou os seus primeiros anos de vida na fazenda de seu pai, no condado de *Le Claire, Yowa*. Fez os estudos superiores na *Yowa State College*, hoje *Yowa State University*, em Ames, conquistou o título de Bacharel em Agricultura em 1889 e, em 1891, o de mestre, começando em seguida, sua carreira como docente de Ciências Naturais (como pesquisador e instrutor de Botânica e Horticultura), na Faculdade Agrícola da Flórida, em *Lake City*. Lá ele permaneceu até 1899, quando assumiu a função de botânico e bacteriologista na Faculdade *Clemson* e na Estação Experimental, na Carolina do Sul, até 1901.

O reconhecimento do pioneirismo de P. H. Rolfs nas áreas de Micologia e Fitopatologia o conduziu ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Em 1901 passou a atuar em *Miami*, Flórida, comandando o setor de Introdução de Plantas Tropicais, inovando com o cultivo e enxertia de abacateiros⁶⁰. Logo a seguir, Rolfs ocupa entre 1906 a 1921 o cargo de Diretor da Estação Experimental Agrícola da Flórida, ele também foi Diretor de Extensão Agrícola na Flórida, entre 1915-1920, e Reitor da Escola de Agricultura da Universidade da Flórida (1915-1920), em *Gainesville* (BORGES, SABIONI E MAGALHÃES, 2006).

Em 1920 conquistou o título de “Doctor of Science”. Filho de imigrantes alemães (fazendeiros), Rolfs migrou de *Iowa* (norte dos Estados Unidos) para a *Flórida* (sul), fazendo passagem em *Miami*. Acreditamos, baseados nas informações de Rabelo (2016), que ele repetiu o movimento de seus pais que se deslocaram em busca de melhores condições. Por onde passava (América do Norte, América do Sul e Europa) registrava,

Horticultural Society, em que em mais de quarenta dissertações de cunho científico, ele percorre, com reconhecida competência, o vasto campo de sua especialidade” (CONGRESSO MINEIRO, 1921, p. 13-14).

⁶⁰ Em sua estadia em *Miami* adquiriu um sítio, no qual passou a desenvolver a fruticultura, sobretudo laranja.

através de fotografias, paisagens (relevo, campos de cultivo, edificação, estradas, abrigos, canteiros de obras, pessoas) e cidades⁶¹ (Argentina, Cafayate, Canadá, Cuba, Florença, Jequitinhonha, Lafayette, México, Paraguai, Rio de Janeiro, São Paulo, Uruguai, Viçosa).

Vale a pena lembrar que P. H. Rolfs era um cientista renomado (de fama no meio acadêmico – inclusive um dos prédios do campus da Universidade da Flórida é designado com seu nome), líder de sociedades científicas⁶² e que ocupou cargos de destaque social. Considerado um personagem à frente de seu tempo devido à sua *práxis* de ensino, pesquisa e extensão, era prestigiado pelo Ministério da Agricultura e pela Secretaria de Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas de Minas Gerais que o destacava na imprensa escrita (sobretudo, nos jornais, telegramas, cartas etc.). Não é à toa, que Arthur Torres Filho (diretor do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas do Ministério da Agricultura) e P. H. Rolfs trocavam correspondências em defesa do ensino superior agrícola no país e em Minas Gerais⁶³.

Mas por que, então, ele interromperia sua trajetória de sucesso para vir para o Brasil (considerado à época um país “periférico”), mais especificamente para o estado de Minas Gerais (visto como secundário)? Rolfs sairia de sua pátria para “vencer” em terras estrangeiras e, como um herói, assumiu a **missão** que lhe foi confiada pelo Departamento de Agricultura de *Washington* e pela Secretaria de Agricultura (personificada por Clodomiro Augusto de Oliveira) de organizar a Escola Superior de Agricultura e Veterinária em Minas Gerais. Essa vocação missionária é, inclusive, reforçada nas fontes de pesquisa: “Rolfs era um idealista corajoso. Deixou a Universidade da Flórida, onde tinha posição de diretor e era muito conceituado [...] e veio para o interior da América Latina desempenhar **missão de alta responsabilidade**” (BORGES, 2006, p. 21, grifo nosso). Logo, a missão atribuída a Rolfs de modernizar uma parcela do espaço da Zona da Mata (que receberia a Escola) constituiu uma justificativa moral para o empreendimento político.

⁶¹ Para saber mais a respeito acesse a Biblioteca de George A. Smathers da *University of Florida*, na qual consta a coleção digital de Peter Henry Rolfs: <https://ufdc.ufl.edu/rolfs> e o Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/6067>.

⁶² Membro Honorário da Sociedade de Horticultura do Estado da Flórida; Membro da Sociedade Botânica da América e da Sociedade Fitopatológica Americana; Membro da Associação Internacional de Botânicos; Membro da Academia de Ciências de *St. Louis*, da Academia de Ciência de *Iowa*, da Associação para Promoção da Ciência Hortícola; Membro Emérito da Associação Americana para o Desenvolvimento da Ciência; Membro da Associação Americana de Entomologistas Econômicos; Presidente do Conselho de Defesa Nacional; e Membro da *Alpha, Phi, Zeta, Sigma Xi* e *Kappa Phi* (MAGALHÃES, 2006).

⁶³ Ver Rolfs (1925).

Nessa senda, Arthur Bernardes assinalou que Rolfs havia deixado o estabelecimento sob sua direção na Flórida para “[...] render uma homenagem ao grande Estado de Minas Gerais” (CONGRESSO MINEIRO, 1921, p. 13). Imbuído do espírito científico e com o intuito de realizar a maior obra de sua carreira, Rolfs partiu de Nova York com sua família a bordo do vapor *Huron* em 19 de janeiro de 1921 para o Brasil, aportando no Rio de Janeiro em 04 de fevereiro. Chegando ao Rio, foram-lhe ao encontro os drs. Arduíno Bolívar⁶⁴ e Álvaro Astolfo da Silveira⁶⁵ (LISBOA, 1935), que após passado os festejos do carnaval o conduziram a Belo Horizonte. O primeiro contrato, assinado em 28 de março de 1921, entre P. H. Rolfs e o governo de Minas atribuiu as seguintes competências ao especialista:

- a) colaborar na escolha do local para uma escola superior com o objetivo de ministrar ensino pratico e theorico de agricultura e veterinária, bem como realizar estudos experimentaes que concorram para o desenvolvimento de taes ciencias no Estado de Minas; b) sujeitar á aprovação do governo do Estado as plantas e demais desenhos necessarios á construcção dos edificios, laboratorios, etc., bem assim programmas geraes de ensino; c) a acompanhar as construcções, de modo que se prestem ao fim desejado; d) a dirigir o estabelecimento, sob sua responsabilidade, propondo ao governo do Estado todas as medidas precisas para que o ensino tenha a maior eficiencia possivel; e) a cumprir as disposições da lei, instrucções e regulamentos, que forem expedidos para a boa ordem do serviço da Escola (LISBOA, 1935, p. 3-4).

Mediante este acordo, Raul de Moura Soares (então Senador de Minas Gerais) e Arthur Bernardes incumbiram P. H. Rolfs (agrônomo norte-americano) de chefiar uma comissão técnica idônea com intuito de selecionar o município que sediaria o estabelecimento de ensino superior no interior do estado (JORNAL A CIDADE, 1926; O PROGRESSO DO BRASIL, 1922; JORNAL LEGIONÁRIO DAS MISSÕES, 1928;

⁶⁴ Nascido em Viçosa, tornou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na cidade de São Paulo em 1902, foi membro da Academia Mineira de Letras (1909-1952), exerceu cargos de juiz (na Comarca de Ubá entre 1906-1914) e promotor em Minas Gerais (em 1914 foi nomeado oficial de gabinete do secretário de Agricultura, atuando junto a Raul Soares de Moura e Clodomiro de Oliveira). Exerceu cargo no magistério estadual como professor da Escola Normal Modelo de Belo Horizonte em 1922 e em 1926 se tornou diretor da instituição. Também ocupou o cargo de Diretor do Arquivo Público Mineiro, foi membro ilustre do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e da Comissão do Livro Didático. Contribuiu na produção de um Hinário Escolar, em dois volumes, a pedido do Governo de Minas Gerais, em 1926. Foi um dos idealizadores da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santa Maria, hoje PUC Minas, assim como contribuiu na fundação da Faculdade de Filosofia da UMG, hoje desmembrada em vários institutos da UFMG, onde ministrou Literatura Latina. É considerado poeta e humanista de prestígio de toda a vida intelectual e política mineira entre as décadas de 1920 e 1950 (RANGEL, 2008; MAFRA e RONDON, 2003).

⁶⁵ Engenheiro, Geólogo e também professor da Escola de Engenharia de Belo Horizonte. Foi membro presidente da Sociedade Mineira de Agricultura (SMA) entre 1909-1910 e Chefe Técnico da Diretoria de Agricultura do estado (DULCI, 1999; FARIA, 1992).

COELHO, 1996; BORGES, 1966; LISBOA, 1935). O que pode ser confirmado em mensagem dirigida pelo presidente do estado ao Congresso mineiro: “[...] o professor Rolfs já se acha em Minas, onde elabora o plano de construção e organização do instituto e estuda a **escolha do local** conveniente a sua fundação” (MINAS GERAES, 1921, p. 14, grifo nosso).

Além do cientista Rolfs, a cúpula foi composta por importantes membros da elite rural e intelectual mineira, a saber: Arduíno Bolívar (membro ilustre da Academia Mineira de Letras), Álvaro Astolfo da Silveira (diretor da Secretaria de Agricultura do estado) e Mario Monteiro Machado⁶⁶ (ilustre fazendeiro da Zona da Mata). Estes comissários representavam as regiões da Zona da Mata e Centro e estavam interrelacionados pelos interesses que possuíam pela produção cafeeira.

Nesse sentido, a nomeação de uma comissão para a localização da ESAV teve participação de técnicos (Mario Monteiro Machado e Álvaro da Silveira), cientista (P. H. Rolfs), intelectual (Arduíno Bolívar) – cujos poderes cresceram consideravelmente dentro da sociedade – e diálogos constantes com a Secretaria de Agricultura do estado. Tais personagens ocuparam proeminentes cargos públicos e foram importantes integrantes das frações da classe dominante agrária, sobretudo Mario Machado e Álvaro da Silveira.

Os trabalhos da comissão desenrolam-se em dois tempos. O primeiro englobou o período de janeiro a novembro de 1921, no qual definir-se-ia a zona geográfica da Escola. Para tal o comitê visitou alguns sítios nas vizinhanças de Cataguases, Juiz de Fora, Leopoldina, Ponte Nova, Ubá, Visconde do Rio Branco e Viçosa (CAPDEVILLE, 1991). Em 09 de maio de 1921, a comissão aconselhou Arthur Bernardes escolher entre as cidades de Ponte Nova, Ubá, Visconde do Rio Branco e Viçosa o local mais adequado para a instalação. O segundo momento abarcou a faixa temporal de 1921 (quando através do Decreto nº. 5.806 de trinta de novembro, Arthur Bernardes sancionou a desapropriação da área escolhida para a implantação da Escola) a 1926, mais precisamente 28 de agosto, ocasião em que ocorre a efetiva inauguração da ESAV.

Nesta temporalidade secundária (1921-1926), as atividades da Comissão consistiram em selecionar na zona demarcada o melhor lugar para o estabelecimento de ensino, acompanhar as delimitações dos terrenos a serem alienados ao governo do estado,

⁶⁶ Formado em Engenharia Civil pela Escola de Minas de Ouro Preto, foi Diretor Geral de Obras e Viação do estado de Minas Gerais em 1922, Diretor de Engenharia, Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas do Distrito Federal em 1937 (CASA DE OSWALDO CRUZ, 2019).

elaborar as plantas da futura instituição e planos das construções, bem como apresentar um relatório final à Secretaria de Agricultura de Minas.

Na incumbência da escolha da posição e do sítio, da acessibilidade deste sítio, dos materiais de construção, do financiamento das obras etc., a única instrução que a comissão recebeu do governo do estado foi de que a futura Escola deveria estar situada na Zona da Mata mineira, que incluía “[...] mais ou menos uma quarta parte do Estado no leste centro” (ROLFS E ROLFS, 1928, p. 4). Esta exigência se baseava no fato daquela zona possuir, para os líderes políticos, a maior riqueza agrícola e densidade de população: “[...] a população desta parte é aproximadamente de dois e meio milhões, sendo a maioria de lavradores com pequenas propriedades. É a parte do Estado onde se encontra a maior população por área” (ibid). A utilização do argumento da densidade populacional remonta à esperteza das lideranças políticas mineiras que como verdadeiras “raposas” sabiam tirar vantagens do peso eleitoral que Minas e a Zona da Mata representavam na federação (ver capítulo 1).

Assim, o presidente do estado, Arthur Bernardes, em sua trajetória política conferia ênfase à importância da Zona da Mata na economia de Minas, defendendo que nesta região se construiria o progresso do estado. Desse modo, notamos que as frações da classe dominante agrária em aliança com o Estado efetuaram um recorte da Zona da Mata, delimitando-a como unidade espacial que sediaria o estabelecimento de ensino rural.

A comissão científica deveria projetá-lo, física e organizacionalmente. Nessa direção, podemos assegurar que o advento das ideias positivistas e técnicas para a organização da Escola moderna se pautou na noção de projeto. De acordo com Figueiredo (1913, p. 1644, grifos do autor) a palavra significa: “*m.* plano de um trabalho, de um acto. Intenção, desígnio. Empreendimento. Primeira redacção *ou* redacção provisória de uma lei, de uns estatutos, etc. Plano geral de uma edificação. (Lat. *projectus*)”. Projetar algo remete a ideia de arremessar, de lançar para frente/futuro, à luz das contribuições de Vidal (2009, p. 14, grifo nosso), este conceito

percebido pelo viés da arquitetura indica a importância da dimensão **espacial** em qualquer tentativa de antecipação. A filosofia das luzes, ao instituir o homem como agente da história, confere uma nova dimensão à noção de projeto, a de progresso social. [...] Nascida de uma ancoragem arquitetônica, a noção de projeto enriquece-se, portanto, com uma dimensão **social**.

Partindo desta linha de raciocínio do autor, o projeto é composto pela tríade espacial, temporal e social e vem acompanhado de um problema, uma questão a ser resolvida. Nesse sentido, não existe projeto sem questionamento. Aquele pode ser compreendido tecnicamente com um procedimento, assim como uma intenção (política, social, econômico, cultural), podendo ser total ou parcial, realizado ou virtual. O projeto político-econômico da ESAV envolveu uma concretude espacial (delimitação da zona geográfica), temporal (desde sua aprovação em 1920 até sua efetiva inauguração em 1926) e social (abarcou no plano do discurso os “filhos de Minas” e no plano prático atores beneméritos e filhos de fazendeiros).

Projetar a ESAV resolveria o “nó górdio” da desorganização de produtos como o café, algodão, arroz, fumo e as frutas tropicais; da carência de máquinas agrícolas e de sementes selecionadas; do não uso de métodos racionais e científicos com a terra e com os rebanhos (FARIA, 1922). Assim, a ausência de uma instituição atravancava o desenvolvimento mineiro. Nas palavras de Lisboa (1928), o projeto da Escola foi justificado como resultado da imprescindível necessidade de se criar um estabelecimento moderno, voltado ao ensino agrônomo, mas também à investigação e pesquisa científicas.

O principal intuito de uma Escola Agrícola, segundo Rolfs (1925, p. 5, grifo nosso), era o “**melhoramento** das condições moraes, mentaes, e financeiras da população rural” e difundir o conhecimento agrícola “útil”, a fim de promover o desenvolvimento da riqueza de Minas Gerais. Nos enunciados discursivos de Rolfs o sistema de educação agrícola teria como função produzir uma vida rural mais saudável, agradável e atrativa, de modo que a população não migrasse para os centros urbanos. Tal sistema deveria ser propagado através dos mestres de cultura ambulantes, boletins, jornais e revistas que apresentasse fotogravuras (com cenas habituais das fazendas) com texto de 2.000 a 3.000 palavras (de forma a evitar publicações muito extensas). Pois, não havia empreendimento mais estimado pelos capitalistas do que a educação agrícola (considerado novo vetor de investimento na República), já que para se fundar estabelecimentos agrônômicos o governo federal e os estados precisariam recorrer a empréstimos (acrescidos à cota de juros).

O projeto de localização da Escola, inscrito nas discussões entre as frações da classe dominante agrária das cidades de Ponte Nova, Ubá, Visconde do Rio Branco e Viçosa possuía uma dimensão técnica e outra política. A primeira se expressa pela criação da comissão científica para determinar o sítio da ESAV (visita às cidades, medição e

demarcação dos terrenos) e a segunda, se apresenta sob responsabilidade do Executivo representado por Arthur Bernardes e Raul Soares em acordo com os comissionários (Arduíno Bolivar, Álvaro Astolfo da Silveira, Mario Monteiro Machado, P. H. Rolfs), órgãos como a Secretaria de Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas⁶⁷.

A imposição de estudo técnico preliminar, atendia à indispensabilidade de conhecimento científico sobre o lugar mais adequado ao recebimento da futura Escola, no entanto consistia também numa estratégia para escamotear os conflitos regionais ou entre as fracções da classe dominante agrária e as demais classes – até porque nos documentos pesquisados não há qualquer menção à disputa entre as cidades. Nesse ínterim, fica latente a seguinte questão: que grupo seria preterido ou beneficiado com a proximidade ou a distância da Escola? Esta, no plano das narrativas, representaria um novo *centro* econômico, e sua localização poderia significar a vitória de um dos setores das fracções da classe dominante agrária. Fruto das discussões, o princípio da localização foi inscrito como dispositivo territorial. As cidades examinadas pela comissão – Ponte Nova, Ubá, Visconde do Rio Branco e Viçosa – passaram por filtros que, no plano ideológico, balizariam a escolha da sede.

2. 2 Os critérios balizadores da escolha da sede

O documento orientador de criação das escolas superiores agrícolas no Brasil foi enunciado pelo ruralista Arthur Torres Filho em seu livro *O ensino agrícola no Brasil: seu estado atual e a necessidade de sua reforma*. Nele Torres Filho (1926) elenca alguns princípios que conduziriam o sucesso de localização de uma escola agrícola: 1) o lugar escolhido deveria estar localizado numa região representativa da agricultura, “atendendo-se à **natureza das terras; a salubridade; à abundância d’água e aos meios rápidos de transporte de toda região**” (p. 108, grifos do autor); 2) o título ideal de indicação de uma escola é a reputação que ela possa conquistar, por sua organização e ensino que ministrará. Para tal faz-se necessário criar um “ambiente didático, onde se possa formar o espírito profissional, representado pelo local, pelas instalações, com **áreas suficientes de terrenos**” (p. 108, grifos nossos); 3) a escola agrícola “na concepção moderna [...] não deverá servir apenas aos alunos, mas também aos agricultores, tornando-se verdadeiro **centro agrícola**” (p. 109, grifos nossos).

⁶⁷ Ressalta-se que os secretários foram Clodomiro Augusto de Oliveira e Daniel Serapião de Carvalho e Sociedade Mineira de Agricultura, dirigida por Francisco Antônio Sales.

O comitê da ESAV, visando escolher a sede da instituição, visitou alguns sítios nas vizinhanças de Ponte Nova, Ubá, Visconde do Rio Branco e Viçosa. Estas cidades foram analisadas, segundo Rolfs (O PROGRESSO DO BRASIL, 1922), minuciosamente durante seis semanas. Em 10 de março de 1921, Rolfs expôs um relatório ao governo de Minas, inspirado no documento norteador de Torres Filho, apresentando cinco critérios para o êxito da Escola a ser projetada: lugar saudável; abundância de água, terrenos suficientes, proximidade de uma pequena cidade, distância do centro da população (LIVRO DE FORMATURA DA ESAV, 1939, ROLFS e ROLFS, 1928, ROLFS, 1925). Sem pretender realizar uma análise exaustiva, apresentaremos cada um deles:

Lugar saudável – é bem conhecida que uma região infestada com moléstias tropicais contagiosas poderá ser saneada e se tornar saudável; porém isso seria um empreendimento dispendioso em tempo e dinheiro e que se fosse iniciado por um estabelecimento novo, provavelmente traria fracasso nos primeiros anos que são os mais perigosos.

Abundância de água – Em Minas há geralmente abundante precipitação porém encontra-se lugares onde (h)á falta de água potável para gente e animais, o que seria um obstáculo no desenvolvimento de uma Escola Agrícola. Além disso é indispensável abundância de água durante a seca para criação e irrigação.

Terrenos suficientes – Pelo menos 500 hectares (mais ou menos 1.200 acres) mais de 50% arável e com comunicação fácil e rápida da sede do estabelecimento às varias secções. Uma distância de mais um quilômetro gastaria demais tempo dos alunos e professores para ir ao serviço e volta à sede, para fins práticos. Além do terreno necessário para fins de instrução, seriam necessárias ainda áreas suficientes para a produção de sementes de castas puras, em quantidade, para experiências em grande escala e para aclimatação de plantas. Para o desenvolvimento dum Departamento de Zootecnia, seriam necessários pastos externos. Instrução e experiências em silvicultura e reflorestação exigiriam áreas consideráveis.

Proximidade de uma pequena cidade – A sede do estabelecimento deveria ficar próxima a uma pequena cidade, na linha principal duma estrada de ferro, para poder ser vista pelos passageiros nos trens. Experiências já realizadas tem provado que os estabelecimentos de difícil comunicação, por estrada de ferro, bem assim como por rodovia, tiveram desenvolvimento precário. Situado próximo ou dentro duma cidade maior, uma Escola Agrícola constantemente sofreria as desvantagens da concorrência com as industriais comercializadas e encontraria grande dificuldade em desenvolver-se. De outro modo, não estando situada perto duma cidade pequena, encontrar-se-iam muitas inconveniências na obtenção de coisas necessárias.

No centro da população rural – Há nisso garantia de que os terrenos e as condições gerais serão típicos dos geralmente encontrados na lavoura da zona. Além disso em quase todas as Escolas Agrícolas, especialmente no início, nota-se que mais de 75% dos alunos vem de menos de 200 quilômetros da Sede da Escola. A influência da Escola para o melhoramento da agricultura, tem mais efeito entre as propriedades distantes menos de 100 quilômetros da sede. Depois de uns vinte a quarenta anos, o efeito do estabelecimento se espalhará por todo o Estado. (ROLFS e ROLFS, 1928, p. 4-6, grifos do autor).

O primeiro ponto levantado por Rolfs e Rolfs (1928), no relatório com as conclusões da comissão, diz respeito à salubridade do local. Em resposta à tese

apresentada por Arthur Torres Filho à Secretaria da Agricultura (Diretoria de Agricultura, Terras e Colonização) referente aos requisitos que uma escola agrícola deveria ter com o fito de promover a verdadeira formação profissional, Rolfs (1925, p. 11) afirmou que a

Salubridade da região é umas das necessidades primazes. Quasi todas as localidades, devido ao barrismo, affirmam ser a primeira da região em relação á salubridade, embora estando soffrendo visivelmente a maior parte da população por motivo de uma ou mais doenças directa ou indirectamente influenciadas pelas condições locais. Uma vida humana é demasiadamente valiosa, para ser sacrificada pelo orgulho local ou pelo interesse de pessoas. Sendo o bom estado hygienico dos alumnos a primeira consideração, uma altitude maior é preferível a uma mais baixa, embora a última seja mais productiva. As terras escolhidas devem ser typicas da região em que for estabelecida a Escola, e tão semelhante quanto for possível das de Estado (p. 11, grifo do autor).

Observamos que o sanitarismo, em sua faceta modernizadora, é evocado, sobretudo, no sentido de superar as restrições do meio físico exterminando, quando possível, os espaços insalubres, constituidores de enfermidades. A ideia era escolher uma cidade que poucos esforços precisasse para se ajustar aos padrões de modernidade, salubridade e higiene. É mister dizer que o debate sobre o sanitarismo resulta de outras escalas espaciais, uma vez que, na década de 1920 a maioria das cidades brasileiras buscava absorver as prescrições sanitárias, incorporando códigos de postura.

De uma maneira geral, a preocupação com a situação sanitária das cidades brasileiras envolvia a hostilização de epidemias e habitações precárias⁶⁸; o aterro de pântanos (combate aos miasmas); a demolição de montanhas, as quais impediam a ação salutar dos ventos. A imundície das ruas que “infeccionava” o ar e a proximidade dos lençóis de água delas obstaculizava a drenagem das águas pluviais, deixando o solo sempre úmido (ABREU, 1996; 2000). Visando equacionar estas questões, as autoridades públicas propuseram projetos de infraestrutura urbana, tais como: pavimentação de vias; aeração do tecido urbano; construção de calçadas para pedestres; equipamentos subterrâneos para controle dos fluídos (esgotos, bueiros e galerias), vias públicas largas e arborizadas, casas “higiênicas” etc.; construção de cemitérios, hospitais (em locais distantes das cidades) e mercados públicos (MAIA, 2019).

⁶⁸ À luz das contribuições de Bresciani (2014), havia um estreito vínculo entre pobreza-doenças-perigo social. Esta trindade se afirmou como esteio sobre o qual se organizou parte considerável das estratégias e ingerências nas cidades, sendo que a inquietude em ofertar casas apropriadas à população operária ecoou nos princípios e diretrizes sanitárias de equipamentos coletivos urbanos.

Tais medidas buscavam ordenar os espaços públicos e privados (caso da habitação) através de novas concepções de mobilidade urbana e moradia. Assim, baseado no saber médico e nos sistemas de engenharia, o pensamento urbanístico moderno justificou as variadas intervenções que foram efetuadas nos contextos urbanos (ABREU, 1996). Como exemplo, podemos citar o caso da Reforma Pereira Passos no Rio de Janeiro ocorrida entre 1903-1906 que remodelou o espaço carioca⁶⁹, coroando o período de ascensão dos engenheiros sanitaristas – indubitáveis pensadores da cidade brasileiras – no trato das questões urbanas (CARVALHO, M. 2008).

Importa ressaltar, que em diversas escalas espaciais e distintas intensidades, observa-se uma propensão das cidades em incorporar as normatizações sanitárias a seus espaços, de forma a evitar a propagação de doenças. Nesse sentido, em Ponte Nova, Ubá, Visconde do Rio Branco e Viçosa não seria diferente, os documentos institucionais da ESAV e matérias do jornal *A Cidade* apresentam determinações e códigos de postura, bem como o desejo das lideranças políticas, em materializar modificações na estrutura e morfologia das cidades, para convertê-las aos ideais de modernidade, salubridade e higienismo.

Voltando a expor as orientações da comissão, na fala de Rolfs é possível detectar um outro parâmetro, geográfico diga-se de passagem: a altitude. Quanto maior fosse a altitude da cidade-sede melhor seriam as experiências de plantio, pois o clima ameno possibilitaria o cultivo de trigo, frutas não tropicais etc., mais improváveis de sucesso em climas quentes. Ou seja, o fator (altitude) influenciaria no elemento (clima) que, por sua vez, aprimoraria os campos de cultura experimental. No aspecto altimétrico, Ubá apresentava 334 metros (m), Ponte Nova, 402 m; Visconde do Rio Branco, 334 m; e Viçosa, 649 m (MINAS GERAIS, 1924). Desse modo, a última cidade se destacava em termos topográficos em relação às demais ao possuir maior altimetria.

⁶⁹ O contexto da cidade do Rio de Janeiro no período da Reforma estava associado à proliferação dos cortiços na centralidade urbana, ao desenvolvimento frenético das favelas e periferias e à precariedade nos equipamentos de higiene da cidade. A Reforma instaurada por Passos teve uma tripla função: “[...] econômica (facilitar e tornar agradável a circulação dos homens e das mercadorias), higiênica (sanear a cidade na qual há vários anos se instalou a febre amarela) e social ou policial (na medida em que nesses primeiros anos do século XX, os afazeres sociais dependem dos azarões policiais)” (VIDAL, 2009, p. 134) A modernização do porto e a ampliação dos cais foram as primeiras diretrizes apontadas por Pereira Passos, que buscou subsidiar infraestrutura portuária ajustada às determinações do mercado internacional e do progresso da navegação. Com o auxílio do engenheiro Paulo de Frontin, Pereira Passos converte o Rio de Janeiro em uma cidade arejada e moderna através de desapropriações e demolições; avenidas imponentes e retilíneas; construções estilizadas com arborização; palácios; e para cingir esse projeto de embelezamento urbano o Estado e o município autorizam em 1904 a campanha de vacinação obrigatória contra a febre amarela. Encapada por Oswaldo Cruz, a campanha sanitária envolveu a polícia, vacinando a força a população carioca e promovendo o controle despótico das ruas.

O segundo critério, abundância de água, está relacionado ao primeiro, pois os integrantes da comissão defendiam a necessidade de obtenção do líquido, absolutamente puro e potável como forma de evitar doenças e que pudesse ser empregado nos futuros experimentos agrícolas da Escola (hortas e pomares).

Abundancia dagua, absolutamente pura, e potavel, deve ser obtida duma fonte livre de possibilidade de contaminação. E' mais facil serem as doenças evitadas do que curadas depois de contrahidas. Com os nossos milhares sem educação, temos grande difficuldade em conservar as fontes sem contaminação. Não é sufficiente que as fontes dagua sejam theoreticamente puras, devem ser absolutamente puras. O valor da vida humana é acima do dinheiro. Infelizmente, muitas das pessoas não educadas attribuem á Providencia o seu infortunio, constituindo isto, no maximo, fraca consolação, quando um membro amado da família passa para a Eternidade por causa duma doença facilmente evitavel (ROLFS, 1925, p. 12, grifos do autor).

Além disso, era necessária abundância de água para o abastecimento dos edifícios internos, animais de trabalho, estábulos, pocilgas, canteiros de cultura, asseios e exercícios natatórios dos alunos, consumo diário dos futuros operários e professores da Escola e, por fim, funcionamento do posto meteorológico.

No terceiro quesito, a área a ser adquirida pelo estado não poderia ser inferior a 500 hectares, uma vez que se previa o desenvolvimento de diversos campos de cultura e experimentação e departamentos para a prática de ensino⁷⁰. Nas palavras de Rolfs (1925), o terreno deveria formar um só corpo, sendo prontamente conectado a um ponto central (edifício principal), do qual se irradiariam os dormitórios, refeitórios e laboratórios. Em seu pensamento e dos demais comissionários, na totalidade do terreno abrigar-se-ia uma centralidade que então, funcionaria como um nó inicial que colaboraria no futuro processo de ocupação e produção (material e simbólica) do espaço da Escola. Ou seja, uma espécie de rede, capaz de espriar o projeto arquitetônico da ESAV.

Analisando a extensão territorial das cidades, o quarto critério, a área de terreno disponível deveria se situar próxima a uma cidade pequena, pois nos centros maiores ou nas suas proximidades “[...] o grande numero de distractações é especialmente pernicioso ao trabalho escolar. Os prazeres e diversões (...) excitam constantemente aos estudantes e instrutores para se afastarem do seu trabalho. Alem de tudo, preço de terras apropriadas é tão elevado, que não pode ser obtida a quantidade necessaria” (ROLFS, 1925, p. 12).

⁷⁰ “Os terrenos da Escola não devem ser inferiores a 500 hectares, numa só area ao redor dos edificios centraes. Nos estados mais populosos, **como Minas**, o dobro desta area seria melhor (ROLFS, 1925, p. 21, grifos nossos).

Este argumento de cidade pequena, descartava Juiz de Fora. É importante ressaltar que naquele momento não estava explícito o que era cidade pequena, média e grande, pois esta discussão só veio acontecer na década de 1940 através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É possível que Rolfs tenha se baseado nas cidades norte-americanas para estabelecer o que ele considerava como cidade pequena.

Nos meandros das discussões deste quarto critério, observamos um sub-critério: era preciso também que o local escolhido não estivesse distante mais de dois quilômetros (km) de estradas de ferro, conforme salienta Rolfs (1925, p. 11-12, grifos do autor):

O local escolhido nas proximidades duma pequena cidade, e não ser mais do dous kilometros de Estradas de Ferro. Muitas tentativas tem sido feitas, para se estabelecer taes instituições longe de estrada de ferro. As escolas, nestas condições, ficaram mais ou menos sem desenvolvimento até que fossem servidas por estradas de ferro (ROLFS, 1925, p. 11-12, grifos do autor).

A proximidade com a ferrovia além de promover visibilidade à Escola e comunicação entre os sujeitos, possibilitaria o escoamento das produções. Tratava-se de uma estratégia na qual a circulação simbolizaria o progresso e proporcionaria o alcance regional com vistas à conquista de mercados. Os estabelecimentos localizados ao lado de uma linha principal constituía uma oportunidade de publicização da Escola, conforme evidenciado na fala de Rolfs e Rolfs (1928) de “poder ser vista pelos passageiros nos trens”. Ademais, a linha férrea possibilitaria a comunicabilidade entre as cidades e entre as regiões ao transportar jornais e outros impressos (cartas e telegramas).

Os visitantes da instituição (políticos, futuros alunos, professores, escritores etc.) poderiam contemplar, através das janelas da Leopoldina Railway, o monumento moderno, a ESAV, como assinalava o comissionário “os contribuintes do Estado são os que sustentam o Estabelecimento, por isto, tem o direito de aprecia-la, e saber, o mais possível a seu respeito. Si for escondido atraz de montanhas, lhe poderá ser aplicado o proverbio, ‘**Luz debaixo duma medida**’” (ROLFS, 1925, p. 12, grifo nosso).

Nas entrelinhas desta fala é possível perceber que a Escola foi concebida para impor-se na paisagem como uma arquitetura material e simbólica representativa do poder do estado mineiro frente aos demais da federação. O estabelecimento de ensino deveria estar localizado em um lugar de planície (ou em terreno levemente acidentado), configurando um “espaço luminoso” e exposto aos “quatro ventos”. Caso contrário, se estivesse sob as montanhas a majestosa ESAV (e seus prédios) estaria escondida “debaixo do alqueire”, dominada pelas “sombras”.

No quinto critério, a Escola Superior de Agricultura deveria estar tão próxima quanto possível, do centro da população agrícola, esta deveria servir à instituição, levando em conta os meios de transporte e o desenvolvimento provável da cidade. Rolfs duvidava que se poderia formar verdadeiros agrônomos distantes do terreno da ação agrícola (JORNAL A VERDADE, 1925), por isso defendia que a Escola deveria estar “no centro da população agrícola”. A influência da Escola seria proporcional à distância das propriedades agrícolas, sendo que, no plano das ideias, quanto menos distante da sede estivessem os agricultores mais o ensino os alcançaria. Isto é, a distância menor exerceria um efeito multiplicador da Escola.

O *sentimento geral de comunidade* foi outro elemento iluminador levado em consideração pela comissão no julgamento do melhor local para a implantação da ESAV. Como este critério aparece apenas em uma fonte primária, trataremos dele em um tópico separado. Ao fim e a cabo, as cidades que não atendessem a estes quesitos ou que faltasse um deles deveria ser automaticamente rejeitada. Em consonância com os cinco parâmetros mencionados e mais o que vamos esboçar a seguir, o plano era localizar a Escola em um dos quatro municípios (Ponte Nova, Ubá, Visconde do Rio Branco ou Viçosa) examinados.

2.3 Identidade regional: mineira e matense

Acreditamos que quando o projeto da Escola foi lançado em 1920, as lideranças políticas mineiras tomaram posse da ideia, a fortaleceram e pleitearam este dispositivo para seus territórios. A formulação de uma identidade foi, então, capturada nos argumentos dos comissionários, contudo o termo *sentimento geral da comunidade* não é explicado na fonte consultada⁷¹. Supomos (pela carência de documentação) que sua invocação nos pronunciamentos adornavam a existência de uma “mentalidade regional” baseada na ideia de pertencimento à Zona da Mata mineira e nos interesses particularistas das frações da classe dominante agrária viçosense (que se viam como integrantes de uma comunidade com interesses afins).

A construção de identidades regionais é uma demonstração plena do campo cultural que se denomina como ideologias geográficas. Estas, para Moraes,

⁷¹ Esse critério é apenas citado por Lisboa (1935).

[...] alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito do seu espaço e da sua relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares, que impulsionam sua transformação ou acomodamento nele. Expressam, enfim, localizações e identidades, matérias-primas da ação política (MORAES, 1991, p. 44).

Supomos que o *sentimento geral de comunidade* foi extraído, como uma espécie de desdobramento, pelas fracções da classe dominante agrária do que se convencionou denominar de “mineiridade” com o propósito de cristalizar uma identidade regional matense em torno da educação agrônômica. A construção da “mineiridade” – que auxiliou inclusive a soldar a unidade geográfica do estado (FARIA, 1992) – foi uma ideologia geográfica engendrada pelos líderes políticos que se apropriaram de fatos históricos e regionais e, destarte, de apanágios de uma região de Minas tornando-a universal⁷², para manter-se no exercício do poder, conservando seus privilégios (REIS, 2007). Assim, Minas Gerais era apresentada como síntese da nacionalidade.

A “mineiridade” cumpriu um papel ideológico no âmbito político, estabelecendo um elo entre o jogo das fracções da classe dominante agrária e a modernização regional. Dulci (1999) elenca três atributos de sua face ideológica: a) servir de ideologia da classe dominante com o propósito de organizar os setores dominantes; b) auxiliar a legitimar o domínio das elites, de forma que parcela significativa da sociedade comungue os valores e símbolos regionais; c) representar e fortificar os interesses de Minas Gerais junto à federação, definindo o lugar do estado perante ao Brasil. As primeiras a cultivarem e reproduzirem a “imagem convencional das orientações e do comportamento político dos mineiros (p. 200)” foram as elites, que se enxergam como condutoras dos atributos da “mineiridade”. Elas se auto forjaram como força social e política, utilizando a “mineiridade” como código unificador de seus modos de pensar e agir.

A “mineiridade” compôs a moldura do cenário mineiro ao convergir (apesar de todas as distinções internas) politicamente as elites, que se apropriaram da heterogeneidade do estado como “combustível” para suas ações. Ao estabelecer uma identidade comum, as elites buscavam manter aceso o seu interesse pelo poder e pela manutenção do *establishment* estadual (DULCI, 1999). Em linhas gerais, essa identidade

⁷² Por ser um instrumento encarregado de ocultar as divisões sociais, a ideologia transforma as ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo, de tal forma que a classe que domina no plano material – econômico, social e político – também domina no plano espiritual – das ideias (CHAUÍ, 1981). Portanto, a ideologia é um mascaramento da realidade social que permite a legitimação da exploração e da dominação.

foi sintetizada nos discursos das elites (por sucessivas gerações) através dos seguintes elementos:

- a) o apego à tradição, o senso de continuidade;
- b) a valorização da ordem, da estabilidade, a prudência nas iniciativas;
- c) o senso de naturalidade, configurando uma visão evolucionista da sociedade e da história;
- d) o centrismo, a aversão aos extremos, ao radicalismo, a busca do meio-termo, da solução moderada;
- e) o realismo, o pragmatismo, a adaptabilidade às circunstâncias, associados a capacidade de transação, de acomodação de interesses;
- f) a perspicácia, a habilidade, a paciência, como meios de alcançar objetivos políticos a menor custo (DULCI, 1999, p. 195).

Fica latente que estes elementos, designados a “engessar” a identidade regional possuem uma nítida dimensão política. Uma das peculiaridades atribuída aos mineiros era “a política como vocação”, imputando-lhes estereótipos como habilidosos, pragmáticos e pacientes, servindo para projetar as elites à liderança política do país. Viscardi (1999), ao enveredar sobre o caráter próprio ao povo mineiro afirma que este era dirigido por: valores como o ritmo mais pacato de vida⁷³; a subjugação da imaginação à vontade; a aproximação entre as classes e a hábil conciliação de demandas distintas. Em relação a este último aspecto, vale lembrar que estava em pauta na arena política os debates tempestuosos sobre o processo de *recuperação econômica* do estado e, nisto, a identidade regional cumpriu uma dupla função.

A primeira estava vinculada ao fato de a “mineiridade” ter auxiliado a formar consenso entre as diversas fracções de classe em prol da identificação e concretização dos “interesses de Minas”. Da união dos variados setores produtivos e de sua sagaz atuação no cenário nacional dependia o deleite de oportunidades promissoras. O esforço modernizador das elites mineiras foi oriundo dos laços que convergiam muito de seus membros: laços de parentesco e de convivência estamental transpassados por um senso de autovalorização que a matriz da “mineiridade” lhes proporcionava (DULCI, 1999). A segunda função dizia respeito ao argumento do equilíbrio geográfico e político, o qual era funcional ao diligenciar externamente as demandas das elites mineiras. Agindo estrategicamente para expandir seus próprios espaços, elas revigoravam as “credenciais

⁷³ A temporalidade mais vagarosa do mineiro era associada à geografia peculiar do estado, cingido por montanhas. Para saber mais a respeito da associação entre meio físico e meio social na formação do “caráter regional” ver Wirth (1982). Em relação a mineiridade ver: Dias (1985); Arruda (1986); Reis (2007).

de Minas como fiel da balança” (p. 205), o que sucedeu em conquistas relevantes em diversos momentos.

As elites mineiras estavam “abertas” à mudança, inclusive aquelas da cultura regional (urbanização, comunicações de massa e educação das massas), contudo sem dissolver a sociedade conservadora. Numa leitura geopolítica, os mineiros sustentavam, de um lado, o conservadorismo e a moderação e, de outro, a modernização regional que, por sua vez, aflorou o crescimento das múltiplas identidades. Tal modernização, conforme assinala Bomeny (2005) passava pela elite, sendo por ela articulada e implementada, buscando garantir a “ordem” com o fito de projetar uma imagem conservadora da própria sociedade como estratégia ideológica para atingir um sistema estável.

Retomando a discussão da mineiridade pelo viés ideológico, Garcia (1982) diz que é preciso lembrar que as ideologias são um telescópio de visualização do mundo, que contêm três tipos básicos de ideias: as *representações*, as *normas* e os *valores*. As *representações* correspondem às ideias de como é a realidade; os *valores* são ideias acerca de como deve ser a realidade; as *normas*, por seu turno, são aquelas ideias em relação ao que deve ser efetuado para modificar a realidade ou conservá-la na conjuntura em que se encontra. Assim, uma vez definida “[...] resta verificar de que forma essa ideologia é propagada, tornando-se conhecida pelos diversos membros de uma classe social ou, até mesmo, por toda a sociedade” (GARCIA, 1982, p. 26).

O Estado e as fracções da classe dominante agrária *representavam* a federação de Minas Gerais como um local de emergência de recursos, tratava-se de discursos que abarcavam a “aptidão” agrícola, as riquezas fisiográficas (montanhas, localização mediterrânea, hidrografia) e tradições cívicas. Também era comum a associação de algumas áreas a vocações econômicas singulares, a exemplo dos laços estabelecidos entre a Zona da Mata e o café, como podemos identificar a seguir:

O Estado de Minas tem uma população vasta e fixa – um quarto da população total da República – constituindo pela massa, pela formação técnica, pelas tradições cívicas, como **que os elementos básicos da nacionalidade brasileira**. Em seu dilatado **território** a latitude tropical é modificada ou atenuada pela altitude de suas montanhas, alternando-se e contrastando os vales profundos e planícies baixas com os planaltos e as encostas de climas temperados. É cortado em todas as direções por águas vivas e fartos caudais. A oeste e noroeste se desdobram, extensamente, as suas belas campinas, as suas férteis pastagens e seus esplendidos campos de criar. Na Mata e no sul apresenta as grandes lavouras de café. A faixa leste guarda tesouro inexplorado de soberanas matas virgens, desde a bacia do rio Doce até as do Mucuri. Tem riquezas naturais extrativas que, pela pluralidade e quantidade, colocam-no em

posição quase única no mundo. As fontes de águas termais e minerais ao sul asseguram futuro de constante e crescente prosperidade à região onde existem. Tem no centro e no norte, as suas minas de ouro, de onde ele brotou em caudais, no Século XVIII e começos do Século XIX. [...] Tem ainda as pedras preciosas, os diamantes, as gemas de toda sorte. [...] Também possui poderosas jazidas de matérias-primas para a siderurgia, com exportação atual em vasta escala, do manganês a alimentar as usinas metalúrgicas estrangeiras. [...] Ao lado destas riquezas e a margem de uma via férrea, de Paraíba a Pirapora, ostenta numerosíssimas e possantes quedas de água, forças naturais e permanentes, para os mais vastos e variados trabalhos manufatureiros, depósito inesgotável de ulha branca, para custeio de usinas elétricas e aproveitamento das muitas aplicações dessa força avassaladora. Ante o exame das **condições naturais de riqueza da privilegiada terra de Minas Gerais**, o seu futuro econômico se nos antolha como devendo ser, fatalmente, um dos mais brilhantes da Pátria Brasileira (CONGRESSO AGRÍCOLA, COMERCIAL E INDUSTRIAL, 1903, p. 123, grifos nossos).

A partir do fragmento acima, concordamos com Chysostomo e Santos (2019) quando ao analisar a região, o regionalismo e a produção do espaço em Minas Gerais no alvorecer da República (1888-1910), dizem que as lideranças políticas pintavam o estado com a imagem de uma riqueza potencial tida quase como um dom natural. E para enrijecer os alicerces do discurso regionalista, elas acoplavam natureza e cultura.

A realidade do estado era retratada pelos políticos nos documentos oficiais (como o CACI de 1903, o Congresso Mineiro e a Assembleia Mineira etc.) a partir da perspectiva *valorativa* do espaço (clima agradável, altitude adequada quanto ao nível do mar, solo fértil, presença da estrada de ferro etc.). O ideal de modernidade pode ser considerado uma *norma* que manteve a realidade nas mesmas condições, isto é, reforçou as estruturas de poder vigentes na sociedade e não realizou os pressupostos básicos da revolução burguesa.

As ideias geográficas contidas no processo de manipulação da identidade regional mineira se catapultaram sobre o território mineiro. A identificação pelo espaço adquiriu relevo nos dispositivos simbólicos estrategicamente utilizados nas narrativas das lideranças. Essas buscavam legitimar suas ações e disseminar seu poder político, econômico e social. O suposto *sentimento geral de comunidade* revelava a disputa pela condição hegemônica na condução da política do Estado. Isto é, uma vontade das frações da classe dominante agrária republicana das quatro cidades de se apropriar do projeto da Escola como “recurso” de intenso poder mobilizador e identitário e motor da modernização da Zona da Mata.

Pesando na heterogeneidade entre as diversas áreas do mosaico mineiro, as políticas favoráveis às finanças do estado buscavam instituir o princípio de “união na diversidade”, uma vez que as classes produtoras mineiras eram pertencentes a diversas

categorias de produção (mineração, pecuária, agricultura, dentre outros). Com tal princípio, o grupo social dos fazendeiros da Zona da Mata conquistava o apoio de outros grupos do setor produtivo para clamar junto ao Estado por políticas estaduais, como a instrução agrícola, orientadas a atender as demandas das fracções da classe dominante agrária.

Para elas era na Zona da Mata que se construiria o progresso. O discurso alvissareiro a respeito desta zona, teve uma contribuição importantíssima de Arthur Bernardes, já que Viçosa era sua terra natal. Adotando em suas administrações o subsídio às municipalidades, dentre os municípios agraciados com políticas agrárias se sobressaíam aqueles situados na Zona da Mata e no Sul do estado. Essa estratégia expressava a sua intenção em reduzir a representatividade do Centro, zona que sempre teve o controle político de Minas, apesar do esfacelamento econômico que vinha enfrentando desde o epílogo do século XIX. Viscardi (1999) afirma que assim que Bernardes assumiu o governo de Minas alçou ao poder políticos da Zona da Mata para conduzir o PRM, o que ascendeu a região política e economicamente.

Esta região concentrava população, vias férreas, bancos, produção cafeeira, diversidade paisagística (topografia, variedade de tons e cores); solos laterícios e ricos de humus, possuía uma rede urbana em crescimento, uma estrutura ocupacional diversificada e um comércio interno intenso. Além de deter a maior fonte de votos e funcionar como centro de gravidade política do estado. Sob as lentes, impregnadas de juízos de valor, de Capri (1916) a benção divina foi derramada no território matense metamorfoseando as virtudes adormecidas em virtudes latentes:

Se há alguma região para onde convergiam as mais decididas energias do comercio, da indústria e da lavoura é, sem dúvida, a *Zona da Mata*. Esta Zona, em cuja apreciação vamos entrar, dir-se-ia privilegiada: ali, caíram as benções do céu; ali di-ser-ia, o olhar criador de Deus se deteve e, mais longamente do que em parte alguma, a terra teve o tempo de haurir e de absorver o refluxo magnífico desse olhar, convertendo-o. Concretizando-o e apropriando-o a sua existência. Com efeito, é de maravilha em maravilha que o viajante corre esse recanto de Minas, ao mesmo tempo tão saudoso e tão idealmente poético quanto ao magnífico em sua natureza feracíssima (CAPRI, 1916, p. 1).

Se o estado de Minas, na leitura de Capri (1916, p. 2), era um “gigante de cabeça de ouro”, “olhos de diamante” e “peito de ferro” era na Zona da Mata “a morada predilecta de Ceres, a deusa da Agricultura” e, desse modo, o celeiro desse estado exuberante e rico. Continuando sua apreciação, o autor afirma que se quisermos mensurar a grandeza do povo matense, bastava contemplar o “seio nutriz da *Terra Mater*” (grifo do autor), pois

daí a criatura bebe a seiva tônica que a acalma, a enobrece e a notabiliza. O trecho a seguir ilustra em parte os aspectos mencionados:

Onde a terra é uberíssima a alma do homem é arrojada e emprehendedora, e bem se pode dizer que cada nova florada das searas verdejantes, das arvores frondosas, dos cafezaes extensos coincide também com uma nova primavera que entra pelo coração do agricultor, espargindo sonhos arrebatadores, esperanças fagueiras e illusoes amoraveis, que depois desabrocham em trabalhos fecundos, cujos fructos são as conquistas do progresso (CAPRI, 1916, p. 2).

Assim como a “mineiridade” consistiu numa estratégia para preservar funções e lugares privilegiados dos políticos mineiros e das elites no cenário nacional, capaz de demarcar sutilezas do jogo e do exercício do poder (REIS, 2007), acreditamos que o *sentimento geral de comunidade* foi um quesito arditamente manipulado pelas fracções da classe dominante agrária para atender suas predileções. Este critério, traz em sua roupagem o sentimento de pertencimento a um dado lugar (no caso à Zona da Mata), alimenta uma postura ideológica manejada pelos políticos que concebiam a criação de uma instituição de ensino superior como um passo dado rumo ao progresso e ao desenvolvimento da cidade em que se instalaria. Tratava-se, assim, de um discurso regionalista pautado na modernização e constituída por relações verticalizadas de poder.

Esta política de “revolução pelo alto” se processou de maneira autoritária, limitando a participação dos setores subalternos e restringindo a sua atividade no mercado. Camuflado no discurso de direita, a modernização funcionava como um álibi legitimando a dominação oligárquica. Não é de se estranhar que as ideologias geográficas de conhecida eficácia no controle social, somente tenham reciclado seus discursos, mantendo uma relativa importância na esfera da legitimação política. O processo modernizante manteve a realidade nas mesmas condições, ou seja, sem alterar a estrutura fundiária que chegou a República como “mácula” colonial.

À guisa de conclusão, o *sentimento geral de comunidade*, enquanto constituidor de uma “mentalidade regional”, experimentou momentos de florescimento e de morte. Este critério teve efervescência nas narrativas somente no período de discussão do projeto de criação da Escola (1920-1921), depois que a mesma se consolidou de fato e foi instalada em Viçosa (1922-1926), ele desaparece. Isto revela que este parâmetro foi apropriado pelas fracções da classe dominante agrária, a qual encapou um movimento com o intuito de forjar uma identidade capaz de exercer impacto social na atração de uma instituição de ensino para a Zona da Mata mineira.

Assim, cada cidade (Ponte Nova, Ubá, Visconde do Rio Branco e Viçosa) a partir de seus representantes deveria ter a ânsia de abrigar a Escola em sua região. No próximo bloco apresentaremos as cidades em suas características históricas, produtivas e populacionais enfocando a década de 1920 (quando se iniciaram os discursos sobre a fundação da Escola) de maneira a compreender os espaços pretendidos para abrigar a sede da ESAV.

2.4 O (s) corpo (s) do (s) território (s): Ponte Nova, Ubá, Rio Branco e Viçosa

O (s) corpo (s) dos quatro espaços pretendidos é (são) aqui entendido (s) a partir dos atributos dos territórios de Ponte Nova, Ubá, Visconde do Rio Branco e Viçosa. Isto é, a ideia de corpo está relacionada às características fisiográficas, de transporte e comunicação, político-econômicas, de instrução, populacionais e de infraestruturas dos espaços em foco. Nesse sentido, todas estas peculiaridades tomadas em conjunto nos permitem esboçar um cenário, ao menos em parte, da realidade de *outrora* destes municípios.

Algumas das características que fazem jus ao contexto municipal dos quatro espaços pretendidos são esboçados no Quadro 2 (além dele nos Anexos há informações adicionais sobre as cidades). Nele notamos que Ponte Nova no horizonte da década de 1920 possuía uma extensão territorial de 1.600,81 quilômetros quadrados (km²). Sua divisão político-administrativa era composta por oito distritos: Santa Cruz do Escalvado, Grota, Sant'Anna do Jequery, São José dos Oratórios, Piedade, Rio Doce, Amparo da Serra e Urucú⁷⁴. As maiores áreas estavam concentradas na sede (531,93 km²), em Sant'Anna do Jequery (205,75 km²) e Rio Doce (180,65 km²).

⁷⁴ Além dos distritos, Ponte Nova possuía diversos povoados, tais como: Alto Vau Assu; Cachoeira Alegre; Cardosos; Lage; Núcleo colonial Rio Doce; Nogueira; Onça; Papa Gente; Passa Tempo; Pirraça; S. José; Sant'Anna; Soberbo; Vargem Alegre; Vau Assú; Vau Grande; Viçoso; Vista Alegre (ÁLBUM CHOROGRAPHICO, 1927).

Quadro 2 - Informações quanti-qualitativa dos municípios (1921-1925)

Informações	Ponte Nova	Ubá	Rio Branco	Viçosa
Tamanho (Km ²)	1.600,81	1.239,44	855,87	2.102,69
População absoluta	62.666	62.425	53.381	55.513
Produção (ões) predominante (s)	Cafê e açúcar	Cafê, fumo e policultivo	Cafê e açúcar	Cafê
Alfabetizados (%)	30	24	32	25
Jornais	5	7	5	2
Linha férrea	Leopoldina Railway	Leopoldina Railway	Leopoldina Railway	Leopoldina Railway
Estações Telegráficas	9	7	3	6
Correios	14	11	4	11
Bancos	3	1	1	2

Fonte de dados: Minas Gerais (1926b; 1926c; 1929); Album Chorographico (1927). Sistematizado e elaborado pela autora.

Já o município de Ubá dispunha de uma área de 1.239,44 km² distribuída em cinco distritos: Mariannas (190,68 km²), Tocantis (163,08 km²), Rodeiro (200,72 km²), Sapé e Divino⁷⁵ (188,18 km²) – a sede abocanhava a maior extensão com 263,44 km². O território de Visconde do Rio Branco, intitulado somente como Rio Branco na época, possuía uma superfície de 855,87 km². Esta se repartia em três distritos, São Geraldo (175,09 km²), Guirycema (250,14 km²), Barroso (177,60 km²) e na sede (252,64 km²)⁷⁶. Enquanto isso, Viçosa contava com área de 2.102,69 km² fracionada em sete distritos, quais sejam: Araponga, Coimbra, Herval, Pedra do Anta, São Miguel do Anta, São Vicente do Grama e Teixeiras⁷⁷. Numa análise comparativa, dentre os quatro espaços pretendidos, Viçosa detinha a maior área territorial.

Ao analisar o ano de 1920, Wirth (1982) enfatizava que a maior parte dos mineiros vivia isoladamente no campo. Somente 11% residiam em sedes de municípios, o restante morava na zona considerada rural. Em Ponte Nova, Ubá, Rio Branco e Viçosa essa realidade não foi diferente. A população absoluta de Ponte Nova era de 62.666 habitantes, a ubaense 62.425, a de Rio Branco 53.381 e a de Viçosa, 55.513 (ÁLBUM CHOROGRAPHICO, 1927), sendo que, respectivamente, 67%, 66%, 70% e 84% dos indivíduos moravam nos distritos. Estes, naquela época, apresentavam uma paisagem rurícola.

Passando ao terceiro aspecto do Quadro 2, relativo à economia, constatamos que as produções predominantes de Ponte Nova eram açúcar e o café. Ao adentrar a

⁷⁵ Ubá ainda abarcava em seu território os seguintes povoados: Beijar Flor, Convento, Córrego Alegre, Guidoal, Miragaya, Pedra, Pedra Branca e Sobral Pinto (ÁLBUM CHOROGRAPHICO, 1927).

⁷⁶ Além destes, havia os povoados de Ayrões, Cruzeiro, Massambará, Quebra Cabo, Rio Preto, S. Maria, Santana da Boa Vista, Sta. Philomena.

⁷⁷ Além do mais, possuía os povoados de Cachoeirinha, Cajury, D. Viçoso, Núcleo Colonial Vaz de Mello, Palestina, Papagaio, São Bento, Silvestre, Triunfo e Ventania (ÁLBUM CHOROGRAPHICO, 1927).

República⁷⁸, Ponte Nova prolongava sua tradição colonial: a produção de açúcar e aguardente (CARRARA, 1999). Ao lado dessas primeiras culturas mercantis foi inserido o café, Totini (1976) coloca que na primeira década republicana o café ocupava destaque na economia do município e em 1907 chegou a exportar 5.797,856 toneladas pelas estações da Estrada de Ferro Leopoldina e Central do Brasil. De acordo com o redator que se identificou pelo pseudônimo P.V.R, Ponte Nova

[...] era dotada de um **clima ameníssimo** e suas terras eram de optima qualidade, produzem muito **café**, grande quantidade de cereaes, possuindo, em seu **territorio**, a maior **usina assucareira**, ou, talvez, uma das maiores de todo o Brazil, percorrendo o seu uberissimo torrão a grande linha ferrea Leopoldina” (A NOTÍCIA, 1922, s/p, grifos nossos).

A usina que ele se refere é a Anna Florência (1885) comparada às melhores congêneres do país (Anexo C). Além desta, Ponte Nova contava com mais duas: Piranga (1887) e Vau-Assu (1888). Ribeiro Filho (1993) põe em evidência que a primeira, também conhecida como Companhia Açucareira Vieira Martins, foi um dos empreendimentos mais importantes em terras de Ponte Nova (com uma extensão territorial de 365 alqueires) e pertencia aos irmãos Francisco e José Vieira Martins e aos sócios fundadores: José e Ângelo Vieira Martins, Manoel Vieira de Souza (cunhado deles) e Luiz Augusto de Souza e Silva (tio).

Para viabilizar a instalação da usina (José Vieira de Souza batizou a usina com o nome de sua esposa: Anna Florência Martins) – em uma grande fazenda que distava onze quilômetros da cidade, situada à margem direita do Ribeirão Oratórios, afluente do Rio Piranga – como primeira indústria açucareira de Minas Gerais, Francisco e José Vieira Martins constituíram a firma Vieira Martins & Cia⁷⁹. Já a usina de Vau-Assu foi criada

⁷⁸ O plantio da cana de açúcar já havia se propagado no município em meados do século XIX de tal forma que a maior parte das grandes propriedades possuía engenhos e, em amplas extensões territoriais, haviam se constituído grandes lavouras. A franja produtiva de Ponte Nova “[...] onde se encontravam ainda muitas matas virgens, bons pastos, engenhos e cafezais com altos rendimentos” (VALVERDE, 1958, p. 34), passou a se caracterizar pela policultura, com destaque para o café, a cana de açúcar e o fumo – produtos de exportação. Valverde (1958) diferencia a cana cultivada em pequenos campos da cultivada em áreas extensas. A primeira voltava-se para a produção de aguardente, enquanto a segunda, quase sempre, destinava-se às usinas de açúcar.

⁷⁹ O poderio econômico desses atores se recrudesceu no início da República ao expandir terras e intensificar sua ação política. Prova disso, foi a inauguração de sua própria firma ferroviária – Companhia de Estrada Ferro e Indústria de Minas, S.A. através da concessão estadual: Lei nº 518 de 6 de setembro de 1910, a qual estendeu a estrada de Leopoldina até o interior da usina e daí para seus ilustres fornecedores de cana em outros lugares, como Jequeri (XAVIER, 2018). Além disso, os Vieira Martins, incentivaram os irmãos Adalberto e Inocêncio Alves Costas a montarem uma grandiosa oficina na cidade, a qual prestasse assistência à empresa e a outras propriedades que possuíssem engenhos de cana (PONTE NOVA 153 ANOS, 2016). Surgiu, desse modo, no Largo de Santa Rita, a “Fundição Progresso” em 1885. Esta, além de fundições em ferro e bronze, possuía maquinários considerados modernos para a fabricação de aparelhos

em localidade de mesmo nome (Fazenda Vau-Assu) e se situava ao sul da sede municipal. Teve como sócios João José, Eliziário Pereira Serra e Arthur Victor Serra. Em 1889, a usina já produzia 200 arrobas de açúcar diariamente, sendo esta produção direcionada ao Rio de Janeiro, onde era comercializada (RIBEIRO FILHO, 1993). Quanto a Usina Piranga a informação que temos é que ela foi instalada no povoado de Xopotó.

Em relação ao café, Capri (1916) chama atenção para a qualidade produzida na fazenda do Pontal e os do senhor Armando Vieira. Dentre os fazendeiros importantes no município podemos citar: Caetano Marinho, Alfredo de Almeida, Francisco Martins Ferreira da Silva, José Martins Viera, José Ribeiro Gomes, Cantídio Drumond e Álvaro Soares (MINAS GERAIS, 1929). Estes contavam com o apoio da Cooperativa Agrícola Pontenovense inaugurada em 08 de março de 1908 “[...] por 16 mais adiantados agricultores desta terra fértil e rica zona” (CAPRI, 1916, p. 197) pelo fundador Ângelo Vieira Martins juntamente com seus concunhados, Custódio Martins da Silva e Carlos da Fonseca Brandão.

O diretor-gerente da Cooperativa Pontenovense era o coronel José Domingues Machado; e o Conselho Deliberativo era composto por Francisco Vieira Martins, presidente; dr. Caetano Marinho e Justiniano Gomes, vogais. A associação se voltava às demandas unicamente da agricultura e tinha como fito oferecer a seus associados os recursos necessários para a exploração de suas lavouras. Uma das funções da Cooperativa era aumentar e aprimorar a produção (CAPRI, 1916), a sua sede possuía engenho central e aperfeiçoadas máquinas para o beneficiamento do arroz e café.

Quando embrenharam a segunda década da República, muito dos cafezais foram substituídos por pastos, a pecuária leiteira começou a se desenvolver e Ponte Nova continuou produzindo aguardente e açúcar. Destes dois produtos oriundos da cana, o açúcar liderava as exportações nos mercados de Mariana e Ouro Preto (RIBEIRO FILHO, 1993). A multiplicação da produção e a incorporação de engenhos menores (localizados em áreas distantes) através das ferrovias, colocou Ponte Nova como maior centro açucareiro de Minas Gerais (WIRTH, 1982) passando a abrigar em 1920, além das já

destinados à lavoura. Conclui-se que a maior parte da renda do município era capturada pela família Martins Vieira, detentora de terras (Fazenda dos Martins); da Companhia Açucareira Vieira Martins, da firma ferroviária “Companhia de Estrada Ferro e Indústria de Minas, S.A.”; da Usina da Jatiboca; da Firma Vieira Martins & Cia; de loja comercial (“Pharmacia Martins”) e sociedades (Martins, Alvarenga & Cia; Sociedade Musical Recreativa; Cooperativa Agrícola Pontenovense). O nome da família foi atribuído, inclusive, ao primeiro estabelecimento de ensino: Grupo Escolar Antônio Martins, tamanha influência política e econômica que detinha em Ponte Nova.

mencionadas, a Usina da Jatiboca, cujo proprietário era Ângelo Vieira Martins. Este adquiriu de Agenor Brandão a fazenda Jatiboca – que faz jus ao nome da usina; e convidou outros sócios a se vincularam, tais como: Josefina Soares Brandão e Marieta Soares Martins.

Jatiboca consolidou, juntamente com as outras usinas, um momento de significativo desenvolvimento agromercantil calcado na cultura da cana e sua conversão em açúcar e álcool⁸⁰. Wirth (1982) ao sondar as municipalidades mais importantes em termos de renda em Minas Gerais, concluiu que Ponte Nova em 1920 ocupava o 5º lugar, com uma arrecadação de 168 contos de réis, perdendo somente para Belo Horizonte (com 945 contos), Juiz de Fora (com 630), Uberaba (com 376) e Barbacena (com 212). Além do setor sucroalcooleiro, os produtos de exportação do município eram: cereais, gado *vaccum*, couros, queijos, aves, ovos, açúcar, rapadura, fumo e café (MINAS GERAIS, 1929). Apesar de existir outros setores como o comercial⁸¹ e o industrial (ainda que incipiente), o destaque era a produção primária, tendo como principal produto o café, o feijão e a cana de açúcar (sustentáculos da economia de Ponte Nova), conforme sintetizado no Anexo D.

A economia de Ubá foi marcada durante a Primeira República pelo café, fumo e policultivo. A agricultura de subsistência, que se sobressaía desde a formação do município, na segunda metade do século XIX foi perdendo ‘terreno’, cedendo lugar à monocultura focada na exportação (SANTOS, V., 2016). A iniciativa de caráter mercantil partiu do fazendeiro Domingos Martins Pacheco (cafeicultor das cabeceiras do Rio Ubá) que criou uma máquina de despolpar o café, acelerando o seu processo produtivo. Alguns

⁸⁰ Os fundadores da usina Anna Florência e Jatiboca sustentavam expectativas não somente locais, procurando instituir estreitos laços com o âmbito político e econômico regional e até mesmo central (Rio de Janeiro) corroborando suas redes geográficas de influência. É possível perceber astúcias espaciais, conforme aponta Xavier (2018), das elites locais que mediante acordos (sociais, políticos, parentais e até matrimoniais) pautavam sua ação tendo por base o território, buscando sua ascensão e manutenção no poder. Moreira (2018) ao evidenciar a relação terra-território-Estado nos oferece uma chave de leitura, mostrando que o monopólio fundiário se traduz no monopólio do território que, por sua vez, se faz monopólio do Estado. À luz de suas contribuições, podemos afirmar que a família Martins Vieira além de exercer monopólio sobre as terras, controlou os meios de comunicação (pois, os feitos da família eram constantemente propagandeados no jornal *A Notícia*), dominou o território pontenovense, colocando o Estado (representado pelo poder municipal – executivo, legislativo e judiciário) a seu serviço. Cabe deflagrar que parte da produção açucareira, principal base da economia de Ponte Nova, era comandada pelos Martins Vieira na usina Anna Florência e posteriormente na usina Jatiboca, assim como a cafeeira.

⁸¹ O horizonte mercantil pontenovense levantado por Capri (1916) contava com a Oficina de Ferro e Bronze de A. Fonseca e Cia & “Engenho Pontenovense”, conduzido a eletricidade e destinado ao beneficiamento do arroz, de propriedade de S. Coimbra; Fábrica de Cerveja “Progresso” (refinamento de açúcar, balas e água minerais), de Motta & Cia; Fábrica de Bebidas e Licores, de Armando Alves; Curtume “Piranga” de A. Graça e Cia; Fábrica de Cerveja, de Bergamini & Filhos; Torrefação de Café de Innocencio Savignia; duas serrarias e um moinho movidos a energia elétrica de Sebastião Tiatinni & Filho e L. Lopes.

fazendeiros tinham tropas e conduziam (no lombo de burros e por meio de estradas precárias) uma parcela da produção ao Rio de Janeiro, visando vender o café aos comissionários. Enquanto outros comercializavam a produção na própria região para os grandes compradores, sendo o principal deles José Cesário de Faria Alvim⁸² que detinha uma máquina de limpar café (UBÁ, MINAS GERAIS, 1980).

Os cafezais fizeram a fortuna de muitos fazendeiros locais⁸³. Por volta de 1900, a título de exemplo, o presidente da Câmara municipal, Carlos Brandão (1898-1903), ratificou deliberações ofertando recursos para a construção e reparo das estradas conectando a sede municipal às fazendas dos mais importantes coronéis – os “fazedores de eleição” (CARRARA, 1999). Apesar da Zona da Mata ser a zona mais bem dotada com ferrovias e caminhos, uma das questões norteadoras das lideranças ubaenses permanecia sendo a fundação de uma rede de estradas vicinais.

Concomitante aos cafezais, havia a produção (em menor escala) de milho, fumo, arroz, feijão e outras diversidades (cebola, algodão, mamona, batata inglesa, mandioca). Em 1915 foram transportados pela Estação de Ubá 1.752 toneladas (t) de café; 168 (t) de milho; 107 (t) de arroz; 168 (t) de fumo; 1.019 (t) de produções diversas; e 72 (t) de feijão. Tal produção, sobretudo de milho, feijão e cereais em geral, era exportada para Juiz de Fora, Petrópolis e Rio de Janeiro. A partir dessas informações percebemos que o café ainda liderava as vendas, seguido do milho e arroz que abundantemente davam uma safra

⁸² Político, advogado, economista, jornalista e fazendeiro. Cesário Alvim, como era conhecido, iniciou sua trajetória no período Imperial e finalizou na República, em virtude de seu falecimento em 1903. Nasceu em Marianna e diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1862. Ainda estudante, foi redator dos jornais *O Timbira* e *O Futuro*, junto com Rangel Pestana, Limpo de Abreu e Teófilo Benedito Ottoni. Ocupou o cargo de Deputado da Assembleia Provincial nos biênios 1864-1865 e 1866-1867 e Deputado da Câmara Geral do Império para a 13ª Legislatura (1867-1868). Em 1884 foi nomeado Presidente da Província do Rio de Janeiro e entre 1886-1889 novamente se elegeu como Deputado para a 20ª Legislatura. Atuando no processo que encetou a proclamação da República foi nomeado por Deodoro da Fonseca como Governador Provisório de Minas Gerais (1889 a 1890). Em 1890, deixou o Governo de Minas para consentir o convite de Deodoro da Fonseca para assumir o Ministério do Interior, mas em setembro de 1890 foi eleito Senador por Minas para o Congresso Constituinte Federal e para a 1ª Legislatura Ordinária (1890-1893). Ele renuncia ao cargo no Senado em 15 de junho de 1891, posto que foi designado pelo Congresso Legislativo Mineiro a Presidente Constitucional do Estado (1891-1894). De 1899 a 1900 atuou como prefeito do Distrito Federal (Rio de Janeiro). Colaborou nos jornais *O Dia*, do Rio de Janeiro (DF), *O Farol*, de Juiz de Fora (MG), *Diário de Minas*, de Belo Horizonte (MG) e fundou e dirigiu *A Opinião Mineira*, de Ouro Preto (MG) (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DE MINAS GERAIS, 1994a). Cesário Alvim fomentou o capitalismo de base agrária construindo um complexo no Largo da Estação – área central naquela época – antes mesmo da chegada da estrada de ferro, abarcando um armazém e o Engenho Santa Tereza, movido a vapor e destinado ao beneficiamento de café e arroz (GUIDUCCI, 2011). Ao lado de Cesário estava também seu primo, Galdino de Faria Alvim que passou a sucedê-lo nas compras.

⁸³ Nos estabelecimentos rurais recenseados em 1920 existiam 1.386 proprietários, os quais possuíam uma área de 69.674 hectares, no valor de 21.970:022\$000 contos de réis (MINAS GERAIS, 1926b).

média anual de 700.000 mil arrobas, 220.000 mil sacos e 250.000 sacos, nesta ordem (CAPRI, 1916).

Outro produto que fazia parte da economia agrícola era a cana de açúcar, que abastecia o Engenho Central de Rio Branco, sendo os membros da família Lauria os maiores investidores deste setor. A indústria pastoril também florescia no município, a produção de leite era exportada para as fábricas de laticínios de Cataguazes, Leopoldina e São João Nepomuceno. Além destas, a avicultura era uma fonte de lucros significativa, com grande venda de aves e ovos (CAPRI, 1916).

O anuário de 1920 nos mostra a tendência apontada no ano de 1915: o café liderando a economia, exportando 4.920.000 quilogramas (kg) no valor de 5.904:000\$ (contos de réis); o açúcar ocupando posição secundária com exportação de 2.400.000 kg rendendo um valor de 1.440:000\$; acompanhando esse *ranking* estava o fumo em corda, tendo sido vendido 720.000 kg, que trouxeram ao município 2.160:000\$ (vide Anexo E). O açúcar rendeu aos cofres públicos (em relação aos produtos manufaturados) uma quantia considerável, 86%. Na produção animal, a exportação de aves e ovos somavam 349:600\$.

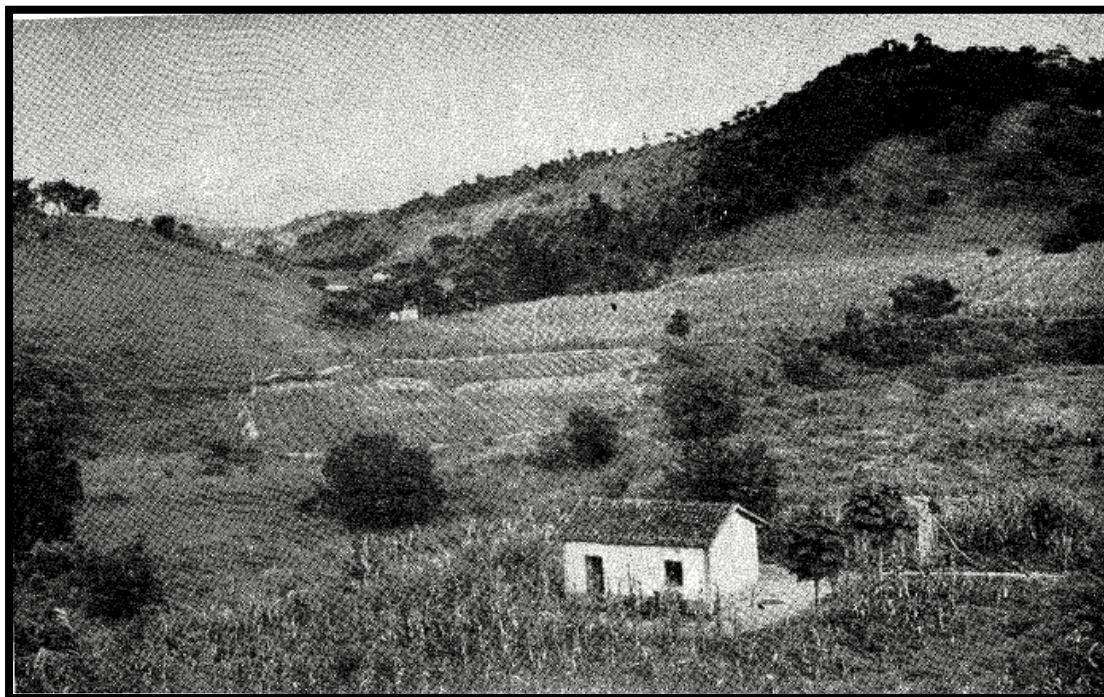
Cabe assinalar que no final da década de 1920 os cafezais ubaenses apresentavam, por quase toda parte, o começo do declínio, a produção de cana estava em decadência, mas em contrapartida, as de milho, arroz e fumo, cresciam (VALVERDE, 1958). A cultura do fumo (do ponto de vista físico semelhante à de Leopoldina e Cataguazes) contava com o relevo fortemente ondulado, sendo a superfície cristalina de erosão constituída praticamente de gnaisse⁸⁴. Este se exibia de forma regular, atingindo na base da serra que a delimita ao norte, cerca de 450 a 500 metros, os solos eram de modo geral argilosos, capazes de reter melhor a umidade, porém mantendo a preeminência do latossolo amarelo-vermelho.

A região fumícula de Ubá era ocupada especialmente por pequenos proprietários rurais que possuíam em média 4 a 5 alqueires – o que equivale a 12 a 15 hectares – com destaque para o distrito de Mariannas. Geralmente empregavam de 2 a 3 meeiros. A população rural era densa e se espargia em vales, base de encostas e as casas continham paredes de sopapo, cobertas por caiadas (Figura 15). Havia a rotação de culturas, uma delas era a de fumo-milho na qual “[...] plantam o fumo com adubo químico e estêrco e, depois de colhido, o milho é plantado na mesma cova para aproveitar o residual da

⁸⁴ Próximo de Astolfo Dutra, especificamente na estrada de Dona Eusébia, há diques de diabásio, que dão origem a solos análogos à terra roxa (VALVERDE, op. cit.).

adubação” (VALVERDE, 1958, p. 52). O fumo em corda era vendido para várias partes do Brasil e o milho comercializado em grão para o Rio de Janeiro.

Figura 15 - Sítiantes em ‘*habitat*’ disperso ao longo do vale, perto de Tocantins*



*Atrás da primeira casa, fumaal bem formado e milharal. Relevo ondulado e, no horizonte, alinhamento montanhoso. Fonte: Valverde (1958, p. 51).

Ainda no que se refere à produção, Ubá começou a esboçar um tímido espaço moveleiro que, para Guiducci (2011), se iniciou no século XIX quando pesados troncos de ipê amarelo, jacarandá, cedro, peroba do campo e outras madeiras fartas foram exploradas na Zona da Mata. Contudo, a produção de mobiliário só adquiriria significância a partir de 1900, momento no qual a cidade já não era mais um arraial e se iniciava uma pequena demanda por marcenaria.

Assim como Guiducci (2011), Oliveira Jr. (2011) nos convida a compreender a atividade moveleira a partir de sua vinculação com os imigrantes italianos, que além de ter ofertado força de trabalho para as lavouras cafeeiras e fumícula, trouxeram o *know-how* para a manufatura⁸⁵: “[...] os italianos que vieram para cá trouxeram um grande

⁸⁵ O processo de compra e venda de terras entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX resultou na pulverização das terras e das propriedades. É neste contexto de não proliferação fundiária nas mãos de poucos proprietários que a figura do italiano emerge no cenário agrícola de Ubá. Em função dos modestos preços no município, o imigrante italiano foi incumbido de dar seguimento à agricultura familiar, o que ocorreu através de sua fixação na cidade ao encontrar acessibilidade em adquirir terra (OLIVEIRA JR., 2011). A imigração no município se fraciona em dois momentos: um iniciado no século passado até 1888

conhecimento. Os móveis da Itália, principalmente os clássicos, são os mais bonitos do mundo hoje. E a característica italiana é que são empresas pequenas e familiares” (GUIDUCCI, 2011, p. 18, grifo nosso). Com efeito, ao longo do século XX foram apontando empresas associadas ao setor e em 1917 se inaugurou a primeira marcenaria voltada à confecção de esquadrias e móveis sob encomenda.

A ideia da associação da imigração italiana ao início da fabricação de móveis também é compartilhada por Vieira (2017), o qual afirma que tal economia não existia antes dos italianos chegarem no município, destacando-se os irmãos Trevizano na aurora da indústria moveleira. Portanto, os imigrantes italianos participaram e contribuíram com a formação do polo moveleiro de Ubá que, ainda na década de 1920, se apresentava de forma modesta.

Além do setor de móveis, a presença de imigrantes italianos foi um fator marcante para o comércio da cidade. Vieira (1990) elenca a participação destes sujeitos: Luiz Furazo de Treviso estabeleceu uma padaria no Largo de São Januário, criou a firma Antônio Fusaro & Cia. que atuava em grandes armazéns de atacado, moinho, fábricas de bebida e de macarrão (ele também atuou como vereador municipal). Francisco Crispi fundou uma pequena fábrica doméstica instalada na Rua Municipal: o macarrão CRISPI, que chegava a desmanchar vinte sacos de farinha diariamente.

Outras pequenas indústrias eram comandadas pelos imigrantes como a de curtume e fumo de Donato Guaglieta e a fumícula de José A. Cavaliere e Paulo Stanziola; a de construção (olaria com fabricação de tijolos e telhas) de Nicola Papa, João e Antônio Amato e Virgílio Gori; a de farinha de mandioca de José Miotto (que também produziu milho e mangueiral para exploração comercial); a de bebida e comestíveis (fábrica de cerveja na Rua São José) de Vicente Palermo; a de carroças de Rafael Cittadino; tecidos e armarinhos de José e João Vallone; alfaiataria de Rafael e Francisco Lauria e João Perilo; a de caldeireiros de Braz Brando, José A Lamarca e João Guilhermino; a de ourivesaria de José Fiscina Rocco; a de hotelaria de Felício Rocco; a de cereais de Francisco A de Felipe, dentre tantas outras (VIEIRA, 1990; GIROLETTI, 2015). A importância dos imigrantes italianos era tanta que se inaugurou um prédio próprio da Colônia Italiana de Ubá – *Società Fratellanza Italiana de Beneficenza Galliano*.

(época da Abolição) e outro de 1888 a 1897. No primeiro período os imigrantes não eram agricultores e vieram do Sul da Itália com ofício de artesãos, alfaiates, comerciantes, ferreiros, caldeireiros e marceneiros. Eles contribuíram para a edificação de Ubá, incluído a construção da Estrada de Ferro Leopoldina. O segundo momento, iniciado em 1888, foi composto de colonos camponeses oriundos do norte da Itália, cujo papel era voltado ao beneficiamento das lavouras de café.

Rio Branco decantada pelos poetas (Anexo F) como “princesinha dos canaviais” despontava no mapa da Zona da Mata e do próprio estado de Minas como “capital do açúcar”. O município recebeu a atribuição de *zona açucareira* desde o período imperial, quando em 1885 foi instalada a primeira usina de açúcar de Minas Gerais: o Engenho Central. Ele resultou do interesse do governo mineiro na modernização do setor açucareiro. A cultura da cana foi estabelecida no município por Joaquim de Campos Bittencourt antes da efetivação da usina e em decorrência de uma solicitação sua que o governo liberou a licença para o funcionamento do Engenho Central (PINTO, 2002; JOSÉ, 1982).

Quando o engenho foi incorporada à *The Leopoldina Railway Limited* (que o controlou até 1907) tornou-se usina e passou a se chamar *Société Sucrière* Rio Branco S.A. Assumiram sua direção os senhores Antônio Paulo de Mello Barreto, José Arthur de Murinelli, Lindolpho Martins Ferreira e a gerência Gregorio de Miranda Pinto. A partir de 1907 o Engenho Central foi comprado por um grupo de banqueiros e industriais franceses (Edouard e Albert Lynch, chefiados por Durocher) cuja sede social era em La Roche Sur Yon, atribuindo a Marcel Richer, André Richer, Emanuel Paluel e Joseph Lambert a administração da Usina (PINTO, 2002; JOSÉ, 1982). Sob nova direção foram adquiridas novas fazendas (de pequenos e médios proprietários) e benfeitorias, ocasionando maior concentração fundiária (RODRIGUES, 2012).

Tavares (2013) evidencia que os canaviais da Usina se alastravam por várias cidades tornando-a uma das mais poderosas proprietárias de terras do município. A Usina Rio Branco possuía estrada de ferro própria, propriedades imensas e foi, portanto, soberana na economia. Ao penetrar à República Rio Branco ainda teve mais três célebres usinas, a São João (da Companhia Açucareira Riobranquense S.A.) fundada em 1919 por Mario Pinto Bouchartdet; a de Santa Cruz; e o do senhor Alfredo de Almeida (PINTO, 2002; JOSÉ, 1982).

A Usina Rio Branco (Figura 16), São João, Santa Rosa e Santa Cruz se situavam na cidade e a de Alfredo de Almeida, em São Geraldo. A usina São João se tornou a segunda maior em termos de importância econômica (perdendo somente para a Usina Rio Branco) por sua elevada produtividade e pelo “espírito” empreendedor de Bouchartdet, conhecedor da política açucareira do país (JOSÉ, 1982).

Figura 16 - Engenho Central Rio Branco (1925)

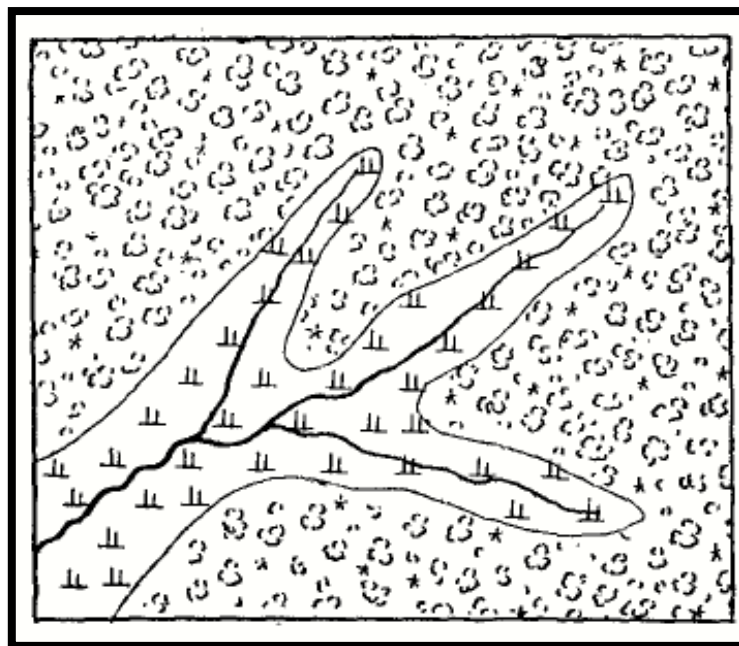


Fonte: Museu Histórico de Rio Branco.

Com esses acontecimentos, um novo ciclo histórico marcou o município, o da cana de açúcar, Rio Branco passou a dividir a produção de café com as lavouras de açúcar – voltados aos engenhos de rapadura e alambiques de aguardente. As duas culturas conviviam conjuntamente no território e o valor de suas exportações eram quase semelhantes, com uma pequena liderança do café (Anexo G). Pinto (2002) é categórico quando diz que com a instalação do Engenho Central, as lideranças políticas e os fazendeiros locais optaram pela permanência dos canaviais que teve um ciclo de cento e dez anos.

Há autores como José (1982) que afirmam que Rio Branco com suas usinas e gigantescos canaviais se constituiu como um dos maiores centros de açúcar do estado (colocando o município, conforme poema de Lorival Passos, como um “ponto de luz no mapa”). Valverde (1958) também tangencia que havia em Rio Branco grandes usinas de açúcar que tornavam suas imediações a principal área açucareira da Zona da Mata e de Minas. Com a crescente importância das usinas, a plantação da cana passou a abranger um enorme espaço fazendo com que houvesse maior ocupação dos vales e interior das encostas, enquanto as partes mais elevadas foram destinadas às capoeiras ou pastos (Figura 17).

Figura 17 - Representação esquemática da ocupação dos vales pelos canaviais de usinas, perto de Visconde do Rio Branco



Fonte: Valverde (1958, p. 56).

A exceção era onde predominava a orografia de meias-laranjas, como próximo de Guidoal e São Geraldo onde a cana recobria de maneira total as elevações. Podemos observar no esquema acima que o arquétipo preponderante de distribuição dos canaviais nas proximidades de Rio Branco era dendrítico, apossando-se dos vales e deixando as partes elevadas para os pastos e capoeiras. Valverde (1958) diferencia os canaviais próprios da usina daqueles dos fornecedores, colocando que os aqueles eram ininterruptos e envolviam grandes áreas de modo que as usinas não apresentavam disposição para investir em outras produções. Enquanto os segundos, para além da cana, cultivavam milho, café e arroz de brejo, em locais iguais ou menores que o dos canaviais, ademais criavam gado em pastos de capim gordura.

Após a instalação da Usina Rio Branco a cana de açúcar passou a se destacar na região da Zona da Mata e no município. Rio Branco em 1905 “[...] já tinha o seu pendor para a indústria açucareira, pois produzia 55.400 toneladas de cana e possuía 126 engenhos, sendo um central. Estes dados indicam que estava em elaboração a **paisagem** do município” (VALVERDE, 1958, p. 34, grifo nosso) – o engenho que o autor se refere era o Central. Rodrigues (2012) defende a ideia de que Rio Branco e Ponte Nova exportavam naquele ano 55% de todo o açúcar produzido na Zona da Mata. Tais cidades

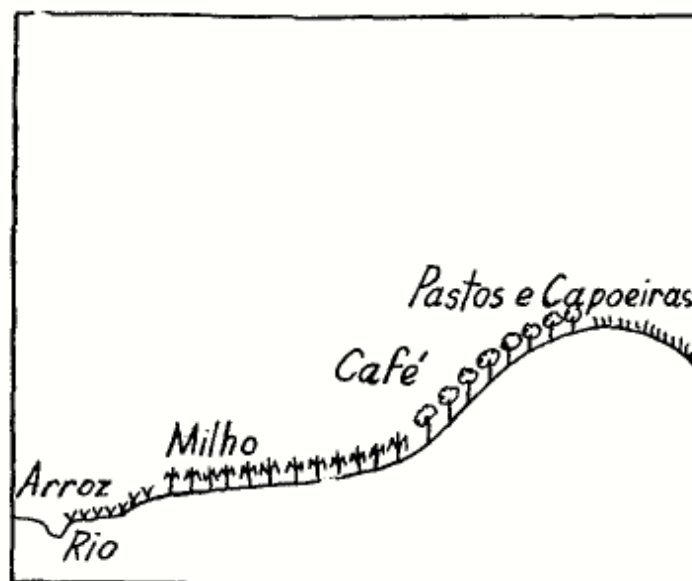
instalaram os primeiros engenhos centrais matenses em virtude do subsídio de crédito. O engenho rio-branquense além do incentivo do estado de Minas obteve também modificações no mercado interno do açúcar, fomentadas pela ampliação da cafeicultura na região e das alterações estruturais geradas por esta cultura.

Existia também no município a Cooperativa Agrícola Rio Branco sob a presidência de Correia Dias. Tal Cooperativa possuía repartições de serraria, marcenaria, ferraria, além disso a cidade contava com sete engenhos para o beneficiamento de arroz, dois moinhos para a fabricação de fubá (um elétrico e outro a vapor) e diversos moinhos hidráulicos (CAPRI, 1916).

O município de Viçosa era substancialmente voltado para a agricultura. A cultura cafeeira no final do século XIX até a aurora do século XX funcionou de maneira extensiva, pois a configuração geográfica de Viçosa (seu relevo acidentado) impossibilitava a mecanização intensiva da lavoura, fato que reverberava na procura incessante de novas terras para o plantio (PANIAGO, 2001). O espargimento do café foi concomitante com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina *Railway* – nó férreo principal da Zona da Mata. Isso pode ser compreendido na medida em que “[...] a E. F. Leopoldina, quando galgou a Serra de São Geraldo, atingindo Ponte Nova, em 1886, passando por Viçosa, funcionou como um incentivo para o aumento da plantação cafeeira na região” (PANIAGO, 2001, p. 35). Outrossim, ocorreu com os demais municípios matenses em que a ferrovia se constituiu como um “ímã” atraindo o setor de produções.

Pode-se assim dizer que a paisagem de Viçosa era demarcada pela *zona cafeeira*. Valverde (1958) tece considerações a esse respeito dizendo que de Coimbra para leste desdobrava a subzona de Herval, que apreendia os terrenos localizados no nível de erosão que abrangia de 800 a 900 metros, detendo-se na beira da escarpa da serra de São Geraldo. Não obstante esta fosse uma área de ocupação moderadamente velha, o café ainda se mantinha lá como cultural fulcral. O ordenamento topográfico de utilização do solo pode ser observado na Figura 18, na qual evidenciamos que o milho ocupava extensões consideráveis indicando ser uma cultura comercial; o café crescia em terras mais elevadas; o arroz era cultivado em locais de brejo; os pastos e capoeiras revestiam os terrenos mais inclinados.

Figura 18 - Representação esquemática da utilização da terra, em Herval



Fonte: Valverde (1958, p. 57).

Acrescentamos que além da zona cafeeira, Viçosa também contemplava na faixa sudeste a *zona dos latifúndios de pecuária de corte*. Tratava-se de uma fração de pequenas propriedades cada uma de 2 a 20 alqueires envolvendo pessoas muito pobres que criavam gado de corte de forma extensiva e cultivavam lavouras de subsistência (VALVERDE, 1958). De acordo com Ribeiro Filho (1997) o grupo de técnicas extensivas manejadas pelos sitiantes conduz a pressupor que suas propriedades derivavam da divisão de latifúndios por herança, perpetuando os seus sistemas agrícolas por tradição.

Visando fomentar o capitalismo mercantil, as lideranças locais atraíram imigrantes com o intuito de incorporarem sua força de trabalho. A chegada das famílias de imigrantes libaneses e italianos se intensificou em Viçosa nos anos 1900, estes eram majoritariamente artesãos alfaiates, caldeireiros e mecânicos da Fábrica de Tecidos São Syvestre, aqueles atuaram como mascastes e se dedicaram ao comércio de tecidos e armarinhos (PANIAGO, 1990; 2001). Constituíram, portanto, peças-chave da produção de renda no município⁸⁶.

O café assegurou por muito tempo significativa renda a Viçosa, contudo em 1905 ocorreu a primeira grande crise de superprodução e a cidade acabou sendo atingida, já que raras eram as propriedades que não tinham o seu cafezal plantado morro acima

⁸⁶ O redator Luiz Peres registrou no jornal A Cidade que fora autorizada por Arthur Bernardes em 13 de junho de 1920 a fundação no município de uma Colônia de árabes (libaneses, sírios e seus descendentes) denominada "Syria". Ela beneficiaria a "Cruz Vermelha Brasileira" e a "Linha de Tiros Viçosense" (JORNAL A CIDADE, 1920).

(PANIAGO, 2001). Ao analisar a exportação dos produtos agrícolas que foram conduzidos pela Estrada de Ferro Leopoldina e Central do Brasil em 1907, Carrara (1993) observou que Viçosa apareceu como a décima quinta colocada nas exportações de grãos de café.

Esses dados sugerem que o município continuou a não estar entre aqueles de maior realce na produção cafeeira da região, em 1913 já era visível o decréscimo da produção, porém ainda assim o cafezal gerava prosperidade na economia do município. A partir de então, o sistema de cultivo de lavouras mistas (algodão, arroz, cana de açúcar, café, feijão, fumo, frutas, mandioca, milho e outros) passou a conviver simultaneamente no espaço rural.

O policultivo era praticado na Colônia Agrícola Vaz de Mello. Esta foi criada pelo Decreto estadual 4.434 de 23 de agosto de 1915 (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, 1915) pelo presidente de Minas, Delfim Moreira da Costa Ribeiro. O nome do núcleo foi em homenagem ao político e empresário Carlos Vaz de Mello⁸⁷ (1842-1904), homem de elevado prestígio social na cidade e em Minas Gerais. Segundo Rangel (2013) antes da instalação do núcleo colonial, José Theotônio Pacheco⁸⁸ já era dono de parte dos terrenos que a partir de 1915 foram alienados ao governo do estado – a análise da composição da Colônia e de suas nuances políticas, econômicas e culturais serão desdobradas no capítulo 3.

A economia de Viçosa girou, majoritariamente, ao redor do café e a política cafeeira teve seus altos e baixos (PANIAGO, 2001). Em 1921 o município exportava 24% da sua produção agropecuária, 34% da produção agrícola e 42% de produtos manufaturados (Anexo H). Na primeira categoria, “Animaes e seus produtos”, a indústria pastoril tinha como carro-chefe os suínos, seguido dos bovinos (em especial o gado Zebú); a exportação de aves e ovos também apresentava relevância e, por último, a de

⁸⁷ Político, magistrado, advogado e empresário nascido em Vila Nova de Lima, província de Minas Gerais. Filiado no Império ao Partido Liberal e na República ao Partido Republicano Mineiro (PRM), atuou como presidente (1877-1878; 1887-1890; 1899-1903) e vice-presidente (1897) da Câmara de Viçosa, deputado federal (1894-1905) e senador federal (1894-1904). Em sua carreira, diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de São Paulo (FDSP) e exerceu a advocacia nas seguintes Comarcas de Minas: Ubá, Rio Branco e Viçosa. Fundou em 1893 o jornal *Cidade de Viçosa* e foi sogro de Arthur da Silva Bernardes, que após sua morte assumiu a política estadual e local. Como empresário fundou duas fábricas de tecido em Viçosa (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DE MINAS GERAIS, 1994b).

⁸⁸ Fazendeiro, político e advogado. Forte chefe local de Viçosa, aliado político de Carlos Vaz de Mello foi eleito deputado geral pelo Partido Liberal em 1889 e presidente da Câmara viçosense entre 1891-1897 (OLIVEIRA, 2019). Era o segundo homem de maior influência política em Viçosa depois de Arthur Bernardes (RIBEIRO FILHO, 1999).

toucinho. Na segunda o destaque era o café que representa 94% das vendas (em relação aos vegetais e seus produtos), acompanhado da produção de arroz, milho e feijão (na ordem em termos de valor). Na terceira os engenhos existentes em Viçosa contribuíram com a fabricação de açúcar e aguardente, que juntas renderam aos cofres públicos 2.345:000\$ contos de réis.

Dentre os produtos manufaturados o tecido estava colocado após a produção de açúcar. Existiam duas fábricas de tecidos no município uma na sede, Fábrica de Tecidos Santa Maria (na rua Municipal) e outra no povoado de Silvestre, a Fábrica de Tecido São Sylvestre (Anexo I). Esta última pertencia ao então senador Carlos Vaz de Mello (PANIAGO, 2001). Outras indústrias também existiam como a Fábrica de Sabão e a Refinação de Açúcar dos srs. Soares, Lombardi & Cia (CAPRI, 1916).

Carrara (1993) ao trazer em sua esteira de análise o município, postula que apesar da inserção política de Arthur Bernardes, Viçosa detinha pouca participação na produção cafeeira quando comparado a Ponte Nova, Ubá e Rio Branco. Em 1921 estes exportavam 5.100.000 kg, 4.920.000 kg e 4.800.000 kg, rendendo 6.800:000\$, 5:904:000\$ e 5.600:000\$ contos de réis, respectivamente, enquanto Viçosa vendia 2.250.000 kg num valor de 2.700:000\$. Apesar disto, Bernardes ao ocupar o cargo de chefia no jornal *A Cidade* (após o falecimento de seu sogro Vaz de Mello) voltou sua redação aos interesses cafeeiros, haja vista que existiam vários grupos viçosenses associados à lavoura de café (OLIVEIRA, 2019).

Quanto ao aspecto de instrução, os dados do Anuário Estatístico de Minas Gerais (1926a) mostram que somente 30% das pessoas eram alfabetizadas em Ponte Nova. Em Ubá, 15.189 habitantes do município (24% da população total) sabiam ler e escrever e 47.236 habitantes (76% da população total) não sabiam nem ler, nem escrever. As informações referentes a Rio Branco evidenciam que apenas 32% dos habitantes do município sabiam ler e escrever, o restante (68%) eram analfabetos. No município de Viçosa, 14.070 habitantes sabiam ler e escrever (25% da população um total) e 41.443 habitantes não sabiam ler, nem escrever (75% da população total). Apesar das inúmeras Reformas Educacionais⁸⁹, de uma maneira geral, o ensino primário nas duas décadas da República Velha alcançava a poucos, pois era destinado aos filhos das elites letradas. Isto é, a educação era negada à maioria dos munícipes dos quatro espaços pretendidos.

⁸⁹ Reforma Benjamin Constant (1890); Código Eptácio Pessoa (1901); Reforma Rivadávia Correa (1911); Reforma Carlos Maximiliano (1915); Reforma João Luiz Alves/Rocha Vaz (1925).

A título de curiosidade, o número de escolas primárias (públicas e particulares) em Ponte Nova era da ordem de 56 (MINAS GERAIS, 1926a), com destaque para *Collegio* Internato e Externato N. S. Auxiliadora (criado em 1896)⁹⁰, dirigido pelas irmãs “Filhas de Maria Auxiliadora” ou salesianas de D. Bosco (Anexo J) e o Grupo Escolar Antônio Martins⁹¹ (Anexo K) criado pelo Decreto 3.805 de 28 de janeiro de 1913. As instituições que ofertavam o ensino primário em Ubá giravam em torno de 32 estabelecimentos, sendo os mais conhecidos: *Gymnasio* São José⁹² – referenciado pelo *Collegio* D. Pedro II (Anexo L); *Collegio* Sagrado Coração de Maria⁹³ Anexo M) – equiparado à Escola Normal Modelo da Capital por Decreto de 30 de setembro de 1913 (CONDÉ, 2016); Grupo Escolar Cel. Camilo Chaves, o Externato e Internato Mineiro; e a escola de Dona Regina Godinho.

Rio Branco contava com 31 escolas primárias, dentre elas a mais mencionada nas fontes consultadas foi o Grupo Escolar dr. Carlos Soares (Anexo N) fundado em 14 de julho de 1915 pelo então agente do executivo Biolkino de Andrade. O nome de batismo da instituição consistiu numa homenagem ao presidente da Câmara Municipal, Carlos

⁹⁰ Tratava-se de um templo de ensino privado “consagrado a educação Moral, Intelectual e Phisica” (CAPRI, 1916, p. 189) e equiparado às Escolas Normais Estaduais do estado. Nele havia o Curso Elementar e Escola Pública anexa para a prática profissional das alunas mestras.

⁹¹ O Grupo Escolar foi o primeiro estabelecimento de ensino público primário. Nesta época estava na direção do estado o presidente Júlio Bueno Brandão e na Secretaria do Interior, Delfim Moreira da Costa Ribeiro. O prédio que abrigou o Grupo Escolar foi cedido pela Câmara Municipal na administração de Caetano Machado da Fonseca Marinho.

⁹² Fundado em 24 de agosto de 1905 pelo diretor/proprietário José Januário Carneiro (conhecido como o “dr. Fécas”) na residência da antiga Fazenda Boa Esperança, cujo proprietário era seu pai, Major Carneiro. A fazenda foi convertida em primeiro educandário de ensino secundário da Zona da Mata. Inicialmente o Ginásio foi pensado para funcionar como uma Escola de Agricultura no espaço rural da Fazenda Esperança (uma das maiores da região e que funcionava como centro coletor de café), o plano do “dr. Fécas” era “[...] vasto e complexo, abrangendo a fundação de uma Escola Agrícola e Veterinária, a formação agrária consciente, o aproveitamento das forças novas para a fatura dos grãos e o talhe dos sábios e bons semeadores” (MOVIMENTO CULTURAL SÃO JOSÉ, 2005, p. 55). Carneiro buscou recursos junto aos poderes públicos de Ubá a favor de sua iniciativa, no entanto questões políticas da época impediram a realização do projeto da Escola agrária. Por mais que tivesse como fim colimado a fundação de instalações que servissem a uma Escola Técnica, Carneiro teria sido convencido por amigos próximos a construir um estabelecimento de ensino secundário, pois este consistiria num passo inicial em prol da futura obtenção de subsídios para seus ávidos planos (CARNEIRO, 1931).

⁹³ Inaugurado em Ubá no ano de 1911 e instalado na praça São Januário, considerada o “coração” da cidade (CONDÉ, 2016). O *Collegio* Sagrado Coração de Maria mundialmente já reconhecido naquela época, oferecia o segundo grau para as moças da sociedade. Vale sublinhar que a modernidade anelada pelas lideranças políticas mineiras tinha seus pilares na modernidade cultural experienciada na Europa Ocidental e nos Estados Unidos e o propósito almejado era abeirar-se das matrizes de progresso técnico, científico e social hodiernos destes lugares (NETO e OLIVEIRA, 2019). As elites intelectuais e políticas vislumbravam que no projeto de modernização da sociedade ubaense o *Collegio* Sagrado Coração de Maria deveria ser modelado nos mais modernos princípios pedagógicos importados dos países cultos e “civilizados”.

Soares de Moura⁹⁴ (1890-1892; 1898; 1902) que também atuou como médico na cidade (PINTO, 2002). Enquanto isso, Viçosa possuía 34 instituições de ensino primário, as mais relevantes em termos de importância regional eram o *Gymnasio* de Viçosa criado em 1913 (ANEXO O) – sucursal do Ginásio Santa Cruz de Juiz de Fora; Colégio Normal Nossa Senhora do Carmo (1914), equiparado às escolas normais regionais do estado pelo Decreto nº 5.108 no ano de 1914 (CAPRI, 1916); Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes (1916); Escola Agrícola Arthur Bernardes (1918).

No que se refere às escolas secundárias, em 1914 se instalou o Instituto Propedêutico⁹⁵ em Ponte Nova (Anexo P). Na municipalidade de Ubá os *Gymnasio* Ubaense e o *Gymnasio* S. José (ambos particulares) ofertavam o ensino secundário e em Viçosa este ficou a cargo do *Gymnasio* de Viçosa. O ensino profissional era ministrado em Ponte Nova pelo *Collegio* N. S. Auxiliadora, em Ubá pelo *Collegio* Sagrado Coração de Maria e em Viçosa pela Escola Normal N. S. do Carmo. Rio Branco não contava com a oferta de ensino secundário nem o com o profissional.

A imprensa escrita enquanto veículo de comunicação exerceu papel primordial nos municípios, divulgando informações sobre os espaços, notícias, atores públicos e privados, feitos políticos, efetuando anúncios comerciais e promovendo a circulação de ideais e valores das frações da classe dominante locais no interior dos distritos. Dentre os jornais semanais que atuavam em Ponte Nova na década de 1920 podemos citar: “A Notícia” (de propriedade do Dr. Pinto Coelho), “Correio da Mata”, “Correio da Semana” (direção de Annibal Lopes e Arthur Serra), “O Excelsior” (do diretor-gerente Jamil dos Santos e diretor-chefe Euclides Cardoso), “O Mercantil” (redação de Alcides Natal e colaboradores diversos – consagrado aos interesses do comércio). Geralmente, os jornais pertenciam ao chefe político local, em que o domínio era tensionado por um chefe rival com sua própria imprensa.

Havia em Ubá periódicos que possibilitaram a circulação das notícias no território, quais sejam: “Folha do Povo” (noticioso e político)⁹⁶ de periodicidade semanal; “A

⁹⁴ Enquanto este esteve no cargo concedeu recursos para a criação de uma escola no município. O Grupo Escolar, instaurado no Paço Municipal, ofertava os estudos iniciais para que os discentes pudessem ingressar no ensino secundário ou para desempenhar alguma profissão (CAMPOS, 2018).

⁹⁵ O Instituto Propedêutico foi a primeira instituição destinada à educação da juventude masculina de Ponte Nova e sua direção estava sob responsabilidade do padre Candido Lisardo de Souza. Travava-se de um estabelecimento ginásial (internato, semi-internato e externato) que também possuía, além do secundário, o ensino primário e comercial. No ensino secundário fornecido pelo Instituto Propedêutico existiam 106 matriculados e uma frequência escolar de 106, contudo no que tange a conclusão do curso não há dados para 1920.

⁹⁶ Jornal dirigido pelo Partido Republicano Mineiro.

Gazeta de Ubá” (1889); “O Movimento” e o “Sanctuário” (religiosos e noticiosos), de periodicidade semanal (CAPRI, 1916); “Labaro” (de propaganda comercial) de periodicidade indeterminada; “O Tiradentes” (de ensaios literários) de frequência quinzenal; e “O Gymnasiano” (de ensaios literários) de frequência mensal (MINAS GERAIS, 1926c).

Em Rio Branco destacamos o “Minas Jornal” (noticioso e literário) de Lallemant Drummond; “O Commercio” dirigido por Celso Machado e colaboradores diversos; “O Hospital” (vinculado ao Hospital São João Baptista) comandado por Joaquim Corrêa Dias Sobrinho; “O Mineiro” (órgão do PRM) fundado em 1902 por Raul Soares de Moura; “O Rio Branco” criado em 1894 (de caráter político e noticioso de frequência bissemanal – jornal de grande prestígio na época) sob direção de Arthur Soares de Moura, Carlos Soares de Moura, Francisco Carlos de Araújo Moreira; “O Visconde de Rio Branco” de Iandir Martins (PINTO, 2002; JOSÉ, 1982). Os jornais que circulavam no município de Viçosa eram “A Cidade” (criado em 1892 por Carlos Vaz de Mello), órgão oficial dos poderes municipais e “Gazeta de Viçosa”, ambos de periodicidade semanal e natureza noticiosa e política (CAPRI, 1916; MINAS GERAIS, 1926c).

Em termos de conectividade, o município de Ponte Nova era atravessado por estrada de rodagem para carro de bois, as quais integravam, ainda que precariamente, a cidade aos distritos e aos municípios que faziam divisa. A próspera produção açucareira no final do século XIX colidiu com a questão do transporte do produto, já que a única estrada que ligava Ponte Nova a Ouro Preto era precária e utilizada somente em períodos de estiagem. Ademais, a conexão com o Rio de Janeiro ocorria através de trem até a cidade de São Geraldo e de lá seguia por meio de carroças (BARROS, 2017). Diante desse quadro, o transporte impedia a ampliação da economia do município, forçando os proprietários de terras – apreensivos com o uso otimizado dos recursos agrícolas e econômicos pontenovenses – a clamarem por medidas que beneficiasse seus espaços de atuação.

Assim, a produção sucroalcooleira de Ponte Nova magnetizou a penetração das linhas férreas na região (VILLAR, 2010), exemplo disso foi a inauguração da Estrada de Ferro Leopoldina *Railway* por Dom Pedro II em 1886, possuindo 97 km de extensão. A partir de então, Ponte Nova passou a abrigar estações telegráficas nas seguintes localidades: Anna Florencia, Chopotó, Pontal, Palmeiras e Vau Assú; sede municipal; distritos de Piedade, Rio Doce e Urucú (ÁLBUM CHOROGRAPHICO, 1927). Elas apresentavam a vantagem de circulação no território pontenovense de pessoas, produtos

e telegramas entre as estações e, posteriormente, entre estas e as estradas de automóveis e demais caminhos. Com a Leopoldina *Railway* (e suas estações) a produção açucareira passou a atingir mercados mais longínquos, como Barbacena.

Além disso, alguns pontos do território de Ponte Nova contavam com estações de postais (correios), tais como: Anna Florencia, Chopotó, Pontal, Palmeiras e Vau Assú; sede municipal; distritos de Amparo da Serra, Grota, Piedade, Rio Doce, São José dos Oratórios, Sant'Anna do Jequery, Santa Cruz do Escalvado e Urucú. Todas elas pertenciam à rede da Estrada de F. Leopoldina.

Ubá estava conectada por diversas estradas de rodagem. Na cidade a Companhia Ferro-Carril Ubaense utilizava a viação de bondes a tração animal no início do século XX como meio de transporte dos moradores (CAPRI, 1916). Os bondes puxados a burro simbolizavam um importante papel na pequena cidade ainda sem calçamento, principalmente em épocas de chuva quando os logradouros se transformavam em lamaçais.

O município era servido pela estrada de ferro Leopoldina *Railway* (inaugurada em 1879)⁹⁷ que contava com seis estações telegráficas: Carlos Peixoto, Diamante, Ligação, Pontal, sede, Sobral Pinto e Tocantins. A estação de Ligação, a aproximadamente 6 km da cidade, consistia no ponto de cruzamento das linhas Serraria e Ramal do Porto Novo. Os correios existentes no município estavam circunscritos aos distritos de Divino, Mariannas, Rodeiro, Sapé, sede, Tocantins e as localidades de Carlos Peixoto, Diamante, Ligação, Sobral Pinto e O Tocantins (ÁLBUM CHOROGRAPHICO, 1927). Note que as agências estavam situadas abeirando as estações ferríferas, uma vez que estas transportavam os postais.

Rio Branco era servido pela Estrada de Ferro Leopoldina (EFL) *Railway*. Esta chegou em 1880 (dinamizando o setor comercial) a mando do Imperador Dom Pedro II e abrigava duas estações, uma na sede e outra em São Geraldo (PINTO, 2002). A EFL promoveu, nas lentes de análise de Silva (2009, p. 25), um surto de desenvolvimento “[...] as tropas com seus jacás, as carroças de burro e carro de bois, transportando mercadorias; ora para despachar, ora recebendo-as no abarrotado depósito do EFL para o destino, que poderia ser o comércio ou as fazendas locais ou das demais regiões circunvizinhas”. O

⁹⁷ Com a abertura da estação de Ligação em 1886 e a resultante união da linha do Centro com a estação de Três Rios (com passagem em Bicas e Pequeri), Ubá passou a ter dois trens, ambos saindo do Rio de Janeiro, um com acesso por Cataguazes e o outro por Bicas (UBÁ DIDÁTICO, 2017).

trem era o símbolo da modernização e a Leopoldina *Railway* em Rio Branco beneficiou o crescimento demográfico, a agricultura e o comércio.

O Engenho Central que distava apenas a dois quilômetros da cidade possuía seus próprios trilhos (sistema *Decauville*), que o conectavam a Fazenda Capoeirinha visando prover o transporte da cana e demais produtos. Os meios de viação mais habituais eram os *trollys* para os passageiros e carro de bois e carroças para as mercadorias (CAPRI, 1916). Outros meios de comunicação tiveram função basilar no município: as vias telegráficas; as estações se localizavam na sede (2), uma sob jurisdição do Telégrafo Nacional e outra que pertencia à rede da Estrada de Ferro Leopoldina; e no distrito de São Geraldo também de propriedade da Leopoldina *Railway*. Os correios, por sua vez, estavam limitados à sede (1), Barroso (1), Guiryrema (1) e São Geraldo (1).

O município de Viçosa era servido pela Leopoldina *Railway* inaugurada em 21 de dezembro de 1885 por Carlos Vaz de Mello. A ferrovia se prolongava até uma primitiva estação (a seis quilômetros da área central da cidade) na localidade rural denominada Violeira (Estação Velha, ver Anexo Q), em 31 de agosto de 1914 foi transferida para a Praça Marechal Deodoro da Fonseca (Estação Nova), isto é, passando a se situar na sede (BERNARDES, 2013; RANGEL, 2008).

Inicia então o período que Ribeiro Filho (1997) define como “cidade-ferrovia”. A estrada de ferro trouxe notoriedade mercantil para a cidade (fábricas de tecido se ergueram, a produção agrícola se multiplicou), provocando aumento populacional, surgimento de vilas operárias e integração, ao menos em parte, entre os municípios (encurtando o tempo das trocas e operações financeiras). Em vista disso, as linhas férreas passaram a concentrar ao redor de si residências, hotéis, colônia de imigrantes (como o Núcleo Colonial Vaz de Mello) e armazéns desenhando a própria rede urbana.

Paniago (2001) alega que a construção da Estação Nova (Anexo R) foi fruto da influência de Arthur Bernardes, que na época ocupava o cargo de Secretário de Finanças (em 1910) no governo de Júlio Bueno Brandão (presidente do estado entre 1910-1914). Ainda no palco das comunicações, Viçosa açambarcava dois telégrafos na sede (um pertencia à rede de Telégrafo Nacional e outro à Estrada de Ferro Leopoldina *Railway*); um no povoado de Cajuri e um no de Silvestre, nos distritos um em Coimbra e um em Teixeiras (sendo todos estes de propriedade da E. F. Leopoldina). Os correios cingiam a sede, os distritos de Araponga, Coimbra, Herval, Pedra do Anta, S. Miguel do Anta, S. Vicente do Grama, Syvestre, Teixeiras e os povoados de Cajuri e Palestina (MINAS GERAIS, 1926b; ALBUM CHOROGRAPHICO, 1927).

Sem dúvida, a expansão cafeeira encetou as locomotivas a conduzir grandes quantidades do produto pela região o que, por seu turno, estimulou o investimento de capital nas ferrovias. A aposta neste meio de transporte, na visão de Bernardes (2013, p. 25, grifo nosso), estava vinculada à velocidade, à eficiência, à modernidade que a força do ferro impunha e à geração de riqueza estadual: “[...] assim, as grandes locomotivas passaram a riscar o céu da cidade de Viçosa de fumaça negra e a cortar o silêncio com o barulho do trem de ferro, a **modernização** havia chegado e junto com ela o presságio de um futuro próspero”. Tal futuro alvissareiro estava associado ao incremento do comércio local, da força de trabalho e do setor de moradias.

Os grandes fazendeiros locais e da região da Zona da Mata fizeram migrar seus capitais para a instalação de bancos que proporcionariam o crescimento econômico das cidades. Tais proprietários fundiários acabaram se tornando especuladores financeiros. Ponte Nova contava com uma agência do Banco Hipotecário e Agrícola do estado de Minas Gerais (com sede em Belo Horizonte) criada em 1912 para realizar suas operações financeiras (descontos de promissórias, cobrança de títulos, emissão de cheques e ordens de pagamentos, empréstimos etc.) outra do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (com sede em Juiz de Fora). Anos mais tarde, Ponte Nova passou a abrigar uma agência do Banco do Brasil (1922), o movimento para a vinda desta foi encapado pelo capitalista Agenor Pinheiro Brandão (JORNAL A NOTÍCIA, 1922), gerando grande euforia no meio empresarial.

O município de Ubá contava com a Casa Bancária Eduardo Porto e Cia., com sede no Rio de Janeiro e criada em 1916 para gerenciar os capitais (agrícola, comercial e industrial). Rio Branco só foi ter um banco, o Mineiro, em 1928, antes disso as transações comerciais eram realizadas na Casa Telles. Esta foi crucial para a organização da cidade, num momento em que não existiam casas bancárias, pois era na Casa Telles que os depósitos eram efetuados (CAMPOS, 2015). Viçosa contava com as empresas bancárias “Casa Bancária Eduardo Porto & Cia” e o “Banco de Crédito Real de Minas Geraes”.

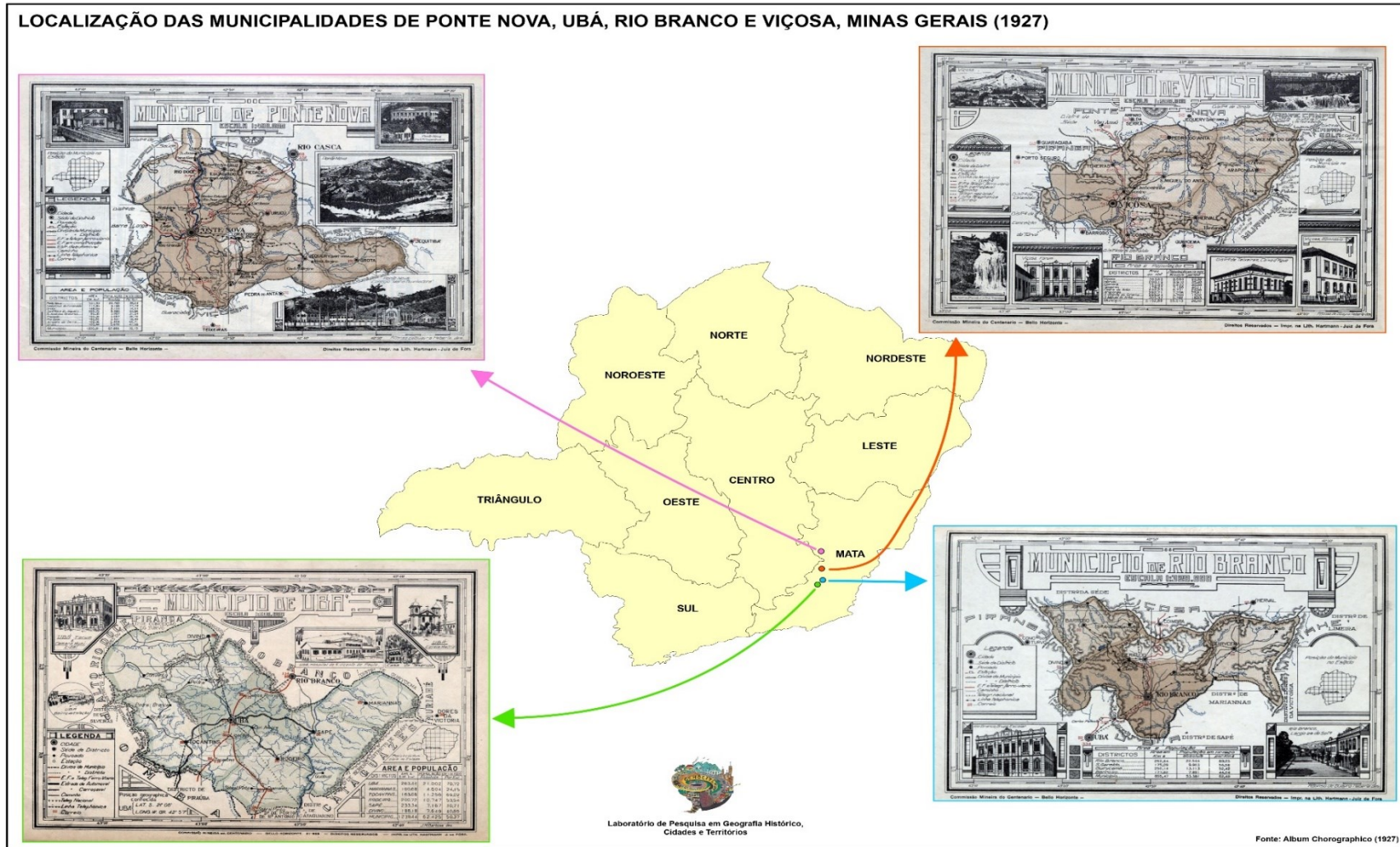
Por fim, as informações a respeito dos quatro espaços pretendidos foram sintetizadas na Figura 19, cujos mapas foram extraídos do Álbum Chorographico de Minas Gerais (1927). Este resulta das comemorações do Centenário da Independência (1822-1922) em que o estado buscava evidenciar seu progresso através das iconografias⁹⁸

⁹⁸ Arruda (2018) salienta que o contexto histórico de um álbum fotográfico para o estado de Minas Gerais a ampliação das técnicas fotográficas. O autor acrescenta que a confecção de álbuns fotográficos passou a ser uma tendência mundial, colocada no processo de expansão dos meios de comunicação em massa.

que retratavam as estradas de ferro, as edificações, hidrovias e os bens naturais (rios, cachoeiras, fazendas e paisagens eleitas como “belas”). As infraestruturas associadas ao progresso (estradas de ferro e rodagem, telégrafos, correios, linhas telefônicas, patrimônio edificado dos municípios – Fórum e Câmara Municipal, Paço e Largo Municipal, Hospitais, Gymnasios e demais Grupos Escolares, Igrejas) eram uma estratégia de propaganda da modernização encapada por Minas, afinal, expressavam um projeto de poder do estado, no qual as fracções da classe dominante agrária almejavam demonstrar a unidade política.

Nos quatro municípios (Ponte Nova, Ubá, Rio Branco e Viçosa) é possível observar que as pranchas do Album trazem os mapas coloridos, informações a respeito da população absoluta (de acordo com o Anuário Estatístico de 1920), densidade demográfica, área, composição político-administrativa, coordenadas geográficas de cada distrito, plantas do perímetro urbano. Emoldurando os mapas, há os desenhos a bico de pena dos bens ambientais e culturais, evidenciando a imponência da imagem como um estatuto de verdade análogo à realidade. Costa, Carvalho Costa e Cambraia (2012) sinalizam que as técnicas de convencimento, maravilhamento e sedução da cartografia e fotografia empregadas na confecção do Album Chorographico provocam no observador a contemplação de sua monumentalidade.

Figura 19 - Localização das municipalidades de Ponte Nova, Ubá, Rio Branco e Viçosa, Minas Gerais (1927)



2.1 Análise comparativa dos espaços pretendidos

Nesta secção procuramos analisar e comparar os espaços pretendidos e confrontar o corpo de seus territórios com os princípios (clima, altitude, natureza do local, relevo, solo fértil etc.) geográficos eleitos pela Comissão responsável pela escolha da sede da ESAV. Dito de outra forma, refletiremos se os espaços pretendidos atendiam ou não aos critérios basilares instituídos por tal Comissão, colaborando para o entendimento da batalha por *posicionalidade* política, representada pelas frações da classe dominante agrária e pelo Estado. E também revelando a competição inter-regional de algumas localidades pela condição de sede da escola agrícola.

Relembrando, o primeiro critério estava correlacionado à “salubridade do local” e o segundo a “abundância de água”, o qual se encontrava umbilicalmente relacionado ao primeiro, em função disso os analisaremos juntos. Os comissionários aconselhavam que eleger uma cidade que não tivesse moléstias contagiosas era mais lucrativo (pois, assim se economizaria tempo e dinheiro) do que a que possuísse, caso esta última fosse escolhida o empreendimento apresentaria fracasso nos primeiros anos de instalação pela possibilidade de propagação de doenças do seu corpo discente e docente.

Já a obtenção do líquido (puro e potável) era uma condição para os indivíduos não contraírem doenças e para que se pudesse abastecer as obras de construção da Escola (os operários e os animais utilizados no sulco da terra, na tração etc.), as futuras lavouras e experimentos científicos (LIVRO DE FORMATURA DA ESAV, 1939, ROLFS e ROLFS, 1928, ROLFS, 1925). Segundo Rolfs (1925) sendo o estado higiênico uma primeira consideração, uma cidade que possuísse altitude maior também era preferível a uma mais baixa, embora esta fosse mais produtiva por facilitar o serviço de arar a terra, algumas culturas como o café se adaptavam melhor a um clima mais ameno. Informações a respeito de infraestruturas podem auxiliar a inferir as condições de Ponte Nova, Ubá, Rio Branco e Viçosa em relação aos critérios (lugar saudável e abundância de água) e subcritérios (altitude) acima.

No primeiro espaço pretendido, Ponte Nova, dos 47 logradouros públicos somente 8,5% eram calçados, o próprio centro da cidade (principal área de comércio) não contava com macadamização. Apesar de Ponte Nova ser banhada com os rios Piranga, Casca e

Carmo que apresentavam volumes de água significativos⁹⁹, não havia distribuição de água potável para todas as ruas (somente a sede era dotada de reservatório com capacidade de 311.000 litros, os quais abasteciam 305 prédios) e o grande dilema enfrentado era a captação ainda débil em 1920.

O quadro dos poucos serviços de higiene e saneamento foram retratados no jornal *A Notícia* quando o editor atribuiu os casos de disenterias, *thyfo*¹⁰⁰, verminoses à água “barrenta”, “intragável”, “morna” ofertada nas escolas, hotéis etc. sem a devida filtragem. Cabe salientar que muitos despejavam o esgoto e o lixo no rio Piranga (fonte que inclusive já supriu parte das demandas populacionais nos primórdios de fundação do município) que atravessava o perímetro urbano da sede. No jornal *A Notícia* a cobrança da população por medidas de combate as águas estagnadas nos quintais, esterqueiras, “latrinas imundas”, extermínio de podridões consideradas *lócus* de miasmas era frequente, buscando evitar a proliferação de doenças¹⁰¹. Em relação ao atendimento de saúde pública, Ponte Nova contava com o Hospital Nossa Senhora das Dores na sede municipal.

No espaço pretendido 2, Ubá, das 30 ruas apenas 12 possuíam calçamento. Os rios Chopotó e Paraopeba (subafluentes do rio Paraíba do Sul) muniam o município¹⁰² com

⁹⁹ Ponte Nova estava situada à leste do estado de Minas, na bacia do Rio Doce, que corta na direção de sul a norte. Os dois maiores rios que cortam o município são o Piranga e o Carmo que, por volta de 33 km, se juntam para formar o Rio Doce. Este, por sua vez, vai desembocar no Oceano Atlântico após receber muitos afluentes e transpassar o estado do Espírito Santo. O ponto de conexão entre o Carmo e o Piranga é permeado pela Estrada de Ferro Leopoldina. Outro rio de referência é o Casca, afluente do Rio Doce pelo lado direito (ÁLBUM CHOROGRAPHICO, 1927). Embora o volume de água fosse apreciável, nenhum destes rios era navegável devido ao grande número de cachoeiras e pequenos saltos. Ponte Nova também era cortada por inúmeros ribeirões e córregos que foram aproveitados para instalações hidráulicas nas duas primeiras décadas republicanas.

¹⁰⁰ Nela é destacada a situação de precariedade da saúde pública em decorrência da falta de água potável, nela o redator diz que o estado sanitário da cidade envolvia situações de pouca higiene: “[...] tem sido verificados casos de typho [...] no tempo em que o calor é intenso, temos sido infelizmente visitado pelo mal, que já fez e continua a fazer victimas” (JORNAL A NOTICIA, 1923, s/p). E continuou dizendo que a origem mais provável era a água que os pontenovenses ingeriam, muitas vezes, “barrenta”, “intragável”, “morna” e servida nos locais de aglomeração popular (escolas, hotéis, etc.) sem a filtragem necessária.

¹⁰¹ Medidas de profilaxia foram cobradas na reportagem em relação ao poder público, em especial a Custódio Silva (presidente da Câmara municipal entre 1919-1923 e agente do Executivo entre 1923-1925) e Jarbas Sertório de Carvalho (médico e político que atuou como delegado de Higiene Pública de Ponte Nova entre 1919 a 1923). A ambos foi atribuída a função de exterminar podridões, focos de toda sorte de miasmas que “empestam o ar”, uma vez que em Ponte Nova “[...] lamentavelmente, pela deficiência de nossos recursos, não temos ainda um bom serviço d’água potavel e esgotos, tão necessario e indispensavel em uma cidade, cuja população, que hoje é o dobro ou mais da de dez annos passados, cresce a cada dia” (JORNAL A NOTICIA, 1923, s/p).

¹⁰² A maior parte de Ubá está situada na Bacia do Rio Paraíba do Sul e uma pequena porção na Bacia do Rio Doce. Neste aspecto hidrográfico o rio crucial é o Chopotó, sua nascente localiza-se no município de Rio Branco e desloca-se para os distritos de Mariannas e Sapé, indo desaguar no Rio Pomba, próximo da estação Dona Eusébia. Na Serra de Ubá tem origem o ribeirão com mesmo nome que corta os distritos da cidade (Rodeiro e Sapé) e tem com destino final o Chopotó. Na Serra de Bom Jardim no distrito de Tocantins, nasce o Rio Paraopeba que percorre este distrito e desagua no Rio Pomba. Tal rio antes de atingir o Pomba e próximo ao povoado de Campestre forma a Cachoeira Alta com queda de aproximadamente 40

suas águas, mas somente as localidades de Ubá – que contava com o maior reservatório com capacidade de 1.300 litros; Rodeiro (com reservatório de 20.000 litros) e Sapé (com 20.000 litros) eram abastecidas e nenhum distrito era contemplado com o esgoto sanitário. Visando garantir o tratamento das epidemias havia o Hospital São Vicente de Paulo e em termos de institutos de assistência, o Posto de *Prophylaxia* Rural (sede) e o Sub-Posto de *Prophylaxia* Rural¹⁰³ (em Sapé). Dos 45 logradouros públicos do espaço pretendido 3, Rio Branco¹⁰⁴, cinco eram calçados e a situação de precariedade era tamanha que não existia Hospital no município, bem como informações sobre abastecimento de água e serviços de esgoto.

No espaço pretendido 4, Viçosa, das 23 ruas somente quatro possuíam macadamização. O Rio Casca, Turvo Sujo, Turvo Limpo, Sant’Anna, S. Domingos e o ribeirão São Bartholomeu eram os mananciais que abrangiam o território viçosense¹⁰⁵. O serviço de água potável atendia a sede e os distritos de Araponga, S. Miguel do Anta e Teixeiras; já o de esgoto contemplava a sede e Teixeiras. Em termos de infraestrutura de saúde havia o Hospital São Sebastião e o Hospital Regional da Zona da Mata – a cargo da União e tinha como papel prestar assistência hospitalar às populações atacadas de epidemias.

metros. Por fim, inúmeros córregos banham o município em todas as direções (ÁLBUM CHOROGRAPHICO, 1927).

¹⁰³ Estes Postos faziam parte das organizações sanitárias municipais e estavam vinculados ao Serviço de Saneamento Rural do governo federal, cujo mote era combater as endemias rurais (lepra, sífilis, malária, tuberculose etc.).

¹⁰⁴ Rio Branco era banhado pela Bacia do Rio Paraíba do Sul e geralmente na região da escarpa de São Geraldo os rios drenavam para Rio Branco. Dentre os cursos d’água que sulcavam o território, o Ribeirão Chopotó era o mais importante. Ele circundava a cidade, tendo como afluentes o Quebra Cabo (que nascia no distrito de São Geraldo) e o Piedade (o qual se originava na Serra de Santa Maria). No distrito de Guiryrema havia o Ribeirão Bagres que fazia divisa com o município de Ubá (ÁLBUM CHOROGRAPHICO, 1927; MINAS GERAIS, 1924). Barroso contava com a Cachoeira do Jacarandá e Cachoeira dos Encadeados.

¹⁰⁵ Em termos de mananciais, o mais protuberante é o Rio Casca, que tem origem no distrito de Herval e abastece os municípios de S. Miguel do Anta, Pedra do Anta e S. Vicente do Grama, desembocando no Rio Doce. O Turvo Sujo que nasce no distrito de Coimbra perpassa a cidade, guarnece a estação de Silvestre, apartando os distritos de Teixeiras do de Guaraciaba e desagua no Rio Piranga. O Turvo Limpo, cuja cabeceira está no distrito de Barroso (município de Rio Branco), muníciona Viçosa e corre em direção ao Turvo Sujo. O Turvão que emana no povoado de Ventania (distrito de Herval), banhava esta povoação e desagua no Rio Casca. O rio Sant’Anna que principiava no distrito de Sant’Anna (município de Abre Campo) fracionava os distritos de São Vicente e Araponga, despejando suas águas no Rio Casca. O S. Domingos nasce na Serra da Grama (distrito de Araponga) e caminha em direção ao Casca. O principal córrego que banha a cidade é o São Bartholomeu. Em relação as cachoeiras, o Turvo Sujo forma uma admirável queda na estação de Silvestre, a qual era utilizada para gerar força e luz à fábrica de tecidos S. Silvestre (distanto apenas cinco quilômetros da cidade) de propriedade de José Felipe de Freitas Castro. O rio Sant’Anna dá origem a Cachoeira Grande com queda de 40 metros e força de mil cavalos, nos terrenos de Modesto Lopes de Faria Reis e a Cachoeirinha na propriedade de José Lopes Baião, ambas no distrito de Araponga (CAPRI, 1916).

Tudo isso para dizer que Ponte Nova, Ubá, Rio Branco e Viçosa, como os demais municípios da Zona da Mata, constituíam na década de 1920 “esqueletos de cidades”, com pouca ou nenhuma infraestrutura básica (calçamento, serviço de água e esgoto etc.). Vimos que a que existia se circunscruvia, em sua maioria, à sede e a alguns distritos com papel político ou econômico relevante¹⁰⁶. O estado sanitário destas cidades, de uma maneira geral, era precário as ruas eram assoladas constantemente por lamaçais devido à ausência de macadamização na grande maioria delas e os serviços se mostravam deficientes.

Rio Branco, perante as três cidades, apresentava maior situação de precariedade vinculada à “salubridade do local” e a “abundância de água”, pois não possuía sequer serviços de distribuição de água potável e coleta de esgoto e muito menos uma unidade hospitalar. Portanto, não atendia aos requisitos de “lugar saudável” e “água absolutamente pura” e a Escola fosse lá instalada geraria dispendiosos gastos aos cofres públicos. Naquela época raros eram os estudos, para não dizer inexistentes, sobre a qualidade da água em função disso ficou difícil avaliar este aspecto nos rios constituintes das quatro cidades.

Em relação à altimetria, Viçosa ocupava o primeiro lugar no pódio dos espaços pretendidos com seus 649 metros, portando o clima tropical de altitude (*Cwb*), caracterizado por verões frescos e chuvosos e apresentando média de temperatura mínima de 8,2°C e média de temperatura máxima de 28,5°C. No segundo lugar do pódio estava Ponte Nova com 402 metros e seu clima temperado quente com inverno seco (*Cwa*), exibindo média de temperatura mínima inferior a 18°C e média de temperatura máxima acima de 22°C. Em terceiro lugar vinha Ubá com 334 metros e o clima subtropical úmido (*Cwa*) com verões quentes e chuvosos e inverno seco. No quarto lugar do pódio se assentava Rio Branco com 334 metros e o clima Subtropical quente sem estação de seca (*Cfa*)¹⁰⁷. Viçosa, então, no quesito altimetria e clima brando era a cidade-sede mais susceptível de ser selecionada seguida de Ponte Nova.

¹⁰⁶ Detectamos nos jornais A Notícia e A Cidade que apareciam mais reportagens reivindicando melhorias na sede do que nos distritos. Nesse sentido, estes periódicos exerceram dois papéis: o de revelação e o de ocultação. Revelam que o centro das cidades deveriam ser equipados para uso preferencial de pequena parcela da população e ocultam a luta dos moradores dos demais espaços por infraestrutura básica. Portanto, tanto as solicitações nos jornais quanto à efetividade das obras públicas evidenciam a priorização de atuação das lideranças políticas no espaço da sede municipal, com o propósito de atender as diligências das frações de classe (sobretudo, agrária e comercial).

¹⁰⁷ Este zoneamento climático se alicerçou em Valverde (1958) que ao estudar a Zona da Mata se baseou na Classificação Climática de Köppen-Geiger. Tal classificação sustentou-se, concomitantemente, nos valores de temperatura e precipitação, estabelecendo limites ajustados à distribuição da vegetação.

No terceiro critério “terrenos suficientes” a Comissão defendia que a área a ser adquirida pelo estado deveria ter pelo menos 500 hectares (para a produção de sementes em quantidade, aclimação de plantas e experiências em grande escala de silvicultura e reflorestamento) seus terrenos serem mais de 50% aráveis (e para isso um pré-requisito era que o lugar fosse plano, favorecendo a prática da agricultura). Como era uma extensão de terras consideráveis, nos cabe analisar o preço das terras segundo as municipalidades e, nesse ínterim, convidamos Carrara (1999, p. 97, grifos nossos) para auxiliar as reflexões, o autor sublinha que

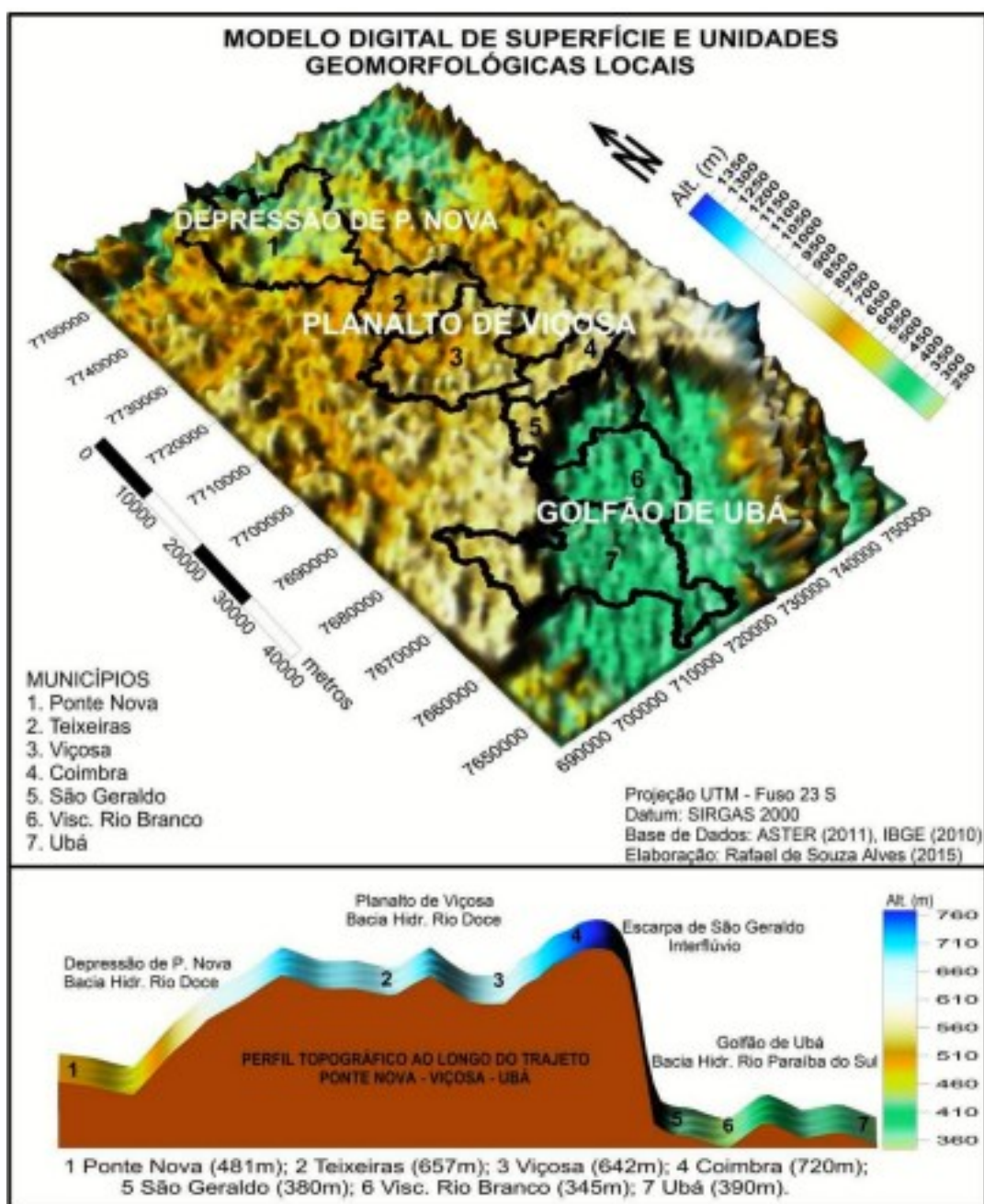
Em 1920, as terras mais baratas situavam-se em Caratinga, Aimorés, Mutum, Manhauçu (o preço do hectare variava entre os 40 e os 80 mil réis); entre os 80 e os 150 mil réis por hectare eram avaliadas as propriedades em Palma, Abre Campo, Eugenópolis, Carangola, Muriaé, Rio Casca, Rio Preto, Além Paraíba, São João Nepomuceno, Leopoldina, **Viçosa**; a faixa entre os 150 e os 200 mil réis englobava Cataguases, Rio Pomba, **Visconde do Rio Branco**, **Ponte Nova**, Guarani, Mercês, Guarará. Por fim, as terras mais caras, situadas na faixa entre 235 e 264, em, Rio Novo, Juiz de Fora, e **Ubá**.

Podemos, então, depreender que as terras de Viçosa estavam compreendidas no intervalo de preço entre os 80 a 150 mil réis/ha, as terras de Visconde do Rio Branco e Ponte Nova constavam na faixa intermediária de 150 a 200 mil réis/ha e que as de Ubá eram as mais altas, no interstício de 235 a 264 mil réis/ha. A partir destas informações, identificamos que em termos financeiros os terrenos de Viçosa apresentavam alto custo-benefício ao governo estadual, uma vez que, dentre os espaços pretendidos eram os que possuíam menores preços.

Em relação ao pré-requisito de relevo plano, ao analisar as unidades morfológicas locais das cidades constatamos: a depressão de Ponte Nova (área rebaixada pela ação fluvial); o planalto (cristalino e rebaixado) de Viçosa; e o “golfão” (planalto rebaixado em função da atividade tectônica) onde situam-se os municípios de São Geraldo, Visconde do Rio Branco e Ubá (ALVES, 2015). O local de relevo rebaixado que abriga o município de Ponte Nova, próximo a Bacia do Rio Doce, confere à cidade 481 metros e uma topografia montanhosa. O planalto de Viçosa – assim designado por Valverde (1958) para caracterizar o trecho que conecta a Serra do Brigadeiro ao Planalto do Alto Rio Grande – conta com 642 metros e de um lado, encontra-se a parte rebaixada, na qual se localizam os municípios de São Geraldo, Visconde do Rio Branco e Ubá e de outro lado, a depressão de Ponte Nova (TEIXEIRA, 2005), conforme podemos identificar na Figura 20.

A expressão “golfão de Ubá” foi utilizada por Alves (2015) como artifício analítico para se referir a feição côncava do relevo onde se situam São Geraldo, Visconde do Rio Branco e Ubá, estes três municípios são “abraçados” por cadeias de montanhas e discriminados do planalto de Viçosa pela escarpa de São Geraldo – o desnível altimétrico entre o “Golfão de Ubá” e o planalto de Viçosa gira em torno de cerca de 300 metros.

Figura 20 - Modelo Digital de Superfície e perfil topográfico ao longo do trajeto Ponte Nova - Viçosa - Ubá (MG)



Fonte: Alves (2015, p. 32).

Das cidades destinadas a receber o estabelecimento de ensino, Viçosa, V. Rio Branco e Ubá eram as candidatas mais apreciáveis em relação ao pré-requisito de relevo plano ou levemente acidentado. Já em relação aos terrenos Viçosa era a mais apta em detrimento dos menores preços. O grande empecilho consistia em “encontrar” uma área com 500 hectares, pois de acordo com Rolfs e Rolfs (1928, p. 3) a legislação de Minas beneficiava o fracionamento de propriedades extensas. Apoiado nos dados fornecido pela Divisão Estatísticas do estado, o comissionário afirmava que

[...] 33% das fazendas de Minas, contém menos de 40 hectares, (mais ou menos 100 acres), e 60% contem menos de 100 hectares (mais ou menos 250 acres), em cada propriedade. Cada fazendinha ou sitio representa uma unidade e cada chefe de familia é o responsavel pelo exito de sua cultura. É provavel que temporariamente esta condicção seja menos vantajosa pecuniariamente do que se as propriedades fossem dirigidas em maior escala.

Sabendo disso, Álvaro da Silveira, Arduíno Bolivar, Mario Machado e Rolfs (comissionários), indicavam que terreno a ser adquirido pertenceria a vários proprietários em função de sua extensão, fato que poderia atrapalhar as negociações. Os 500 hectares a ser comprados deveriam ser em área *continuum*, de modo a estabelecer fácil e rápida comunicabilidade da sede aos futuros departamentos e contribuir para o desenvolvimento de campos de cultura, estações experimentais, estábulos, residência para professores, edificios centrais, posto meteorológico etc.

No quarto critério “proximidade de uma pequena cidade”, Rolfs e Rolfs (1928, p. 5) advogavam em favor da área de terreno se localizar perto de uma *pequena cidade*, pois “[...] próximo ou dentro duma cidade maior, uma Escola Agrícola constantemente sofreria as desvantagens da concorrência com as industriais comercializadas e encontraria grande dificuldade em desenvolver-se”. Acreditamos, a partir desta fala, que se temia a concorrência entre os produtos naturais (a serem desenvolvidos pela futura instituição) e os produtos industriais/artificiais produzidos na “cidade maior”, o que reverberaria de forma negativa nos idealizadores e investidores (no caso o estado de Minas) do estabelecimento de ensino. Podemos apreender que a caracterização de Rolfs e Rolfs em relação à *pequena cidade* ocorria a partir do que não queriam de uma grande cidade. Mas não só isso, a *pequena cidade* deveria ser transpassada por estradas férreas e rodovias.

Nos debates do quarto critério foi alinhavado um sub-critério o de “proximidade da cidade em relação à ferrovia”. Os integrantes da cúpula da escolha da zona geográfica da ESAV defendiam que a cidade pleiteada não estivesse a mais de dois quilômetros das

linhas férreas como estratégia de publicizar a Escola, escoar as mercadorias e facilitar a comunicação entre os lugares. Valverde (1958) oferece uma pista sobre a importância de algumas cidades da Zona da Mata, incluindo as que estudamos, na rede urbana regional dizendo que elas se propagavam como “guirlandas” no decorrer das estradas tradicionais. Isto é, quanto mais antigos os caminhos, mais importantes as cidades

No caminho para as minas, que hoje é a rodovia Rio-Belo Horizonte, estão Juiz de Fora e Santos Dumont; na estrada que do vale do Pomba leva a Ponte Nova, vamos encontrar Leopoldina, Cataguazes, **Ubá** e **Viçosa**; no vale do Muriaé ficam a cidade de igual nome e Itaperuna e, pela estrada mais oriental que daí vai para o norte, encontram-se Carangola, Manhumirim e Manhauçu [...] Os nós de comunicação tem importância fundamental para as funções de relação entre os núcleos urbanos. Efetivamente, dos núcleos acima citados, Leopoldina, **Ubá**, Muriaé e **Visconde do Rio Branco** são entroncamentos rodoviários; Santos Dumont, Cataguazes e **Ubá** (êste em sua vizinhança), entroncamentos ferroviários; Além Paraíba, Rio Pomba e **Viçosa**, centros de ligação dos dois sistemas: rodoviário e ferroviário (VALVERDE, 1958, p. 63; 72, grifos nossos)

Ponte Nova, Ubá, Rio Branco e Viçosa faziam parte de confluências relevantes para o comércio regional (o fator transportes era vital para a realização das trocas), já que abrigavam importantes vias em seus territórios. Todos os espaços pretendidos eram transpassados pela Estrada de Ferro Leopoldina *Railway*, a qual teve papel de destaque no desenho urbano, esculpindo as silhuetas destas cidades através dos núcleos populacionais, porém acreditamos que nem todos possuíam terrenos (planos) a dois quilômetros das vias férreas.

No quinto critério a Escola deveria estar “no centro da população agrícola”. A noção primordial pairava sobre o fato de que quanto mais longínqua a Escola estivesse das propriedades agrícolas menor sua influência educacional nos territórios rurais. Esta ideia de *centro* deve ser relativizada, pois trata-se de uma invenção discursiva a partir do interesse de determinados grupos no poder, nesse sentido, fica até escabroso analisar os espaços pretendidos, uma vez que todos eles eram essencialmente agrícolas: como saber qual seria o “centro da população agrícola” de cada um para que possamos compará-los, já que os limites do que era ou não era centro parecem ser apenas fruto do intelecto dos comissionários? Não havia sequer uma delimitação do centro funcional das cidades que dirá da zona rural, que abrigava as maiores parcelas de população, ademais não existe um documento que respalde o que eles consideravam como centro/centralidade.

Dito isto, focaremos nas informações aneladas por Arthur Bernardes, o qual sublinhava que não se opunha que se criasse uma escola profissional agrícola na capital

do estado (Belo Horizonte), mas vislumbrava que a agricultura só se aprenderia em um *centro agrícola* e “[...] lidando quotidianamente com os instrumentos do trabalho só empenharia os recursos do Tesouro do Estado em uma obra de facto agrícola e não urbana” (JORNAL A VERDADE, 1925, s/p)¹⁰⁸.

Não se pretendia ensinar a agricultura longe do terreno da ação, por isso a distância do estabelecimento e o local de residência dos futuros alunos seria determinante no sucesso ou fracasso da instituição: “[...] a influência da Escola para o melhoramento da agricultura, tem mais efeito entre as propriedades distantes menos de 100 quilômetros da sede” (ROLFS E ROLFS, 1928, p. 5). Desse modo, a instituição deveria se instalar próximo à produção agrícola da cidade escolhida, para tanto elaboramos um mapa na tentativa de identificar nos espaços pretendidos os perfis produtivos¹⁰⁹.

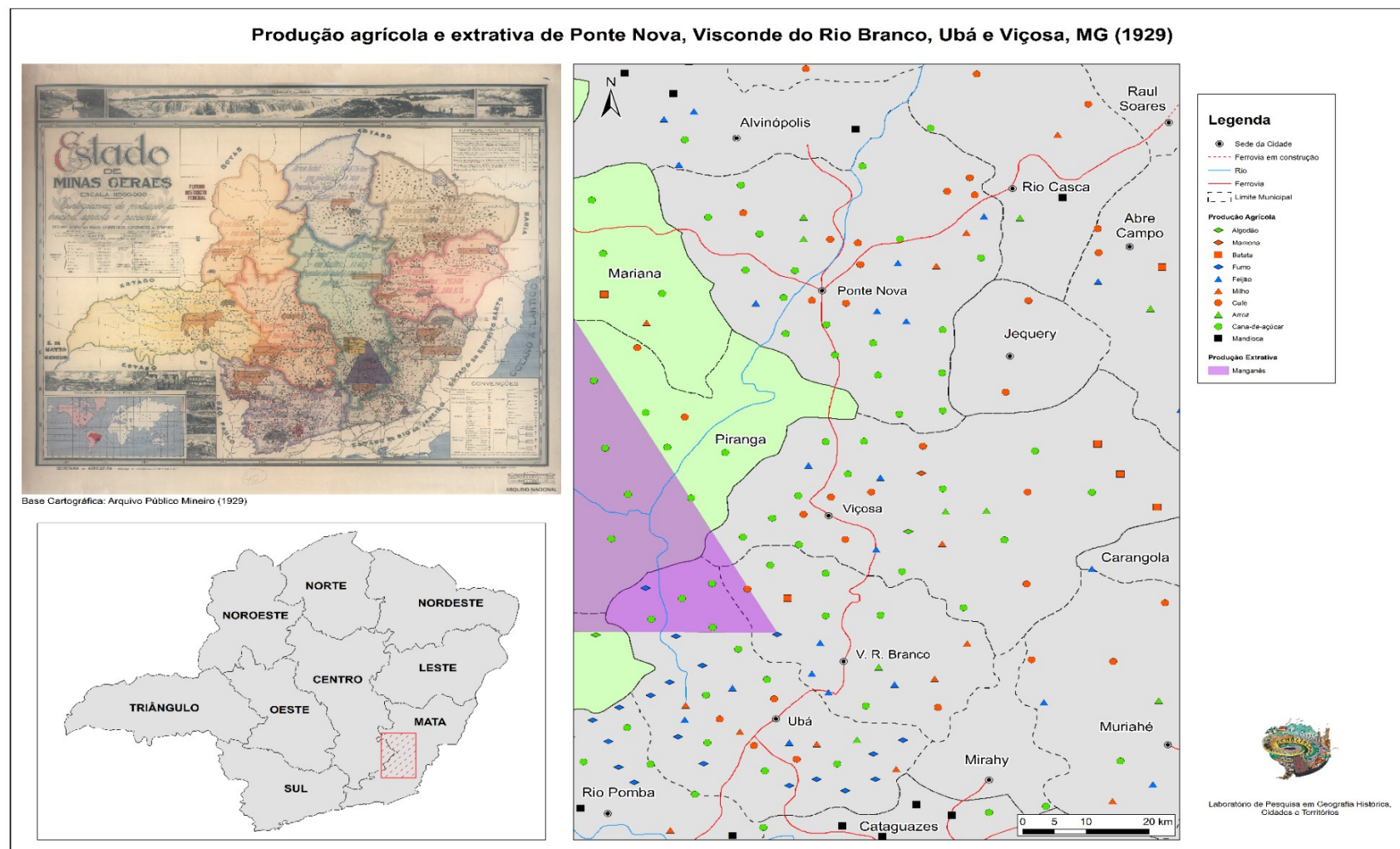
Na Figura 21 podemos detectar que na porção sul e nordeste de Ponte Nova predominava o cultivo da cana de açúcar (as produções desta matéria prima localizada à norte e à leste eram mais pontuais), o café estava mais situado ao norte, o feijão se distribuía de forma aleatória no território e o milho na porção nordeste. Em Viçosa, a distribuição espacial da produção agrícola (a cana de açúcar, feijão, parte do cultivo do café e em menor escala, algodão e mamona) se concentrava mais na faixa oeste do município. Já na fatia leste do território viçosense a plantação de batata, cana de açúcar, café e arroz ocorriam em menor proporção.

Em Rio Branco, na porção nordeste as lavouras de cana se propagavam como se fosse um *continuum* do município de Viçosa (com o qual fazia divisa) e numa pequena área à noroeste havia a extração do manganês. Podemos dizer que o espaço pretendido 3 possuía uma diversificação produtiva que envolvia os setores de feijão e fumo (ainda que em pouca quantidade) à sudeste e os de café, milho, arroz e cana – de maneira dispersa – à leste. O território de Ubá era marcado pela produção fumícula que formava uma espécie de “cinturão” nordeste à sudeste (ou vice-versa), uma área no hemisfério norte era destinada à indústria extrativa do manganês (maior que a rio-branquense) e no restante de

¹⁰⁸ Esta informação também foi ratificada no jornal A Cidade (1925, s/p): “[...] atitude genuinamente patriótica de Arthur da Silva Bernardes, ao contrariar os desejos de alguns amigos seus e de seu governo, no sentido de ser a mesma fundada na capital do estado, por entender que a agricultura só se apreende num centro agrícola e lidando quotidianamente com os instrumentos do trabalho, pelo que só se empenharia os recursos do tesouro do estado a uma obra de fato agrícola e não urbana”.

¹⁰⁹ Aqui cabe efetuar um adentro, os dados estatísticos que constam no mapa a respeito das esferas produtivas são referentes ao ano de 1923, porém o cartograma da produção extrativa, agrícola e pecuária do estado de Minas Gerais (que utilizamos como base para a produção do mapa) só foi publicado pela Secretaria da Agricultura (Serviço de Estatística Geral) em 1929. A produção agrícola do mapa gerado está em quilogramas.

Figura 21 - Produção agrícola e extrativista de Ponte Nova, Rio Branco, Ubá e Viçosa, MG (1929)



seu espaço havia cultivos de café (próximo à linha férrea), feijão e milho de forma intermitente.

Cruzando os dados do mapa com os do Anuário Estatístico de 1920, identificaremos que Ponte Nova destinava 6.607 hectares de sua área ocupada para plantio de cana de açúcar; Rio Branco comprometia 5.302 (ha) para esta cultura, assim como Ubá em que 4.807 (ha) eram reservados para o produto – a produção da cana neste município visava abastecer o Engenho Central de Rio Branco. Além disso, no território ubaense 1.296 (ha) da área era reservada para o fumo. Viçosa também detinha uma extensão considerável para a produção de cana de açúcar (6.356 ha) e, em menor escala, para a de algodão (52 ha), vide Quadro 3.

Quadro 3 - Área recenseada ocupada pelas culturas de plantas industriais, por municípios (1920)

Municípios	Área total cultivada (ha)	Área ocupada (ha)			
		Algodão	Cana-de-açúcar	Fumo	Mamona
Ponte Nova	36.180	9	6.607	152	45
Ubá	27.816	31	4.807	1.296	4
Rio Branco	18.813	23	5.302	422	2
Viçosa	25.291	52	6.356	18	29

Fonte de dados: Minas Gerais (1926c). Organizado e elaborado pela autora.

Analisando a área ocupada por plantas alimentícias (Quadro 4), vemos que em Ponte Nova e Ubá as maiores áreas eram resguardadas para o café (17.999 ha; 17.927 ha) e feijão (3.568 ha; 1.650 ha), respectivamente; Rio Branco segue a mesma tendência: a extensão demarcada para o café era de 12.198 hectares, de feijão era 3.309 ha e o diferencial em relação aos dois outros municípios apresentados era a batata inglesa com 28 ha. Viçosa se assemelha a Rio Branco, porém com mais notoriedade na área ocupada pela batata inglesa (39 ha). Observamos que em relação ao número de pés de café os espaços de Ponte Nova, Ubá e Rio Branco, nesta ordem, possuíam maior número e Viçosa o menor.

Quadro 4 - Área recenseada ocupada pelas culturas de plantas alimentícias, por municípios (1920)

Municípios	Área total cultivada (ha)	Área ocupada por plantas alimentícias (ha)				Número de pés de café
		Feijão	Batata inglesa	Mandioca	Café	
Ponte Nova	36.180	3.568	7	31	17.999	13.499.383
Ubá	27.816	1.650	1	11	17.927	13.144.922
Rio Branco	18.813	3.309	28	4	12.198	9.148.158
Viçosa	25.281	1.791	39	14	8.616	0.461.803

Fonte de dados: Minas Gerais (1926c). Organizado e elaborado pela autora.

Também havia a área ocupada por cereais (Quadro 5), Ponte Nova se sobressaía destinando extensões de 9.968 ha e 1.418 ha para o milho e arroz, respectivamente. Em Ubá a maior área (6.036 ha) era açambarcada pelo milho; Rio Branco apesar de possuir quase metade da área total cultivada de Ponte Nova, seguia a mesma lógica que este município: maiores cultivos de milho (4.749 ha) e arroz (1.151 ha). Viçosa apresentava grande extensão de milharal (9.954 ha) perdendo somente para Ponte Nova neste quesito.

Quadro 5 - Área recenseada ocupada pelas culturas de cereais, por municípios

Municípios	Área total cultivada (ha)	Área ocupada por cereais (ha)		
		Arroz	Milho	Trigo
Ponte Nova	36.180	1.418	9.968	1
Ubá	27.816	714	6.036	0
Rio Branco	18.813	1.151	4.749	8
Viçosa	25.281	577	9.954	0

Fonte de dados: Minas Gerais (1926c). Organizado e elaborado pela autora.

Se “comprarmos” a ideia de que a Escola deveria estar localizada tão próxima quanto possível da produção agrícola da cidade a ser selecionada veremos que todos quatro espaços pretendidos, de alguma maneira, eram favoráveis a este critério. Contudo, se inserirmos a variável rede urbana¹¹⁰ constataremos que haviam espaços mais preteridos

¹¹⁰ Nos orientando pelo raciocínio de Soares (2009) que analisa as origens do processo de formação da rede urbana matense, consideramos que o tamanho populacional é um dos elementos que aponta um possível “desenvolvimento” do núcleo urbano e seu poder de atração, o que significa uma maior importância na “estruturação dos fluxos comerciais de sua região” (p. 26). Ponte Nova era bastante populosa (62.666 hab.), assim como Viçosa (55.513 hab.), Rio Branco era, em comparação aos outros, o município mais povoado, possuindo em seu território 62,4 habitantes (hab.) por quilometro quadrado (km²), seguido de Ubá com 50,37 hab./km². Mas somente o tamanho da população poderia ludibriar a função que os quatro espaços exerceram na rede urbana da Zona da Mata, seria necessário considerar as trocas comerciais (economia), estradas e caminhos (transporte), contudo fugiria aos propósitos do momento, capturar as nuances dessa discussão.

que outros. Ponte Nova, por exemplo, além de ser um município com uma economia pujante e população absoluta elevada se constituía um ponto de referência na Zona da Mata quando se falava de transformações urbanas (construção de pontes; arborização de ruas; ampliação da rede de transportes; abertura de estradas que conectavam a cidade a outros núcleos produtores da região; criação de usinas que movimentou o comércio local e regional; investimento em inúmeros engenhos menores que funcionaram como fábricas de rapadura e aguardente).

Com uma política agrícola de âmbito regional diversificadora se converteu num dos maiores centros de açúcar do estado, exportando para os mercados de Barbacena, Mariana, Ouro Preto e Rio de Janeiro através da Estrada de Ferro Leopoldina e Central do Brasil – lembrando que as ferrovias foram elementos balizadores da estrutura urbana. Dentre as municipalidades mais importantes quanto à renda, ficou em nona posição possuindo 301 contos de réis em 1923 e Ubá em décima primeira com 282 contos de réis (WIRTH, 1982). Este último município era notabilizado pelo comércio atacadista de cereais destinado ao Rio de Janeiro e o fumo em corda vendido para diversas partes do Brasil. Notem que nesta classificação de renda Wirth, Viçosa e Rio Branco não aparecem, o que nos sugere que não se tratavam de municípios com dinamismo econômico externo a sua circunscrição, voltando-se mais à produção de subsistência.

Apesar de tudo isso, a Comissão encarregada de selecionar o município que sediaria o estabelecimento de ensino superior aconselhou Arthur Bernardes a escolher a “candidata Viçosa”. Rolfs eliminou Ubá, Visconde do Rio Branco e Ponte Nova, pois não fitou “[...] uma situação ou trecho de terreno que oferecesse possibilidade do estabelecimento de um instituto do tamanho do que se tem em vista: trechos se podem encontrar nestes lugares, mas a distância da cidade seria grande demais, para que o empreendimento se pudesse dar uma feição prática” (LISBOA, 1935, p. 5). Álvaro da Silveira complementou o parecer de Rolfs dizendo:

Dos terrenos que visitei nas vizinhanças de Ubá, Rio Branco, Viçosa e Ponte Nova, prestam-se, a meu ver, melhor os denominados “Maria Luiza”, situados a pequena distancia de Viçosa. Ha uma parte em vargem não inundável e não brejosa e outra parte em morros mais ou menos ingremes, mas que podem em alguns logares, ser arados [...] Não é propriamente necessaria a aquisição de todo o valle do correjo do Paraizo, pois me parece que a extensão de terra indicada no esboço é sufficiente para os trabalhos da futura Escola ; entretanto, para a irrigação da vargem situada á margem direita desse correjo será precisa a agua tirada bastante alta desse mesmo correjo, e por isso não seria fôra de proposito a compra de todo o terreno compreendido na bacia até as cabeceiras. Além de tudo, a área total da bacia não é demais grande. Parece-me que a séde da Escola não ficaria mal no ponto que no esboço indico pela letra A. Dahi á

cidade tem cerca de I e meio kilometro, bastando, para que até ahi seja facil o acesso, que se melhore a travessia do corrego S. Bartholomeu, entre B e C, com a construção de nova ponte sufficientemente elevada, para ter a grade da estrada a declividade compativel com o trafego de automoveis ou bondes (LISBOA, 1935, p. 4-5).

A bacia a que ele se refere era a do Ribeirão São Bartolomeu que cortava parte da cidade e se constituía em uma das fontes de água para sua população. Infelizmente o esboço mencionado se perdeu ao longo do tempo nas “instituições de memória”, mas encontramos outro que, tudo indica, parece ter sido um dos primeiros da ESAV (Figura 22). Este croqui de autoria de Rolfs foi reportado a Arthur Bernardes em 17 de março de 1921 junto com uma laudatória na qual ele esclarecia que

o plano infra esboçado, discutido em suas linhas geraes, facultará a comprehensão exacta do que se considera secções fundamentaes. Como estas varias secções foram escriptas de memoria, alguma importante omissão pode ter se dado; por outro lado, tambem é provavel que algumas das secções tenham sido mais accentuadas de que seria justificado pelas condições locaes, com as quaes, aliás, não me encontro familiarizado (ROLFS, 1921, s/p).

Assim, Rolfs em relatório final ao governo afirmou com veemência “[...] tomando a questão sob todos os seus aspectos e estudando-a em seu conjunto, não há dúvida de que **Viçosa é o melhor dos quatros logares** para a localização da Escola Superior de Agricultura e Veterinária” (LISBOA, 1935, p. 6, grifos nossos). Para afastar o “burburinho” da oposição política que vinculava a decisão em relação à cidade a um “capricho” de Bernardes (já que Viçosa era sua terra natal), o técnico Álvaro da Silveira fez a seguinte ponderação: “[...] cada vez mais se manifestou o acerto que prevaleceu na escolha do local em que se construiu a Escola, hoje só podem acreditar não haver prevalecido o julgamento técnico aqueles que quiserem se furtar a realidade dos argumentos concretos” (BORGES e SABIONE, 2006, p. 14).

Não podemos deixar de mencionar que nenhum esboço dos terrenos visitados nos outros espaços pretendidos foi encontrado. Apesar da localização da instituição em Viçosa, Borges (2006, p. 20) assinala que “[...] no vasto território mineiro, haveria outros lugares mais apropriados para a instalação da Escola”. Pode-se depreender, em função disso, que as injunções de natureza política local e estadual prevaleceram sobre as de natureza técnica.

No cotejamento entre o discurso e a prática identificamos o que Reis (2008) denomina de politização da economia no sistema oligárquico rural. Esta refere-se ao fato de determinadas ações econômicas serem induzidas pelo Estado, ocorrendo a primazia

dos fatores políticos sobre os econômicos. Nas fontes e demais documentos os políticos e as frações da classe dominante agrária buscavam convencer os correligionários e a população que sobressaiu

Figura 22 - Esboço da ESAV reportado a Arthur Bernardes



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

o critério técnico na escolha da cidade sede da ESAV e não no político, como podemos perceber no depoimento de Bello Lisboa:

A preferencia dada a Viçosa para'séde da instituição fez, a principio, que muitos supuzessem ter prevalecido **o critério político**, e, ainda hoje, não raros incorrem em tal julgamento [...] Cada vez mais se manifestou o acerto do critério que prevaleceu na escolha: do local em que se construiu a Escola e hoje só podem acreditar não haver prevalecido o julgamento **técnico** aquelles que quizerem se furtar à realidade de argumentos concretos (LISBOA, 1935, grifo nosso).

A dimensão política assumiu nítida centralidade nos discursos. Ela se constituiu como um elemento central da modernização imposta de cima para baixo em que a influência política foi maior que a econômica. As lideranças viçosenses digladiavam nas narrativas a respeito da densidade política de seus integrantes (terra/território que foi berço da atuação de Arthur Bernardes) e o aporte técnico da escolha do sítio da Escola.

A seleção do espaço viçosense foi oferecida embrulhada numa justificativa que continha os seguintes pontos nodais: situação *central* da cidade, de seu clima “magnífico”, da natureza de suas terras e da facilidade de suas comunicações (O PROGRESSO DO BRAZIL, 1922). Contudo, a realidade de Viçosa na década de 1920 contradiz dois motivos de sua escolha como cidade-sede: a ideia de centralidade e a destreza nas comunicações. A ideia de *centro*, de forte poder argumentativo, foi forjada já que o município não se encontrava em posição central em relação à Minas Gerais e nem em relação à Zona da Mata. Também não existia facilidade de comunicação além das estradas serem extremamente precárias o acesso à cidade era quase uma epopeia.

Naquela época não existia ônibus que circulasse entre os municípios; os veículos particulares em período chuvoso ficavam “atolados” na lama (a maioria das ruas citadinas não eram pavimentadas e as estradas inter-municipais muito menos); o meio, então, mais seguro de se chegar a Viçosa era promovido pela Leopoldina *Railway*, todavia o mais demorado. As próprias cartas, telegramas e afins eram transportados pelas vias férreas e depois por tropas (lombo de burros) e carro de bois. Pensando neste confronto das narrativas com o contexto da cidade, no próximo item apresentaremos e analisaremos os princípios, sem dúvida geográficos, emaranhados nos discursos sobre Viçosa e os reais atributos espaciais deste espaço.

2.5 A Geografia construída em torno dos discursos de modernidade: as ideologias espaciais

2.5.1 O espaço pretendido de Viçosa e os princípios geográficos

Como por vezes temos acentuado, Viçosa, pela sua privilegiada **situação geográfica**, foi providencialmente provida de assinaláveis **dotes naturais**, sobressaindo, dentre estes, a excelência do seu **clima** temperado e salubre, dotes naturais que a destinam a se tornar, futuramente, um dos mais movimentados **centros** de instrução do país¹¹¹

No epítome apresentado notamos que na lente de análise do redator a “situação geográfica” parece indicar a relação da cidade com o meio físico exterior, ou seja, uma localização material e relacional com outros municípios. Ao encarnar o ponto de vista do redator, notamos que a “situação geográfica” privilegiada de Viçosa era vista como um “dom” ofertado por Deus que derramou no território viçosense a “benção” do clima temperado e salubre. De tal forma, os “dotes naturais” (fertilidade do solo, altitude, cursos d’água etc.) possibilitariam a conversão da cidade em um “centro agrícola”.

Importante salientar que a configuração territorial, definida por Santos (1994) como sendo o território acrescido do conjunto de objetos existentes sobre ele (objetos naturais ou objetos artificiais), era permanentemente acionada pelas lideranças políticas viçosenses no discurso de criação e inauguração da ESAV. Sobretudo, a configuração territorial exaltada estava associada aos recursos naturais (planície, clima, altitude) e recursos criados (estradas de ferro, rodagem, escolas etc.). De acordo com a Comissão da Escola a altitude e o clima de Viçosa foram componentes fundamentais na decisão a ser tomada (LIVRO DE FORMATURA, 1939). Ao ser arguido sobre a escolha do local em que se instalou a ESAV (discussão que deu margem à controvérsias), Rolfs respondeu que não poderia ter sido mais feliz

porquanto os 180 alqueires de terrenos para esse fim adquiridos pelo estado nos arrabaldes desta cidade satisfazem inteiramente o ideal colimado, não so por serem **levemente acidentados**, com predominio das **planícies fartamente irrigadas**, como por ser prestarem admiravelmente a toda sorte de culturas, a ser Viçosa a mais proxima estação de **excelente clima** para a instrução, ao grande celeiro agrícola que sera futuramente o **vale** do Rio Doce, maravilha incomparavel em todo o universo (JORNAL A CIDADE, 1922, s/p, grifo nosso).

¹¹¹ Jornal A Cidade, 1926, grifos nossos.

Quando Rolfs chegou a Viçosa (1921) realizou estudos em torno da fertilidade das terras, variações climáticas, hidrografia, entomologia, meteorologia, climatologia, condições e adaptações agrícolas e pecuárias. Suas pesquisas inspiraram o relatório elaborado pelo engenheiro A. Gomes Carlos em 1925 e reportado a Miguel Calmon Du Pin e Almeida – ministro da Agricultura, Indústria e Comércio entre 1922 a 1926. O conteúdo do documento foi enfileirado em temáticas: 1) áreas e terras; 2) águas; 3) clima; 4) importância social e agrícola de Viçosa. Optamos por apresentar e analisar uma a uma, o trecho descrito abaixo ilustra o primeiro tema:

Area e terras – A futura Escola Superior de Agricultura de Viçosa possui a área de ‘450 hectares’ de terras de cultura, tipo massapé, infelizmente bastante accidentadas, como são aliás, quasi todos os terrenos das zonas servidas pela Leopoldina Railway no estado de Minas. Procedem as terras da Escola, em sua quasi totalidade de um ‘gneiss’ compacto de coloração negra, dando origem, após decomposição, a uma terra bastante argilosa, visando em côr do amarelo-tijolo ao amarelo canella. Frequentemente, porém, sobrepondo-se ao ‘gneiss’ encontram-se espessos derrames de diabase, tipo cabeça de negro de onde uma terra de cor escura quasi chocolate. Ambos os tipos de terra de cultura a que faço menção recomendam-se pela sua composição physica, que é ótima. Physicamente considerada são as terras de Viçosa e de quasi todas a zona da Leopoldina Railway por mim visitadas – *argilosas, profundas e cor carregada*. Não lhes conheço a sua composição chimica, porém pela sua ‘vestimenta’ prevejo que não sejam das mais pobres em cal e phosphoro, porquanto frequentemente se encontram em profusão: o camará lixa, a unha de hoi de espinho, o pão d’alho, o urtigão e outros padrões como estes indicadores de fertilidade. Em tempo levei a V. Ex. um caixote contendo quatro amostras de terras, sendo duas de origem gneissica tomadas a 20 centrimetros e a um metro de profundidade, e duas outras de origem diabasica, tomadas na mesma profundidade. Além destas amostras, há outras das duas rochas dominantes em Viçosa. Adoptei criterio da tomada de amostras profundas, porque melhor exprimem a composição media das terras, vista ser estas a que mais se aproxima da composição da rocha dominante, não tendo ainda sofrido acção de matérias organicas e fermentos de sólo, como acontece com as camadas superficiaes. Ser-me-ia agradável poder ajuntar a esta breve noticia as analyses das amostras recebidas de Viçosa. Seja, porem, como for, mesmo desconhecendo o valor chimico das terras de Viçosa, posso todavia, afirmar com alguma experiencia que tenho da materia que as mesmas possuem optima composição chimica e trazem os padrões vegetaes classicos das nossas terras fertes. A meu ver, o unico defeito das terras de Viçosa, consistem em serem as mesmas excessivamente accidentadas, o que não quer dizer que faltem em absoluto na area da Escola terrenos planos permittindo o emprego de instrumentos aratorios tirados por animal ou motor de explosão (DEPOIMENTO DE A. GOMES CARLOS NO JORNAL O HERVAL, 1925, s/p, grifos do autor).

As palavras grafadas por A. Gomes Carlos exaltavam os solos uberíssimos de Viçosa, sua fertilidade (que se prestariam a toda sorte de culturas) e dadivosas terras. O discurso do engenheiro “envelopado” nestes atributos considerados vantajosos sugeriam que eles apenas poderiam ser usufruídos com a instalação da ESAV. Isto é, a Escola

extrairia as potencialidades fisiográficas viçosenses. Cumpre avivar que apesar da Comissão ter recomendado a aquisição de 500 hectares o governo de Minas, contrariando o aconselhado, adquiriu uma extensão territorial de 450 hectares. O próprio Rolfs havia prescrito que nos estados populosos como Minas Gerais, o dobro daquela área seria melhor. No segundo tópico do relatório, A. Gomes Carlos fazia as seguintes ponderações:

Água – já presentemente estão sendo utilizadas duas fontes perennes de exelenite (sic) agua potavel bastando não so ao consumo diario de mais de 300 pessoas, mas tambem ás necessidades de varias officinas, animal de trabalho, estabulos, pocilgas e canteiros de cultura. Parece, pois, que, no tocante a este particular nada ha que reccar para o futuro. Quanto á agua necessaria á irrigação das culturas, serventia interna dos edificios, asseios e exercicios natatorio dos alunos nuvi (sic) que se cogita de reprezar o correjo que corre pelo terreno da escola, o que fato, alem de realçar grandemente o pittoresco do sitio em que demora o futuroso instituto de ensino, permittirá, com utilização de bombas, a irrigação de grande extensão da propriedade (DEPOIMENTO DE A. GOMES CARLOS NO JORNAL O HERVAL, 1925, s/p, grifos do autor).

Uma das fontes a que o engenheiro se referia era o ribeirão São Bartholomeu que atravessava os terrenos da Escola, o outro acreditamos ser o Córrego Conceição que margeava o estabelecimento de ensino; quanto ao córrego nas terras da instituição não sabemos se era o do Araújo ou dos Barbados. De toda forma, o destaque conferido aos copiosos mananciais de “água puríssima” e, conseqüentemente, potável era uma informação bastante controversa, pois Viçosa possuía um abastecimento precário, ofertado pela própria municipalidade que não detinha técnicas de purificação avançadas¹¹². A fim de argumentar sobre a terceira temática, A. Gomes Carlos discursava sobre o

Clima – Achando-se a cidade de Viçosa a uma altitude de 646 metros sobre o nivel do mar, influenciada directamente por ser serras variando em altura de mil a dous mil metros (S. de São Geraldo e Araponga) deduz-se *a priori* a brandura thermica do seu clima. Bem caracteriza o clima de Viçosa o quadro infra a meu pedido organizado pelo sr. encarregado do posto meteorologico da

¹¹² Na década de 1920 os serviços públicos se mostravam deficientes. A “higiene e embelezamento urbanos” descritos no Anuário mostram que o abastecimento de água fornecido pela municipalidade atendia a sede, os distritos de Araponga, S. Miguel do Anta e Teixeiras. O reservatório de água na cidade (captado na fazenda Conceição) detinha a capacidade de 200.000 litros que guarnecia 346 prédios (4%) e 6 chafarizes; em S. Miguel do Anta possuía 10.000 litros que sustentavam 8 chafarizes; enquanto em Teixeiras a quantidade era de 80.000 litros que serviam 3 chafarizes (MINAS GERAIS, 1926c) – para estes dois últimos não foram registrados dados sobre os prédios abastecidos. Mesmo na sede a água não chegava nas partes mais elevadas (antiga rua Seca, atual rua do Pintinho, Bairro Bela Vista etc.), seus moradores não tinham outra escolha a não ser buscar água em minas (próximo aos terrenos que dariam origem a ESAV) ou em chafariz, próximo ao Largo São Sebastião (RIBEIRO FILHO, 1997). A rede de esgoto servia a sede com três tanques de descargas automáticas e Teixeiras com dois no seu núcleo central (abastecendo no total 199 prédios), os demais distritos não eram contemplados (MINAS GERAIS, 1926c).

Escola de Agricultura a 31 de dezembro de 1924. [...] Para melhor caracterizar o clima da cidade de Viçosa e regiões circunvizinhas, cumpre notar que a mesma se acha aproximadamente da latitude austral de 20 graus e 30 minutos. Durante sete dias de permanência em Viçosa, isto é, de 07 de novembro de 1924 a 13 de do mesmo mez, todos os dias tive de usar roupa de lã, o mesmo acontecendo aos demais em condições de assim fazel-o. A onze daquelle mez assignalou o termometro 12 grãos centigrados acima de zero. Fui mesmo informado de que, nos vales profundos, cahe, uma ou outra vez, benigna geada. Os factos a que aqui me refiro passam-se em Viçosa e suas vizinhanças; é claro, porem, que sobre as alturas de S. Geraldo e Araponga, lá é um clima um tanto rigoroso e mesmo considerado frio. Comprehende-se agora, em vista da altitude elevada de Viçosa e suas cercanias, em vista de sua baixa latitude de 20 grãos e 30 minutos, comprehende-se seja o clima da região viçosense, sob o ponto de vista cultural, verdadeiro clima intermediario, qu permite como no Planalto de Deccan, na Índia, como na Florida, a cultura em promiscuidade das plantas das mais diferentes zonas do nosso planeta. Precisamente encarada por esse prisma, a situação da escola de agricultura e veterinaria em Viçosa foi de raro acerto e felicidade. Nosologicamente, é o clima de Viçosa tido e havido como dos mais salubres das zonas servidas pela Leopoldina Railway no Estado de Minas. A este proposito, informou-me o sr. dr. Bello Lisboa que, com mais de 300 pessoas congregadas nos terrenos da futura escola de sua criação, jamais constatou casos de molestias transmissiveis; nem thyfo, nem variola, nem impaludismo, nem verminose. Perto de Viçosa, ha menos de 40 km, ja actualmente venciveis na quasi totalidade por automoveis, cogita uma empresa de criar o ‘Sanatorio da Serra da Grama’ no planalto de Araponga. Quasi igual ao clima de Araponga é o da Serra de S. Geraldo, galgada com rara ousadia pela Leopoldina Railway, em varios pontos com altura superior a mil metros, e S. Geraldo é, por assim dizer, um suburbio de Viçosa (DEPOIMENTO DE A. GOMES CARLOS NO JORNAL O HERVAL, 1925, s/p, grifos do autor).

Após magníficos prognósticos em torno da “opulenta” região de Viçosa, percebemos que para o engenheiro os fatores altitude (646 metros acima do nível do mar) e latitude (20 graus e 30 minutos) conferiam à Viçosa um clima ameno e “salubre”. Compartilhando do pensamento do engenheiro, Capri (1916) também colocava o clima viçosense, numa visão um tanto ludibriosa, como o mais saudável da Zona da Mata. Nessa mesma direção, Júlio de Oliveira, colunista no jornal *A Cidade* (1923, s/p, grifos nossos) publicou em relação ao aspecto climático de Viçosa: “[...] no curso entre a Leopoldina Hailway atravessa a ampla e aplausivel Serra de São Geraldo, rodeada de graciosas **colinas e bafejada por um clima delicioso**, se assenta a progressista cidade”.

O elemento clima para A. Gomes Carlos, reforçado em depoimentos de outros personagens, justificava o “acerto” na escolha do espaço viçosense. Ele qualifica o planalto de Araponga como paradisíaco, em função de sua beleza e da amenidade de seu “clima californiano”. O redator do jornal *A Cidade* (1925) comentando a respeito do relatório do engenheiro, que foi publicado na íntegra também no *Jornal do Commercio* (do Rio de Janeiro), assinala que A. Gomes Carlos aconselhava a aquisição pelo governo de Minas de uma área com grande extensão territorial naquele planalto para os futuros

campos de cultura experimental, arboretos (para o estudo da botânica e silvicultura), aclimatação de plantas e animais.

Ademais, devemos sublinhar que o discurso de Bello Lisboa também estava embevecido de qualificações a respeito do clima: “[...] sobre a felicidade da escolha, depois de percorridos nove municípios pela comissão incumbida do trabalho, não pode pairar mais a menor duvida, porque ai estão para **atestar a salubridade do clima**, os dados preciosos do nosso posto meteorologico, a boa qualidade das terras” (JORNAL A CIDADE, 1925, s/p, grifo nosso). Da mesma forma, as narrativas de Rolfs estavam pavoneadas de exaltação climática, ele costumava frisar (numa hipérbole) a excelência do clima de Viçosa o considerando superior aos da California e outros pontos da América do Norte (JORNAL A CIDADE, 1927).

Os predicados “amenidade do clima” e “salubridade do ambiente” foram sustentados por A. Gomes Carlos, Bello Lisboa, Rolfs procurando demonstrar que o sítio onde se instalou a ESAV se mostrava muito favorável às diversas culturas (algodão, arroz, aveia, batata inglesa, batata doce, cebola, cevada, feijão, milho, repolho chinês). Após expor o clima, na quarta temática o engenheiro analisa as condições de Viçosa para se tornar um centro de estudos agrônômicos – tal medida coloca em cena os interesses dos fazendeiros locais e empresários.

Importancia social e agricola de Viçosa – a cidade de Viçosa, já como presentemente é, offerece vantassissimas condições para construir um centro de estudos agronomicos: é, porem, necessario adivinhar-lhe a importancia que forçosamente terá dentro apenas do breve espaço de dous a tres decennios, quando augmentada de população, opulentada de riquezas de sua lavoura e industrias, fôr o local da convergencia das estradas que lhe chegam partindo diariamente do Rio e Belo Horizonte, dos varios centros siderúrgicos que, desde agora, vão surgindo em Minas, de Ouro Preto, de Caratinga, de muitas partes em synthese. Nesta esplendorosa civilização, que há de forçosamente vir pela imposição de factores economicos, de toda ordem, os 150 automoveis que o municipio viçosense conta actualmente, serão 1.500, 15.000 e quiçá mais. Nessa occasiao as regiões de clima mediterraneo que se estendem pela altura de Araponga e S. Geraldo transforma-se-hao, por assim dizer, em verdadeiros suburbios de Viçosa, tornando então facilimo á Escola Superior de Agricultura e Veterinária viçosense crear ali campos de cultura e arboretos para a instrucção de seus alumnos que, desta arte, ficarão conhecendo praticamente todas as culturas do Brasil, desde as dos clima sulino até ás da torrida Amazonia (DEPOIMENTO DE A. GOMES CARLOS NO JORNAL O HERVAL, 1925, s/p, grifos do autor).

As ideias arroladas por A. Gomes Carlos apontavam as conquistas da cidade em termos de “progresso” e “modernidade”, quais fossem: energia elétrica; serviço de água e esgoto; estabelecimentos hospitalares; telefonia; institutos de ensino (*Gymnasio* de

Viçosa, Colégio Normal Nossa Senhora do Carmo, Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes, Escola Agrícola Arthur Bernardes) etc.; como elementos persuasivos para que Viçosa se constituísse como um centro agrícola. Não podemos esquecer de ressaltar que a economia viçosense se baseava em uma tênue agroindústria e na produção rural e que aqueles serviços (sobretudo, luz, água, esgoto e telefonia) não atendiam o município de forma eficiente. Quanto aos estabelecimentos de ensino verificamos que apenas as frações de classes abastadas da cidade tinha acesso.

Para finalizar esta temática, queremos assinalar o vaticínio do engenheiro e do próprio Estado por um núcleo de integração regional, capaz de articular o fluxo comercial de diversas partes de Minas, o qual ocorreria através das estradas. Lisboa (1929) comungava desse debate ao dizer que a Escola deveria se constituir, em um futuro próximo, num centro dum sistema rodoviário. Isto porque, a carência no sistema de transportes era encarada como um fator de atraso ao impedir a expansão da economia. Tratava-se de uma estratégia na qual as estradas de rodagem simbolizariam o progresso de Viçosa e possibilitariam o alcance regional com vistas à conquista de mercado. Para tal, a atuação de Arthur Bernardes foi crucial, já que sua agenda política se centrava na modernidade pelas vias dos binômios Trabalho-Educação e Policultura-Transportes.

A linha de argumentação aqui desenvolvida aponta para iniciar uma discussão de como as representações corroboraram na valoração do espaço. A reflexão de Moraes (1997) atenta para a importância de se pensar que a valoração é uma prática de delegação de valor, ou seja, de mensuração que pode ser tanto qualitativa quanto quantitativa de um lugar ou conjunto de lugares. Afinal, seu resultado é “[...] um constructo (uma representação, fundamentada em padrões e equivalências), gerado por uma apropriação intelectual (imaterial) da realidade” (MORAES, 1997, p. 62) e, dessa forma, o ato de valorar perpassa o universo das práticas discursivas.

No caso aqui estudado, Arthur Bernardes, os comissionários Arduíno Bolívar; Álvaro Astolfo da Silveira, Mario Monteiro Machado e P.H. Rolfs; A. Gomes Carlos e Bello Lisboa utilizaram intensamente a representação do espaço para legitimar suas estratégias, sendo a principal delas a projeção de Viçosa na Zona da Mata. A batalha verbal das lideranças políticas e frações da classe dominante agrária pelo acúmulo de capital simbólico¹¹³ ficou patente na disputa da cidade pela condição de sede da instituição. Nesta batalha discursiva, detectamos a exaltação de “riquezas potenciais”, isto

¹¹³ Inspirado em Bourdieu (1989).

é, princípios geográficos que faziam menção aos aspectos pertinentes ao espaço de Viçosa (água, clima, altitude, relevo, solo fértil, presença de infraestruturas – como as estradas de ferro etc.).

A partir da perspectiva *valorativa* e subjetiva do espaço, vimos que os princípios eram colocados como qualidades do espaço viçosense, o qual no imaginário social das fracções da classe dominante agrária local possuía clima *ameno, salubre e excelente*; solo *uberíssimo* (fertilidade das terras), *graciosas* colinas, altura *conveniente* acima do nível do mar, *salubridade* do meio ambiente e, em função disso, uma “situação geográfica privilegiada”. Em diversas narrativas observamos a representação topográfica do espaço, como a do redator do jornal viçosense se referindo à localização da ESAV: “[...] em **formoso vale pitorescamente rodeado de colinas suaves e verdejantes**” que impunha inveja aos decantados vales alpinos (JORNAL A CIDADE, 1923, s/p, grifos nossos).

Em outro momento, o relator colocava “[...] magnificamente instalada em *vasta e pitoresca planície*, nos arredores desta cidade, e dispondo de uma área de aproximadamente 200 alqueires de terra, de conhecida **uberdade** [...] banhada por copiosos mananciais de **água puríssima**” (JORNAL A CIDADE, 1926, s/p, grifos nossos). Podemos observar que estes discursos possuíam um lastro espacial sustentado, sobretudo, em recursos naturais. A apropriação destes nas narrativas representa o que Moraes e Costa (1987) denominam de criação de valor e esse valor de base natural era interpretado na visão das fracções da classe dominante agrária como *situação geográfica* privilegiada (conjugação de terras férteis, água em abundância, clima favorável – primeira natureza; e presença de estradas de ferro – segunda natureza, fruto do trabalho humano). Portanto, a dita variedade de recursos naturais disponíveis em Viçosa foi um trunfo de poder acionado pelos atores envolvidos na criação da ESAV para valorar espaço da cidade perante aos demais da região.

Por último, a ideia de centro agrícola ou agrônômico como uma espécie de “vantagem locacional” permanecia entremeada nas noções de progresso e modernização. Tratava-se, em síntese, de uma ideologia geográfica ou espacial, como discute Moraes (1991) estas

[...] alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito do seu espaço e da sua relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares, que impulsionam sua transformação ou acomodamento nele. Expressam, enfim, localizações e identidades, matérias-primas da ação política (MORAES, 1991, p. 44).

O autor ainda aponta que as ideologias geográficas podem abranger narrativas de “aptidão”, do “caráter” ou do “destino” de determinados lugares. Além disso, outro atributo das ideologias são os discursos normativos relacionados ao espaço, enovelando planos e projetos que tem como intuito ordená-lo e construí-lo (MORAES, 1991). No caso aqui analisado, a retórica defendida pelos personagens (P.H. Rolfs; A. Gomes Carlos e Bello Lisboa) estavam embevecidas de uma espécie de “vocaçãõ” da cidade de se tornar um centro irradiador de informações, técnicas e métodos agrônômicos. Ou seja, em suas falas buscavam projetar Viçosa como um importante centro agrícola – note que o ruralismo se infiltrou na escala local – por oferecer “vantajosíssimas condições”.

Em poucas palavras: o epíteto de centro/centralidade atribuída a Viçosa (como um atributo de sua vocação) constituiu uma ideologia geográfica, pois como toda ideologia camuflou a realidade. Isto é, este espaço de “encantamento” assinalado pelas pelos grupos locais não condizia com os atributos espaciais da cidade (rios, estrutura física, condições viárias etc.). Destarte, a ideologia geográfica foi utilizada arditosamente para que as fracções da classe dominante agrária viçosense pudessem se beneficiar com a proximidade da Escola, uma vez que, a metamorfose de uma cidade pacata para um novo *centro*, inclusive econômico, poderia significar sua vitória na arena política regional.

2.5.2 A *capitalidade* de Viçosa no ensino agrícola

Nos bastidores dos discursos as lideranças e comissionários adornavam a disputa entre as cidades (Ponte Nova, Ubá, Rio Branco e Viçosa), mas no plano da materialidade essa disputa não existiu, apenas serviu para legitimar o favoritismo de Bernardes por sua terra natal e justificar a escolha e os interesses políticos dela advindos. Em outras palavras, para que Viçosa não aparecesse sozinha na cena pública reafirmando uma decisão de caráter personalístico, outras cidades foram apresentadas no debate como maneira de escamotear os possíveis conflitos. Portanto, a alegada competição entre as cidades maquiou a escolha da zona geográfica da Escola.

Em detrimento disso, as representações textuais contêm diversos discursos sobre a ideia de centro/centralidade de Viçosa. O trecho descrito a seguir ilustra isso, nele Lisboa (1929, p. 6, grifos nossos) asseverava que o sítio onde se instalaria a ESAV se mostrava muito favorável, pois além das condições locais ostentava

excelente clima, boa água potável, altura conveniente acima do nível do mar, apresenta a Escola **posição central**, está colocada no centro da Zona da Mata, a de maior Agricultura do Estado”. Além disto, ele alegava que a instituição se localizava em **posição de centralidade** em relação aos municípios prósperos de Ubá, Rio Branco, Cataguazes, Muriaé, Carangola, Manhuaçu, Jequery, Caratinga, Ponte Nova, Rio Casca, Raul Soares, Alvinópolis e São Domingos do Prata.

A centralidade – ou *capitalidade* – azeitada nas falas das lideranças intelectuais e políticas pode ser compreendida como uma busca para que Viçosa se tornasse um epicentro físico-territorial capaz de se comunicar com os territórios da sua hinterlândia e, quiçá, com os das cidades constituintes da Zona da Mata. O conceito de centralidade é discutido por Vidal (2011, p. 7) e sintetizado a partir do tripé território-povo-governo – elementos imprescindíveis do Estado. A par disso,

o território (a capital deve ter uma posição central relativamente ao território e estar, nomeadamente, no centro de sua rede de comunicações), o povo (aqui, a centralidade deve ser concebida menos em sua dimensão demográfica que sociológica: a capital abriga as categorias mais dinâmicas da sociedade) e o governo (a capital encarna a soberania do Estado, concentrando suas instâncias de decisão).

É imprescindível esclarecer que o conceito de *capitalidade* remete ao caráter central que uma cidade e seus líderes assumem numa dada época como “[...] **cabeça** ou lócus articulador de vastos territórios, interesses, negócios e políticas” (BICALHO, 2011, p. 53, grifo nosso). Afinal, só estamos autorizados a falar de capitalidade se este centro (cidade) chegar a reverberar a sua influência num determinado espaço, assumindo papel de comando, como foi o caso de Viçosa, que passou a assumir, no plano das ideias, crescente centralidade agrícola após a autorização, pelo governo do estado, da ESAV.

O principal mote era alçar Viçosa como a *capital do ensino agrícola* e o argumento para tal proeza se embasava no projeto da cidade como um espaço educador, este foi marcado por diversas etapas que englobou o arco temporal de 1913 a 1922. A primeira delas foi a criação do *Gymnasio* de Viçosa em 1913, posteriormente denominado Colégio de Viçosa, com uma Escola Normal anexa, situada na Praça Silviano Brandão (centro da cidade) fundado pelo professor Alípio Peres, que veio à cidade mediante influência e convite de Arthur da Silva Bernardes (PANIAGO, 1983). As origens do Colégio Normal Nossa Senhora do Carmo remontam ao Ginásio de Viçosa, uma vez que foi fundado em anexo a este. O Colégio foi criado pelo Decreto n. 4. 108, de 27 de janeiro

de 1914, sendo o professor Emílio Jardim de Resende e o político Arthur da Silva Bernardes os responsáveis por conduzir as Irmãs Carmelitas à Viçosa.

A fundação do Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes¹¹⁴ foi autorizada pelo Decreto n. 4.572 de 16 de maio de 1916. Sua sede estava localizada no centro da cidade, na Rua Benjamin Araújo (antiga Rua do Comércio), este foi o primeiro estabelecimento público, pois “[...] antes dele só existiam na cidade as escolas particulares, subvencionadas pelo poder público (conforme a legislação), isoladas, mistas ou unitárias” (RANGEL, 2018, p. 50). No Grupo lecionava-se o ensino primário, médio e especializado. Já a Escola Agrícola Arthur Bernardes foi criada no contexto do surgimento dos patronatos, os quais eram destinados à assistência do menor desamparado. A Escola foi oficialmente legalizada mediante o Decreto-Lei n. 12.983 de 28 de fevereiro de 1918, no qual Arthur Bernardes deliberou a compra de terrenos na antiga Fazenda da Vargem, em Novo Silvestre (PANIAGO, 1983).

A ESAV, na perspectiva de seus idealizadores, cimentaria a ideia de uma cidade de possibilidades educacionais, que vinha sendo esboçada desde a primeira década do século XX com implantação das instituições (*Gymnasio* de Viçosa, Escola Normal Nossa Senhora do Carmo, Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes e a Escola Agrícola Arthur Bernardes) que ao serem instaladas valorizaram os espaços de Viçosa. Portanto, os dispositivos implantados por Arthur Bernardes, personagem benemérito que procurou dotar a cidade de um sistema educacional, marcaram a caminhada de sucesso do seu projeto de uma Viçosa de possibilidades. Em outras palavras: todos estes dispositivos poderiam converter Viçosa em um centro articulador de uma vasta rede territorial, fazendo com que a cidade exercesse *capitalidade* na educação.

Os discursos estavam envernizados com uma espécie de “mantra” cuja repetição estava atrelada à centralidade. Em mensagem ao governo do estado, Fernando Mello Viana acentuava que Viçosa estava “destinada” a se tornar, futuramente, um dos mais movimentados *centros* de instrução do país (JORNAL A CIDADE, 1925). Rolfs (1925) alegava que a Escola Agrícola em Viçosa transformaria a cidade num *centro de irradiação de ensino agrícola*. Este assunto vinha sendo debatido nas páginas do jornal, no qual o expositor sintetizou o relatório de A. Carlos Gomes (que apresentamos na seção anterior) dizendo que:

¹¹⁴ A atual Escola Municipal Coronel Antônio da Silva Bernardes (CASB).

Rememora, em seguida, os fatos que deram origem a criação da ESAV, salientando a atitude genuinamente patriótica de Arthur Bernardes, ao contrariar os desejos de alguns amigos seus e de seu governo, no sentido de ser a mesma fundada na capital do estado, por entender que a agricultura só se apreende num **centro agrícola** (JORNAL A CIDADE, 1924, s/p, grifos nossos).

Vale lembrar que estas trincheiras de representações discursivas sobre centralidade foram inventadas a partir do interesse de determinados grupos no poder, leia-se: fracções de classe dominante locais, sobretudo a agrária. A centralidade é uma qualidade de ser, pois nenhum espaço nasce central antes ele se estabelece historicamente. Aí está o pulo do gato! Era exatamente isso que as lideranças políticas estrategicamente estavam tentando fazer: forjar a historicidade de Viçosa como portadora de capitalidade regional, como verdadeiro centro de gravidade da política agrícola. E, para tal, a expressão de maior poder imagético da *capitalidade* republicana viçosense era a ESAV.

À luz dos esclarecimentos de Vidal (2009, p. 7), podemos dizer que Viçosa foi uma capital (do ensino agrícola) sonhada e os sonhos (políticos, econômicos e sociais) constituíram suportes para as discussões, tendo em vista que os debates sobre a ideia de centro se esboçaram antes da inauguração da ESAV em 1926. O projeto “vencedor” das fracções da classe dominante agrária viçosense (trazendo a escola agrícola de ensino superior para a cidade) proporcionou o enaltecimento dos políticos que estavam à espreita da discussão, tornando-os, em alguns casos, ainda mais influentes e catalisando investimentos para Viçosa. Isto é, a vitória conferiu poder à cidade e as lideranças dos territórios vizinhos passaram a lhe conferir maior visibilidade. Portanto, o movimento discursivo voltado à *capitalidade* colocou o município num novo estatuto político e econômico, no qual seu espaço de poder foi redefinido.

A encenação e a representação do e para o poder se encontram na cidade por meio da monumentalidade “[...] por realizações arquitetônicas dos edifícios do poder (a maioria das vezes situados no centro da cidade)” (VIDAL, 2009, p. 5), que possibilita reafirmar a dimensão de centralidade da capital. Em Viçosa, a *capitalidade* exprimir-se-ia pela exibição do poder arquitetônico dos edifícios públicos mais representativos tais como: o *Gymnasio* de Viçosa, o Colégio Normal Nossa Senhora do Carmo, a Prefeitura e Câmara Municipais, a Escola Agrícola Arthur Bernardes, a ESAV (e seus imponentes monumentos como o projeto inicial “faraônico” do Edifício Arthur Bernardes e o Edifício Bello Lisboa – impregnados de fortíssima carga simbólica; o Vale da Agronomia; a Estação da Leopoldina *Railway*). Esta *paisagem capitolina* localizada na sede era

acionada nos eloquentes discursos dos políticos e fracções de classe, os quais buscavam exhibir a *capitalidade agrícola* de Viçosa no amplo xadrez territorial da Zona da Mata. Destarte, a ESAV simbolizou a coroação do vasto programa de *monumentalização capitalizante*.

Em busca da imagem de *capitalidade*, Arthur Bernardes, além dos argumentos dos dispositivos educacionais existentes mobilizava a presença da estrada de ferro na cidade como um elemento a mais. De maneira irrefragável a Leopoldina *Railway* foi um ponto de articulação da cidade à microrregião e à região da Zona da Mata através da circulação de homens, capitais e mercadorias, contudo os outros espaços pretendidos (Ponte Nova, Ubá e Rio Branco) também eram “atravessados” pela via férrea, o que evidencia a pretensão política de Bernardes em transformar Viçosa num *centro* e nóculo de uma rede de poder e de administração dos territórios periféricos (leia-se: cidades interioranas).

Em resumo, como *capital do ensino agrícola* Viçosa deveria adentrar a sua microrregião e os demais municípios da Zona da Mata espraiando a educação. Importante ressaltar que a *capitalidade* era, para aqueles que a defendiam, uma projeção de narrativa da era da modernidade, com o fito de se tornar uma afirmação sócio-política que conduziria o progresso na sociedade viçosense. Para concluir, não podemos deixar de mencionar que a ESAV (re) desenhou a rede urbana da cidade através de novos traçados que envolveram o desmembramento e compra das fazendas, a produção do espaço institucional e as reformas sanitárias na cidade, alvos de análise do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3. VIÇOSA (MG) COMO A “PRINCESINHA DE MINAS” DE ARTHUR BERNARDES: O NASCIMENTO DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA (ESAV)

3.1 Formação territorial da ESAV

A formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais¹¹⁵.

É importante recuperar a história da **formação dos territórios** atuais, num **resgate retrospectivo dos processos** que levaram à conformação das áreas de dominação estatal, movimento que a partir de certo momento (variável em cada caso, mas passível de ser periodizado em diferentes porções do planeta) cruza e amalgama-se com a questão nacional¹¹⁶.

A formação territorial, sob o prisma espacial, é um processo cumulativo. O desenvolvimento histórico se faz sobre uma porção da superfície terrestre e, desse modo, a formação social tende a ser também territorial, uma vez que necessariamente se espacializa (MORAES, 2011). A epítome que “abre” este capítulo nos conduz a pensar o processo de formação territorial do nosso objeto, a ESAV. De um lado, o território material que correspondia às formas, engendrado pela apropriação material das fazendas que constituíram a Escola; de outro lado, o território simbólico, aquele imaginado nos discursos e representações visuais (fotografias, plantas e mapas). O imaginário territorial comandou, inclusive, a apropriação e exploração de tal espaço, retroalimentando o processo de produção material. Logo, as simbologias sedimentavam um olhar idealizado de modernização antes mesmo do primeiro tijolo.

Na perspectiva de formação de territórios vinculados à questão nacional, podemos dizer que a ESAV, embora tenha se constituído num espaço de exercício do poder estadual – associada à Secretaria de Agricultura de Minas Gerais – nasce a partir de um projeto educacional vinculado à criação das escolas superiores agrícolas no país. Na tentativa de compreender a formação territorial da ESAV resgatamos os processos retrospectivos que levaram a sua origem, sendo a fusão das doze fazendas adquiridas pelo Estado uma de suas particularidades. A apropriação dos espaços das fazendas os colocou

¹¹⁵ Moraes (2005, p. 59).

¹¹⁶ Moraes (2005, p. 53, grifos nossos).

sob a órbita de uma dominação política: a união delas se tornou um patrimônio territorial do governo estadual, sendo a propriedade uma forma jurídica e uma forma espacial.

Nesta remissão de análise de constituição do espaço em tempos pretéritos, é oportuno lembrar que Arthur Bernardes baseado no parecer da comissão encarregada de situar a Escola em Minas Gerais sancionou por meio do Decreto nº. 5.806, de trinta de novembro de 1921 a desapropriação da área escolhida que englobava parte do vale do córrego do Paraíso e todo o terreno compreendido na bacia do Ribeirão São Bartolomeu até as cabeceiras – terrenos conhecidos como ‘Maria Luiza’, situados a dois quilômetros da sede municipal (LISBOA, 1935).

Localizado este sítio (Maria Luiza) coube então aos comissionários delimitarem a Escola. Apesar da comissão ter aconselhado a desapropriação do sítio escolhido, Fernando de Mello Vianna (então Procurador-Geral do Estado) foi a Viçosa e aconselhado por Arthur Bernardes resolveu comprar as fazendas ao invés de desapropriá-las (MUSEU HISTÓRICO E PINACOTECA DA UFV, 2018), já que muitos proprietários eram seus adversários políticos. A área total foi arrematada por 294:700\$000,00 (duzentos e noventa e quatro contos e setecentos mil réis). Paniago (1983) ao analisar as escrituras de compra e venda de bens de raiz realizadas pelo estado de Minas, apresenta a relação de vendedores e os preços de cada terreno em contos de réis (Quadro 6).

Quadro 6 - Transmissão das propriedades para o Estado de Minas Gerais

Proprietário	Registro no Livro	Data	Localidade (s)	Valor
Lino Lopes Rosado	Nº. 70 – Fl. 65	22/08/1921	Barbado	40:000\$000
Christiano Machado	Nº. 70 – Fl. 66 v.	22/08/1921	Alto da Boa Vista	26:000\$000
Alberto Álvaro Pacheco	Nº. 71 - Fl. 16 v.	23/01/1922	Alto da Boa Vista	25:000\$000
Octavio Otaviano Pacheco	Nº. 71 – Fl.17 v.	23/01/1922	Recta	33:000\$000
Laurentino Gonçalves de Paula	Nº. 71 – Fl. 19	23/01/1922	Boa Vista/Barbado	3:600\$000
Alexandre Ferreira da Silva	Nº. 71 – Fl. 22	24/01/1922	Campo Alegre	130:000\$000
João Tristão Gonçalves Guimarães	Nº. 71 – Fl. 24 v.	24/01/1922	Pasto do Barão	9:000\$000
Antônio Vitarelli	Nº. 71 – Fl. 31	06/02/1922	Olaria	14:000\$000
Laurentino Gonçalves de Paula	Nº. 71 – Fl. 33	06/02/1922	Barbado	3:600\$000
Joventino Otávio de Alencar	Nº. 71 – Fl. 34	06/02/1922	*	2:000\$000
Joaquina Cândida de Miranda	Nº 71- Fl. 25	07/02/1922	Campo Alegre	4:500\$000
Randolpho Lopes de Faria Franco	Nº 72 – Fl. 12	22/06/1922	*	4:000\$000
TOTAL				294:700\$000

*Informações não encontradas

Organizado por Dayana Coelho (2018).

Fonte de dados: PANIAGO (1983, p. 227, 228 e 229) e CARTÓRIO DE IMÓVEIS (1996).

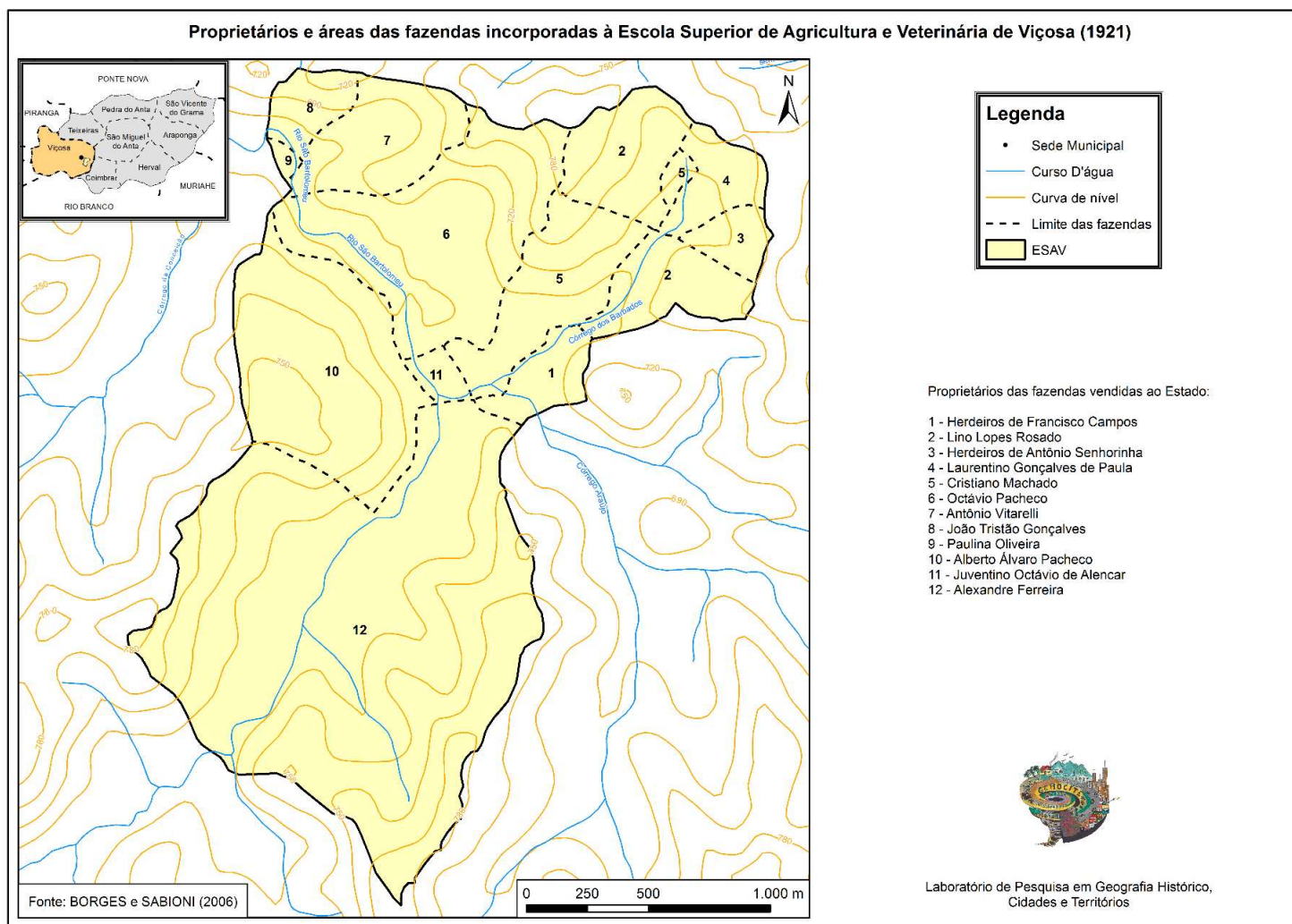
O parcelamento territorial (e a conseqüente criação de novas formas espaciais) desenrolou-se em dois momentos: nos anos 1921, quando Lino Lopes Rosado e Christiano Machado foram os primeiros a vender suas terras e a partir do ano de 1922, quando a maior parte dos proprietários transferiram seus terrenos ao governo do estado intensificando o parcelamento. No cotejamento das informações da Tabela com as do mapa dos proprietários e áreas das fazendas incorporadas a ESAV (Figura 23) é possível perceber que as glebas mais caras alienadas ao Estado condiziam com aquelas de maior extensão territorial e pertenciam aos fazendeiros Alexandre Ferreira da Silva (213,6960 hectares), Alberto Álvaro Pacheco (58,8160 ha), Octavio Otaviano Pacheco (59,6768 ha) e Christiano Machado (43,3664 ha). Também observamos no mapa que o Ribeirão São Bartolomeu, os Córregos dos Barbados e do Araújo eram os que percorriam as unidades territoriais (fazendas) da futura instituição.

No processo de tomada de posse dos terrenos e de construção social e política do território, Mello Vianna acentua que houve resistência dos vendedores

O pior é a resistência passiva dos vendedores. Não sei se conseguirei levar a cabo a empreitada, pois nunca tive missão igual. É preciso ter uma dose grande de paciência e provisão de coragem. Nunca andei tanto a pé em minha vida; de plano, não me traziam os animais para percorrer os terrenos de que precisávamos, mas, a pé, e sem temer os carrapatos, percorri-os todos e realizei as compras que deram à Escola os primeiros terrenos (BORGES, 2006, p. 23).

Apesar dos esforços hercúleos exaltados pelo Procurador Geral do Estado, há controvérsias na resistência que ele lança luz. Ela não foi realmente geral, pois como vimos os dois primeiros proprietários (Lino Lopes Rosado e Christiano Machado) venderam suas terras ao Estado em 22 de agosto de 1921, antes mesmo do Decreto de desapropriação de 30 de dezembro de 1921. Além disso, as demais escrituras e vendas estavam concentradas nos meses de janeiro e fevereiro de 1922 (com exceção dos terrenos comprados de Randolpho Lopes de Faria Franco em 22 de junho 1922) – vide Tabela 4 – então se ocorreu resistência argumentado por Mello Vianna parece ter durado pouco tempo (PANIAGO, 1983).

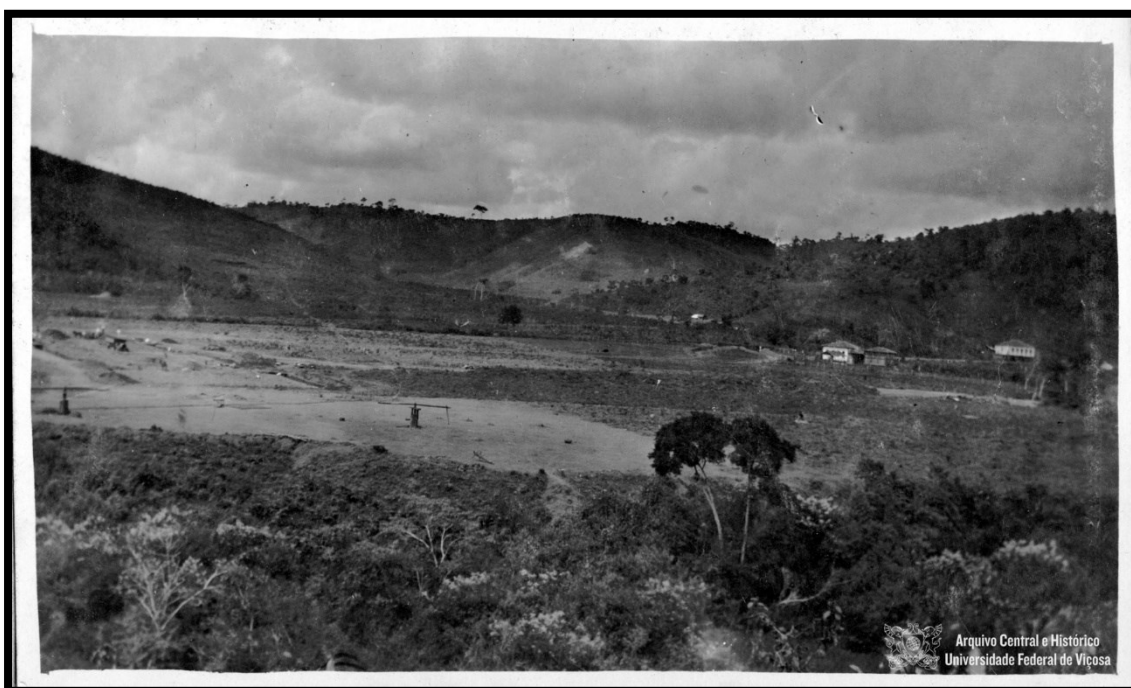
Figura 23 - Proprietários e áreas das fazendas incorporadas à Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (1921)



A área total adquirida contava com 453 hectares, sendo que cada fazenda funcionou como uma “célula territorial” que deu origem ao arranjo espacial da ESAV. A conexão entre tempo e espaço nos permitiu desvendar processos e formas espaciais resultantes da ação humana em seu processo de territorialização. Assim, ao se apropriar do espaço das fazendas e transformá-las em sua propriedade (Figura 24), o Estado definiu o território da ESAV.

Importante sinalizar que já havia uma territorialização preexistente (anterior a 1921) nas antigas fazendas representada pelos fazendeiros e seus campos de cultivo. Com a transformação de um espaço privado (das fracções da classe dominante agrária vicossense) em espaço público (do governo estadual) e institucional (após 1921), ocorreu uma nova territorialização expressa pelos personagens envolvidos com a Escola (P.H. Rolfs, Bello Lisboa, operários, comissionários etc.). Estes através de novas técnicas agrícolas (com experimentos científicos) deixaram suas marcas de poder no território esaviano.

Figura 24 – Uma das primeiras fotos do *campus* após a entrega das fazendas à ESAV antes do começo das edificações



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

A compra de terrenos foi o início da primeira fase de construção do campus e, assim, a demarcação das fazendas que constituiriam o território da ESAV delimitou um

espaço de poder das lideranças políticas viçosenses. O reconhecimento do território feito por P.H. Rolfs e demais comissionários se firmou na detecção de artefatos naturais como rios, campos, matos, morros etc., como podemos observar na Figura 25 e Figura 26 (nestas paisagens as fazendas já haviam sido compradas). Em ambas, como pontua Borges (2006), Rolfs fotografou agrimensores em serviço captando dados topográficos dos planejamentos iniciais.

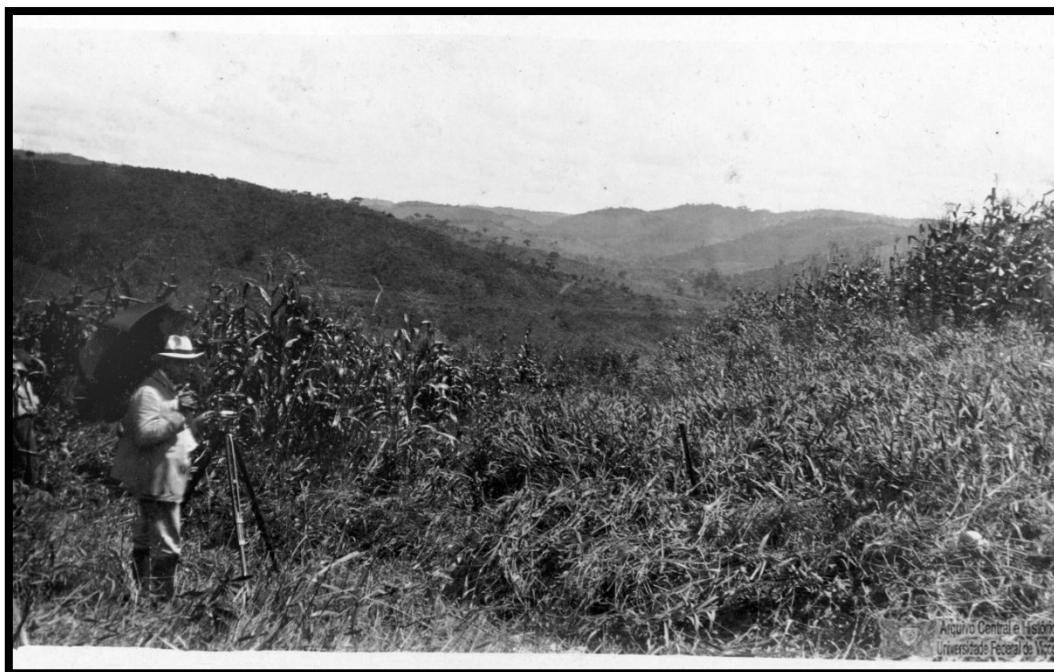
Elas exibem os primórdios das medições topográficas das fazendas, tecnologia (baseada em cálculos e desenhos) utilizada pelo comitê para obter uma “leitura” do território. Apesar de algumas delas possuírem casas, depósitos de materiais, estábulos e demais infraestruturas, em outras a presença da paisagem pictória se destacava. Nesse aspecto, o território tinha que ser desbravado e dominado e as fronteiras entre os terrenos públicos e privados reestabelecidas, logo, era necessário domesticar este espaço “selvagem” (o mato) que se diferenciava do espaço dos homens de poder (a cidade) levando àquele os holofotes da ciência.

Figura 25 - Início das medições topográficas para a formação do território da ESAV



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Figura 26 - Medições no Vale do Xaxá (apelido do fazendeiro Alexandre Ferreira da Silva)



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

A paisagem das fazendas indica territórios agrícolas. Nas figuras abaixo (Figura 27a e Figura 27b) observa-se a vista parcial de antigas moradias/terrenos que deram origem à ESAV, a localização de ambas se situava na juzante do ribeirão São Bartolomeu, onde posteriormente foram contruídas as quatro pilastras (entrada da ESAV).

Figura 27a - Casas e fazendas compradas para a construção da ESAV



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Figura 27b - Casas e fazendas compradas para a construção da ESAV



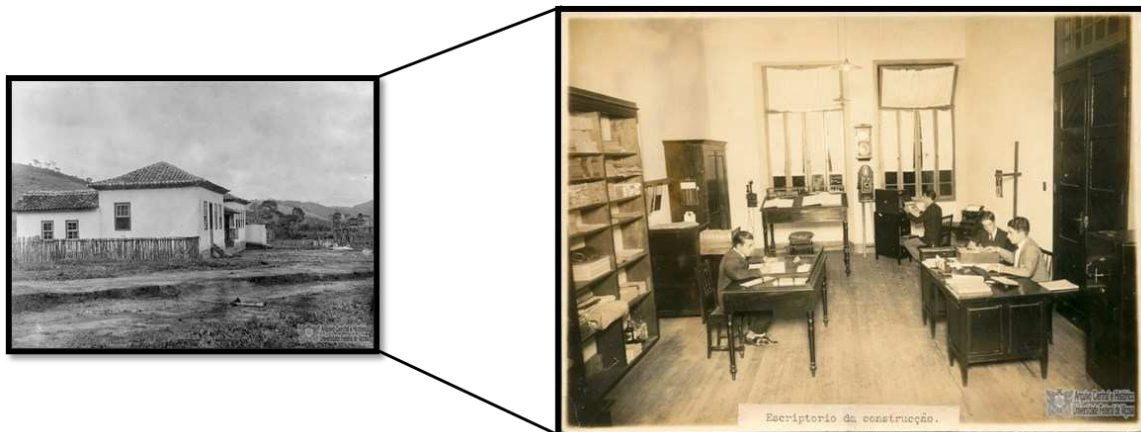
Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Vale sublinhar que houve conversão na forma e na função espaciais. Para esta análise nos inspiramos em Santos (2008, p. 69) quando coloca que a “forma é o aspecto visível de uma coisa”, um arranjo ordenado de objetos e a função diz respeito a uma “tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa”. A função está justamente vinculada com sua forma, nesse sentido, a função é a atividade fundamental de que a forma se blinda.

Pensando que as formas de uma paisagem são oriundas de processos passados que aconteceram na estrutura subjacente, observamos que a casa (forma) que abrigou a família do fazendeiro Cristiano Machado se transformou no escritório da construção da ESAV, mudando sua função¹¹⁷ (Figura 28).

¹¹⁷ A residência do diretor também experimentou o mesmo processo se transformando em casa de hóspedes (2012) e Museu Histórico (1986). Há, portanto, um processo dialético entre forma e função por meio do tempo.

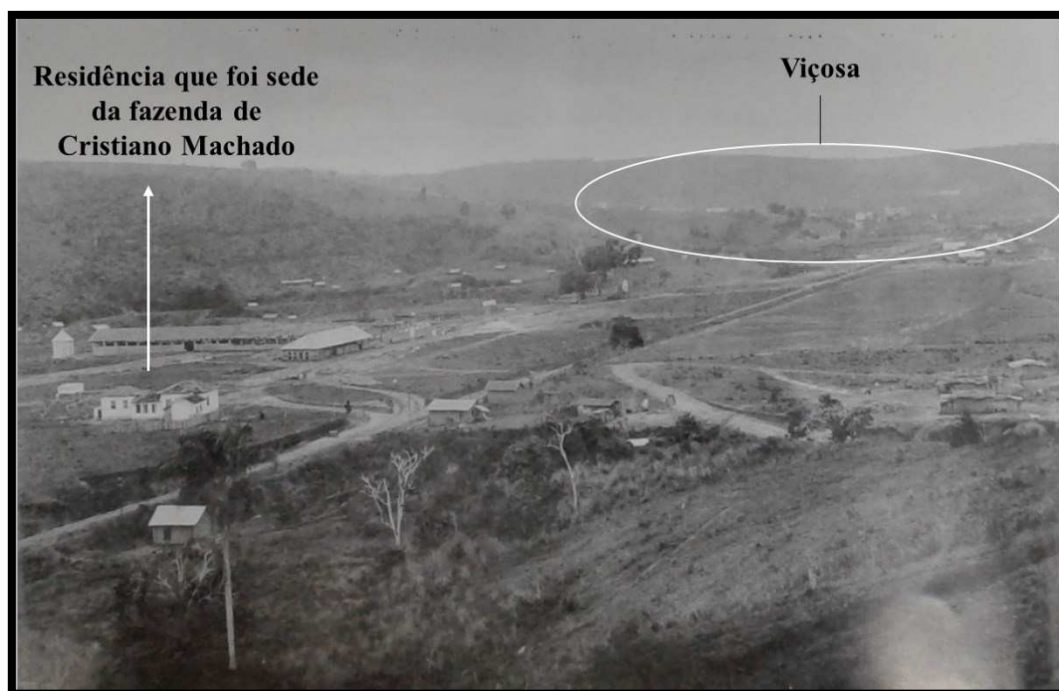
Figura 28 - Casa de Cristiano Machado, posteriormente transformada em Escritório da Construção



Fonte: Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

No escritório estão os seguintes personagens: Apontador Geral, Rubens Raposo (sentado à esquerda); o Chefe da Comissão de Construção, Bello Lisboa (sentado à direita); o Chefe do Escritório, Mario das Neves Machado (mais atrás) e uma pessoa não identificada ao fundo. Na Figura 29 (de 27 de novembro de 1922) vemos de leste para oeste a localização da moradia de Cristiano Machado em relação a ESAV e à cidade, à direita está a primeira residência de Rolfs e outras casas.

Figura 29 - A esquerda sede da fazenda de Cristiano Machado



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV – adaptado pela autora.

Das doze fazendas vendidas ao Estado, a única edificação remanente das fazendas adquiridas por ocasião da criação da ESAV foi a casa sede que constituiu a Fazenda do Xaxá – mais tarde o casario foi incorporado ao Departamento de Engenharia Florestal (setor de Dendrologia) da UFV (Figura 30). Ela funcionou inicialmente com um dos escritórios e almoxarifado da construção, depois passou a ser residência de professores.

As formas remanescentes de períodos anteriores Santos (2012, p. 140) denomina de rugosidades, isto é, “ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”. As rugosidades podem se mostrar como formas (naturais ou artificiais) isolada ou em conjuntos. Consideramos que a casa da Fazenda de Campo Belo é uma rugosidade isolada, pois a própria moradia de Cristiano Machado (posterior Escritório da Construção que vimos na Figura 29) foi demolida.

Figura 30 - Fazenda Campo Belo ou Fazenda do Xaxá (s/d)

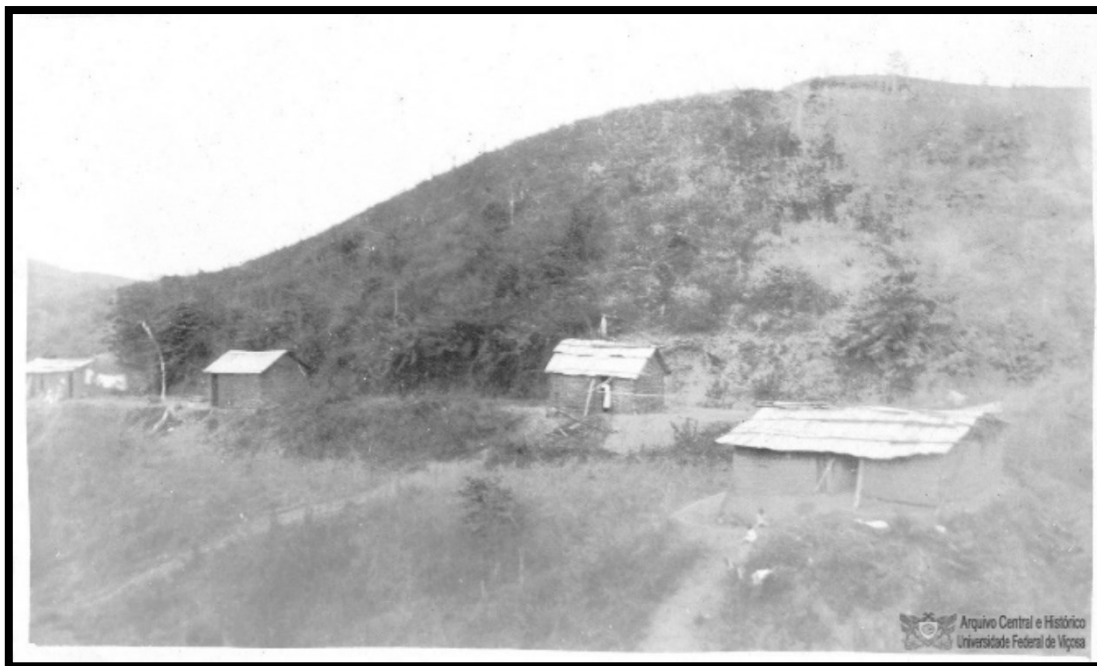


Fonte da Figura à esquerda: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Fonte da Figura à direita: foto de Ítalo Stephan.

Em contraposição à conservação do casario da Fazenda Campo Belo, algumas casas de pau a pique consideradas rústicas foram desapropriadas pelo Estado (Figura 31). Na interpretação de Godoy (2019), o passado é a lembrança não só da dominação histórica dos vencedores, mas também da tradição dos oprimidos (um passado entreaberto que possui um papel político e revolucionário). Devido ao silenciamento das fontes (e da própria ausência de documentos) não sabemos como se deu a relação (pacífica ou conflituosa) entre os camponeses e o Estado neste processo de desapropriação, se aqueles travaram ou não lutas de resistência ao progresso e à modernização que estavam sendo impostas.

Figura 31 - Casas de pau a pique dos moradores dos terrenos desapropriados para a construção da ESAV

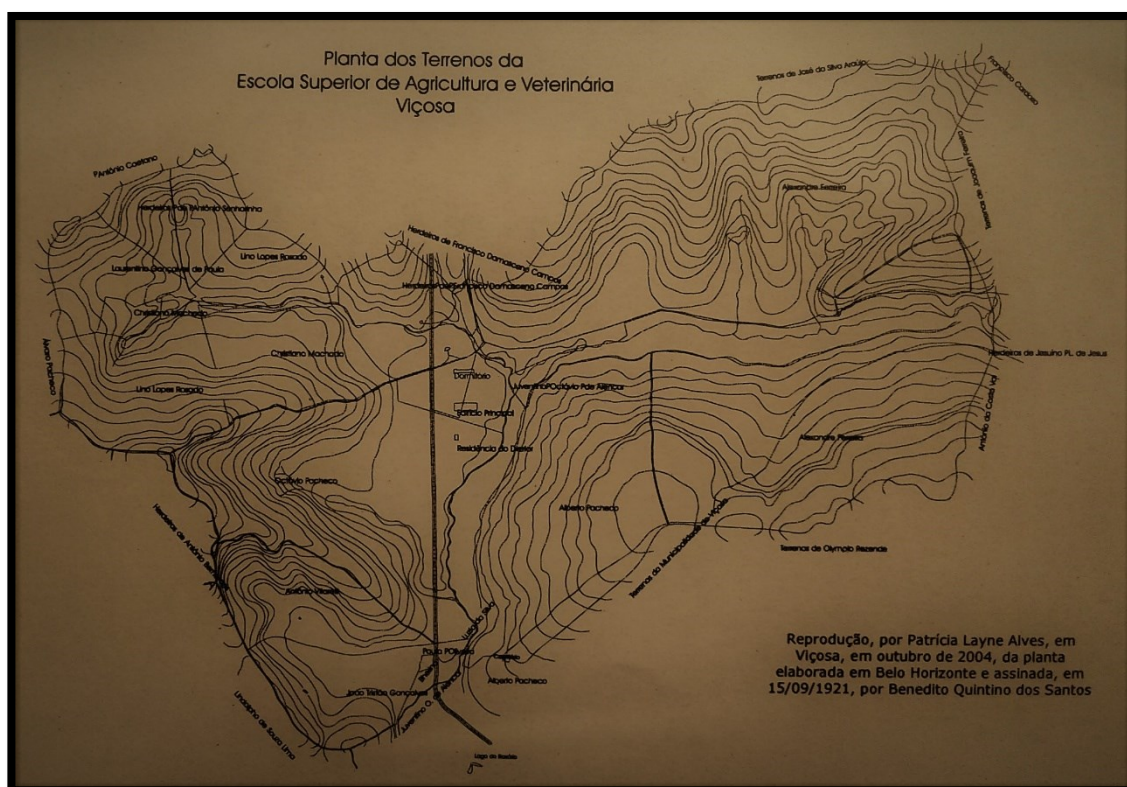


Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Um dos passos dados na direção de representação do território foi a confecção da primeira planta da ESAV, assinada em quinze de dezembro de 1921. Nela contém as divisas das fazendas compradas, as curvas de nível e as edificações, além disso, veem-se, traçadas a lápis, as linhas do primeiro planejamento no campus (Figura 32). No canto inferior direito observa-se os seguintes traçados: da cocheira, do dormitório, da Escola de Administração, do estábulo, da Etimologia e Fitopatologia, da Extensão Rural, da forragem, da leiteria e da residência do Diretor. Como podemos apreciar a planta possui o formato do seu traçado principal em T.

Quando os terrenos da ESAV foram seccionados pela Leopoldina *Railway*, a topografia propiciou a sua implantação no sentido noroeste-sudeste, com uma trama férrea que transitava paralela à Avenida da Reta (posterior Av. P.H. Rolfs) seguindo na direção da cidade. Através desta espinha, o sistema viário do *campus* foi se coordenando pela sua malha ortogonal, cometida somente pelo relevo natural (ALVES, 1969).

Figura 32 - Planta geral da Escola de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais



Fonte: LISBOA (1929).

Diante do exposto até aqui, notamos que o processo de formação territorial se constituiu num campo fértil para as heranças do passado da ESAV. A seguir daremos continuidade a tal processo enfocando o momento em que a instituição desabrochou: seu nascimento; e o momento de seu florescimento: a inauguração. Recordando que desde o discurso de fundação da Escola (1920) até a etapa em que o projeto ganhou concretude espacial (1922-1926) o modelo norte-americano de ensino profissional revestiu a pedagogia, os métodos, o regulamento, o estatuto etc. deste estabelecimento.

3.2 ESAV: 'Filha da Universidade da Flórida'

3.2.1 Ato 1: a ritualização de fundação e construção

O primeiro ato começa. Era dia 06 de setembro de 1920, quando o cenário da fundação da ESAV estava sendo definido pelo Decreto nº 6.053, autorizado pela Lei 761, os atores Arthur da Silva Bernardes (presidente do estado de Minas) e Clodomiro Augusto de Oliveira (engenheiro civil e Secretário da Agricultura) entram em cena pela primeira

vez. A lei de criação deixava clara a missão da instituição “esta Escola terá por objectivo ministrar o ensino prático e theorico da Agricultura e Veterinaria e bem assim realizar estudos experimentaes que concorram para o desenvolvimento de de taes sciencias no Estado de Minas Gerais” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS). Rolf's em conferência na Sociedade Nacional de Agricultura, publicada no Jornal O Progresso do Brazil (1922), explicou que objetivo capital da Escola era oferecer sólida instrução ao público juvenil, preparando-os a para a produção de maiores colheitas e melhores animais.

Com isso, na antecâmara da futura ESAV foi se enraizando no imaginário da sociedade viçosense e estadual a partir da anúncio, encenação e ritualização efetuadas nas fontes como os jornais: A Cidade (de Viçosa), o Pharol (de Juiz de Fora), Jornal do Commercio (do Rio de Janeiro), A Verdade, Diário de Minas (do estado), o Herval (do distrito de Viçosa), O Progresso do Brazil, Legionário das Missões e tantos outros. Estes passaram a propagandear a instituição publicando notícias a respeito das obras, dos campos de cultivo e trabalhos agrícolas (Anexo S e T) que, conforme aponta Paniago (1983), se iniciaram em 1922, ou seja, antes mesmo de sua inauguração (1926). A autora coloca que foi preciso combater a saúva no próprio vale principal da Escola para que se pudesse iniciar os cultivos.

Após a fundação e a aquisição das fazendas, o Estado passou a “preparar o terreno” para as construções. O projeto original do edifício principal da Escola elaborado pelo engenheiro chefe Honorio Hermeto Corrêa da Silva (à frente dos trabalhos de instalação) envolvia uma fachada luxuosa, quase um “castelo do conhecimento” como se poder verificar na Figura 33. Contudo, tratava-se de uma obra custosa o que acabou por criar embaraços junto ao governo do estado (BORGES, 2006). Apesar do projeto não ter sido colocado em prática, ele representa a inscrição de uma intencionalidade sobre o território: o desejo do engenheiro era delegar à ESAV através de motivações estético-urbanísticas uma iconografia de poder pautada na linguagem monumental arquitetônica.

Figura 33 - Projeto da fachada original do edifício principal



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Em 11 de junho de 1922, Honorio Hermeto Corrêa da Silva deixa o cargo de engenheiro chefe e assume compromisso como Diretor da Casa da Moeda no Rio de Janeiro. Dando prosseguimento aos trabalhos de construção, Mario Monteiro Machado (que integrou a comissão de seleção da zona geográfica da Escola) chefiou a ESAV até 14 de julho de 1922, todavia, surgiu outro contratempo: Mario foi recém nomeado para integrar o posto de diretor de Obras Públicas no Distrito Federal. É, então, que João Carlos Bello Lisboa (engenheiro que prestava serviços à cidade de Ponte Nova) assume em 05 de agosto de 1922 o ofício de engenheiro chefe da construção (JORNAL A CIDADE, 1922). Em relação ao prédio principal (projetado inicialmente por Honorio Hermeto Corrêa da Silva), Bello Lisboa escreveu

projetado a principio com uma unica fachada, muito luxuosa, exigiu, por motivo de locação, quatro fachadas, de estylo nobre, simples e de accordo com os fins do Estabelecimento; internamente soffreu elle também diversas modificações, a fim de se evitarem corredores estreitos, escadas obstruindo os corredores, installações sanitárias sem luz e ar directos, depositos escuros, etc. Foi aproveitado no predio principal, em toda extensão, utilissimo porão, tendo havido pequeno augmento de custo (LISBOA, 1929, p. 6).

[...] A fachada primitivamente projectada foi modificada, tirando-lhe o aspecto monumental que se apresentava, dando-lhe linhas mais singelas e classicas, obedecendo o primeiro pavimento á ordem jonica e o segundo á coryntia (LISBOA, 1929, p. 14).

Em sua fala Lisboa destacava a questão sanitária (tão premente à época), os cômodos que deveriam ter livre circulação de luz e ar para evitar toda sorte de doenças e

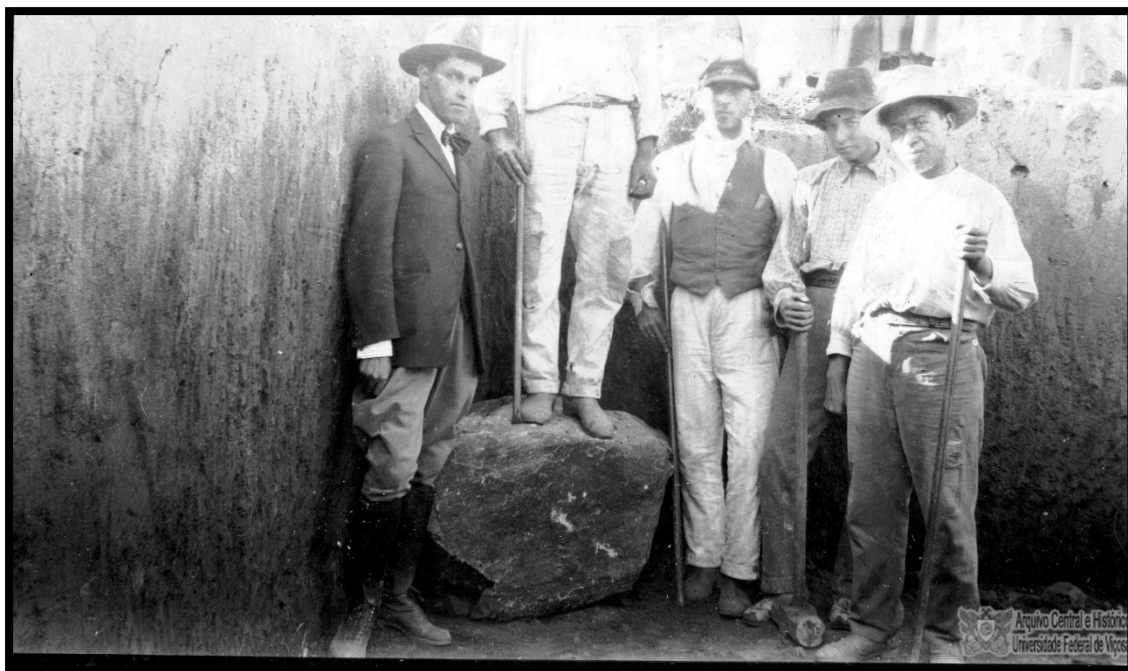
de problemas infraestruturais (mofo, infiltrações etc.). As construções se iniciaram em 10 de junho de 1922, quando foi lançada a pedra fundamental (e a primeira da construção em geral) do edifício principal, que recebeu o nome de Arthur Bernardes (BORGES, 2006; JORNAL A CIDADE, 1922). Naquele dia esteve presente um público para celebrar tal feito (Figura 34a). Isso ocorreu quando o engenheiro chefe Honorio Hermeto Corrêa da Silva ainda comandava as obras, pois um dia depois ele deixou o cargo. A pedra fundamental (Figura 34b) marcou a conquista deste espaço e se constituiu, assim como a efetivação do edifício principal, em elementos do ritual de fundação e construção da ESAV.

Figura 34a - Público presente na celebração de lançamento da pedra fundamental do Prédio Principal



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Figura 34b - Pedra angular (fundamental), ladeada por operários da construção da Escola e pelo engenheiro Mário Machado (à esquerda)



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Cabe destacar a participação de alguns atores escolhidos para representar o ato de fundação da ESAV. Marca importante no ritual de criação, pois legitima a figura do pioneiro e desbravador de uma nova terra, Arthur Bernardes. Um momento que coloca em cena este ator, que se transformou no principal personagem da história da instituição. Os eleitos para estar presentes neste ato foram as figuras de poder da cidade (políticos, engenheiros, comissionários) numa estratégia que visava perpetuar uma imagem positiva destes sujeitos como promotores de gestos heroicos na cena pública. Pelas roupas é possível detectar os operários (com vestimentas mais simples) e os homens de poder (com roupas mais sofisticadas). Aqueles geralmente apareciam ao lado destes, evidenciando a posição não-hegemônica (subalterna) e hegemônica dos grupos sociais e a consequente subordinação dos operários à estrutura de classes baseado no binômio saber/poder.

Segundo Borges (2006) o edifício principal tornou-se um prédio público majestoso em Minas. No seu próprio processo de construção já era possível perceber sua notoriedade (Figura 35a e 35b). Na época Daniel de Carvalho (Secretário de Agricultura) afirmou veementemente em seu discurso que ele era considerado tão pomposo que o governador, Raul Soares, pensou em convertê-lo em pequenas unidades que expandiriam com a Escola. A grande sacada de Lisboa em relação ao edifício principal foi colocá-lo

virado para a cidade buscando com isso “chamar” a atenção das pessoas para visitarem a instituição.

Figura 35a - Prédio principal em construção



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Figura 35b - Edifício principal em fase de colocação das cumeeiras e o barracão da obra derrubado em forte temporal

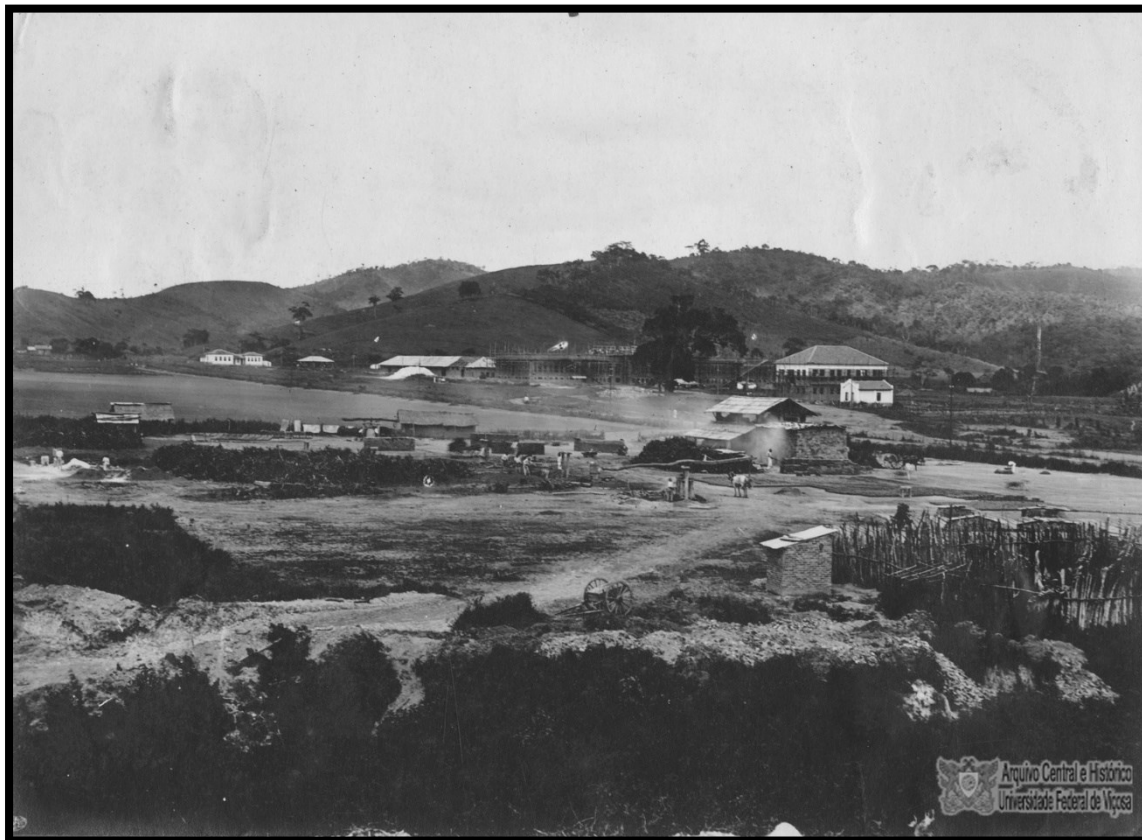


Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Demais formas estavam sendo construídas concomitantemente ao edifício Arthur Bernardes. Na fotografia (Figura 36) do ano de 1924 realizada pelas lentes de Rolfs (num corte na paisagem no sentido noroeste à sudeste) foram evidenciados: o centro do *campus*, em primeiro plano a olaria; no segundo a garagem, barracão de obras, prédio principal (primeiro andar); ao fundo, à esquerda, a primeira residência do diretor (em acabamento) e a biblioteca do diretor (terminada) e à direita, o escritório da construção. De acordo com Lisboa (1935) houve grande esforço durante as obras para atenuar os gastos, o próprio suprimento de madeira bruta se originou das matas do Rio Doce e ocorreu diretamente com os produtores sem intermediários. As pedras, como consta no Album de Formatura (1939), eram retiradas de uma montanha a cerca de dois quilômetros acima da Escola,

onde se tornou posteriormente a pedreira (Anexo U e V) e os tijolos foram sendo produzidos pelas três olarias que a instituição passou a abrigar (Anexo X).

Figura 36 - Vista central do *campus* durante as obras



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

O edifício principal ficou pronto em 1925 (Figura 37). Antes da inauguração Lisboa (1935) atestou que estavam concluídas as obras mínimas necessárias (ao todo quarenta e sete¹¹⁸ que possibilitaram o começo das atividades didáticas. Todavia,

¹¹⁸ No Relatório de construção da ESAV, Lisboa (1929) lista um por um: 1) Edifício principal; 2) Dormitório; 3) Residência do Diretor; 4) Residência do Vice-Diretor; 5) Residência de professores (10); 6) Residência de operários (10); 7) Abrigo n. 1 – Engenharia Rural (primitivamente); 8) Abrigo n. 2 – máquinas e inseticidas; 9) Abrigo n. 3 – Máquinas e Laboratórios Rurais, Pomicultura; 10) Abrigo n. 4 – Ripado e Laboratório Rural de Pomicultura; 11) Abrigo n. 5 – Estabulos para Bezerros; 12) Abrigo n. 6 – Depósito de Forragens - Zootecnia; 13) Abrigo n. 7 – Cocheira para Múas - Zootecnia; 14) Abrigo n. 8 – Laticínios e estábulos; 15) Abrigo n. 9 – Preparação e alimentos para os porcos; 16) Abrigo n. 10 – Pocilgas; 17) Abrigo n. 11 – Enfermaria para grandes animais; 17) Abrigo n. 12 – Enfermaria para pequenos animais; 18) Abrigo n. 13 – Cirurgia Veterinária; 19) Abrigo n. 14 – Farmácia e instrumentos de cirurgia; 20) Abrigo n. 15 – Beneficiamento de milho, arroz e algodão; 21) Abrigo n. 16 – Cocheira para múas - Agronomia; 22) Abrigo n. 17 – Depósito de forragens - Agronomia; 23) Abrigo n. 18 - Máquinas e laboratórios rurais; 24) Abrigo n. 19 – Celeiro e Expurgo; 25) Abrigo n. 20 – Estabulo para touros; 26) Bueiro - Ribeirão São Bartolomeu; 27) Bueiro – Estrada de S. Miguel; 28) Bueiro – Corrego da Conceição; 29) Bueiro – Corrego do Barbado; 30) Bueiro – Corrego do Xaxá; 31) Bueiro – Corrego Octavio - Horticultura; 32) Bueiro – Corrego Octavio - Leopoldina; 33) Mata-burro (2); 34) Rectificação de dois

Azevedo (2021) postula que *pari passu* a estas construções, o diretor (Rolfs) já tinha efetuado experiência com solos e plantas “limpando” os terrenos para a execução de trabalhos de campo.

Figura 37 - Prédio principal, aparentemente terminado (fachada voltada para a cidade)



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

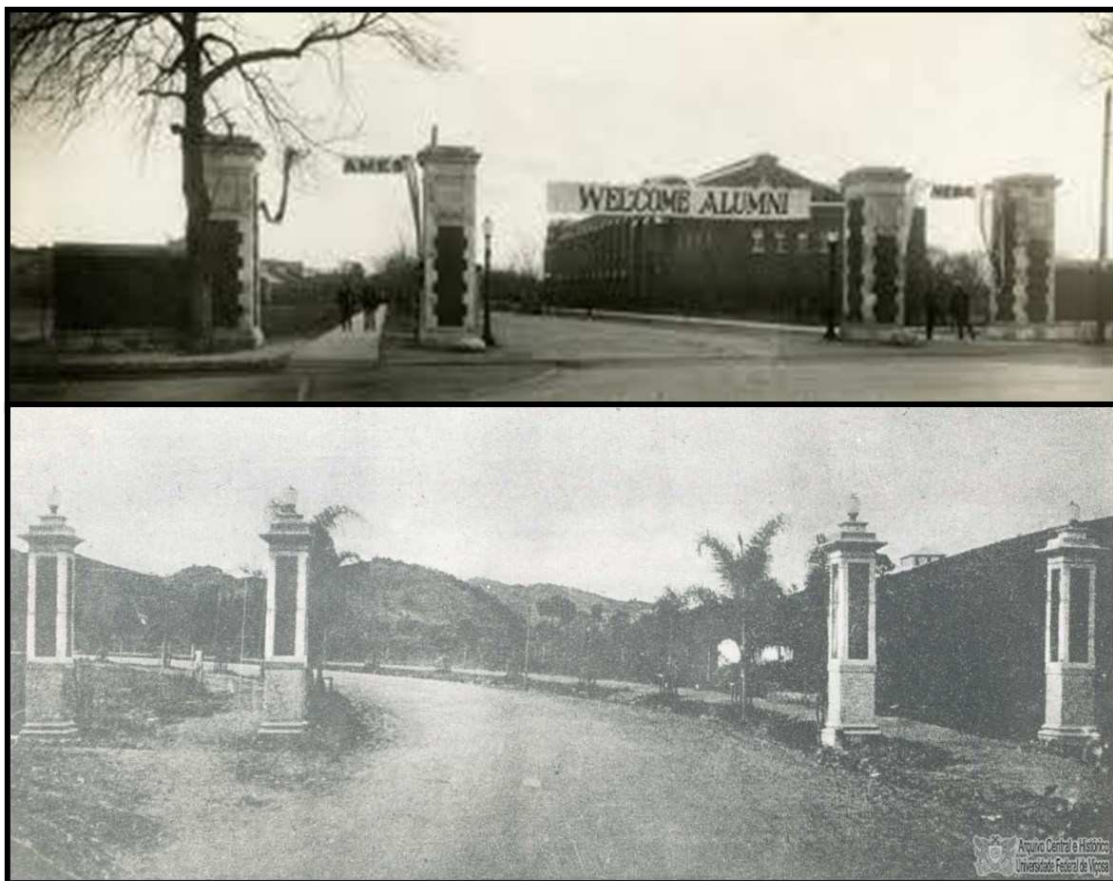
Outras obras de notoriedade na paisagem esaviana foram as quatro pilastras, cuja construção se deu no final dos anos 1920 e a estaçãozinha. A primeira teve inspiração estética de P. H. Rolfs em sua ‘alma mater’, a *Iowa State Agricultural College*, hoje *Iowa State University*, a qual tinha como princípios basilares ‘Aprender Fazendo’ e ‘Ciência e Prática’. Em uma das entradas do *campus* da *State Agricultural College* existiam quatro colunas que muito se assemelham as quatro pilastras da ESAV (Figura 38). Há que se destacar as similitudes espaciais entre a ESAV e a *Iowa State College* como calçadas, as pilastras e a distribuição dos prédios.

As quatro pilastras da ESAV passaram a marcar no território a transição entre a entrada da Escola e a cidade, Gomide (1996, p. 19) salienta que durante as Reuniões Gerais que eram efetuadas nos primeiros tempos da Escola Superior de Agricultura e

trechos do Ribeirão S. Bartholomeu; 35) Avenida de ligação á cidade; 36) Estradas; 37) Campo de experiência, preparo e custeio, até o início de funcionamento da Escola; 38) Campo de Agronomia (idem); 39) Terraças; 40) Casa n.1 para auxiliar; 41) Casa n. 2 para auxiliar; 42) Bibliotheca do Diretor (hoje garage); 43) Distribuidora; 44) Posto Meteorológico; 45) Parada de trens; 46) Banheiro Carrapaticida; 47) Terraplanagens.

Veterinária, o professor João Moogen de Oliveira “[...] teve a feliz ideia de dar a seguinte interpretação às letras componentes da sigla: **E** (estudar), **S** (saber), **A** (agir), **V** (vencer)!”.

Figura 38 - Quatro pilastras na entrada do *State Agricultural College* (acima) e quatro pilastras da ESAV (abaixo)



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Já a estaçãozinha (Figura 39) foi inaugurada no mesmo ano da ESAV (1926), o projeto foi confeccionado pelo Escritório Técnico da Leopoldina Railway e executado por Bello Lisboa. Na estrada de ferro foi elaborado um pequeno desvio para o deslocamento de material para a construção da Escola, passando o mesmo paralelo ao prédio principal, lugar de descarregar os utensílios como, por exemplo, areia, pedra e madeira etc. (UFV, VIDA E MEMÓRIA, 2023). Ademais, a estaçãozinha foi concebida para receber os transeuntes que visitavam a Escola e a propagandeavam quando retornavam às suas cidades natais, difundindo os “conhecimentos agrícolas úteis” entre a população rural.

Figura 39 - Parada de trem, estaçõzinha da ESAV



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

A estaçõzinha era um fixo que tornou o território mais fluido¹¹⁹, a via férrea, por exemplo, transportou não somente mercadorias, mas também correspondências (telegrama, cartas, jornais etc.) e pessoas (viajantes, consumidores e negociantes), possibilitando maior movimentação dos fluxos. Partindo da reflexão que os fixos emitem fluxos que se constituem em movimentos entre os fixos, podemos compreender a estaçõzinha como uma infraestrutura fixa, a qual possibilitava que as dimensões da produção, circulação, distribuição e consumo ocorressem mediante a interação entre esta estação de trem e as dos distritos (Coimbra, Cajuri, Silvestre e Teixeiras) e da sede e entre as demais cidades.

Interessante notar também na entrada da ESAV que as pilastras estavam grafadas com as palavras em latim (*Ediscere, Scire, Agere, Vincere*) e na saída com as palavras em português, o que nos induz a pensar uma espécie de metáfora que assinala uma “entrada nebulosa” dos alunos na instituição sem deter o que os idealizadores da Escola denominaram de ‘métodos de ensino modernos’. E uma “saída” em que os profissionais

¹¹⁹ Vale a pena tangenciar que Santos (1994; 2014) trabalhou a relação entre fixos e fluxos explicando que os primeiros são oriundos do processo iminente do trabalho, sendo os próprios artefatos do trabalho e as forças produtivas em geral. Os elementos fixos são econômicos, sociais, culturais e religiosos, como pontos de serviço, pontos produtivos, casas de negócios, hospitais etc. Enquanto os fluxos remetem ao movimento, ao ritmo e a circulação nos fornecendo a explanação das etapas de circulação e consumo. Isto é, os fluxos são o caminho de produtos, serviços e informações entre os fixos, como estradas, rotas aéreas, enfim, formados por componentes que possuem mobilidade, isto é, podem atuar em diferentes espaços.

em agronomia portariam o dito ‘conhecimento útil e prático’. Consideramos também que, ideologicamente, os verbos (estudar, saber, agir, vencer) sinalizariam o potencial caminho de sucesso da instituição, marcando o seu esplendor e glória.

Vimos, poucas linhas acima, que a fundação e o nascimento da ESAV foram ritualizados através de cerimônias, e propagandeado intensamente pela imprensa durante os anos que antecederam e sucederam a sua criação. No próximo bloco veremos que o ritual de inauguração (festivo e religioso) teve, pois, como finalidade selar a união entre modernização do território e o fundador Arthur Bernardes, em torno do projeto de construção vencedor em terras viçosenses.

3.2.2 Ato 2: a ritualização da inauguração

ESAV, os primeiros **clarões** de uma nova fase de prosperidade econômica [...] Dali sairão, dentro de poucos anos, as primeiras levadas de profissionais cultos e competentes, verdadeiros pioneiros do nosso **progresso e independência econômica**, porque irão levar aos nossos lavradores e criadores as **luzes** de que carecem para o desenvolvimento racional das suas culturas e melhorias dos seus rebanhos¹²⁰.

[...] é de se desejar que **inaugurada** a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e dotada a mesma de habil corpo docente, os seus alumnos, pelo seu solido preparo, pelo prestígio do futuro instituto consigam, reabilitar uma carreira tao amesquinhada, mas da qual todo o paiz carece para sua **prosperidade**¹²¹.

O segundo ato se iniciava. Era 28 de agosto de 1926, quando a instituição foi oficialmente inaugurada, momento que marcou a passagem do plano da ESAV em projeto real que ganhou concretude espacial. A implantação da Escola, segundo seus formuladores, difundiria a importância do profissional de agronomia, responsável por levar o farol da modernização ao campo. Este farol, cujos raios se abateram sobre Viçosa com a inauguração da ESAV marcou, segundo o relator do jornal, a abertura de um novo ciclo, um novo projeto econômico e social (de modernização agrícola) em um novo espaço (numa cidade do interior de Minas). Assim, a materialização do estabelecimento de ensino superior traduzira um novo tempo que se bradava na cidade.

O depoimento que Rolfs conferiu ao Jornal O Progresso do Brazil (1922, s/p) caminhava nessa direção: “penso [...] não ser desarrazoado, o vaticínio de que a Escola Superior de Agricultura abrirá uma nova fase na vida econômica do Estado de Minas

¹²⁰ Jornal A Cidade (1927, s/p, grifos nossos).

¹²¹ Jornal O Herval (1925, s/p, grifos nossos).

Gerais”. Segundo esses olhares, impregnados de intensa carga simbólica, a ESAV se transformaria numa fonte de riqueza do Estado, trazendo um futuro de glória para Minas.

Rolfs ainda assinalava que a Escola prepararia as gerações de lavradores e criadores aptos a romper com os “velhos processos” e assumir os “novos métodos de cultura”, os quais avultariam as produções do campo e conduziriam ao seu barateamento (JORNAL O PROGRESSO DO BRAZIL, 1922). A ideia consistia em extrair da terra as potencialidades que ela poderia oferecer no momento em que fosse bem trabalhada por métodos considerados “eficazes” e “inteligentes”. Desse modo, antes da inauguração, notícias começaram a “pipocar” nos Jornais divulgando o evento:

Ingressava Vicosá, aos poucos, em bucólico silêncio noturno, característico das cidades do interior, quando aqui chegou inopinadamente, as 20 horas, mais ou menos, de 21 do mes passado, alviçaneira noticia oficial de que a inauguração da ESAV seria levada a efeito no dia 28 do mesmo mês. Com a rapidez de um **relâmpago**, se espalhou a grata nova por todos os recantos da cidade, passando esta, numa súbita transformação, da acostumada pacatez ao mais **intenso movimento**. Transeuntes, aos magotes, se encheram, de pronto, as nossas ruas e praças, em constantes manifestações de regozijo, os automóveis entraram a girar, repleto de passageiros, os bares e cafés regurgitara de fregueses e os nossos cinemas conseguiram formidáveis enchentes, assim se mantendo a nossa urbe, até alta hora da noite, sempre alegre e **festiva**. Daí em diante, a proporção que se aproximava o dia **tão ansiosamente esperado**, mais foi se acentuando a alegria, o entusiasmo e o movimento nas nossas ruas e praças (JORNAL A CIDADE, 1926, s/p, grifos nossos).

É como se a inauguração da Escola fosse uma mola propulsora que tiraria Viçosa de seu ritmo pacato através do movimento gerado por esse acontecimento (fervilhado de agitação na cidade). Este dia era “ansiosamente esperado” pelas fracções da classe dominante agrária, pelo Estado e demais lideranças políticas (deputados, governadores, prefeitos, correligionários etc.) e pelos operários ávidos de conseguirem postos de trabalho. Exageros à parte, não acreditamos, pelas informações obtidas no Anuário Estatístico de 1926 (MINAS GERAIS, 1926a), que essa ânsia tenha envolvido toda a população viçosense, uma vez que, neste momento cerca de 75% dela era analfabeta, ou seja, sequer tinha acesso ao ensino primário.

Além desta, em outras edições existiam reportagens que exaltavam a inauguração. No dia anterior a esta, se reuniram viajantes e autoridades como P. H Rolfs (diretor da Escola); Bello Lisboa (engenheiro); Dulphe Pinheiro Machado (representante do Ministério da Agricultura); Dagoberto Castro e Argemiro Resende (deputados); Roberto Adeodato Pires e Silveira de Moraes (jornalistas cariocas); J. Dornas Filho (representante

do Minas Gerais e Diário de Minas); Adezilio dos Santos Bicalho (diretor técnico do Gymnasio de Viçosa); e distintas famílias das fracções da classe dominante local. Já era possível ouvir na data precedente à inauguração os dinamites e foguetes, anunciando o alvorecer de um “grande dia” conforme atesta a coluna do Jornal

Eram 4 e 12 da madrugada, noite ainda, tanto assim que se conservavam acesas as lampadas eletricas da iluminação publica [...]. Aos poucos foram desaparecendo os ultimos farrapos de trevas, dissipados pelos **lampejos flamejantes do dia nascente**, o qual finalmente irrompeu alegre e risonho, numa verdadeira **orgia de luz**, como que porfiando em nos testemunhar a sua solidariedade atraves da mais rica e faustosa excitação dos coloridos. O **espetaculo** era, então, maravilhoso. Ao centro o vasto e lindo campo da ESAV, coalhado de povo, se divisando de permeio, os uniformes brancos das alunas da Escola Normal Nossa Senhora do Carmo, em formatura aos lados e em frente, os varios pavilhões e os campos experimentais, ao fundo **o belo e magnifico edificio principal e em derredor emoldurando o quadro lindas e graciosas montanhas, banhadas pela primeira faisca de um sol tropical, deslumbrante e magnifico** (JORNAL A CIDADE, 1926, s/p, grifos nossos).

A ESAV era vista como um eldorado. Na exposição acima identificamos que o jornalista se utilizou de metáforas de luz e sombras para representar o dia anterior à inauguração da instituição na cidade. Isto é, a véspera que perpassou o “grande dia” foi marcada por feixes reluzentes, pelo colorido da paisagem e pelo alvorecer de uma nova era, da escola “prometida” (nos argumentos discursivos) pelo governo do estado aos mineiros. É quase caricatural o retrato anterior à inauguração: a monumentalidade do edificio principal, as montanhas que circundavam a Escola, o sol tropical que dissipava a escuridão dos métodos tidos como arcaicos.

Dando prosseguimento ao evento, no dia 28 de agosto às 08:00 o trem que trazia a comitiva presidencial chegou à cidade. Nele desembarcaram diversas autoridades, tais como: Celso Machado; ministro Camilo Soares; Jose de Almeida Campos, diretor da Oeste de Minas Gerais; comandante Dodsworth Martins; Luiz Toledo, representante da Gazeta de Noticias; Djalma Nunes do jornal A Patria e do Comercio; Rubens Reis, do jornal A Manha; Raul Portugal, da Agencia Americana; Victor de Araujo, do jornal O Brasil; o fotografo Carlos Lima; e redatores dos jornais locais populares (JORNAL A CIDADE, 1926).

Às 09:00 horas, sob aplausos e aclamações populares chegaram Arthur Bernardes¹²² (à frente da presidência da República e fundador da Escola), Mello Vianna

¹²² Erguendo o véu deste dia e relatando o que de fato aconteceu não concebemos que Arthur Bernardes tenha sido tão aclamado pelo povo quando chegou a Viçosa, pois ele governava em estado de sítio, buscando conter toda e qualquer revolta ou “desordem”.

(presidente do estado), Francisco Dias (Ministro da Viação) e Daniel Serapião de Carvalho (Secretário de Agricultura). Além destes compunham a comitiva presidencial (Figura 40 e Anexo Z): Francisco Valladares, Fidelis Reis e Oscar Loureiro; Noraldino Lima (diretor da Imprensa Oficial do estado), Antenor Cruz (general); Alves de Souza (chefe da casa militar da Presidência da República); Arthur da Silva Bernardes Filho (secretário particular do presidente da República); Miguel de Mello (oficial de gabinete da Presidência da República); Edgard de Mello (comandante); Jose Domingues Machado (da casa militar da Presidência da República); Washington Vaz de Mello; Jose de Mello Machado; Jose Machado Filho; Francisco Domingues Machado; e o capitão J. Gabriel Marques populares (JORNAL A CIDADE, 1926).

Figura 40 - Comboio presidencial que trouxe Arthur Bernardes e autoridades para a inauguração da ESAV



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Eles foram recebidos ao som do Hino Nacional, entoado pela banda de música da ESAV, pela fanfara de cavalaria da Brigada Policial do Rio e com o hasteamento da bandeira nacional por P. H. Rolfs. Desse modo, a solenidade se revestiu

de grande brilho [...] tendo sido levado a efeito no vasto e suntuoso salão de conferencias do estabelecimento de admiravel concepção artística do dr. João Carlos Bello Lisboa, não so pela originalidade do estilo como pela beleza das decorações, num conjunto de impecavel harmonia, graça e elegancia, que produz a melhor das impressões. [...] Como Secretario da Agricultura do estado, abriu a sessão dr. Daniel Serapião de Carvalho, que pronunciou bellissima oração alusiva ao ato, na qual enalteceu a patriótica criação da ESAV, a apontando como um dos marcos assinaladores dessa politica de atrevidas iniciativas e fecundas realizações com que Minas Gerais tem surpreendido o pais nesses ultimos tempos, do qual foi arrojado iniciador o presidente Arthur da Silva Bernardes (JORNAL A CIDADE, 1926, s/p).

Neste “célebre” dia outro ritual foi a missa conduzida pelo vigário Álvaro Correia Borges junto aos padres Aristedes e Barreto, num altar erguido no edificio principal, conforme Figura 40. Além de Álvaro Correia Borges, também participaram os viajantes, as autoridades, os políticos e o povo. A subida das escadas simbolizava, por excelência, a ascensão do poder religioso e político, ascensão também para o conhecimento e o saber que iriam ser proporcionados pela Escola.

Figura 41 - Missa campal de inauguração da ESAV em frente ao Edifício principal



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Logo, o exercício do poder supõe elevação. Na oportunidade, o benfeitor da Escola, Arthur Bernardes, numa entrada triunfal na cena também proferiu o primeiro discurso no ato de inauguração da Escola, cujo um trecho reproduzimos a seguir:

E com grande satisfação, senhores, que venho assistir a inauguração da ESAV, cuja fundação concebi e iniciei no governo de Minas Gerais e que as fecundas administrações de Raul Soares e Mello Vianna deram andamento e esplendido remate que presenciamos, instituto como este e equivalentes devem ser **espalhados** no Brasil. A agricultura tem necessidade de técnicos e de peritos. A exploração da terra tem que ser dada, cada vez mais, uma orientação científica. Se **aperfeiçoando os métodos de cultura**, o Brasil, antes de tudo, tem de ser um grande país agrícola. [...] O grande interesse do Brasil está ainda na agricultura, está no aumento da produção, está na solução de todas as nossas dificuldades financeiras. Este aumento tem de ser perdido, tem de vir da agricultura do país e não haverá inconveniente em reconhecer que nem sempre os poderes públicos lhe tem dado o quanto deviam, estradas, pontes, transportes e todos os serviços públicos que interessam a agricultura, **braços, mão de obra abundante, tecnicamente instruídos**, exames das terras para a cultura apropriada, sementes, irrigação, crédito agrícola, hipotecas grandes e pequenas. Isto tudo está em grande parte por fazer ou apenas rudimentar ou incompletamente feito. O problema da produção está indiretamente ligado a mão de obra. E preciso, portanto, **fixar e interessar o trabalhador**, tornar o meio mais agradável e próprio a vida, **arrancando do trabalhador a sedução da cidade**, lhes dar assistência e proteção, associar o trabalho ao capital, criando harmonia e solidariedade dos interesses. A transformação agrícola não é só possível, tecnicamente preparados, disciplinados e coordenados os esforços para **maior aproveitamento da terra** (JORNAL A CIDADE, 1926, s/p).

Em sua fala, Bernardes advoga o espraiamento de instituições como a ESAV, considerada por ele modelo, pelo Brasil afora e a dita *vocação agrária* do país. Além do mais, afirma que a problemática da agricultura (e de sua produção) estava concatenada à falta de força de trabalho instruída e, nesse interim, era tarefa do Estado fixar o trabalhador ao solo (evitando sua evasão para a sedução desempenhada pela cidade) e tornar atrativo o trabalho no campo (fornecendo em troca de sua permanência no mesmo ‘amparo’ e ‘proteção’). Tratava-se de uma narrativa (operada, inclusive, em outras escalas espaciais) tipicamente enunciada pelos ruralistas e demais fisiocratas, cuja defesa se pautava na reafirmação do poder do latifúndio e na direção de políticas de âmbito agrário e territorial, como a educacional.

Observamos uma espécie de “exaltação” envolvendo Arthur Bernardes na publicação de Gomes Carlos (engenheiro agrícola pela Escola Nacional de Agricultura de Montpellier) no Jornal A Verdade (1925, s/p, grifos nossos): “[...] pude observar em Viçosa e suas circunvizinhanças a resto de **acerto da instalação** de um instituto de ensino Superior de Agricultura na futura cidade, berço do íntegro cidadão que neste momento

com o **estoicismo de um santo, carrega a pesada cruz** da governança do Brazil”. Neste trecho há uma glorificação em torno de Bernardes comparado a um santo na criação e fundação da ESAV. É como se tivesse “recebido” de Deus a “missão” de criar uma instituição de ensino superior em novas terras, nesse sentido, a fala de Gomes Carlos serviu para criar uma realidade imaginária que glorificou o “herói” fundador.

Após depoimento de Bernardes, foram executadas durante a cerimônia diversas peças musicais e o vigário concedeu a benção ao edifício Arthur Bernardes (percorrendo suas dependências junto às autoridades federais e estaduais). Pronto! A ESAV estava oficialmente inaugurada. Contudo, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa nasce sem a existência de um curso superior, como aprovado em seu Regulamento (Decreto 7.323), o mesmo só foi ofertado em primeiro de março de 1928. A esse respeito Azevedo (2021) pontuou que a instituição iniciou suas tarefas pedagógicas em primeiro de agosto de 1927 com o funcionamento dos cursos elementares e médio de agricultura. Portanto, mesmo com a ESAV inaugurada houve um descompasso temporal entre seu surgimento e o começo das atividades pedagógicas.

Encenada e ritualizada, a ESAV, uma vez anunciada em 1920 com o decreto de sua criação foi, desde o início, esperada durante os anos que precederam sua inauguração (1926), se constituindo no que Vidal, L., Musset e Vidal, D. (2011) denominou de territórios da espera¹²³. Esta espera foi vivenciada pelas fracções da classe dominante agrária, pelo Estado, políticos e futuros alunos ansiosos de se matricular no ensino superior, desse modo, o palco do protagonismo que a Escola deveria exercer ficou vazio mesmo após sua inauguração – em outras palavras, a espera impôs a imobilidade. A cortina desceu sobre o palco por um ano e sete meses, isto é, entre o intervalo entre sua inauguração e a oferta do ensino superior. Paradoxalmente, a espera também mobilizou os sonhos envolvendo a Escola (de ser uma instituição modelar, de formar filhos de fazendeiros “aptos” a ministrar a técnica e a prática “modernas” no campo, de elevar as finanças do estado, de conduzir Viçosa ao “progresso” etc.) e suas projeções num presente-futuro.

¹²³ Este conceito é definido por dois aspectos claramente diferenciados: a imobilidade de um lado, a esperança de outro. A imobilidade é imperiosamente localizada, reporta o lugar onde se vivencia a espera, já a esperança se congela em volta de um lugar desejado, anunciado e encantado. De acordo com o autor “[...] este lugar distante invade o presente, fagocita-o em certa medida [...]. Mede-se, a partir daí, o quanto esses territórios da espera induzem ou constroem a possibilidade de ação: sonhados, geram a mobilidade; sofridos, impõem a imobilidade” (VIDAL, L., MUSSET e VIDAL, D. 2011, p. 3).

Sem pretender a exaustividade, é necessário dizer que a data de inauguração da ESAV, em 28 de agosto, não foi aleatória. Duas hipóteses circundam esta afirmação: a primeira volta-se ao aniversário da cidade em 30 de setembro; a segunda está vinculada ao término do mandato de Arthur Bernardes na Presidência da República – faltava um pouco mais de dois meses. Na primeira suposição consideramos que ao se comemorar a inauguração antes das festas natalícias de Viçosa se prenunciaria as festividades da cidade a partir de uma nova aurora, a ESAV. Na segunda acreditamos que a celeridade na inauguração da Escola pode estar vinculada a possibilidade de ter sido um tributo ao seu fundador.

Alguns aspectos são importantes de mencionar neste dia especial (inauguração). O primeiro foi a presença dos poderes civil e religioso representados pelos Pe. Álvaro Correia Borges, Aristedes e Barreto e por inúmeros políticos. Lembrando que Viçosa era uma cidade predominantemente de berço católico naquela época. Uma outra questão são os elementos do rito, que aparecem expressos num primeiro momento, nos espaços que foram selecionados na Escola e onde foram instalados a pedra fundamental, o prédio principal, as quatro pilastras e a estaçãozinha.

No segundo momento, cabe destacar a presença da imprensa, crucial para a divulgação da ESAV para os demais cantos do estado e do país, através de representantes de jornais e fotógrafos. Podemos dizer que esta campanha em prol da ESAV foi coroado de sucesso, uma vez que, em muitos impressos (jornais A Verdade, O Progresso do Brasil, Legionário das Missões dentre outros) aparecia na edição de capa a notícia: Extra! Extra! A inauguração de uma Escola Superior no interior de Minas...Pensando na teatralização envolvendo a ESAV, o próximo item é dedicado à compreensão do *corpus* formado a partir do Jornal “A Cidade” no período de 1920 a 1926 e processado pelo *software* IRAMUTEQ.

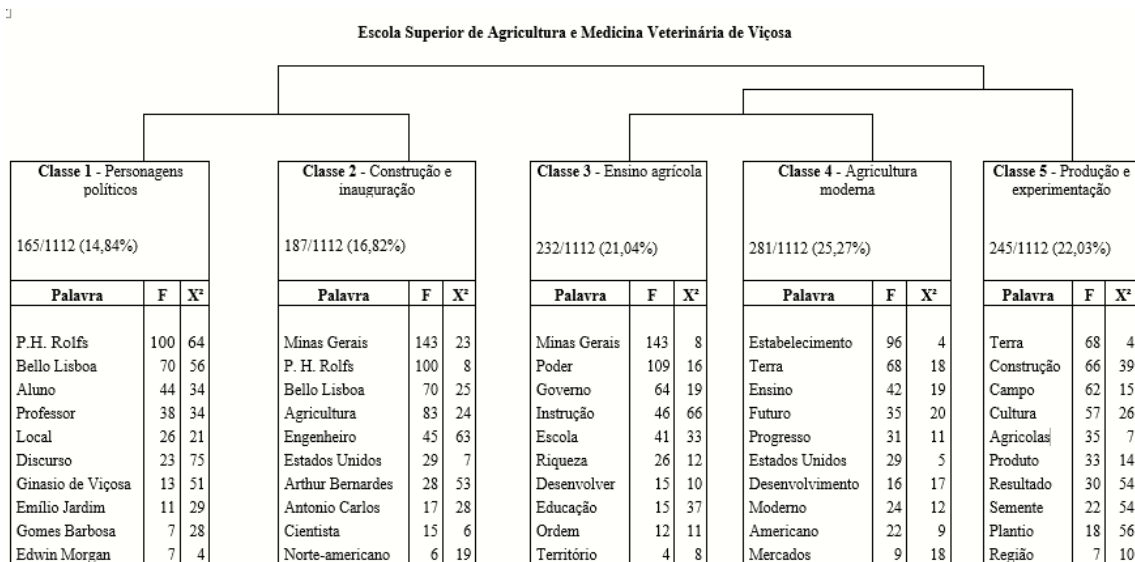
Análise Textual do Jornal A Cidade: Classificação Hierárquica Descendente

A Classificação Hierárquica Descendente agregou os vocábulos segundo a frequência com que apontam palavras similares no *corpus* desenvolvido com base no Jornal “A Cidade”, através deste método viu-se a conexão entre as palavras segmentadas no texto. O *corpus* geral foi constituído por sete textos correspondentes aos sete anos analisados, separados em 1.273 segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 1.112

STs (87,35%)¹²⁴ do total de 1.273. Emergiram 43.959 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 7.631 palavras distintas e 4.125 com uma única ocorrência.

Na Figura 42 podemos notar como o *software* dividiu o conteúdo analisado em cinco classes (temáticas). Num primeiro momento, o “Corpo” foi dividido (1ª partição ou iteração) em dois sub-corpora, separando as classes 1 e 2 do restante do material. Num segundo momento o sub-corpora maior foi dividido, originando a classe 5 (2ª partição ou interação). Num terceiro momento há uma partição (a 3ª) e uma última partição (a 4ª) que separa as classes 3 e 4. A categorização em temas aponta que as palavras listadas em cada classe se vinculam com uma frequência maior entre si e com as classes que se fraccionaram.

Figura 42 - Dendograma da análise descendente dos dados do Jornal A Cidade



Fonte: elaborada pela autora, com base no software IRAMUTEQ, 2020.

A partir das classes geradas pelo *software* foi possível analisar os segmentos de textos onde estas palavras se encontram. Assim, ao ler os fragmentos nomeamos as classes de acordo com o contexto de discussões presentes em cada uma delas. O conteúdo analisado foi ordenado em cinco classes: Classe 1 (Personagens políticos), com 165 ST (14,8%); Classe 2 (Construção e Inauguração), com 187 ST (16,82%); Classe 3 (Ensino Agrícola), com 232 ST (21,04%); Classe 4 (Agricultura Moderna), com 281 ST (25,27%); e Classe 5 (Produção e experimentação), com 245 ST (22,03%). A CHD parou aqui, pois

¹²⁴ O aproveitamento indicado é acima de 70% para que se tenha um melhor resultado das análises, logo houve um aproveitamento satisfatório do texto analisado.

as cinco classes apresentaram-se estáveis, isto é, constituída de unidades de segmentos de texto com vocabulário similar.

A partir da análise do dendograma, notamos que as classes 3 e 4 apresentam forte relação com a classe 5, indicando uma discussão relativa a mesma linha temática. Porém, tais classes se distanciam das classes 1 e 2. No dicionário léxico produzido acima se verifica como as palavras vinculadas se especificam dentro de cada classe. Em cada uma delas foi gerada uma sequência de palavras reunidas a partir da frequência (F) e do teste do quiquadrado (χ^2). Tais palavras integram um segmento de texto que clarifica cada classe. Na Figura abaixo selecionamos pequenos fragmentos de textos que subsidiaram, em momento posterior, no entendimento e reflexões das classes.

Figura 43 - Exemplos de segmentos de texto referentes às classes 1, 2, 3, 4 e 5

Classe 1 - Personagens políticos	Classe 2 - Construção e inauguração	Classe 3 - Ensino Agrícola	Classe 4 - Agricultura Moderna	Classe 5 - Produção e experimentação
[...] Cessados os aplausos com que foram recebidos as últimas palavras do eloquente orador, se levantou o dr. Peter Henrique Rolfs , diretor da ESAV, e proferiu substancioso discurso, bastante aplaudido. [...] Falou, em seguida, o dr. João Carlos Bello Lisboa , engenheiro chefe da construção da ESAV, que produziu brilhante peça oratória, calorosamente aplaudida [...] (1926)	[...] Foi a ESAV criada pelo Decreto n. 6.053, autorizado pela lei n. 761, de 6 de setembro de 1920, sendo presidente de Minas Gerais d. exa. dr. Arthur da Silva Bernardes e Secretário de Agricultura o engenheiro Clodomiro de Oliveira [...] (1926)	[...] Há, atualmente, neste estado milhares de moços dentro do nosso povo agrícola, que, além de analfabetos, não tem ambição por qualquer educação . Nos cumpre o dever de inspirar nesses moços o desejo de procurar conhecimentos agrícolas e científicos [...] (1925)	[...] Releva notar ainda a circunstância de não existir em todo continente sul americano, como igualmente fizemos ver na referida edição, estabelecimento congênere que se lhe equipare, o que nos leva a afirmar a aquisição de numerosas matrículas procedentes das repúblicas vizinhas, desde que se lhe faça a respectiva propaganda [...] (1926)	[...] Batata doce ou banana da terra. O cultivo de um hectare de terra pode produzir batatas doces comerciais em quantidade suficiente a aquisição de um automóvel Ford. Para se conseguir isso, cumpre se preparar convenientemente o campo , no mês de setembro, revolvendo a terra ate 25 a 30 centímetros de profundidade [...] (1925)
[...] Se dirigindo, ao finalizar o seu discurso ao dr. Antonio Gomes Barbosa , presidente da Camara Municipal, lhe pediu que fizesse, com a declaração de se habite entrega do predio ao digno diretor da ESAV, o que fez o dr. Antonio Gomes Barbosa em breves palavras [...] (1923)	[...] Hóspedes e viajantes. Acompanhando de sua exma. esposa regressou, há dias, de Belo Horizonte o sr. dr. João Carlos Bello Lisboa , ilustre engenheiro chefe da construção da ESAV e nosso distinto colaborador [...] (1925)	[...] Com muito acerto andou o estado de Minas Gerais fundando um estabelecimento agrônômico que se dedica realmente ao engrandecimento dos campos. O Brasil necessita de abundante difusão de ensino agrícola em seu território [...] (1925)	[...] Condições e adaptações agrícolas e pecuárias, organização social e política, ensino , e possibilidades econômicas financeiras, manifestando, desde logo, o seu grande e sincero entusiasmo pelo nosso progresso e formidáveis riquezas naturais, bem como suas fundadas as esperanças no grandioso futuro que nos aguarda [...] (1925)	[...] As vargens em que tem sido feitas as culturas são mais altas, cerca de dez metros, dos que os córregos mais próximos. Desde o preparo do terreno até a colheita, são homens empregando máquinas agrícolas . A produção por hectare é de 4.500 a 5.000 litros, sendo o preço realmente baixo. Este método de cultura é muito superior ao antigo sistema dos brejos [...] (1925)
[...] Causou ótima impressão a assistência, composta pelos srs. Antonio Gomes Barbosa, presidente da Camara, Peter Henrique Rolfs, diretor da ESAV, João Carlos Bello Lisboa engenheiro construtor da mesma, Arnaldo Carneiro Vianna, diretor do Ginasio de Vicoso, Miss. Clarice Rolfs, mrs. Agnes Chase, capitão Jorentino Octavio de Alencar, Cornelio Elyseo de Campos e J. Antuérpio Nogueira, negociantes, capitão Antonio Jose Rodrigues e Antenor Fausto, lavradores, professor Antonio Orrico, capitalista, Horacio Borges, Carlos Borges Barroso e o redator desta folha, a presteza e simplicidade do processo por não exigir serviços preliminares de limpeza, escavações, etc. [...] (1925)	[...] Por pedido do governo de Minas Gerais ao governo dos Estados Unidos da América do Norte , foi por este indicado o dr. Peter Henrique Rolfs, especialista norte-americano , para vir superintender a fundação, isto porque ficou de principio estabelecido que a ESAV seria orientada seguindo, tanto quanto possível, os ideais das escolas congeneres norte-americanas [...] (1926)	[...] O nosso objetivo deve ser a liberdade na ordem e, dentro dela, vencidas as pretensões ilegais, pacificar o pais, fortalecer o estado no seu poder e na sua soberania, respeitada a autoridade, o bem da nação e sua felicidade, contra o interesse geral contra os apetites individuais, e prevalecendo sobre todas e em tudo, a justiça [...] (1926)	[...] Há, sem dúvidas, dezenas de outras plantas tropicais que terão ao futuro aproveitamento semelhante. Minas Gerais deve aproveitar o momento atual, como a parte meridional dos Estados Unidos da América do Norte fez há trinta anos passados, aproveitando a oportunidade que tiveram para o desenvolvimento dos produtos das sementes de algodão [...] (1925)	[...] Sem dúvida a experiência mais interessante e valiosa das que já fizemos foi a da adubação de batatas inglesas com diversos materiais. O plântio foi feito em outubro e a colheita em fins de janeiro. Os resultados mostraram que a aplicação do sangue seco, na razão de trezentos quilos por hectare, dobrou a colheita e as cinzas frescas, na razão de dois mil litros em área igual a aumentou cinqüenta por cento [...] (1924)
[...] O deputado Emilio Jardim de Resende é alvo de entusiastica manifestacao de apreço e estima. Acentuou o que era Viçosa ha alguns anos atras, lhe pintando com as cores naturais, o aspecto de atraso e decadencia, e passando depois a descrever, com entusiasmo, os seus atuais surtos progressistas entre os quais destacou a estrada de ferro, o Ginasio de Vicoso, a Escola Normal Nossa Senhora do Carmo, as estradas de automoveis e a ESAV, em via de execução [...] (1924)	[...] João Carlos Bello Lisboa, seu distinto colega, e igualmente, acentuando o acerto da escolha, pelo então presidente do estado sr. dr. Arthur da Silva Bernardes, feita do notável cientista que e o dr. Peter Henrique Rolfs, para organizar e dirigir o importante estabelecimento [...] (1923)	[...] Expos os fins patrióticos a que o mesmo se destina, a difusão do ensino teorico, pratico e economico da agricultura e veterinaria, calçado nos metodos mais eficientes e moderno sobre a materia, nos provando com argumentos inconfundíveis, com preciosa viria a ser a sua atuação no futuro, atenta a riqueza fabulosa de nossas terras e a amplitude das nossas possibilidades economicas [...] (1922)	[...] O futuro do Brasil está no aproveitamento inteligente das suas possibilidades economicas e dos seus exauríveis recursos. As suas terras bem cuidadas e bem trabalhadas, pela aplicação dos melhores métodos modernos , emprego dos instrumentos agrários, adoção, enfim, da agricultura científica, permiti-nos ao lugar de destaque entre as principais nações produtoras do mundo [...] (1926)	[...] As sementes que fizemos uso nesta experiência vieram do Uruguai, tendo sido fornecidas pela Secretaria da Agricultura. O plântio realizado em julho deu as melhores colheitas, apresentando grãos superiores as sementes plantadas, além de ter sido a colheita igualmente superior a média comum produzida por este cereal. Todavia é de suma importância se prosseguir nas experiências durante mais alguns anos para se poder precisar qual a qualidade de trigo preferível nesta região [...] (1924)

Fonte: elaborada pela autora, com base nos segmentos de texto do software IRAMUTEQ, 2020.

Classe 1 – Personagens políticos

Tal classe foi nomeada de acordo com o contexto das discussões nela presente: a participação de atores de renome na cena política-institucional de criação da ESAV. No *corpus* textual mereceram destaque o agrônomo “Peter Henrique Rolfs”, o engenheiro

“João Carlos Bello Lisboa”, o deputado estadual “Emílio Jardim”, o embaixador do Brasil nos Estados Unidos “Edwin Morgan” e, em menor proporção, os presidentes da Câmara de Viçosa Antônio Gomes Barbosa e João Braz da Costa Val e o diretor do *Gymnasio* de Viçosa, Arnaldo Carneiro Vianna. O poder material e simbólico destes personagens se manifestou tanto no aspecto político (ao ocuparem postos-chaves na estrutura burocrática estatal) quanto educacional. A malha de poder por eles criada na cidade (e na Escola) acabou favorecendo os seus interesses e de seus aliados mediante uma tessitura de uma rede administrativa, organizacional e construtiva do estabelecimento de ensino.

P. H. Rolfs, fundador, organizador e diretor, Bello Lisboa, edificador e o consolidador da Escola e Arthur Bernardes, seu patrono formavam os “pilares” da instituição. Esse tripé utilizou o tempo e o espaço como trunfos, como aponta Raffestin (1993), ao empregarem estratégias distintas para capturar mais recursos e ampliarem o seu poder. Tais atores sintagmáticos¹²⁵, ou seja, responsáveis por executar um programa e marcados com o “Poder” com letra maiúscula, orquestraram os projetos de apropriação, uso e ocupação da ESAV e de dominação da natureza.

A classe 1 correspondeu a 14,84% do *corpus* textual e em 165 segmentos de textos foi indicado um agrupamento de palavras como “Peter Henrique Rolfs”, “João Carlos Bello Lisboa”, “aluno”, “professor”, “local”, “discurso”, “*Gymnasio* de Viçosa”, “Emílio Jardim”, “Gomes Barbosa” e “Edwin Morgan” que mostraram aspectos da política territorial que interferiram na escolha do sítio que abrigaria a ESAV, bem como na sua posterior organização, construção, direção e administração, como pode ser observado no segmento de texto a seguir:

A essa hora, em presença de grande numero cavalheiros e exmas. senhoras e senhoritas, o sr. dr. **João Carlos Bello Lisboa**, operoso engenheiro encarregado da direção e administração das obras de construção, tomou a palavra proferindo aplaudido **discurso**, em que patenteou a grande obra que ficaria para o tempo afora, como atestado vivo do empenho patriótico do governo do estado em dotar Minas Gerais com um instituto que esta fadado a prestar ao pais assinalados servicos. Se dirigindo, ao finalizar o seu discurso ao dr. **Antonio Gomes Barbosa**, presidente da Camara Municipal, lhe pediu que fizesse, com a declaração de se habite entrega do predio ao digno diretor da ESAV, o que fez o dr. Antonio Gomes Barbosa em breves palavras. Em seguida, falou o dr. **Peter Henrique Rolfs**, agradecendo as referencias que acabavam os oradores precedentes de fazer a sua individualidade e se estendendo em consideração sobre a importancia do estabelecimento cuja direção lhe fora confiada, do qual licito era esperar os mesmos esplendidos resultados que em pouco tempo se colheram de seus congeneres não ha muito

¹²⁵ Todas as organizações da família ao Estado, passando pelos partidos, pelas igrejas e as empresas são atores sintagmáticos. O “Poder” dos atores sintagmáticos se manifesta através de aparelhos complexos que englobam o território, controlam a população e dominam os recursos (RAFFESTIN, 1993).

fundados nos Estados Unidos da América do Norte, notadamente a Escola Superior de Agricultura da Flórida (JORNAL A CIDADE, 1923, s/p, grifos nossos).

Arnaldo Carneiro Vianna se aliava aos demais personagens buscando projetar o ESAV junto ao *Gymnasio* de Viçosa, pois era uma forma de reforçar a ideia de Viçosa como uma “cidade educadora” – lembrando que ela já contava com o Colégio Normal Nossa Senhora do Carmo, o Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes e a Escola Agrícola Arthur Bernardes. Rolfs, por sua vez, ministrava aulas no *Gymnasio* no intuito de cativar o público e, inclusive, fotografias da futura ESAV foram colocadas nas paredes mostrando a ornamentação dos salões de aula da seção pastoril, conforme consta no Jornal A Cidade (1923). O objetivo era fazer com que os discentes se identificassem com o espaço esaviano e tentassem ingressar no estabelecimento de ensino superior.

Emílio Morgan também propagandeava a instituição visitando-a e espalhando a notícia de seu nascimento aos “quatro ventos”. Os personagens em foco anunciaram a “chegada” da ESAV e seu cenário “pomposo” de maneira que os ecos da sua fundação foi “sentido” nas diversas cidades, regiões de Minas, no país e até mesmo no exterior¹²⁶, sobretudo mediante o telégrafo, o rádio e os jornais. Consideramos, então, que esses meios de comunicação se constituíram em importantes veículos informativos que “penetraram” os territórios mais longínquos.

As representações de poder engendram uma concretude espacial (SOUZA, 1995). Os próprios nomes atribuídos aos edifícios da ESAV (Edifício Arthur Bernardes), as avenidas (Avenida P. H. Rolfs – antiga Av. da Reta), ruas (Rua Vaz de Mello – sogro de Bernardes e político influente em Viçosa) e bustos (Alberto Álvaro Pacheco¹²⁷, Arthur Bernardes e P. H. Rolfs) expressam privilégios e poder dos personagens aqui mencionados. Essas materialidades forneceram visibilidade as figuras consideradas ilustres e importantes de serem lembradas. É, assim, uma estratégia que visa perpetuar uma imagem positiva dos personagens políticos como promotores de gestos heroicos na cena pública. Um recurso simbólico que invisibilizou a contribuição dos operários, apagado nos tímidos monumentos, ruas, avenidas e espaços de convivência da Escola.

Classe 2 – Construção e inauguração

¹²⁶ As correspondências (cartas, telegramas etc.) localizadas no Arquivo Central e Histórico da UFV atestam isso.

¹²⁷ Um dos proprietários das fazendas que constituíram a ESAV que acabou se tornando professor da instituição.

A classe 2 denominada de “Construção e inauguração”, pois abarca estas etapas da Escola, contou com a utilização de 16,82% do texto total e 187 segmentos de textos. Nela destacaram-se palavras como “Minas Gerais”, “P. H. Rolfs”, “Bello Lisboa”, “agricultura”, “engenheiro”, “Estados Unidos”, “Arthur Bernardes”, “Antonio Carlos”, “cientista” e “norte-americano”. Estas palavras, apontadas dentro dos fragmentos de texto, explicam a ambiência e os personagens que envolveram a oficialização da instituição:

[...] O Ginásio de Viçosa, fez rasgados elogios assinalando a ação brilhante e eficiente do dr. Arnaldo Carneiro Vianna, a feliz escolha do dr. **Peter Henrique Rolfs** pra vir dos **Estados Unidos** da América do Norte instalar a ESAV, e as comprovadas competências e operosidade do dr. João Carlos Bello Lisboa, ilustre **engenheiro** encarregado da sua construção (JORNAL A CIDADE, 1924, s/p, grifos nossos).

[...] Se inaugurou dia 28 de agosto, com a presença das mais altas autoridades federais e estaduais, a ESAV, que veio marcar uma verdadeira época de renascimento para o estado e, particularmente, para Viçosa. Esse notável empreendimento, devido ao tino superior de estadista do nosso emérito conterrâneo dr. **Arthur da Silva Bernardes** (JORNAL A CIDADE, 1926, s/p, grifo nosso).

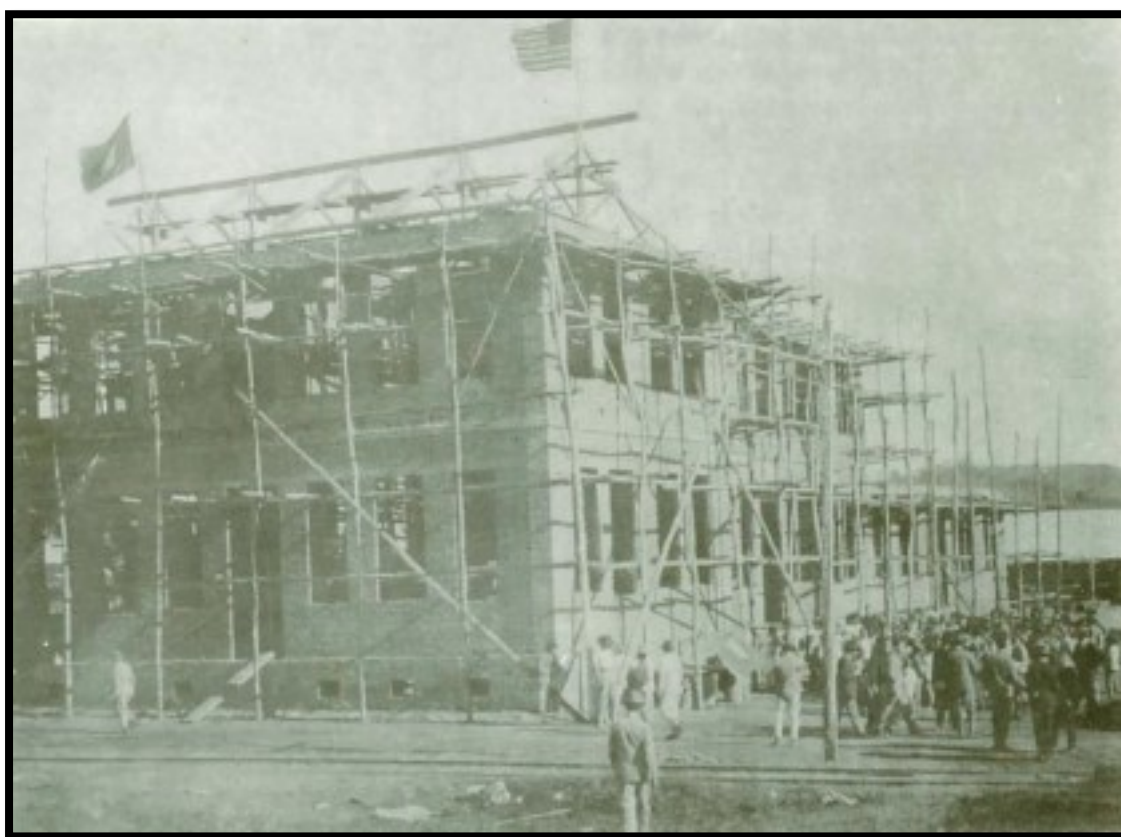
A influência norte-americana se fez sentir já na construção do prédio principal, onde foi hasteada a bandeira estadunidense (Figura 44). Ela reforçava o caráter espetacular da construção do Edifício Arthur Bernardes (considerado um monumento à época) e a territorialização dos Estados Unidos na instituição (anos mais tarde diversos convênios envolverão este país e a ESAV). Mas tal repercussão não foi somente no plano físico, pois a Escola incorporou em sua estrutura o modelo de ensino profissional dos Estados Unidos, sobretudo, da Flórida onde P. H. Rolfs teve maior atuação – lá, como vimos, ele ocupou cargos imponentes.

Mendonça (1998) ao se debruçar sobre a pedagogia moderna infere que o paradigma do homem do campo a ser atingindo era o *farmer*, caracterizado pela pequena propriedade mecanizada, pelo saber especializado e calcado na cultura intensiva. Seguindo esta linha de raciocínio, o *farmer* seria o reverso do “Jeca Tatu”. O projeto de ensino superior envolvia o antagonismo entre as tarefas manuais e as intelectuais, com extrema desvantagem para as primeiras; entre teoria e prática; execução e concepção.

Pesando nestes dualismos, na ESAV criticava-se o ensino bacharelesco (e mais teórico) e defendia-se o “aprender-fazendo” oriundo da formulação de ensino norte americana. Diferente das outras instituições em que era grande a distância da Escola à

Fazenda de Experimentação, a ESAV possuía grande espaço físico para a realização das atividades, possibilitando a incorporação dos moldes *Land Grant Colleges*, o que se tornou sua grande marca. A Escola deveria ser uma “[...] verdadeira ‘fazenda’ para os estudantes, em que os livros, os instrumentos científicos e as ferramentas agrícolas se imiscuissem em direção a terra: estudantes e professores deveriam, sim, sujar seus pés e mãos de barro” (COMETTI, 2005, p. 29). Tal proeza a distinguiu de muitas escolas que seguiam os padrões de influência francesa e, ao mesmo tempo, a aproximou da Escola Superior de Agricultura de Lavras.

Figura 44 - Bandeira estadunidense no topo do prédio principal



Fonte: Lima e Coelho (1996).

Borges, Sabioni e Magalhães (2006) informam que Rolfs conseguiu mudas de citros dos EUA e inovou realizando na Escola pomares em terraças – plantações em degraus típicas das montanhas (Figura 45). Ele enviou, até mesmo, mudas para instituições como a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz de Piracicaba, Instituto Evangélico de Lavras, Estação de Experimentação em Pernambuco. Os autores repisam a tecla do “aprender fazendo” trazida por Rolfs dizendo que ela condizia com os

desígnios da ESAV, um deles era prorromper com a intrínseca tradição brasileira do ensino livresco.

Figura 45 - Terraças da ESAV



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Podemos dizer que a ESAV (desde seu período de construção até sua inauguração), cumpriu sua finalidade de aparelho de hegemonia de uma agricultura dita racional e moderna, sustentada pelo ‘condão’ da técnica e da ciência. Ou seja, num ensino nitidamente especializado e tecnicista. Explica-se: o seu projeto de ensino (e de ordenação do espaço social agrário) se pretendeu hegemônico buscando convencer a todos, que conseguisse, da existência de uma boa e uma má agricultura.

A Escola funcionaria, portanto, como um “divisor de águas” no campo marcando, ao menos no imaginário, o antes e depois de concretização da mesma: anteriormente predominava uma agricultura do passado (e seus métodos rotineiros), depois a do futuro (com sua visão progressista). Prova disso, foi a intensa propaganda que passou a ser estrategicamente empregada em torno da criação e inauguração da Escola (Figura 46).

Figura 46 - Notícias de criação e inauguração da ESAV



Fonte: Casa Arthur Bernardes.

O personagem Arthur Bernardes recebeu destaque na página do jornal e também nesta classe (seu nome teve uma frequência elevada, vide Figura 42). Responsável por idealizar a ESAV (Figura 47) e representante do Estado, sua prática espacial de localização dos terrenos, de alocação de infraestruturas (água, luz, abrigos, bueiros, posto meteorológico, biblioteca, residências etc.), o domínio de criação das formas institucionais (parcelamento ou reparcelamento de terras, traçados das vias) refletiu nitidamente na paisagem esaviana perceptíveis nas fotos das fazendas que deram origem à Escola e nas sequentes (dos primeiros anos da instituição). Assim, a afirmação do poder daquele ator foi antes de tudo a consolidação do âmbito espacial de seu exercício.

Figura 47 - Arthur Bernardes no *campus* da ESAV



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

Vaticinada, a ESAV foi construída conforme atesta Lisboa (1928), pelo governo de Minas para “educar” seus filhos. Diante desse propósito, para aderir ao projeto da Escola alguns quesitos deveriam ser atendidos: 1) a visitar com o intuito de a conhecer melhor; 2) matricular nela os filhos em idade escolar; 3) a consultar a respeito das dúvidas que portarem em relação às suas plantações e criações. Desse modo, os fazendeiros mineiros deveriam compensar o governo de Minas por ter presenteado o estado com a mais “moderna Escola” de agricultura do país e uma das “maiores” da América do Sul “mostrando o maior interesse pelo estabelecimento, verdadeiro **quartel general da lavoura** de Minas” (ibid., p. 17, grifos nossos).

A força do imaginário, esse motor do homem, de qualificar à Escola (como “moderna” e “maior” destinada aos filhos das Gerais) impôs representações que se projetaram como “verdadeiras”, “reais”, “concretas” mesmo que não condissessem com a realidade. O imaginário, nesse universo, se constituiu como estratégia dos personagens beneméritos de atribuição de significados positivos à Escola.

Basta analisar os discursos sobre a ESAV: “[...] realmente **encantador**; o rigor das construções, a **pujança** dos campos de cultura, as estradas, a **natureza do local** e muitos outros requisitos lhe dão panorama de **grande beleza**, já evidenciada por visitantes de notável importância” (LISBOA, 1929, p. 6, grifos nossos). Esses visitantes – alguns íntimos dos idealizadores da instituição (Figura 48a e 48b) – ratificaram a competência técnica do engenheiro Bello Lisboa e a organização e administração de Rolfs

espargando as impressões colhidas para seus lugares de origem e, conseqüentemente, publicizaram a Escola.

Figura 48a - Engenheiros e construtores recebendo visitantes na ESAV



*Da esquerda para a direita: 1) Nelson Ferraz; 2) Pedro Martins; 3) Isauro Vaz de Mello; 4) Arnaldo Carneiro Vianna; 5) Mario Monteiro Machado; 6) José Gomes Brandão; 7) João Carlos Bello Lisboa; 8) Mario das Neves Machado.

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Figura 48b - Visita dos Deputados Federais de Minas à ESAV (ao lado do Barracão das Oficinas)



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Antes mesmo de ser inaugurada, já se projetava seu sucesso: “[...] temos insofismável nos constantes pedidos de matriculas ha muito recebidos pelo dr. Peter Henrique Rolfs, oriundos não so em Minas Gerais como dos mais longiquos estados da União, porquanto, nos parecem indices seguros de renome que ja goza a nossa ESAV” (JORNAL A CIDADE, 1926, s/p). Os ensinamentos transmitidos pela Escola aos agricultores (pelo ensino elementar) e aos filhos dos fazendeiros (pelo ensino médio e/ou superior) lhes trariam, do ponto de vista de seus formuladores, prosperidade e proporcionariam ao país o corpo técnico de que carecia. Porém, estas colocações escamoteavam a subordinação do pequeno produtor aos ditames do mercado e as consequentes dependências em relação aos maquinários e às novas sementes. Também ignoravam uma questão premente naquele momento no Brasil: o inaccess da população ao próprio ensino primário.

Classe 3 – Ensino agrícola

Ao analisar a Classe 3 “Ensino agrícola” com 25,27% de aproveitamento do *corpus* e 281 segmentos de texto se mostrou uma discussão menos associada a palavras como: “Minas Gerais”, “poder”, “governo”, “instrução”, “escola”, “riqueza”, “desenvolver”, “educação”, “ordem” e “território”. Os debates sobre o ensino agrícola englobavam mais a escala nacional articulado, ora ou outra, com a escala estadual, tal como ressaltam os trechos que se seguem,

Ja visitou nossa ESAV? Queremos instruir agronomicamente o Brasil, duma só vez, fundando simultaneamente, os diversos mecanismos de **instrução**, quais sejam: as **escolas** de agricultura, os aprendizados agricolas, estações experimentais, o ensino ambulante, os campos de semente, etc., e complicarmos de tal modo a questão, que melhor seria não tratarmos disso. Um passo depois do outro, e a nossa opinião, achamos que presentemente não devemos cuidar mais do que das fontes produtoras de pessoal habilitado, tanto para a instrução como para direção das fazendas, e essas fontes são indiscutivelmente as Escolas Superiores de Agricultura, que devem ser espalhadas por todo o Brasil, na proporção de uma para cada estado (JORNAL A CIDADE, 1925, s/p, grifos nossos).

Com muito acerto andou o estado de **Minas Gerais** fundando um estabelecimento agronomico, que se dedica realmente ao engrandecimento dos campos. O Brasil necessita de abundante difusão de ensino agricola em seu **território** (JORNAL A CIDADE, 1925, s/p, grifos nossos).

Novamente num tom propagandístico o jornalista chama a atenção para a ESAV defendendo a ideia de espargir instituições de ensino superior como esta pelo território

nacional. A instrução agrícola a ser ministrada na Escola se baseou no primeiro regulamento¹²⁸ aprovado pelo Decreto 7.323, de 25 de agosto de 1926 (três dias antes da inauguração). Ele repartiu o ensino teórico-prático em breve, elementar, médio, superior e especializados de agricultura e veterinária. O curso breve tinha como propósito fornecer instruções práticas e imediatas aos interessados (com qualquer grau de instrução) que não pudessem comparecer aos cursos de maior durabilidade. Em tal curso, cuja duração consistiria em oito semanas, o ensino deveria ser prático e intuitivo voltado à agricultura e aos animais domésticos, a Escola o ofereceria duas vezes por ano (REGULAMENTO DA ESAV, 1926).

O curso elementar destinava-se aos filhos dos fazendeiros e os agricultores em geral que, por força das circunstâncias, apenas sabiam ler, escrever e efetuar as quatro operações. Sua duração era de um ano de estudos práticos de agricultura ou veterinária, adicionados os ensinamentos de português, aritmética, geografia, noções de geometria e desenho e história do Brasil (REGULAMENTO DA ESAV, 1926; LISBOA, 1928; ROLFS, 1928). A proposta era de um curso noturno, pois os alunos passariam o dia em trabalho de campo e a noite faziam seus estudos acadêmicos.

Sua conclusão proporcionaria, conforme coloca Rolfs (1928, p. 6), aplicar “metodos melhores nas lavouras das suas propriedades, bem como o desejo de aprender mais sobre mais sobre os metodos novos”. Os cursos médios (de dois anos) eram indicados aos rapazes acima de 18 anos que tivessem finalizado o curso de grupo escolar ou equivalente (quatro anos de estudo). Os moços poderiam ingressar mediante exames realizados na Escola ou por certificados (REGULAMENTO DA ESAV, 1926). Tais cursos consistiam nos de maiores investimentos da instituição, uma vez que aspiravam a formação de fazendeiros “conscientes” (LISBOA, 1928). Mas também denotavam estratégias de recrutamento frente à dificuldade de ter inicialmente alunos matriculados.

Para além das disciplinas técnicas os alunos que os concluíssem faziam estudos dos preparatórios de geografia, português, aritmética, álgebra, geometria, história do Brasil, parte de história natural e física, que eram valorosos para se matricular nos cursos superiores. No trabalho prático era ensinado o funcionamento das “máquinas modernas”,

¹²⁸ O regulamento da ESAV consistia num documento que desfrutava de assuntos associados à Escola como a organização de suas disciplinas, os exames, o regime escolar, a administração etc. Enfim, tal documento gerenciava as tarefas administrativas e acadêmicas. No período da ESAV (1926-1948) foram proclamados três regulamentos: o primeiro com o Decreto nº 7323, de 25 de agosto de 1926; o segundo com o Decreto nº 7461, de 21 de janeiro de 1927; e o terceiro, com o Decreto nº 10154, de 15 de dezembro de 1931; sendo poucas as alterações adicionadas nestes decretos. Apesar da riqueza do material publicado, focaremos somente no primeiro devido ao recorte temporal da pesquisa.

o principal objetivo do curso era ministrar aos alunos a compreensão dos trabalhos mais importantes da lavoura no estado mineiro (REGULAMENTO DA ESAV, 1926; LISBOA, 1928; ROLFS, 1928).

O curso superior, por sua vez, com uma durabilidade de quatro anos, formava Agrônomos e Médicos Veterinários, sendo neles aprovados quem tivesse concluído dez preparatórios com 16 anos ou mais de idade. Já os estudos de especialização eram realizados depois de concluído o curso superior, os alunos poderiam continuar por mais dois anos e selecionar os assuntos de sua preferência e que pudessem aproveitar em sua profissão. Tais estudos visavam a formação de professores e de cientistas (LISBOA, 1928). O fim colimado dos cursos, já dizia Rolfs (1928), era que os alunos que se diplomassem em qualquer curso (breve, elementar, médio, superior ou especialização) adquirissem conhecimento e prática em “métodos modernos” da lavoura, como condição de extrema importância para o “melhoramento” da agricultura de Minas.

Em relação aos atestados, diplomas e títulos, o Regulamento (1926) anunciava que emitiria atestados aos que terminassem os cursos breves; certificado de capataz rural aos que concluíssem os cursos elementares; certificado de técnico agrícola, aos que finalizassem os cursos médios; diploma de engenheiro agrônomo ou médico veterinário aos que terminassem os cursos superiores; e de doutor em agronomia e de doutor em veterinária aos que concluíssem os cursos de especialização.

Contudo, o cenário de instrução dos operários era preocupante. Alarmados com o analfabetismo, Rolfs e Bello Lisboa decidiram criar uma escola primária diurna (no interior da própria instituição) para os filhos dos operários, mais tarde tal escola foi ampliada com cursos noturnos para os trabalhadores. Rolfs (1928, p. 12) a respeito desta experiência relatou: “[...] em 1922 empregamos um total de quase 400 trabalhadores na construção e noutros trabalhos, sendo que mais de 90% deles eram analphabetos”, no fim de 1926 a percentagem de analphabetos entre os operários havia reduzido para 6%. A escola foi sendo frequentemente reestruturada e se tornou em 1965 a Escola Effie Rolfs em homenagem a esposa de Peter Rolfs.

Havia o discurso oficial do Estado de qualificação profissional do trabalhador através do ensino agrícola. Tal narrativa foi reproduzida pelas fontes primárias e autores como Baía (2005), Faria (1992), Silva (2007), Ribeiro, M. (2006), dentre outros. No nosso entendimento o projeto de educação agrícola não visava qualificar majoritariamente o trabalhador do universo rural e sim afirmar a categoria dos agrônomos ilustrados, capazes de espargir as “luzes” sobre o campo. Estes novos gestores do mundo agrário conduziram

a elevação da racionalidade econômica, proposta pelo Estado, como um imperativo capaz de transformar as condições técnicas da produção por meio do saber.

Por conseguinte, concordamos com Mendonça (1997) quando coloca que para as lideranças políticas o ensino agrícola foi indispensável no “resgate” da população rural do estágio de “barbárie” que lhe era outorgado. Além disso, a educação profissional funcionou como forma de evitar a fuga dos trabalhadores para os grandes centros. Na ESAV não foi diferente, Bello Lisboa e Rolfs lutariam contra o êxodo rural, defenderiam a fixação do trabalhador no campo e o ensino agrícola “elitista”: dedicando a “ciência” aos filhos dos fazendeiros e as “técnicas” a uma pequena porção do campesinato.

Nessa vereda, a Escola continuou perpetuando as abissais hierarquias das relações sociais no campo e no acesso à instrução, já que ela se destinava, ao fim e a cabo, a “nata” da sociedade. Por fim, não podemos deixar de salientar que apesar de abrigar no seu perímetro institucional uma escola primária destinada aos filhos dos operários e aos operários, a ESAV não foi capaz de atender ao público viçosense que não estava vinculado ao estabelecimento de ensino por algum regime contratual.

Classe 4 – Agricultura moderna

Ao refletir sobre a classe 4 “Agricultura moderna” com a utilização de 21,04% do texto total e 234 segmentos de texto, observamos a nuance de palavras como “estabelecimento”, “terra”, “ensino”, “futuro”, “progresso”, “Estados Unidos”, “desenvolvimento”, “modernos”, “americanos” e “mercados”. A partir dos trechos a seguir, podemos compreender que estas palavras se referiam à modernização que se processava no campo associada ao modelo americano, sendo o ensino agrícola o mote para alcançar o progresso e o desenvolvimento da agropecuária:

Graças, porem, as preciosas experiencias precedidas pelo sr. dr. Peter Henrique Rolfs, illustre diretor da ESAV, nos campos de demonstração daquele futuroso **estabelecimento**, temos agora vivos e irrefragaveis na bela colheita [de algodão] ali realizada, onde se puseram em plena evidencia a excelencia do nosso produto e a adaptabilidade das nossas **terras**. Os casulos, de um desenvolvimento pouco vulgar, ostentam um produto de pureza admiravel, claro, abundante, de fibra fina e resistente, podendo figurar, como vantagem, entre os mais cotados em todos os **mercados** mundiais (JORNAL A CIDADE, 1924, s/p).

O futuro do Brasil esta no aproveitamento inteligente das suas possibilidades economicas e dos seus exauriveis recursos. As suas **terras** bem cuidadas e bem trabalhadas, pela aplicação dos melhores metodos **modernos**, emprego dos instrumentos agrarios, adoção, enfim, da agricultura cientifica, permiti nos ao

lugar de destaque entre as principais nações produtoras do mundo. Mas a agricultura científica não se inventa, se aprende, e o nosso homem do campo não tem a menor noção dos **modernos** processos de plantio, não sabe como se lavra inteligentemente a terra, e daí, a necessidade de estabelecimentos como a ESAV, inaugurada. [...] Precisamos, pois, de agricultores, mas de agricultores inteligentes e aptos, perfeitos conhecedores de sua bela e patriótica profissão. Por isso, bem dizemos que a criação da ESAV, bendizemos o nome de quem a idealizou e dos que concorreram e coadjuvaram a sua construção e inauguração. Viçosa, particularmente, vai ter um surto vertiginoso de **progresso** (JORNAL A CIDADE, 1926, s/p).

O alavancar de conhecimentos científicos para a agricultura criava possibilidades de investimento e lucro ao capital. Este raciocínio encontra guarida em Lisboa (1928, p. 9) quando asseverava que a fundação da Escola havia sido justificada como “[...] fruto da imperiosa necessidade de um estabelecimento moderno, destinado não só à instrução agrônômica, mas também a investigação e pesquisa científicas”. A crença dos personagens políticos envolvidos na criação da ESAV estava vinculada à conquista de novos mercados nacionais e internacionais e à construção de um segmento ativo na área governamental, os agrônomos. Isto é, de uma tecnocracia calcada no deslocamento de poder em direção aos detentores de saber especializado.

A cultura de produtos como algodão, arroz, café, frutas e trigo passou a merecer cuidados especiais da Escola que surgiu, no enfoque de Dulci (1999), como um grande salto no rumo da modernização do campo impulsionado a política de diversificação produtiva. Na interpretação do autor, o projeto acadêmico de Viçosa permitiu erguer uma estrutura de pesquisa que funcionou como um leque “abrindo” novos ensejos na atividade rural e, simultaneamente, possibilitando a industrialização de insumos (sementes, defensivos, dentre outros) que eram, até então, importados (Figura 49a e Figura 49b). O investimento de capital na agronomia constituía uma vertente promissora, considerando o peso relativo do setor agrícola na economia regional.

Figura 49a - Trabalhador usando tração animal para arar a terra em área experimental da ESAV



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Figura 49b - Novas técnicas



*Operário guiando bois que puxavam um “triângulo” para o nivelamento do solo à esquerda; alunos em aula prática de mecânica agrícola próximo ao galpão de máquinas da ESAV, à direita. Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Para alcançar o intento de uma agricultura moderna era preciso superar o *atraso* da carência de máquinas, de sementes, da não utilização de métodos racionais no trato com a terra e com os rebanhos (FARIA, 1992), que iam na contramão do moderno. Diante disso, a concepção dos personagens políticos idealizadores da Escola se respaldava numa espécie de compromisso entre ordem e mudança. Sobre este aspecto, Dulci (1999, p. 52)

é enérgico ao dizer que o foco da ESAV era a renovação do campo baseada num programa de racionalização agrícola, cujo desafio a ser confrontado era o peso da tradição e dos métodos rotineiros de produção: “a Escola, para isso deveria formar quadros, e, mais ainda, irradiar idéias e valores”.

Diante deste pensamento, a enunciação discursiva de Benjamim Hunnicut (diretor da Escola Agrícola de Lavras) sobre a ESAV vinha a calhar: “[...] que a nova Escola funcione bem, justamente quando é mais necessária para a lavoura mineira, e seja um farol que não ilumine somente os mais distantes rincões de Minas, mas também quem sabe, inspire novo ânimo na Pátria e no Continente” (ECOS DA INAUGURAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA, 1926). A ideia de farol projetava o ensino no país e no estado como “remédio ideal” para o *atraso* da lavoura variando apenas as “doses” e “aplicações” de acordo com as especificidades viçosenses.

As narrativas de fundação da ESAV se erigiam contra as práticas agrícolas “antigas” na lavoura. Havia um desprezo pelo passado e suas técnicas rotineiras (foice, enxada etc.) associadas à escravidão e uma fé exacerbada no futuro, o qual traria instrumentos modernos como máquinas agrícolas de tração animal (arados, grades, colheitadeiras, descaroçador de sementes). A modernização foi um dispositivo eficaz no combate para modificar o “presente de então” e, assim, em nome do moderno parte do espaço viçosense foi redesenhado para abrigar a Escola.

Os processos mentais de representação da “realidade de outrora” foram marcados pelos pares binários da modernidade: progresso *versus* atraso; novo *versus* velho; modernização *versus* tradição; progresso *versus* letargia; futuro *versus* passado; hodierno *versus* obsoleto. Situações antípodas tais como solução agrícola *versus* crise; remédio *versus* doença; também eram constantemente utilizados como princípio organizador das intervenções políticas, evidenciando um esforço de se romper com o passado. Contudo, ocorreu mais uma continuidade na “mudança” do que um efetivo rompimento.

A modernização agrícola reforçou as estruturas de poder vigentes na sociedade, pois além de não ter promovido transformações sociais foi conivente com a manutenção e ampliação da hegemonia das fracções da classe dominante agrária. No Brasil, diferente das economias mais avançadas do sistema que requereram uma reforma agrária para o capital avançar, firmou-se um pacto entre as fracções da classe dominante agrária, o capitalismo industrial e o capital rentista – concentrando as terras “nas mãos” de poucos proprietários.

O modelo de política adotado evidencia que as mudanças ocorridas no país se processaram de maneira gradual, entretanto, não houve rupturas, pelo contrário, a ação das frações da classe dominante agrária procurou assegurar a continuidade de seu patrimonialismo. Fizeram isto utilizando a máquina do Estado para o mandonismo e privatismo sem peias e limites dos interesses econômicos conservadores. Como indica Moreira (2018) o poder ruralista insiste em fazer do Brasil sempre o mesmo, “mudando-o, para que nunca mude” (p. 49). Numa metáfora a modernização representava o “vinho novo” colocado em “odres velhos”, ou seja, as novas relações evoluíram numa conciliação com as antigas estruturas de poder, travava-se, em suma, de mudar para manter exatamente igual.

A ESAV, portanto, trouxe atavios modernos, mas não promoveu alteração nas estruturas de poder do seio social. Os velhos troncos mineiros vinculados às famílias detentoras de poder material e simbólico em Minas e em Viçosa continuaram a exercer seu domínio sobre as áreas de sua jurisdição utilizando estrategicamente o clientelismo para obter seus interesses. O processo de valoração da Escola trouxe consigo a crítica a situação da agricultura (de crise/atraso) e uma meta para a sua transformação (via diversificação), essa mentalidade dos personagens funcionou como elemento de argumentação junto aos processos de hegemonização de políticas e práticas territoriais do Estado.

Classe 5 – Produção e experimentação

A classe 5 “Produção e experimentação” com 22,03% de aproveitamento do corpus e 245 segmentos de texto mostrou uma discussão mais associada com as classes 3 e 4, destacando palavras como: “terra”, “construção”, “campo”, “cultura”, “agrícolas”, “produto”, “resultado”, “semente”, “plantio” e “região”, que evidenciam os primeiros momentos da Escola voltados à produção, haja vista que em 1922 os campos de experimentação e os trabalhos agrícolas já tinham se iniciado (Figura 50).

Figura 50 - Plantação de algodão em primeiro plano, ao fundo barracão de obras e prédio principal em construção



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

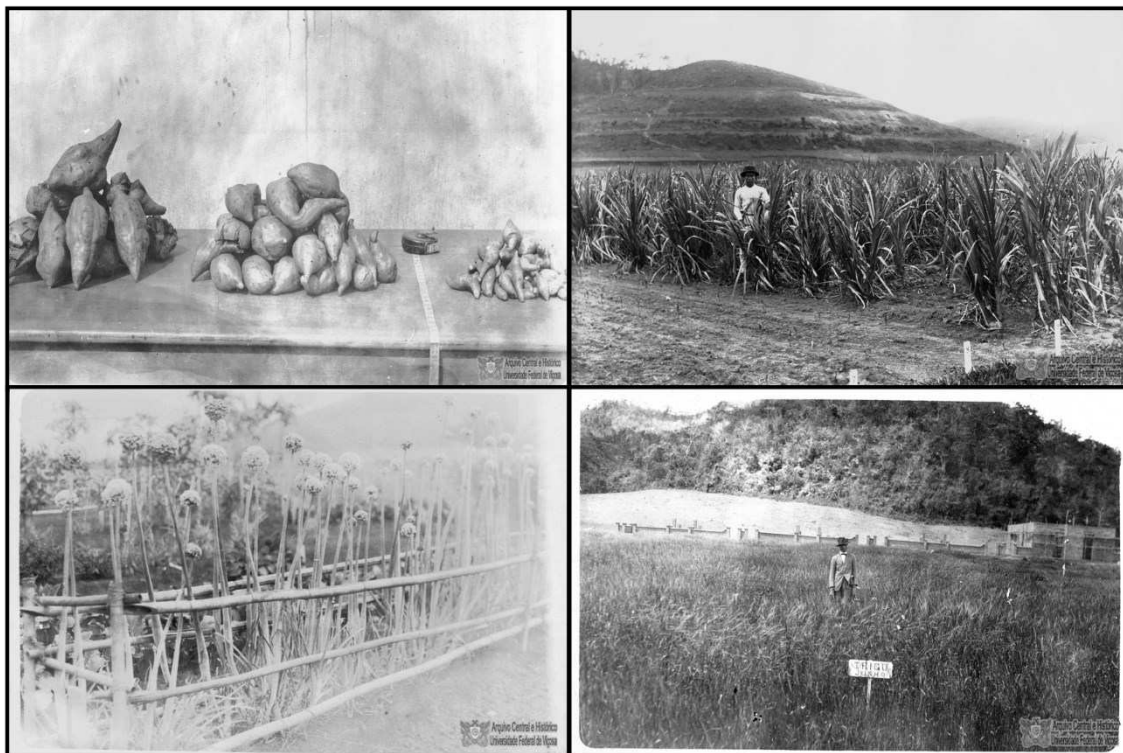
Inclusive as primeiras experiências foram relatadas pela revista da Sociedade Mineira de Agricultura e a ESAV chegou a expor seus produtos (mudas, sementes, grãos, doces e aves) em Juiz de Fora (Anexo AA). No segmento de texto abaixo é possível perceber a temática que envolve as discussões desta classe:

O cultivo de um hectare de **terra** pode produzir batatas doces comerciais em quantidade suficiente a aquisição de um automóvel Ford. Para se conseguir isso, cumpre-se preparar convenientemente o **campo**, no mês de setembro, revolvendo a *terra* até 25 a 30 centímetros de profundidade. **Experiência** muito cuidadosamente realizada na ESAV, mostra que, quando foram plantados tubérculos, a colheita se verificou na razão de 40 arrobas de batatas comerciais por hectare, e 1.300 arrobas de tubérculos demasiadamente pequenos, apodrecidos, quando plantados pedaços de rama, da mesma qualidade, a **colheita** se verificou a razão de 1.216 arrobas de batatas comerciais por hectare, tendo apenas apresentando 189 arrobas de tubérculos inutilizáveis, nenhuma batata podre tendo sido encontrada (JORNAL A CIDADE, 1925, s/p).

A palavra “terra” teve maior destaque entre as demais palavras. Cultivar a terra significa dominá-la, exercendo um poder (institucional) sobre ela e obrigando-a a certo

controle (o do Estado). A ESAV presidida pelos ideais de progresso, buscava integrar-se ao projeto de diversificação produtiva regional representado pela *policultura*. Em seus campos de experimentação (Anexo AB) passaram a produzir os seguintes produtos: aveia, batata doce, batata inglesa, cana de açúcar, café, cebola, centeio, milho, dentre outros (Figura 51a e Figura 51b).

Figura 51a - Campos experimentais



*No canto superior esquerdo: amostragem do tamanho da batata doce; no canto superior direito: plantação de cana; canto inferior esquerdo: plantação de cebola; canto inferior direito: experimentação de trigo. Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Figura 51b - Exposição de produtos agrícolas



* No canto superior esquerdo: cana de açúcar, feijão e laranja cultivadas na ESAV; no canto superior direito: mandioca, batata doce, algodão e trigo. Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

As obras do *campus* (circunscritas ao limite de sua própria espacialidade física) mais do que servirem de infraestrutura para o ensino ministrado na Escola propiciaram condições para a sua própria manutenção, funcionando como uma espécie de entreposto de troca de experiências e até mesmo venda de variedades de vegetais aí produzidos, muitas vezes destinadas à exportação. Como foram os casos do café e do milho híbrido transportados para outras regiões (palavra com frequência nesta classe) pela Leopoldina *Railway*.

As iniciativas de difundir o ensino agrícola no estado de Minas mediante campos de demonstração, institutos agronômicos e zootécnicos, escolas-fazenda, escolas superiores agrícolas e fazendas-modelo estavam relacionadas à política de colonização (VERSIEUX, 2012). Em Viçosa, o ensino voltado à agricultura se concretizou com a criação da Escola Agrícola Arthur Bernardes e da ESAV, sendo que a política de povoamento e colonização (por nacionais e migrantes) ocorreu através da fundação da colônia agrícola Vaz de Mello.

Esta foi criada pelo Decreto estadual nº 4.434 de 23 de agosto de 1915 (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, 1915). Tal núcleo, como consta nos documentos da Secretaria de Agricultura (1929), distava seis quilômetros da sede do município, estava localizado a 625 metros de altitude desta num território que abarcava 933 hectares. Além disso, era servido pela Estrada de Ferro Leopoldina *Railway Company* Ltda.

O núcleo obedeceu à lógica de distribuição espacial das colônias no território mineiro, ou seja, foi instalado próxima à zona cafeeira e à ferrovia, de forma a beneficiar o escoamento da produção agrícola. Em relação a esta, Mendonça (1997) diz que as colônias, de uma maneira geral, se dedicavam ao *policultivo*, sobretudo às culturas do milho, arroz e centeio. Nas informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1959) consta que na colônia Vaz de Mello realizava-se o plantio selecionando de cereais, sendo o milho e a cana de açúcar os principais produtos.

A colônia agrícola teve os planos e a planta aprovada apenas em 1919, conforme consta no decreto n. 5113, que desapropriou as terras do sítio de D. Quirina Anacleto, onde se estabeleceu o núcleo. Ele passou a desempenhar atividades agrícolas de forma veemente em 1921, momento no qual começou a florescer. Nesse ínterim, compreendemos que seu processo germinativo durou sete anos, até que ocorresse a intervenção decisiva de Arthur da Silva Bernardes, como presidente do estado, neste espaço.

Esse florescimento estava articulado à criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV) em 1922, momento no qual a colônia passou a funcionar como uma espécie de prolongamento espacial deste estabelecimento de ensino. Isto é, a semente “colônia agrícola Vaz de Mello” germinada em solo viçosense em 1915 dá flores mais vívidas quando se transforma em um campo de experimentação dos cultivos da Escola, demarcando os primórdios da extensão rural.

Mas por que estamos falando desta colônia? Porque acreditamos que ela teve estreito vínculo com a ESAV. Apesar de ter sido inaugurada em 1926 os experimentos científicos se iniciaram, como vimos, em 1922 nos próprios campos de sementeiras da Escola, mas também no núcleo colonial Vaz de Mello. Estas experimentações (de trigo, laranja, batata-doce, batata-inglesa, inhame, feijão, milho, algodão e arroz) foram conduzidas pelo cientista e diretor da Escola, Peter Henry Rolfs e divulgadas no jornal *A Cidade*. Aqui é importante frisar que não há registro de terrenos do núcleo pertencentes à Escola, a hipótese que desenvolvemos é que os donos das propriedades que formavam a colônia recebiam (através de compra e doação) as sementes, inovações e máquinas modernas e as incorporaram a seus espaços.

Assim, a colônia agrícola passou a funcionar como um espaço de inovações da ESAV, contribuindo através de suas práticas com a “[...] vida científica e tecnológica da antiga Escola Superior de Agricultura” (RANGEL, 2018, s/p). Os colonos passaram a cultivar as sementes desenvolvidas pela Escola no espaço do núcleo Vaz de Mello. Isto pode ser compreendido na medida em que P. H. Rolfs trouxe para a ESAV a filosofia dos *Land Grant College* e, com ela, as concepções de ciência e prática (SILVA, 2007). Destarte, o *aprender* servindo de *álibi* para o *fazer*.

Desse modo, a trindade ensino, pesquisa e extensão foram o “lema da nau” do cientista e educador e, anos mais tarde, se tornaram os grandes pilares da ESAV. Rolfs soube aproveitar a colônia para iniciar a prática extensionista, levando o progresso ao campo através, metaforicamente, das sementes “de ouro” da Escola que ao serem implantadas nos solos do núcleo promoveriam a modernização deste espaço e o melhoramento dos animais e da “moral” dos homens e mulheres. Consideramos, assim, que colônia Vaz de Mello passou a funcionar como verdadeiro “laboratório” da ESAV, de aperfeiçoamento dos seus métodos, práticas e técnicas agrícolas.

Interessante notar que uma rede de infraestruturas no território da colônia passou a ser implementada após a fundação da ESAV, como a construção de linha telefônica conectando o núcleo à cidade de Viçosa, a instalação de barracões/galpões para abrigo de

veículos e máquinas agrícolas (MINAS GERAIS, 1926), de correios e telégrafos e de estradas ligando Vaz de Mello aos demais espaços viçosenses (bairros). Esses aparatos serviam tanto aos imigrantes que reivindicavam melhores condições de comunicabilidade quanto aos proprietários fundiários que se valiam desses meios para potencializar seu capital mercantil, ampliando sua margem de lucros com cada investimento realizado na colônia.

Os imigrantes (a maioria de nacionalidade brasileira e alemã, mas também portugueses e sírios), como força de trabalho (meeiros, parceiros e assalariados) aproveitada nas lavouras, renderam aos cofres estaduais entre 1923 a 1925 o total de 40:237\$531 contos de réis (Quadro 7). O ano de 1923 teve destaque na produção de renda, pois representou 52,2% do total, enquanto os de 1924 e 1925, contribuíram com 31,6% e 16,2%, respectivamente.

Esta produção, se comparada aos anos anteriores a 1922, foi incrementada pelo incentivo da ESAV através de seus atores (sobretudo, Arthur Bernardes e P. H. Rolfs) no espaço da colônia, administrado por Lindolpho de Souza Lima. Assim, podemos dizer que a Escola territorializou o núcleo colonial, conferindo-lhe benesses ao seu espaço e ratificando o poder das frações da classe dominante agrária.

Quadro 7 - Imigração e colonização: população, produção, renda e despesas de custeio da colônia agrícola estadual Vaz de Mello (1923-1925)

Ano	População	Valor da produção	Renda	Despesa do Custeio
1923	209	48:583\$000	20:988\$770	31:509\$015
1924	225	32:620\$000	12:708\$361	18:215\$100
1925	280	86:367\$505	6:540\$400	9:550\$000
Total	714	167:570\$505	40:237\$531	59:274\$115

Fonte: Secretaria da Agricultura, 1929, p. 460-461. Organizada e elaborada pela autora.

Quanto ao papel dos imigrantes há que se diferenciar os sucedidos dos empobrecidos no município. Os sucedidos eram representados por alguns imigrantes libaneses que tiveram a oportunidade de fazer fortuna ao atuar na modernização da agricultura e no comércio. Eles ainda estão nas placas e ruas até os dias atuais¹²⁹ podemos,

¹²⁹ Em 2009 a Prefeitura em parceria com a Câmara instalou uma placa em homenagem aos 120 anos da imigração libanesa em Viçosa, estratégia que buscou consagrar estes imigrantes como verdadeiros heróis na cidade. Na lápide constam as seguintes famílias: Aad, Amim, Assef, Balut, Barquete, Brumano, Chequer, Daguer, Daibes, El Hadj, El Khouri, Ferrez, Gassin, Gibaile, Iamin, Jabrine, Khouri, Muanis,

assim, dizer que se tratava de uma prática mnemônica assegurada e preservada pelos grandes comerciantes e detentores de poder político e econômico na cidade.

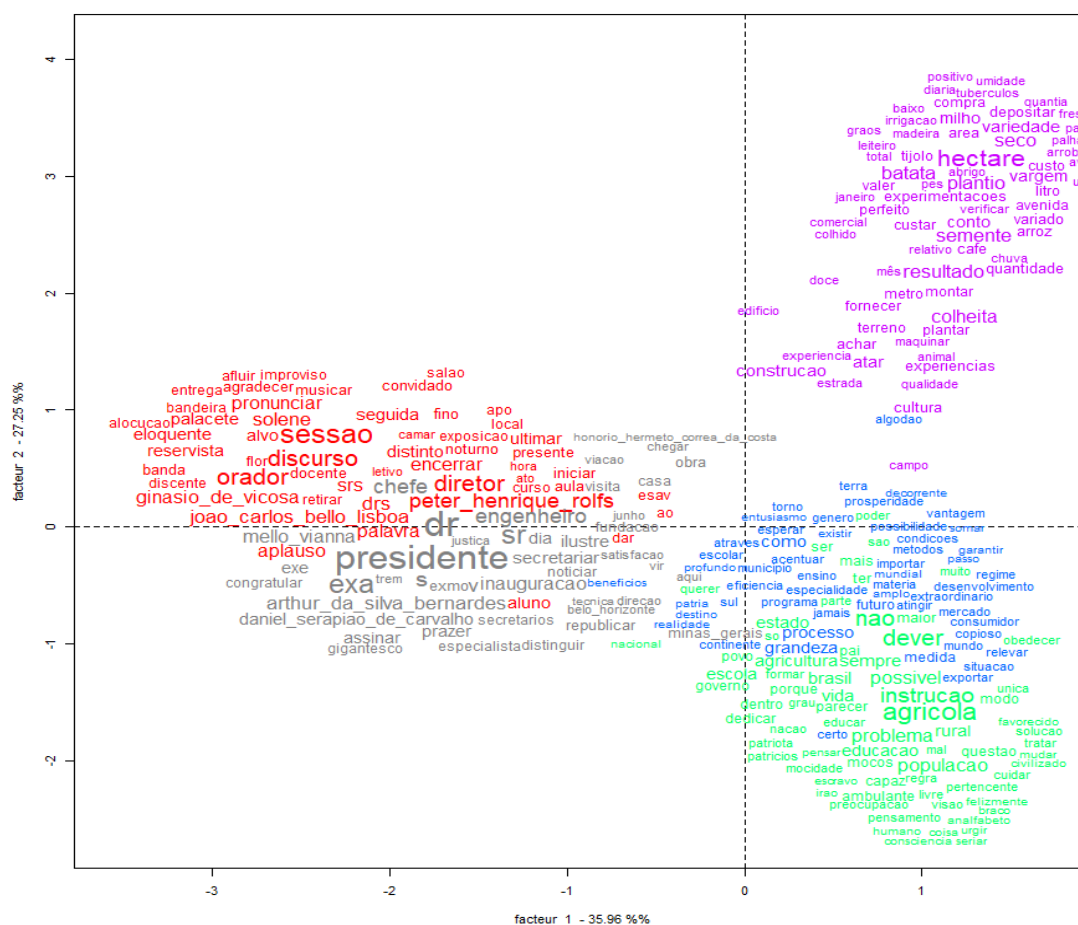
Os imigrantes empobrecidos eram alguns dos alemães que empregaram sua força de trabalho na construção e cultivos da Colônia Agrícola Vaz de Mello. Ao possuírem dívidas com o estado e sobreviverem materialmente numa situação paupérrima, o desejo de se converterem em pequenos proprietários se enfraqueceu e o que predominou foi a defesa da propriedade a fim de favorecer as fracções da classe dominante agrária. Apesar de seu quadro de pobreza, as famílias de imigrantes alemães geraram riqueza para aquela classe que os exploravam e controlavam os excedentes. Destarte, os imigrantes tiveram participação crucial na promoção da renda do espaço rural e o Estado se apropriou disso através da promoção de uma política agrária, cujo vetor de investimento foi o território (abertura de estradas, telégrafos, correios, construção de linha telefônica, escola rural, depósito de cereais etc.), visando atender aos interesses de mercado.

Acreditamos, inclusive, que alguns dos imigrantes do núcleo colonial Vaz de Mello podem ter sido operários temporários nas obras de construção da Escola. Para concluir, a colônia agrícola Vaz de Mello funcionou como espécie de “fermento” que impulsionou os campos de cultivos da ESAV e Rolfs, que tinha preocupação com a extensão das práticas educativas (sendo considerado precursor da sociologia rural), foi o principal responsável junto com Arthur da Silva Bernardes em projetar Viçosa como espaço produtivo na região da Zona da Mata.

Análise Fatorial Confirmatória (AFC) do Jornal A Cidade

Na Análise Fatorial Confirmatória (AFC) com o *corpus* do Jornal A Cidade foi efetuada relação do texto com as palavras, levando em conta a frequência de ocorrência da palavra e sua relação com as classes. As palavras de todas as classes se distribuem num segmento centralizado que se prolongam para os pontos periféricos. Na Figura 52 podemos visualizar graficamente as cinco categorias apresentadas e de que maneira elas se associam.

Figura 52 - Análise Fatorial Confirmatória do *corpus*



Fonte: *software* IRAMUTEQ, 2020.

As classes 1 (Personagens políticos) e 2 (Construção e inauguração) em vermelho e cinza, respectivamente, aparecem organizadas no quadrante superior e inferior esquerdo, indicando relacionamento entre elas. Nelas constam os vínculos entre os personagens políticos envolvidos na construção e inauguração, exemplo disso foram as palavras “P. H. Rolfs” e “Bello Lisboa” que apareceram nos assuntos em comum das duas classes; e a oratória destes personagens sobre o ensino.

As classes 3 (Ensino agrícola) e 4 (Agricultura moderna) em verde e azul, nessa ordem, encontram-se do lado superior e inferior direito do quadrante, há um forte vínculo entre elas, pois o desdobramento mais importante da discussão do ensino foi a contribuição da agricultura moderna (dos técnicos norte-americanos) ao movimento da diversificação agrícola encampado pela ESAV. Já a classe 5 (Produção e experimentação), localizada do lado superior direito e em lilás apresenta certa especificidade porque ela aborda as questões práticas envolvendo a Escola – diferente das

demais que estão mais no plano discursivo – como os campos de produção e experimentação. Em função disso apresenta maior independência em relação as demais. O debate descolado das outras classes aponta os “resultados” (palavra utilizada com elevada frequência, vide Figura 42) promovidos pela instituição ao se aplicar a pedagogia do “aprender-fazendo”. Dito de outra forma, poucas palavras da classe 2 ultrapassam a classe 1 e vice-versa, evidenciando que estas se mostram separadas das demais. A classe 3 extrapola pouco a classe 2, se mesclando mais com a classe 4. Esta, por sua vez, transcende timidamente a classe 5, a qual apresenta narrativa separada (de forma significativa) das outras.

Análise de similitude do Jornal A Cidade

Na análise de similitude identificou-se a frequência entre as palavras e a conexidade entre elas, subsidiando na distinção da estrutura do conteúdo de um *corpus* textual. Na Figura abaixo o *software*, a partir do comando e interesse da pesquisadora em identificar os verbos associados a ESAV, separou duas categorias: os centrais e os complementares, sendo que quanto mais grossa a linha maior a ocorrência em que o verbo apareceu no texto¹³⁰. Na ramificação inferior se enquadram os primeiros e na superior, os segundos. Verificou-se que os verbos centrais evocam ação: “fazer”, “realizar”, “dirigir”, “prestar”, “inaugurar” etc.; os complementares que mais se destacaram indicam condição/estado/posse e ação tais como “ser”, “estar”, “ter”, “dizer”, “poder” etc. Notou-se que este último verbo estava associado à fala.

¹³⁰ Metodologicamente optei por descartar os verbos que apresentassem frequências (eff) muito baixas, visando obter uma imagem menos “poluída”. Este procedimento não comprometeu a análise dos resultados, pois foi possível abarcar uma variedade de 116 verbos, transitando dos mais citados, exemplo: “ser” (385 vezes), aos menos: “precisar” (10 vezes).

A ideia consistia em projetar a ESAV como uma instituição “modelar”, “futurosa”, “magnífica” etc., tornando Viçosa um centro de gravidade da ação política e educacional. Outro adjetivo que “carimba” a Escola como um modelo a ser seguido é “ilustre” (do latim: *illustris*). O estabelecimento de ensino “moderno” funcionaria como beneplácito de sucesso do protótipo dos *Grand Land Colleges* nas terras viçosenses. A “esplêndida” ESAV deveria causar “célebre” impressão aos que a visitassem e nela se matriculassem, de maneira a alcançar, assim, seu “magnífico” objetivo: se aproximar (em seus métodos, pedagogias, estrutura, gestão etc.) de sua congênere, a Escola Superior de Agricultura da Flórida.

3.3 Viçosa como espaço da modernidade: a “joia da Mata”

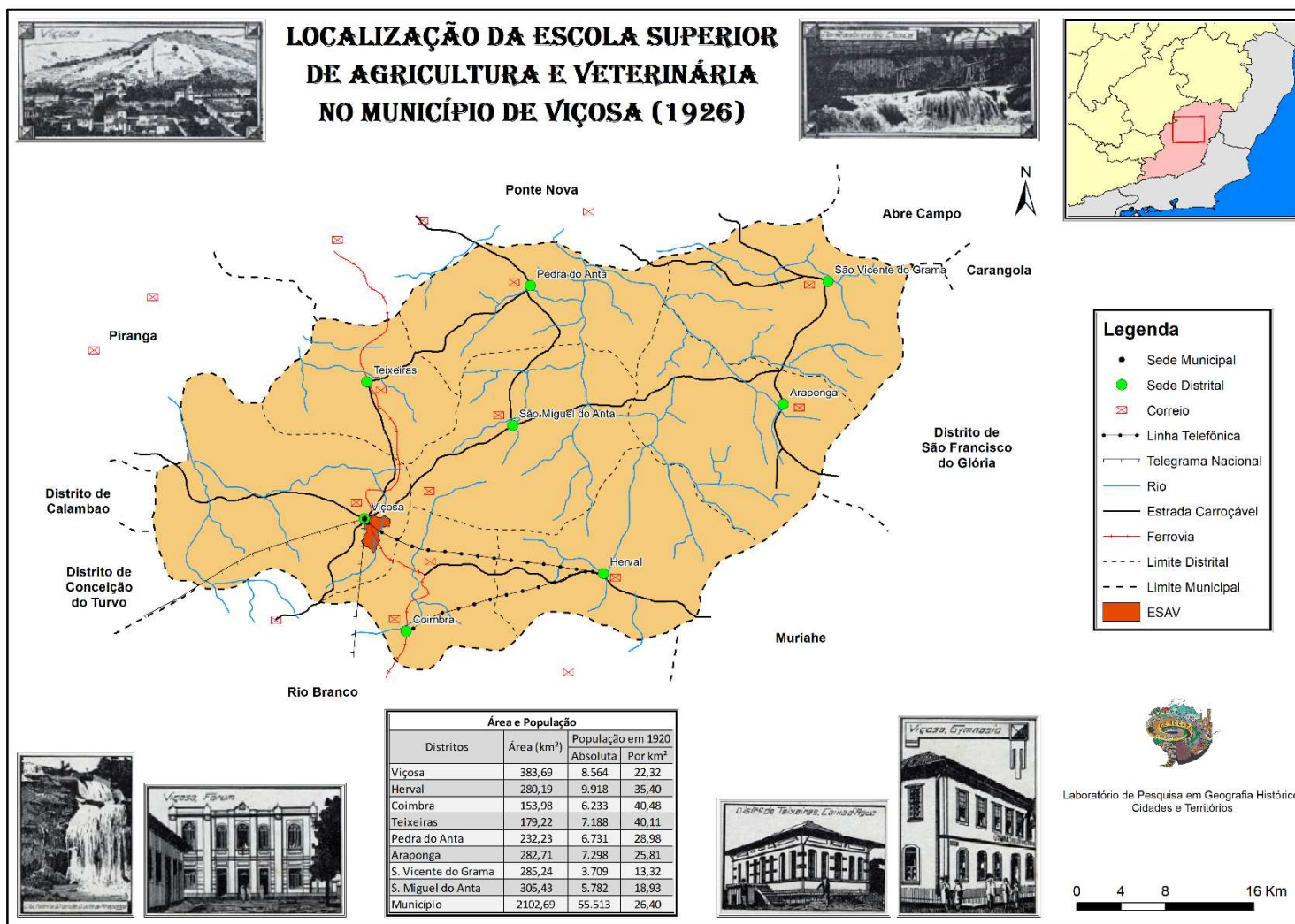
Os relatos do jornal *A Cidade* representavam Viçosa como um “recanto encantador do grande colosso mineiro”, uma “terra próspera e privilegiada”, uma “rica e valorosa parcela do gigante sul americano”, “cultura e patriótica”. Aliado a estas narrativas, Juscelino Kubitescheck se pronunciando no Centenário do presidente Arthur Bernardes atribuiu qualificações à cidade:

Bernardes reflete essa prodigiosa diversificação do mineiro. Tendo nascido nesta **encantadora cidade**, uma das **joias da Mata**, favorecida pela cultura do café. [...] A cultura do café cedo produzira uma elite social, ativa, **conservadora e progressista**, que não demoraria disputar à Zona do Centro e ao Sul de Minas a hegemonia política do Estado, dirigida por homens que conseguiam dar a Minas uma posição de relevo na Federação. (CENTENÁRIO DO PRESIDENTE ARTHUR DA SILVA BERNARDES, 1975, p. 5).

Os “surto progressistas” da cidade foram atribuídos à estrada de ferro, ao *Gymnasio* de Viçosa, à Escola Normal Nossa Senhora do Carmo, as estradas de automóveis e a ESAV. O radioso futuro da “bela cidade da Zona da Mata” estava associado, sobretudo, à Escola Superior, prova disso foi a fala de Emílio Jardim de Resende, o qual acentuou que no período anterior a sua instalação, Viçosa era pintada com as cores naturais do *atraso* e da decadência (JORNAL A CIDADE, 1924). Após a inauguração da Escola, a cidade passou ser exibida como cartão postal da modernização, reivindicando “lugar ao sol”, conforme assinalou Juscelino, na liderança da Zona da Mata.

No mapa abaixo (Figura 55), cuja base foi extraída do Album Chorographico, a ESAV é reproduzida no município. Valorizava-se o conjunto construtivo (Fórum e *Gymnasio* de Viçosa) e o elemento água (cachoeira e caixa d’água). Este aparece em

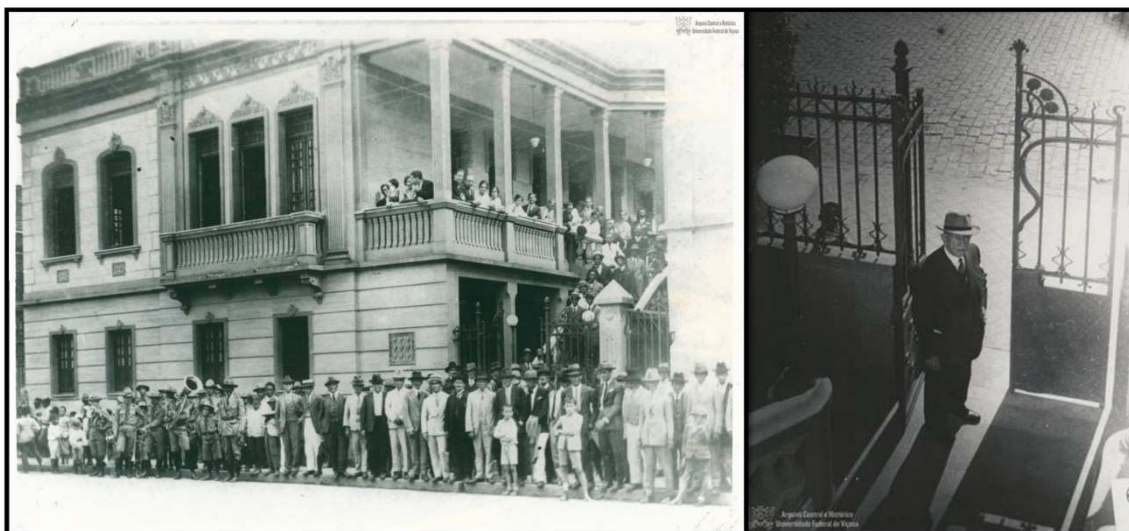
Figura 55 - Localização da Escola Superior de Agricultura e Veterinária no município de Viçosa (1926)



primeiro plano ressaltando a acomodação compositiva ao espelhar as partes dispostas no canto superior e inferior da fotografia, guardando um caráter quase pictórico. Representa-se o que tinha importância em ser registrado e mapeado. Também percebemos que a ESAV ocupava tímida área territorial diante da extensão do município, simbolizando, portanto, uma “ilha de modernização” em meio à pobreza de Viçosa (visto que em termos econômicos outros municípios eram mais fartos).

Um monumento que não está representado no mapa, mas que constituía parte do centro cívico de Viçosa era a casa de Arthur Bernardes, projetada pelo engenheiro Bello Lisboa. Sua construção em estilo eclético teve início em 1922 e suas obras foram concluídas em 1926. Bernardes residiu nesta casa por pouco tempo a frequentando apenas nos curtos períodos de férias, quando trazia sua família para descansar e rever os amigos (INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 2023).

Figura 56 - Viçosenses aguardando Arthur Bernardes em sua residência (à esquerda) e Arthur Bernardes em sua casa (à direita)



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Podemos dizer que Viçosa como espaço da modernidade abrigava um choque de temporalidades. Explica-se: havia o tempo dos “homens lentos” (operários e população viçosense de modo geral) e o tempo dos “homens rápidos” (fazendeiros e seus filhos, Estado e personagens beneméritos da ESAV). Estas expressões foram tomadas de empréstimo de Santos (2012, p. 159), o qual adverte que “[...] não há nenhum espaço em que o uso do tempo seja idêntico para todos os homens, empresas e instituições”, sendo

experenciado de maneira distinta pelos sujeitos. Sob a luz desse eixo de compreensão, o tempo dos “homens rápidos”, que imprimiram um ritmo mais intenso à cidade, estava relacionado aos diferentes usos e projetos envolvendo o território.

De um lado, a imposição (aos operários da Escola e trabalhadores rurais) de um novo tempo e de um novo ritmo oriundo das modificações espaciais advindas da criação da ESAV; de outro, a temporalidade própria daqueles que resistiam (como foi o caso dos camponeses – vistos como “Jeca Tatu” – que tiveram suas casas de pau a pique desapropriadas pelo Estado para a construção da Escola) à celeridade da modernização e a dependência das técnicas agrícolas. O resultado para os que detinham pouco instrução (fato que abarcava a maioria dos viçosenses) foi a espera do resíduo, de uma oportunidade para estudar. Para estes grupos subalternizados pelo capital, o tempo de espera se tornou elástico e dilatado visto que muitos não tiveram acesso sequer ao ensino primário.

3.3.1 O berço precário da excelência: Viçosa no contexto de surgimento dos dispositivos educacionais

Os personagens Antônio Gomes Barbosa, Arthur Bernardes, Vaz de Mello e Emílio Jardim tiveram maior destaque que outros no palco da política. Isto porque seus nomes apareciam constantemente nas Atas da Câmara arrolados às medidas educacionais, aos “melhoramentos urbanos” (higiene e embelezamentos), à economia etc. Tais lideranças colocavam Viçosa como “vitrine da modernização”, sendo que o tão almejado progresso estava vinculado, em parte, às construções e aos dispositivos educacionais, conforme podemos corroborar através do trecho assinado por Júlio de Oliveira no jornal *A Cidade*:

No curso entre a Leopoldina Hailway atravessa a ampla e aplausível Serra de São Geraldo, rodeada de graciosas colinas e bafejada por um clima delicioso, se assenta a **progressista cidade de Viçosa**. A visitei agora, ao tempo em que palpitante, ela se alinda nos moldes de sua estética, com a nova arquitetura de suas inúmeras e variadas construções. Em breve, então, se podera avaliar todo **esplendor do seu progresso**, ora em caminho. O que nos induz a acreditar num **futuro muito promissor para Viçosa** são os seus **excelentes estabelecimentos de ensino**. Encontrei ali um **grupo escolar** denominado **Coronel Antonio Bernardes** que prima pela ordem. O **Ginasio de Viçosa** também e um estabelecimento modelar em boa hora entregue a pujante capacidade intelectual e moral do dr. Arnaldo Vianna. Percorri as instalações deste instituto, simples na aparência, mas dotadas de condições ideais a sua higiene e conforto. Ha também na cidade uma boa **Escola Normal Nossa Senhora do Carmo**. Ao lado de todos esses **elementos de progresso** estara em breve a grandiosa Escola de Agricultura. Não poderia ser melhor a situação

desse extraordinário instituto superior e, também no alcance magnífico do seu objetivo. O vastíssimo e impotente edifício da **ESAV**, cuja construção já se acha bastante adiantada. [...] Nesse sítio a linha férrea estende uma linda reta de mais de um quilômetro, quase ao entrar na cidade. Uma longa avenida, em construção, ligará esta ao campo da ESAV. Não é preciso discorrer sobre o grande benefício que a movel ESAV, tão bem instalada e confiada a direção de um competente profissional norte americano irá prestar, com os seus ensinamentos de **novos processos no aproveitamento da terra** ao município e toda essa zona essencialmente agrícola (JORNAL A CIDADE, 1923, s/p, grifos nossos).

Alguns aspectos são dignos de nota. O primeiro se relaciona com o “retrato falado” de Viçosa naquele contexto. É preciso levar em conta que em termos de estruturação urbana Viçosa (nas duas primeiras décadas republicanas) contava com a Avenida Santa Rita¹³¹ e a Avenida Bueno Brandão¹³² – a abertura desta foi ocasionada pela chegada da ferrovia. Tais avenidas se tornaram as principais vias da população abastada que habitava a localidade e visavam lavar um tanto, o de criar

[...] condições favoráveis para que no núcleo central da cidade e o acesso ao uso e à ocupação desse pelos segmentos sociais de maior poder aquisitivo. O estilo e o padrão arquitetônicos dos casarios, dos hotéis e das casas comerciais, que ainda predominam no entorno, indicam a presença privilegiada da elite cafeeira, dos representantes do capital comercial e de profissionais liberais (RIBEIRO FILHO, 1997, p. 113).

Os logradouros públicos da cidade (23) em 1921 se repartiam em: 2 avenidas e alamedas; 10 ruas; 5 travessas e becos; 6 largos, praças e parques. Destes 4 eram calçados, 1 arborizado e 1 ajardinado, isto é, 6 possuíam os escassos “melhoramentos urbanos” (MINAS GERAIS, 1926c). As ruas Senador Vaz de Mello, dr. Arthur Bernardes, do

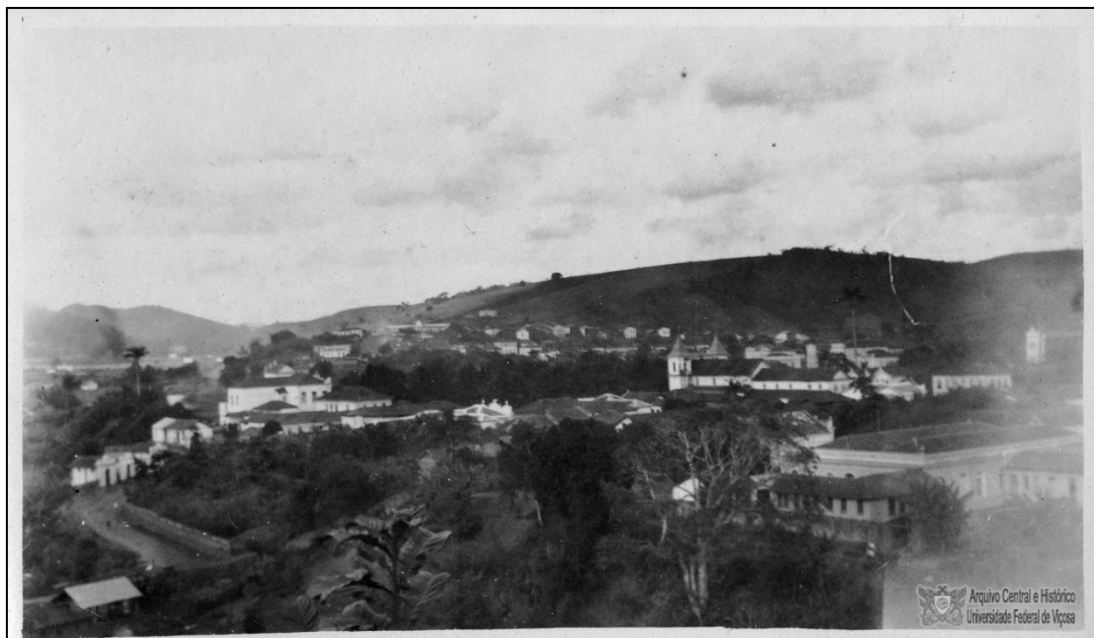
¹³¹ Criada em 1900 quando através de intervenção do poder municipal, do então prefeito Francisco Machado de Magalhães Filho, a cidade teve um novo traçado urbano. Como relata Ribeiro Filho (1997) tal avenida que cortava a localidade denominada Pasto de Barros (no núcleo central da sede) acompanhou, guardadas as devidas proporções, os protótipos arquitetônicos modernos profusamente inspirados nos *bulevares* parisienses que vinham sendo imitados nas cidades do Rio de Janeiro e Belo Horizonte. O projeto esboçado envolvia uma via ampla com calçadas largas e com uma praça central linear. Para o autor, as elites dominantes viçosenses buscavam converter o modelo urbanístico e arquitetônico colonial (peculiarizado por logradouros estreitos, sinuosos e velhos casarios) através de transformações estéticas nas construções (passeios em frente às edificações, renovação de pinturas e troca de cercas de madeira por muros de alvenaria). Em contraposição, Lam-Sháncz (2006) adverte que a Avenida era de terra batida, apresentava trânsito fraco e iluminação mortíça, ou seja, houve um real abismo entre o seu projeto e sua concretização.

¹³² No final dos anos 1919 uma nova medida foi realizada na cidade pelo agente do executivo Antônio Carlos Barbosa: desfrutou-se o leito já aberto para passagem da ferrovia (em 1914) e para a criação de uma nova via: a Avenida Bueno Brandão (próximo à Estação Nova). Tal avenida foi construída cingida por uma balaustrada em toda seu prolongamento, o que lhe ofertou o apelido de Balaústre (SILVA, 2014). A nova via também recebeu influências de modelos urbanísticos estrangeiros, em especial das muradas dos bairros da Glória e de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, e da Praça da Estação, em Belo Horizonte, edificadas com pedras e encimadas por balaústres (RIBEIRO FILHO, 1997).

Commercio e Municipal eram pavimentadas com pés-de moleque, algumas pedras de tamanho parecida e formato irregulares. As praças principais denominadas “Silviano Brandão”, “Emilio Jardim”, “Rosario”, da “Estação” e o “Largo de São Francisco” se situavam na sede. Como em outras escalas espaciais, a estação ferroviária costumava ser o ponto de referência da cidade. Lam-Sháncz (2006) elucida que a Praça da Estação era um lugar de salutar importância, tendo em vista que ali se concentrava grande parte dos prédios comerciais, a estação telefônica e um banco.

A Praça Silviano Brandão se consolidou como local centralizador da cidade, abrigando o Colégio Normal Nossa Senhora do Carmo, a Igreja Matriz de Santa Rita (edifício de destaque e o mais alto da cidade), o “Grande Hotel”, o Fórum, o Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes, o *Gymnasio* de Viçosa e a Papelaria e Livraria da Cidade de Viçosa (CAPRI, 1916; MELLO, 2002). Em função disso, além de sede da representação do poder religioso, a Praça passou a alojar a administração pública e educacional. Como podemos identificar na Figura 57, o crescimento de Viçosa ocorreu ao longo dos vales esculpidos pelos diversos morros que cingiam o sítio da cidade, ademais no decorrer do Império para a Primeira República se manteve como uma típica cidadela do interior de Minas Gerais.

Figura 57 - Vista aérea da cidade de Viçosa (1921), foto tirada por P. H. Rolfs



Fonte: Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa.

Os prédios (8.210) situados no município eram, em sua maioria, particulares (99%). Falando neles, vale a pena mencionar que nos de um pavimento existiam 8.002 prédios térreos e 105 assobradados; nos sobrados havia 98 prédios de dois pavimentos e 1 de mais de três pavimentos; os sem especificação (em construção, reconstrução ou ruínas) giravam em torno de 4 (MINAS GERAIS, 1926a). De acordo com Lam-Sháncez (2006, p. 18) as casas, de maneira geral, eram simples na sua construção “[...] com exceção de certa quantidade de sobrados bonitos, bastante presentes nas diversas ruas da cidade, alguns na Praça Silviano Brandão, e outros no Balaústre, ou seja, na rua defronte da estação, a parte de cima da Rua Bueno Brandão”.

Esta rua era uma das mais importantes, pois abarcava o complexo ferroviário e no seu entorno havia casas de hospedagem e comerciantes libaneses (LAM-SHÁNCEZ, 2006). Há fortes indícios que os sobrados na cidade tenham sido projetados com o fim de se estabelecer um padrão arquitetônico e urbanístico e promover a ocupação dos espaços pelos fazendeiros locais (“os barões do café”). Face aos balizamentos apresentados, no setor de infraestruturas observamos que o calçamento era deficiente (apenas 17% possuía macadamização), os outros “melhoramentos urbanos” iluminavam o espaço da cidade e esmaeciam os demais. Os espaços luminosos seriam o da valorização do capital (Praça da Estação, Praça Silviano Brandão, ruas Senador Vaz de Mello, dr. Arthur Bernardes, do Comercio e Municipal) e os espaços opacos¹³³ seriam os da sobrevivência e pouco fluidos (distritos e povoados).

Detectamos (vide capítulo 2)¹³⁴ que no município a agricultura de subsistência era predominante. É preciso recordar que os municípios vizinhos de Ponte Nova, Ubá e Rio Branco produziam mais café (principal produto da época) do que Viçosa. Aliada à atividade cafeeira, outras economias se desenvolveram no território viçosense como a do comércio e a das pequenas indústrias como foi o caso da usina de açúcar (Figura 58) e das fábricas de Sabão e de Tecidos Santa Maria e São Sylvestre.

¹³³ Adotamos os conceitos de espaços luminosos e espaços opacos discutida originalmente por Santos (2012).

¹³⁴ Na secção “O (s) corpo (s) do (s) território (s): Ponte Nova, Ubá, Rio Branco e Viçosa”.

Figura 58 - Vista parcial da Usina de Açúcar de Viçosa, que chegou a ser instalada nas imediações da Barrinha, saída para Porto Firme



Fonte: Arquivo Central e Histórico.

O discurso que Júlio de Oliveira atribuiu à cidade alinhada aos “moldes de sua estética, com a nova arquitetura de suas inúmeras e variadas construções” soa como um delírio um tanto tonteante. Pois, apesar de Viçosa possuir alguns monumentos de imponência (Avenida Bueno Brandão e Avenida Santa Rita, Balaústre, Fórum, Grande Hotel, *Gymnasio*) eles eram poucos e se circunscravam na área central. Os “melhoramentos urbanos” eram insuficientes, pois a maioria das ruas não possuíam macadamização (sendo os lamaçais constantes na cidade) e as poucas que tinham eram pavimentadas com “pés-de moleque”; a energia elétrica aquinhoava 396 prédios no município (de um total de 8.210), o que correspondia a 5% (MINAS GERAIS, 1926c); a distribuição de água potável não chegava nas partes mais elevadas (antiga rua Seca, atual rua do Pintinho, Bairro Bela Vista etc.), seus moradores não tinham outra escolha a não ser buscar água em minas (próximo aos terrenos que dariam origem a ESAV) ou em chafariz, próximo ao Largo São Sebastião (RIBEIRO FILHO, 1997).

A rede de esgoto servia a sede com três tanques de descargas automáticas e Teixeira com dois no seu núcleo central (abastecendo no total 199 prédios), os demais

distritos não eram contemplados (MINAS GERAIS, 1926c). Nesse ínterim, a realidade do município contrastava com aquelas anunciadas nas narrativas, pois travava-se de uma cidade pacata, sendo a sede o centro detentor da vida social viçosense.

A palavra progresso, reiterada diversas vezes na passagem de Júlio de Oliveira, estava atrelada às construções, mas também aos estabelecimentos de ensino instalados na cidade: *Gymnasio* de Viçosa, Colégio Normal Nossa Senhora do Carmo, Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária e a Escola Agrícola Arthur Bernardes (Figura 59). Este feixe de eventos educacionais constituíram existências materiais e organizativas.

Segundo evidencia o Estatuto do Ginásio de Viçosa de 1942, redigido pelo proprietário na época professor Alberto Álvaro Pacheco, “[...] o Ginásio de Viçosa foi fundado **na culta e progressista cidade de Viçosa**, Estado de Minas Gerais” (ESTATUTOS DO GINÁSIO DE VIÇOSA, 1934, p. 1, grifos nossos). O estabelecimento de ensino funcionava no prédio da antiga Câmara Municipal, que passou por remodelações para abrigar o *Gymnasio*, neste só estudavam alunos do sexo masculino.

Figura 59 - Dispositivos educacionais e de infraestrutura em Viçosa (1913-1926)



Sua inauguração em 1913 foi intensamente noticiado pelo jornal *A Cidade*, afinal tratava-se da instauração da sucursal do Ginásio Santa Cruz de Juiz de Fora em solo viçosense “[...] um dos mais acreditados estabelecimentos de instrução secundária existente no Estado” (JORNAL A CIDADE, 1913, s/p). Um ano após a sua criação, através do Decreto 4.108 de 27 de janeiro de 1914 o governo do estado equiparou o *Gymnasio* às escolas normais regionais, conferindo-lhe as regalias que estas gozavam e organizando o plano e seu currículo. A respeito deste ato, o redator do jornal afirmava com veemência “[...] veio dar extraordinário impulso a esse estabelecimento de ensino concorrendo também para o **desenvolvimento** de Viçosa” (JORNAL A CIDADE, 1914, s/p, grifo nosso). Nesta instituição particular de ensino era ministrada a educação primária, secundária e comercial.

O professor Emílio Jardim de Resende assinalou que o Colégio Normal Nossa Senhora do Carmo [...] “era um elemento poderoso de **engrandecimento** local” (JORNAL A CIDADE, 1914, s/p, grifo nosso). O Colégio, de procedência privada, ofertava o ensino primário e destinava-se às elites econômicas da cidade exclusivamente ao público feminino. Também foi equiparado às escolas normais regionais do estado pelo Decreto nº 5.108 no ano de 1914 (CAPRI, 1916).

No Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes lecionava-se o ensino primário, médio e especializado e apesar de sua criação ter sido em 1916, só veio a funcionar, de fato, em 1922, ou seja, seis anos após o ato de sua institucionalização (CASTRO, 2017). Isto porque as razões de natureza política foram um forte vetor em sua criação, exemplo disso, foi a ação de Arthur Bernardes, enquanto presidente do estado (1918-1922), que procurou equipar o Grupo e colocá-lo em funcionamento. Não por acaso, o nome que batizou a instituição fazia reverência a seu fundador.

Já na Escola Agrícola Arthur Bernardes era oferecido o “[...] ensino técnico-agrícola primário, cursos supletivos, formação ética, física e intelectual a crianças e adolescentes, como internato, semi-internato e externato” (RANGEL, 2018, s/p). Assim, como o Grupo Escolar Coronel Antônio da Silva Bernardes, a Escola Agrícola era um estabelecimento público de ensino.

Figura 60 - Patronato Agrícola Arthur Bernardes

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Ao apreciar os dados de 1920 do Anuário Estatístico (1926) observamos que a sede contemplava o maior número de escolas (10): 7 público-estaduais e 3 particulares, totalizando 615 matriculados, com uma frequência de 319, sendo que somente 22 concluíam o curso. A frequência e o término do ciclo educacional eram baixos nos distritos de Araponga, Herval e São Vicente do Grama (Anexo AC). As matrículas se destacavam em S. Miguel do Anta (que concentrava após a sede mais escolas: cinco público-estaduais), Coimbra (cinco público-estaduais) e Teixeiras (três público-estaduais e uma particular).

Em suma, o município exibia 34 estabelecimentos de ensino primário, sendo 28 público-estaduais e 6 particulares, não ofertando o de natureza municipal. Também havia mais matriculados nas escolas públicos-estaduais (2.395) do que nas particulares (175), assim como a frequência era superior nas primeiras (1.137) e inferior nas segundas (114). O ensino secundário era ofertado somente pelo Gymnasio de Viçosa, o qual contava com 310 matriculados que apresentava frequência de 271, verificamos que não há dados sobre quais chegavam a concluir seus estudos (MINAS GERAIS, 1926a).

O censo de 1920 também contém informação sobre o número de alfabetos e analfabetos do município. Em consonância com o documento, 14.070 habitantes sabiam ler e escrever (25% da população um total) e 41.443 habitantes não sabiam ler, nem escrever (75% da população total), isto é, a educação era negada à maioria da população

do município (MINAS GERAIS, 1926a). Viçosa nas primeiras décadas republicanas abrigou diversos dispositivos administrativos, técnicos e territoriais (AGAMBEN, 2005) que fomentaram a ideia de uma “cidade educadora”, cujo alcance implicaria em investimentos diversos em obras de modernização do espaço urbano e rural.

A produção destas ideias se sustentou nos debates mobilizados pelas fracções da classe dominante estaduais e locais (Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Antônio Gomes Barbosa, Arthur Bernardes, Edwin Morgan, Emílio Jardim) que buscavam a todo custo o progresso, utilizando os meios de comunicação (Congresso Mineiro, Assembleia Mineira e o jornal *A Cidade*) para divulgar suas ideias e feitos. Cabe ressaltar que a população privilegiada da cidade (leia-se: classes portadoras de riqueza e de controle de excedentes) consolidaram um grupo identitário na defesa dos interesses locais: lançar Viçosa como um espaço de possibilidades educacionais.

Para arrematar este tópico, vale a pena tangenciar que a ESAV, conforme colocava Júlio, proporcionaria “ensinamentos de novos processos no aproveitamento da terra ao município”, ou seja, funcionaria como uma virtualidade no sentido de extrair do solo viçosense suas potencialidades a partir da implantação de um objeto geográfico.

3.4 A ESAV na cidade e a cidade na ESAV: as transformações na paisagem

As marcas presentes na paisagem são pistas que revelam como a análise combinada das categorias tempo e espaço é frutuosa para elucidar as diversas técnicas sociais que se cristalizam nas formas produzir, de circular e habitar. É, a paisagem, como assinala Alain Corbin (2001), o resultado da sedimentação de leituras sucessivas, um palimpsesto. A temporalidade da ação constitui a História como uma dimensão da realidade, que adquire materialidade com a aderência ao espaço. Contudo, é preciso ir além da análise superficial e adentrar na morfologia para deslindar os conteúdos, isto é, detectar os processos que provocaram as distintas formas.

A luz destes fatos, neste bloco remeteremos à análise do espaço e da paisagem nos tempos pretéritos da ESAV, lembrando que tal análise, não pode ser feita unicamente no presente, necessitando considerar o espaço como a “acumulação desigual de tempos” nas palavras de Milton Santos (2012) rompendo, portanto, com a “ditadura do presente” nos termos de Maurício de Abreu (2000). Nesta perspectiva de que o espaço construído se propõe uma leitura no tempo, “a ESAV na cidade” representou um conjunto de transformações territoriais e paisagísticas. Estas tinham o propósito de moldar à cidade

aos padrões de modernidade através de medidas que propiciassem o desaparecimento de espaços insalubres, causadores de enfermidades.

A instalação da Escola nas primeiras décadas republicanas, fez com que Viçosa passasse por remodelações (planos urbanísticos) e novas normas fossem aplicadas ao território, como o sanitarismo. Borges, Sabioni e Magalhães (2006) relatam que anteriormente à instalação da ESAV, a estrada que dava acesso às primitivas fazendas se localizava um pouco aquém do cemitério da cidade (Figura 61) e terminava na lateral perto do atual prédio da reitoria¹³⁵. Depois de passar por trás de tal prédio, a estrada desembocava no Vale da Agronomia. Por volta de 1929 um outro caminho de comunicação com a cidade passou a ser construído, este estabeleceria ligação entre a Praça do Rosário (na área central da sede), passando pela Avenida da Reta (posteriormente denominada P. H. Rolfs), atravessando as quatro pilastras e terminando no Vale da Agronomia.

Figura 61 - Construção da antiga estrada de acesso ao *campus* da ESAV nas proximidades do cemitério



Fonte: Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa.

¹³⁵ Esta via existiu até 1970, quando foi obstruída para a construção dos alojamentos “pós” e “posinho” da UFV.

Bello Lisboa propôs para a nova via de integração do espaço da ESAV à cidade, – antes separado por uma profunda depressão (no leito do córrego São Bartolomeu) – aterrar a área (de oito metros) das quatro pilastras, construir bueiros e remover parte do morro da Ladeira dos Operários¹³⁶ (que circundava a instituição). Um dos planejadores,

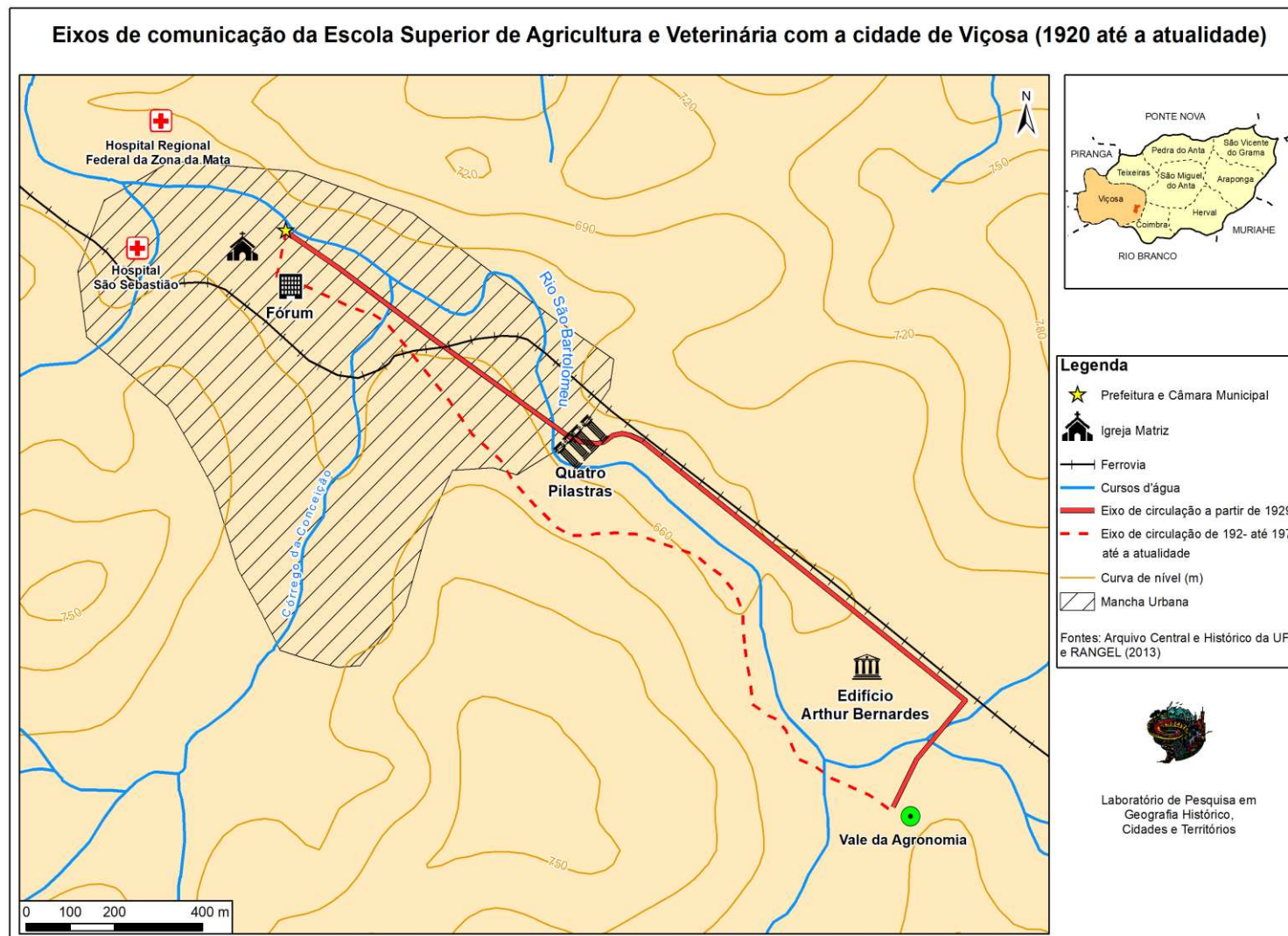
vislumbrou a vantagem de ligar a cidade **ao futuro centro do campus** por uma rua. Para executar o projeto, Bello Lisboa teve de fazer um bueiro contíguo às pilastras, para dar passagem ao Ribeirão São Bartolomeu, e um enorme aterro, com terra retirada da área onde hoje se situa as pilastras. [...] O outro bueiro, para o córrego da Conceição, e o aterro correspondente, para terminar a obra da rua, foi feito nas proximidades da Praça do Rosário. A ligação da Praça do Rosário ao campus foi tradicionalmente denominada de avenida P.H. Rolfs (BORGES, 2006, p. 40, grifos nossos).

Na Figura 62 que retrata os dois eixos de comunicação da ESAV com a cidade (o de 192- até 1970 e a partir de 1929 até a atualidade) podemos notar a existência na cidade do Hospital São Sebastião e o Hospital Regional da Zona da Mata (1921) (MINAS GERAIS, 1926b; 1926c). Há registros informais de que o primeiro, apesar de instituído oficialmente em 1908 (Anexo AD), começou a funcionar em 21 de setembro de 1900 com denominação “Casa de Caridade de Viçosa” (RANGEL, 2008). Já o segundo foi criado por Arthur Bernardes e fazia parte de um plano de saúde pública considerado “perfeito e racional” (RANGEL, 2008), esta prótese técnico-sanitária possuía unidades congêneres nos municípios de Patos, Pirapora e Pouso Alegre.

O Hospital Regional da Zona da Mata se localizava no atual prédio que abriga o Centro de Estudos Supletivos Doutor Altamiro Saraiva (CESEC) na rua Afonso Pena, mas a partir de 1940 (com a doação do terreno ao Estado) deixou de existir e sua forma passou a abrigar o 3º Grupo Escolar da cidade. Tanto o Hospital São Sebastião quanto o Hospital Regional da Zona da Mata foram frutos das fracções de classe dominante viçosenses que reivindicavam por melhoramentos urbanos (junto com o sistema de esgoto, água encanada, bueiros, aterros etc.) e por um novo código de posturas pautadas no sanitarismo. Segundo aquela classe era preciso um lugar adequado para tratamento de doenças, de maneira a isolar o doente do restante da sociedade.

¹³⁶ Acreditamos que a toponímia desta ladeira esteja associada aos operários do Morro do Pintinho que a atravessavam para ir trabalhar nas obras de construção da ESAV.

Figura 62 - Eixos de comunicação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária com a cidade de Viçosa (1920 até a atualidade)



Dando sequência aos acontecimentos da Escola, as Figuras 63a e Figura 63b, fotografadas por P. H. Rolfs, mostram o início do aterro de ligação entre o campus da ESAV e Viçosa. Na primeira fotografia tirada no “pé” do morro dos Operários nota-se à esquerda o bueiro do Ribeirão São Bartolomeu em funcionamento e no detalhe a utilização de bovinos e muares no aterramento; à direita a futura localização das quatro pilastras.

Figura 63a - Bueiro e aterro, em frente das Pilastras, para ligação com Viçosa, hoje avenida P. H. Rolfs



Fonte: Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa.

Figura 63b - Obra de construção do bueiro situado em frente às quatro pilastras



Fonte: Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa.

O próprio tecido construtivo da ESAV foi se espalhando sobre os terrenos de brejo situados nas proximidades das pilastras. Exemplo disso, foi a abertura da Avenida da Reta¹³⁷ (192-) originária de uma extensão retilínea, com duas paralelas de sentidos opostos, longas, que caminhavam em harmonia ao lado da linha férrea. Ela passou a ser ladeada por palmeiras imperiais e magnólias, que constituíam símbolos de poder e imponência na paisagem esaviana, conforme retratado na Figura 64 da artista V. Vidigal.

Nela o primeiro casal, à direita, é Rolfs e a esposa, Effie Rolfs; o segundo par é Bello Lisbôa e a esposa, Maria da Conceição Damásio Bello Lisboa. A localização da Avenida da Reta que continha o prédio principal e a casa do diretor¹³⁸ se instalou num “[...] formoso vale pitorescamente rodeado de colinas suaves e verdejantes, impondo inveja aos decantados vales alpinos” (JORNAL A CIDADE, 1923, s/p).

¹³⁷ Denominada assim pelos estudantes nos primórdios da ESAV.

¹³⁸ Nos dias hodiernos constitui a Reitoria da UFV.

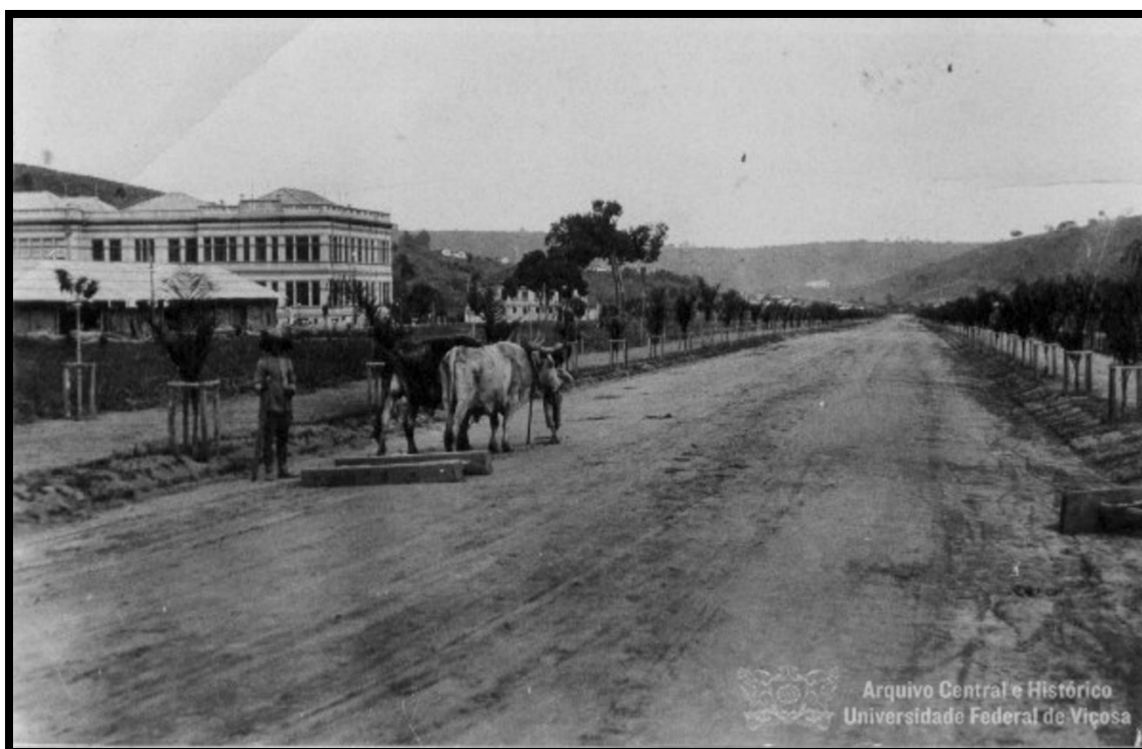
Figura 64 - Avenida da Reta após inauguração da ESAV, atual Avenida P. H. Rolfs



Fonte: Saber Cultural (<http://www.sabercultural.com/template/ArteBrasilPintores/Vidigal-Valeria-3.html>).

Em matéria do jornal *O Progresso do Brasil* (1922, s/p) consta que Bello Lisboa ao mesmo tempo que acelerava a construção dos vários prédios “[...] prosseguia no trabalho da lindíssima avenida que liga a Escola à cidade de Viçosa, com dous kilometros de comprimento”. A Reta, então, passou a demarcar o vetor de expansão da Escola em direção à cidade. Podemos dizer que sua construção (Figura 65) delineou uma mudança no eixo de circulação entre a ESAV e Viçosa, com implicações na valorização do espaço e da terra urbana. As medidas de comunicação da Escola com o tecido urbano se pautaram em discursos médicos-racionalizadores que procuravam combater as adversidades físicas (brejos, esgotos “à céu aberto” que conduziam à contaminação da água e à moléstias) através de prescrições sanitárias que envolviam noções de embelezamento, estética e limpeza.

Figura 65 - A reta, em construção



Fonte: Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa.

Aquelas noções se traduziram no espaço físico mediante, sobretudo, a construção de uma rede de drenagem que envolveu desde a edificação de bueiros nos córregos dos Barbados (próximo ao dormitório e residência do diretor¹³⁹), da Conceição, do Otacvio (no campo de Horticultura e Pomicultura), do São Bartolomeu, do Xaxá¹⁴⁰ (localizado no fim da Secção de Agronomia) até a de represas para captação e distribuição de água potável (no abrigo 6 – Zootecnia¹⁴¹), conforme Figura 66, Figura 67, Figura 68 e Figura 69.

Gostaríamos de destacar a responsabilidade da ESAV no planejamento e gestão urbana aplicados à cidade – fato que poucas vezes ocorreu nas décadas seguintes com sua passagem para UREMG e UFV. Podemos citar como exemplo as obras que foram realizadas no município como o bueiro da Conceição construído no início da Avenida de ligação a Cidade (futura Avenida P. H. Rolfs) próximo à Praça do Rosário já na cidade; o do córrego dos Barbados (sobretudo no trecho que ele corta a estrada de São Miguel do Anta); a estrada de comunicação com Viçosa (eixo de circulação a partir de 1929).

¹³⁹ Onde atualmente se localizam a Gráfica Universitária e a Diretoria de Material da UFV.

¹⁴⁰ Hoje na Silvicultura pertencente ao Departamento de Engenharia Florestal da UFV.

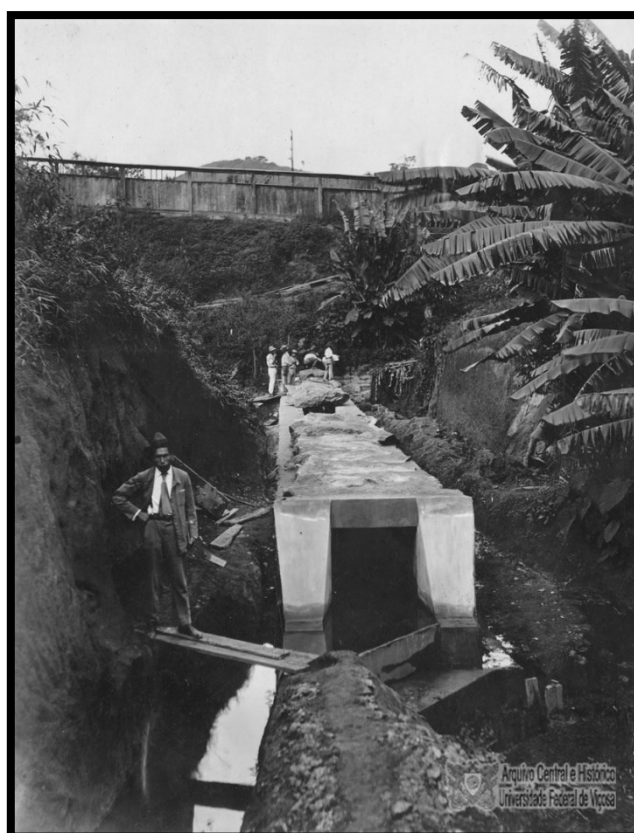
¹⁴¹ Local ocupado no tempo presente pela sede do Departamento de Tecnologia de Alimentos da UFV.

Figura 66 - Operários trabalhando na etapa final do aterro no córrego dos Barbados



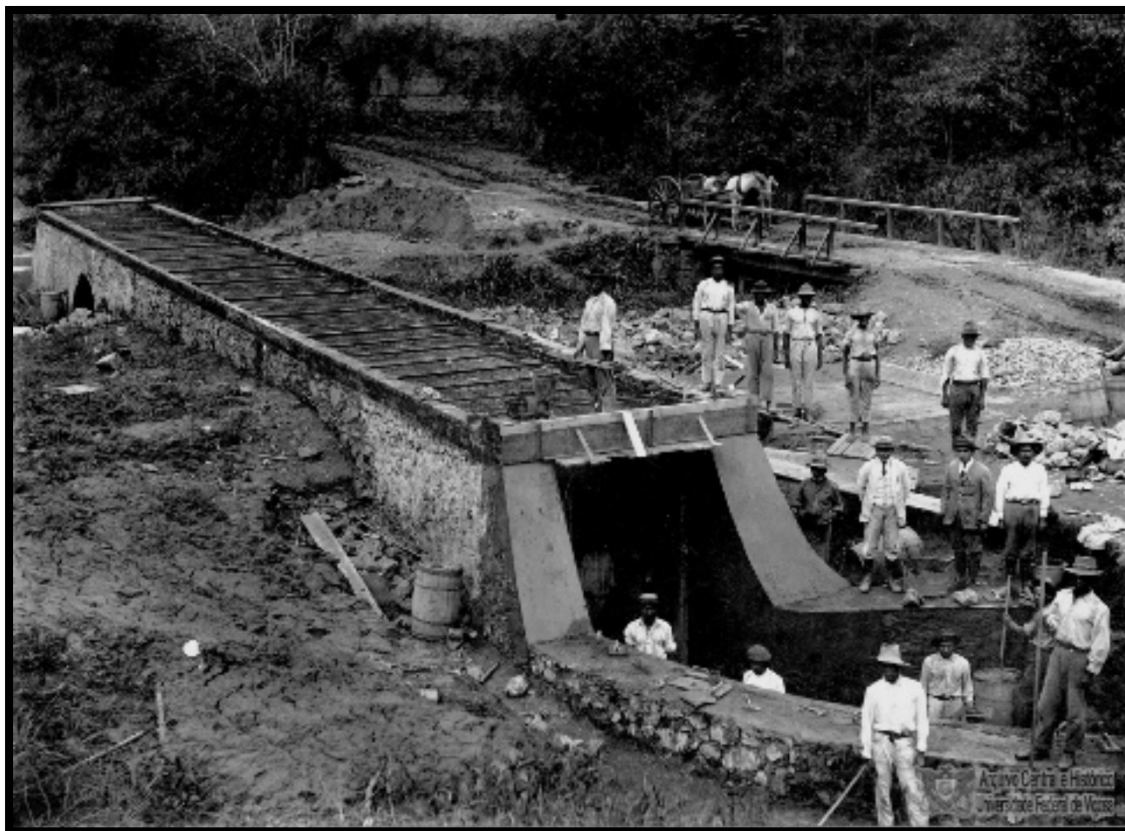
Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

Figura 67 - Bueiro do córrego da Conceição



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

Figura 68 - Construção do bueiro São Bartolomeu



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

Figura 69 - Construção da represa de água potável



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV

A ESAV constituiu para a cidade um constructo material e simbólico representativo da modernização que se processava nos anos de 1920. Observamos que o sanitarismo, em sua faceta modernizadora, esteve presente tanto nas narrativas da Escola (lembrando que a salubridade foi um de seus critérios fundadores) quanto nas medidas de profilaxia rural (dentro e fora do perímetro da instituição). Este novo código de postura em Viçosa imprimiu modificações territoriais e deixou marcas indeléveis no território, passíveis de ser detectadas pelos resquícios na paisagem: aterro de brejos, arrasamento de encostas (que impediam a livre circulação dos ventos), equipamentos subterrâneos (bueiros), construção de via conectando a Escola à cidade (Avenida da Reta) etc.

Tais medidas buscavam proporcionar um ambiente “clean”, adaptar Viçosa à diversas técnicas (agrícolas, sociais, circulatórias etc.), promovendo o progresso e a modernização do seu território. Portanto, a ESAV representou o processo de territorialização jurídica, política e econômica do Estado em Viçosa.

À GUIA DE CONCLUSÃO: ECOS DAS *REALIDADES DE OUTORA*

Estudar um *lugar no passado* significa, nos termos de Abreu (2010), explicitar que lugar é esse e que passado é esse. Nesta tese este lugar foi ocupado pela cidade de Viçosa e um dos aspectos do passado representado pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária, célula-tronco da Universidade Federal de Viçosa. Centramos esforços na política agrária e educacional de âmbito federal visando compreender suas repercussões territoriais no estado de Minas e, particularmente, em Viçosa.

Para tal, os capítulos funcionaram como uma espécie de “funil”, partindo da macroescala (nacional), perpassando a mesoescala (regional) e desembocando na microescala (local). Contudo, estas escalas não foram estanques, elas se interpenetraram de forma dialógica. Consideramos, assim, que nosso objeto de estudo, a ESAV, foi transpassada pelo nó de horizontalidades (estruturas internas) e verticalidades (estruturas externas) e que os processos de natureza local e os de ordem vasta se articularam de maneira tensional e dialética. Essa tensão relacional entre escalas processuais ocasionou espaços estruturais de diferenciação e singularidades frente às estruturas escalares mais amplas.

Consideramos que a transferência em 1912 (quando Arthur Bernardes ocupava o cargo de Secretário de Finanças do estado) do leito da ferrovia para a área central da cidade foi crucial para a construção da ESAV em Viçosa. Vimos que o antigo traçado da Estrada de Ferro Leopoldina *Railway* passava por fora da sede municipal beneficiando, em especial, a Fábrica de Tecidos São Syvestre (pertencente a Carlos Vaz de Mello). Com o novo traçado, Bernardes numa estratégia de antecipação espacial já colocava Viçosa dentro dos critérios que, posteriormente, seriam criados pela comissão (mas sob sua influência) para a escolha da zona geográfica da Escola.

Em relação a estes critérios constatamos que poderiam existir inúmeros outros (além dos elencados) que Viçosa seria selecionada como cidade-sede. Isto porque a escolha do sítio da ESAV recaiu sobre uma decisão (unicamente) política, que já havia sido tomada por Arthur Bernardes desde a sua criação em 1920. Ou seja, antes mesmo dos estudos serem realizados pelo comitê nas quatro cidades (Ponte Nova, Rio Branco, Ubá e Viçosa). Portanto, o capital político e simbólico foi de extrema importância na criação do enredo da ESAV. Também detectamos que Bernardes privilegiou Peter Henry Rolfs que ao se posicionar – no relatório final entregue ao governo do estado –

favoravelmente a Viçosa, foi eleito fundador, organizador e diretor da Escola, marcando relações de personalismo e clientelismo.

Pensando na ESAV como uma peculiaridade buscamos “dar voz” à história espacializada para abstrair das *geografias do passado* elementos de explicação desse dispositivo territorial que é a Escola. Vaticinada, celebrada e inaugurada pelos poderes civil, político e religioso, a instituição foi intensamente difundida, desde sua criação até sua efetiva inauguração, nos meios de comunicação (jornais, telegramas, cartas), nas exposições (de Viçosa e Juiz de Fora) e através de seus visitantes. Refletindo outras escalas espaciais (MAIC, SNA, SMA) em torno do ensino agrícola, a propaganda foi, então, um mecanismo estrategicamente utilizado pelos políticos e frações da classe dominante agrária para divulgar a ESAV nos territórios alhures (nas regiões, no país e, quiçá, no exterior) e fortalecer a importância do novo profissional que surgia na Primeira República: os agrônomos.

Contudo, é preciso estabelecer uma prudente alerta: a instituição nasce sem fornecer o curso superior! Nessa vereda, o ensino superior da agricultura a ser ministrado, sobretudo para futuros professores e filhos de grandes proprietários rurais, se constituiu num grande imbróglio, pois só veio ser propiciado dois anos após sua inauguração. Apesar de prover inicialmente somente o curso elementar e o médio, a Escola funcionaria, no campo das representações, como um modelo institucional de forma a “alinhar” o território viçosense (mantendo o sistema agrário patriarcal), mimetizando a população dos arrabaldes do município (e das regiões) e a atender uma clientela limitada e selecionada (que aderira ao projeto da ESAV), conciliando conservação e modernidade em nome da ciência.

Aqueles que defendiam a ideia de progresso eram as frações de classes mais escolarizadas. Tais classes impulsionaram os processos de modernização e estavam associadas à propriedade privada da terra, ao poder e influência política, ao intelecto e ao carisma. Na ocasião de fundação da ESAV detectamos que determinados personagens tiveram maior participação que outros, foram eles: o Estado; as frações da classe dominante agrária (representados por Arduíno Bolivar, Álvaro Astolfo da Silveira, Mario Monteiro Machado, Peter Henrique Rolfs, João Carlos Bello Lisboa); os políticos de grande influência como Arthur da Silva Bernardes (idealizador da Escola), Raul Soares de Moura, Clodomiro Augusto Oliveira, Daniel Serapião de Carvalho e Francisco Antônio Sales. Tais personagens estão nas avenidas, ruas e placas da cidade engendrando através da toponímia uma concretude espacial de seus poderes material e simbólico.

Destes personagens damos destaque a Arthur Bernardes que assumiu papel de protagonismo em Viçosa (como vereador, presidente da Câmara e prefeito), bem como na arena estadual (como deputado) e nacional (como presidente). A inscrição de seus discursos e projetos (educacionais, agrários, viários e etc.) no Congresso Mineiro marcou a territorialização de sua fala e poder. A criação da ESAV sublinhou a trajetória de Bernardes no caminho “teatral” e solene de figura política, isto é, representou a teatralização do político. Nessa querela, a Escola funcionou como palco e cenário do espetáculo de imagem e movimento, som, luz e fala, sendo o discurso de sua fundação uma recriação de tempo e espaço dotada de sentido. Também podemos afirmar que Arthur Bernardes além de exercer monopólio sobre as terras e os homens, controlou os meios de comunicação, pois os feitos de sua família eram constantemente propagandeados no jornal *A Cidade*.

Vale sublinhar que a modernização anelada pelos personagens beneméritos da Escola tinha seus pilares na modernidade cultural experienciada nos Estados Unidos e o propósito almejado era abeirar-se das matrizes de progresso técnico, científico e social deste país. As fracções de classe intelectuais e políticas locais vislumbravam que a ESAV seria o passaporte de ingresso de Viçosa na modernização, uma vez que ao se instalar em terras viçosenses a Escola forneceria poder simbólico, econômico e político à cidade. Esta no plano discursivo já exercia capilaridade no ensino por meio de outros estabelecimentos (*Gymnasio*, Escola Normal, Grupo Escolar e Escola Agrícola Arthur Bernardes).

As fracções da classe dominante agrária em Viçosa, diferente do período imperial, comandavam a política na cidade e ansiavam exhibir um rural moderno. Entretanto, apesar de nas narrativas a cidade ter sido projetada como um espaço da modernidade o município apresentava a seguinte realidade: o campo sustentava a economia; a população residia predominantemente nos distritos; a renda era apropriada significativamente por poucos (família Vaz de Mello, de Arthur Bernardes e de Alberto Álvaro Pacheco); a infraestrutura (água potável, energia elétrica, tratamento de esgoto, calçamento etc.) existia de maneira precária e concentrada, em sua maioria, na sede; os serviços educacionais se voltavam à elite (que sabia ler e escrever) e a medida em que a população estava afastada da cidade menores eram suas chances de ingressar nas escolas.

A paisagem da cidade, especialmente na sua parte central, era representativa do anseio de expansão dos negócios do grupo empresarial. Isto se relaciona ao papel histórico dos atores locais em privilegiar os investimentos na sede, eleita como espaço central de a(tua)ção. Ao frigar dos ovos, a década de vinte demonstra que o objeto técnico

ESAV se implantou a apenas dois quilômetros da sede municipal numa paisagem ainda marcada pelos cultivos rurais das primitivas fazendas que formaram seu território. Sem sombra de dúvida tal objeto técnico transformou o funcionamento da sociedade viçosense.

Vale a pena frisar que o ordenamento espacial da Escola com base no recuo em épocas *pretéritas* influenciou, em alguma medida, o arranjo hodierno de maneira distinta. Os *vestígios* das fases pretéritas da ocupação na Escola e que continuam a existir no presente (as rugosidades) são a fazenda do Xaxá, a casa do diretor (atual reitoria), o edifício principal (o mais antigo da UFV), a estaçãozinha (estação cultural) e a ferrovia (hoje desativada, mas seus trilhos continuam no perímetro da UFV). Tais formas preservadas mudaram, como vimos, de função e compõem os indícios (concretos, residuais e históricos) do passado da ESAV na atual paisagem da UFV.

Outras formas que existiram e deram sentido à criação e à fundação da ESAV foram os campos de experimentação e cultivo, as estradas (como a Avenida da Reta que compôs uma nova artéria de circulação com a cidade), os abrigos e galpões. Um dos registros da Geografia Histórica da Escola é a robusta presença da materialidade, de formas que se destacam na paisagem. Destarte, ela se constituiu como uma lente importante para a compreensão da Escola e da cidade e, seus respectivos, grupos de/no poder nelas inseridos.

Finalmente, consideramos que os aspectos da regionalidade mineira que deram sustentação ideológica e política para criação da Escola foram: o clientelismo e o coronelismo, incrustados no PRM, na SMA, na Prefeitura Municipal de Viçosa e na máquina estatal de forma geral; o papel das frações da classe dominante agrária, que possuíam alta capacidade de perpetuação no poder (mediante às relações de parentesco e o discurso da mineiridade); e os princípios geográficos que embasaram as narrativas da comissão de escolha do sítio da instituição.

A hipótese de pesquisa (apresentada na Introdução) foi confirmada. Chegamos a esta conclusão a partir das seguintes constatações: a ESAV aprofundou na cidade o fosso entre a “ilha de letrados” e o grosso da população analfabeta; não rompeu com as estruturas de poder da sociedade de classes; foi uma instituição elitizada (destinada aos filhos dos fazendeiros/a “nobreza de sangue”), que conservou o *status quo* da “nata” oriunda da grande propriedade; subordinou os segmentos subalternos aprofundando a hierarquia social rural na qual o agrônomo constituía o “tutor” e o camponês, o “tutelado” dependente da agricultura tecnicista. Estas confirmações são condições *sine qua non* no

entendimento das “espadas de poder” que encastelaram a Escola: fracções da classe dominante agrária - patrimonialismo - ordem/conservação versus modernização e progresso.

Além disso, via de regra, as “instituições de memória” preservam lembranças seletivas do passado. Prova conducente disso foi o apagamento/silenciamento do papel dos operários nas narrativas de construção da Escola, atestando a marginalização dos reais personagens que produziram a instituição. Nesse ínterim, esta pesquisa procurou não somente recuperar as formas materiais, mas também aquilo que não deixou marcas impressas na paisagem e documentos. Por isso desvendar as formas é tão crucial, compreender que por de trás das edificações está o objeto do trabalho apropriado como propriedade de alguém. A ESAV teve parte de seu passado e de sua memória atribuídos a mito de origens, elegendo heróis fundadores, recolhendo lendas, identificando um patrimônio, ofertando significado aos lugares e personagens e impondo ritos.

Buscamos construir nesta tese uma Geografia Histórica das paisagens, do poder e do controle social e das transformações rurais. Fizemos isso ao discorrer sobre os campos de batalhas discursivas da ESAV que envolveram a representação, a identidade e o poder. Admitimos e reconhecemos a incapacidade de *recuperar* todas as evidências do passado. Efetuamos, de certa forma, um esforço de aproximação das *realidades de outrora* da ESAV, analisando geograficamente seus vestígios materializados e não materializados nas fontes primárias. Parafraseando Corazza (2002, p. 2) esperamos que esta escrita funcione como uma flexa “[...] que um pensador atira, assim como no vazio, para que outro a recolha e possa, por sua vez, também enviar a sua, agora em outra direção”, abrindo novas perspectivas de investigação sobre a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa.

Há fontes que foram recolhidas e que não puderam ser analisadas nesta tese, tais como as Atas da Câmara de Ponte Nova, Ubá, Visconde do Rio Branco e Viçosa; algumas correspondências trocadas entre a Secretaria de Agricultura do estado e Arthur Bernardes, P. H. Rolfs e Bello Lisboa; documentos cartográficos de Ponte Nova, Ubá e Viçosa; o livro “Agricultura Mineira e seu melhoramento” de Rolfs; materiais coletados na Casa Arthur Bernardes, dentre tantos outros. Tais fontes primárias necessitam de sistematização e refinamento para que possam ser manejadas em outros momentos, dando continuidade a esta pesquisa ou abrindo portas para novas.

Muitas questões que trouxemos para o debate ainda não foram plenamente resolvidas, pois correspondem a uma necessidade que o próprio ato de pesquisa requer.

O estudo, por exemplo, da organização e do processo de ocupação do espaço interino da ESAV necessita de outros “temperos”. Por isso não acreditamos que esta secção denominada de conclusão seja, de fato, o fechamento deste trabalho. Consideramos que se trata muito mais de considerações iniciais, uma vez que há a indispensabilidade de ampliação de pesquisas que possam delinear outros contornos e compor as demais peças do quebra-cabeça “ESAV: o estudo do passado”. Eis um convite a todos (as)!

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

ÁLBUM CHOROGRAPHICO MUNICIPAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Estudos Críticos: 1927. Serviço de Estatística da Secretaria de Estado da Agricultura.

Disponível em: <http://www.albumchorographico1927.com.br/>. Acesso em: 05 fev. 2019.

ACERVO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE PONTE NOVA, MINAS GERAIS. TOTINI, Wanda de Almeida. **Monografia de Ponte Nova**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1976.

ACERVO DA CASA ARTHUR BERNARDES, VIÇOSA, MINAS GERAIS. PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. **Viçosa retratos de uma cidade**. São Paulo: Scortecci, 2001.

ACERVO DA CASA ARTHUR BERNARDES, VIÇOSA, MINAS GERAIS. PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. **Viçosa – mudanças socioculturais: evolução histórica e tendências**. Viçosa: Imprensa Universitária, 1990.

ACERVO DO FÓRUM CULTURAL DE UBÁ, MINAS GERAIS. **Ubá Didático: Multidisciplinar**. Conheça o centro econômico da Zona da Mata. Prefeitura de Ubá. 1ª Ed. Ubá: Formato Editora, 2017.

ACERVO DO FÓRUM CULTURAL DE UBÁ, MINAS GERAIS. VIEIRA, Clotilde. **História de Ubá para as escolas**. Viçosa: Editora Folha de Viçosa, 1990.

ACERVO HISTÓRICO DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, MINAS GERAIS. GOMIDE, Tarcísio. **Universidade Federal de Viçosa: esboço de uma síntese histórica**. Viçosa: Imprensa Universitária, 1996.

ACERVO DO FÓRUM CULTURAL DE UBÁ, MINAS GERAIS. GUIDUCCI, W. **Histórias do nosso polo**. Ubá: Boom Criações, 2011.

ACERVO DO FÓRUM CULTURAL DE UBÁ, MINAS GERAIS. SOARES, Rosalvo Braga. **Corpo Azul: a história do Sport Club Aimorés (1ª parte), 1926-1940**. Belo Horizonte: Asalux Editora, 1991.

ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO DE VISCONDE DO RIO BRANCO, MINAS GERAIS. **Brasil Açucareiro**. Ministério da Indústria e do Comércio. Instituto do Açúcar e do Alcool. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1969.

ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO DE VISCONDE DO RIO BRANCO, MINAS GERAIS. JOSÉ, Oíliam. **Visconde do Rio Branco: terra, povo, história**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO DE VISCONDE DO RIO BRANCO, MINAS GERAIS. PINTO, Theresinha de Almeida. **Xopotó dos Coroados (Cartilha)**. Editora:

Imprensa Oficial, 2002.

ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO DE VISCONDE DO RIO BRANCO, MINAS GERAIS. SILVA, Maria Soares Lima da. **1880 A década dos sonhos**: Histórias dentro da História (contos). Minas Gerais: Editora Voz de Rio Branco, 2009.

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). Antonio Gomes Carlos. Escola Superior de Agricultura e Veterinária. **Jornal o Herval**, 1925, s/p. Universidade Federal de Viçosa. Vila Gianetti. Casa 10. Viçosa, Minas Gerais.

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). ALVES, Claudio Augusto de Magalhães. **Campus da Universidade Federal de Viçosa**: plano de desenvolvimento físico. Viçosa: UFV; Imprensa Universitária, 1969.

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). BORGES, José Marcondes. **Escola Superior de Agricultura**: origem, desenvolvimento e atualidade. Viçosa: UREM, Imprensa Universitária, 1966. 88 p. Universidade Federal de Viçosa. Vila Gianetti. Casa 10. Viçosa, Minas Gerais.

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). BORGES, José Marcondes. Esboço Histórico. In: BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch (Eds.). **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX**. 2 ed. Viçosa: Editora UFV, 2006. p. 20-47. Universidade Federal de Viçosa. Vila Gianetti. Casa 10. Viçosa, Minas Gerais.

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). CARMO, Antonio Gomes. Escola Agrícola de Viçosa. **Jornal A Verdade**, 1925, s/p. Universidade Federal de Viçosa. Vila Gianetti. Casa 10. Viçosa, Minas Gerais.

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). **Cartório de Imóveis**. Escrituras, v. 1. 1996. República do Brasil. Comarca de Viçosa, Minas Gerais. Universidade Federal de Viçosa. Vila Gianetti. Casa 10. Viçosa, Minas Gerais.

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). COELHO, Eduardo Lara. In: LIMA, Antonio Luiz de (Org.). **UFV 70 Anos**: A Trajetória da Escola de Viçosa. Viçosa: UFV, 1996, Imprensa Universitária. Universidade Federal de Viçosa. Vila Gianetti. Casa 10. Viçosa, Minas Gerais.

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). **Ecossistema da inauguração da Escola Superior de Agricultura e Veterinária**. Minas Gerais. Belo Horizonte, 1926.

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). **Jornal A Cidade**, 1920-1930, s/p. Universidade Federal de Viçosa. Vila Gianetti. Casa 10. Viçosa, Minas Gerais.

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). **Jornal Diário de Minas**, 192-, s/p. Universidade Federal de Viçosa. Vila Gianetti. Casa 10. Viçosa, Minas Gerais.

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). **Jornal Legionário das Missões**. Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Geraes, 1928, s/p. Universidade Federal de Viçosa. Vila Gianetti. Casa 10. Viçosa, Minas Gerais.

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). **Jornal O Progresso do Brasil**. Ensino Agrícola de Minas Gerais, 1922, s/p. Universidade Federal de Viçosa. Vila Gianetti. Casa 10. Viçosa, Minas Gerais.

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). LIMA, Antônio Luiz de; COELHO, Eduardo Lara (Org.). **UFV 70 anos: a trajetória da Escola de Viçosa**. Ed. UFV, 1996.

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). **Livro de Formatura de 1939**. Acervo da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa. Vila Gianetti. Casa 10. Viçosa, Minas Gerais.

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). LISBOA, João Carlos Bello. Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais. **Boletim de Agricultura, Zootecnia e Veterinária**. Estado de Minas Gerais. Orgam da Secretaria de Agricultura, Industria, Terras, Viação e Obras Publicas. Ano I. n. I, 1928, p. 9-17. Universidade Federal de Viçosa. Vila Gianetti. Casa 10. Viçosa, Minas Gerais.

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). LISBOA, João Carlos Bello. **Relatório de Construção da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais – ESAV (1929)**. Viçosa: ESAV, 1929.

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). LISBOA, João Carlos Bello. **Histórico e Atualidade da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais**. Conferência realizada na Associação Commercial de Minas Gerais, em Bello Horizonte, 1935. Universidade Federal de Viçosa. Vila Gianetti. Casa 10. Viçosa, Minas Gerais.

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). MAGALHÃES, Edson Potsch. Peter Henry Rolfs. In: BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch (Eds.). **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX**. 2 ed. Viçosa: Editora UFV, 2006. p. 62-65.

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). **Regulamento da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (1926)**. Universidade Federal de Viçosa. Vila Gianetti. Casa 10. Viçosa, Minas Gerais.

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). ROLFS, Peter Henry. **Ensino Agrícola mineiro e brasileiro**. These apresentada a segunda Conferência Nacional de Educação, Belo Horizonte, 1928.

ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG). ROLFS, Peter Henry; ROLFS, Clarice. **Fundação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais**. 1928, p. 1-18. Universidade Federal de Viçosa. Vila Gianetti. Casa 10. Viçosa, Minas Gerais.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE UBÁ, MINAS GERAIS. Acervo Fotográfico. **Exposição: Ubá, o retrato de uma cidade**, 2014. Rua Santo Antônio n° 309, Centro – Ubá.

ARQUIVO HISTÓRICO DE UBÁ, MINAS GERAIS. **Movimento Cultural São José**. In memoriam – Dr. Fécas (O Mestre Inesquecível) – Por motivo da inauguração do busto do grande educador da cidade de Ubá em 24 de agosto de 1945 – XL aniversário do Ginásio São José. Ubá: (reimpressão de original de 1949). 2005.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE UBÁ, MINAS GERAIS. **Acervo fotográfico**. 1990-1988. Ubá, Minas Gerais.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. CAPRI, Roberto. **Minas Geraes e seus municípios**. São Paulo: Poci-Weiss & Co, 1916.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Inventário do Fundo Arthur Bernardes. Série: Produção Intelectual. **Regulamentação do Ensino Agrícola**. ROLFS, Peter Henry. Secretaria da Agricultura Diretoria de Agricultura, Terras e Colonização. Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Geraes, Viçosa, 1925.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundação João Pinheiro. Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903. **Análise e Conjuntura**, v. 11, n. 5/6, p. 121-220, 1981.

ARQUIVO MUNICIPAL DE PONTE NOVA, MINAS GERAIS. **Jornal A Notícia**, 1920-1922, s/p.

ARQUIVO MUNICIPAL DE PONTE NOVA, MINAS GERAIS. **Minas Gerais: Ponte Nova, 1925**. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1926.

ARQUIVO MUNICIPAL DE PONTE NOVA, MINAS GERAIS. RIBEIRO FILHO, Antonio Brant. **Ponte Nova, 1770 a 1920: 150 anos de história**. Viçosa, MG, 1993.

ARQUIVO MUNICIPAL DE PONTE NOVA, MINAS GERAIS. Ponte Nova 153 anos: sua história, sua gente! **Revista Comemorativa dos 153 anos de Ponte Nova**, 2016.

ARQUIVO MUNICIPAL DE PONTE NOVA, MINAS GERAIS. XAVIER, Almiro Luna. **História local e identidade: educação patrimonial e cidadania a partir da comunidade Anna Florência, Ponte Nova (MG)**. Viçosa, MG, 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Legislação Mineira**. Decreto 4434, de 23 de agosto de 1915. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=4434&comp=&ano=1915>. Acesso em: 14 jan. 2021.

AULETE, Caldas. **Diccionario contemporaneo da lingua portugueza**: feito sobre o plano / de F. J. Caldas Aulete. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, v. 2, 1925. Disponível em: <http://purl.pt/26648>. Acesso em: 30 set. 2020.
BRASIL. *Coleção de Leis do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1920-1926.

CÂMARA DE PONTE NOVA. Centro de Memória do Legislativo. Galeria de Fotos. **Memória Fotográfica**: passado a limpo. Disponível em: <http://www.camarapontenova.com.br/totem/system/galeriaFotos/FiltraFotosporTipoApresentacao/Nw==/NDI=/Mjc=>. Acesso em: 15 dez. 2021.

CARNEIRO, JOSÉ JANUÁRIO. **Ao país** – Porque fundei o Ginásio São José fora dos centros populosos. Juiz de Fora: Casa Azul, 1931.

CENTENÁRIO DO PRESIDENTE ARTHUR DA SILVA BERNARDES. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Acervo do Museu Histórico e Pinacoteca da Universidade Federal de Viçosa, 1975.

CENTRO NACIONAL DE RECURSOS TEXTUAIS E LEXICAIS. Portal lexical: um conjunto de recursos e dados. Disponível em: <https://www.cnrtl.fr/>. Acesso em: 10 out. 2020.

COLEÇÃO dos Documentos do Governo Brasileiro. Mensagens Presidenciais. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910-1930. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles?f%5B0%5D=collection%3ABrazilian%20Government%20Documents>. Acesso em: 18 ago. 2019.

COLEÇÃO dos Documentos do Governo Brasileiro. Mensagens dos Presidentes da Província de Minas Gerais, 1899-1930. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles?f%5B0%5D=collection%3ABrazilian%20Government%20Documents>. Acesso em: 18 ago. 2019.

CONGRESSO LEGISLATIVO DE MINAS GERAIS. **Anais da Câmara dos Deputados**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1899-1921.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. Período Republicano: 1889-1991. MONTEIRO, Norma de Góis (Coord.), v. 1 (A – L). Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994a.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. Período Republicano: 1889-1991. MONTEIRO, Norma de Góis (Coord.), v. 2 (M – Z). Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994b.

FIGUEIREDO, Candido de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa [Portugal]: Liv. Clássica Ed., v. 2, 1913.

FORUM CULTURAL DE UBÁ. **Ubá, Minas** Gerais: Cidade Carinho. Edição Histórica. 1980.

FORUM CULTURAL DE UBÁ. GUIDUCCI, Wendell. **Histórias do nosso polo**: Ubá (MG). Ubá: Boom Criações, 2011.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. Fundação Biblioteca Nacional. Congresso das Municipalidades da Zona da Mata na cidade de Leopoldina. **Revista da Semana**, n. 388, 1907.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 2023. Casa Arthur Bernardes. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/14-patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/76-casa-arthur-bernardes>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria de Agricultura. Serviço de Estatística Geral. **Anuário Estatístico**, ano I, 1921, v. I. Situação Physica. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1924. 457p.

MINAS GERAIS. Secretaria de Agricultura. Serviço de Estatística Geral. **Anuário Estatístico**, ano I, 1921, v. II. Situação Demographica. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1926a. 963p.

MINAS GERAIS. Secretaria de Agricultura. Serviço de Estatística Geral. **Anuário Estatístico**, ano I, 1921, v. III. Situação Economica. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1926b. 846p.

MINAS GERAIS. Secretaria de Agricultura. Serviço de Estatística Geral. **Anuário Estatístico**, ano I, 1921, v. IV. Situação Social, Administrativa e Política. Tomo I. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1926c. 538p.

MINAS GERAIS. Secretaria de Agricultura. República dos Estados Unidos do Brasil. Serviço de Estatística Geral. **Anuário Estatístico**, 1922-1925. Situação demographica. Belo Horizonte, Minas Gerais: Imprensa Oficial, anno II, 1929. 1.178p.

MUSEU HISTÓRICO DE VISCONDE DO RIO BRANCO. JOSÉ, Oilian. **Visconde do Rio Branco**: terra, povo, história. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1982.

MUSEU HISTÓRICO DE VISCONDE DO RIO BRANCO. **Acervo fotográfico**. 1920-1930. Visconde do Rio Branco, Minas Gerais.

MUSEU HISTÓRICO E PINACOTECA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Planta da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa. 2018. Avenida Peter Henry Rolfs, s/nº, Universidade Federal de Viçosa. Vila Gianetti. Casa 10. Viçosa, Minas Gerais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ, MINAS GERAIS. **Ubá – Cidade carinho**. Ubá: Prefeitura Municipal de Ubá, 1980.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **UFV, Vida e Memória**, 2023. Disponível

em: <https://vidaememoria.ufv.br/estacao-cultural/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

Fontes Secundárias

ABREU, Maurício. Sobre a memória das cidades. **Revista Territórios**, n. 4, p. 5-26, 1996. Disponível em: <http://mauricioabreu.com.br/files/artigos/Sobre%20a%20memoria%20das%20cidades.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

ABREU, Maurício. Construindo uma Geografia do Passado: Rio de Janeiro, Cidade Portuária, século XVII. São Paulo, **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), v. 4, n. 1, p. 13-25, 2000. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123400>. Acesso em: 9 out. 2020.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra travessia**. Ilha de Santa Catarina, n. 5, p. 9-16, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>. Acesso em: 17 dez. 2020.

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da nova capital**: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006. 443f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/VCSA-6X4NU4>. Acesso em 27 de set. 2019.

ALTOÉ, Fernando; TEIXEIRA, Heloísa Maria. A criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV) no cenário de modernização agrícola do Brasil. In: Seminário sobre Economia Mineira, 17, 2016, Diamantina. **Anais...**, Diamantina: Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), 2016. 13p. Disponível em: http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2016/anais_historia.html. Acesso em: 02 maio 2016.

ALVES, Rafael de Souza. **Interações entre fatores e elementos do clima no percurso Ponte Nova – Viçosa – Ubá, Zona da Mata mineira**: identificação de diferentes ambientes termohigrométricos. 2015. 79f. Monografia em Geografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2015.

ANDRADE JÚNIOR, Edson de Oliveira; ANDRADE, Edson de Oliveira. Análise lexical do Código de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 62, n. 2, p. 123-130, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ramb/a/Qgyw8nLRC9H7zWW8kjKvNwg/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 27 jul. 2020.

ANDRADE, Renata Fernandes Maia de; ROSSI, Michelle Pereira da Silva. Educação, Progresso e Trabalho: o papel das escolas profissionalizantes em Minas Gerais. In: Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas - História, Sociedade e Educação no Brasil, 8, 2009, Campinas, São Paulo. **Anais...**, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2009. p. 1-17. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.html. Acesso em: 27 jul. 2019.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Do Regional ao Nacional: a atuação política das elites mineiras. In: Encontro Anual das ANPOCS, 10, 1986, Campus do Jordão, São Paulo. **Anais...**, Campos do Jordão, 1986, 15p. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/10-encontro-anual-daanpocs/gt11/gt05-9/6227-mariaarruda-regional/file>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

ARRUDA, Maria Aparecida. Origem da Universidade Federal de Viçosa: modernidade, agricultura de exportação e importação de modelos (1922-1970). **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia, v. 2, p. 141–148, 2003. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/341/326>. Acesso em: 24 jul. 2019.

ARRUDA, Rogério Pereira de. Um álbum ilustrado para Minas Gerais no alvorecer da República. In: Museu Paulista - História e Cultura Material, 28, 2018, São Paulo. **Anais...**, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018, 35p. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/273/27358485016/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

AZEVEDO, Denilson Santos de. **Melhoramento do homem, do animal e da semente: o projeto político-pedagógico da ESAV (1920-1948)**. 2005. 220f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

AZEVEDO, Denilson Santos de. **O melhoramento do homem, do animal e da semente: os primórdios do Ensino na UFV (1920-1948)**. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2021.

BAÊTA, Odemir Vieira. **Estratégias como práticas sóciodiscursivas em uma universidade pública: uma abordagem crítica**. 2016. 439f. Tese (Doutorado em Administração), Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/12199/1/TESE_Estrat%C3%A9gias%20como%20pr%C3%A1ticas%20s%C3%B3ciodiscursivas%20em%20uma%20universidade%20p%C3%BAblica....pdf>. Acesso em: 22 abril 2019.

BAÍÁ, Anderson da Cunha. Considerações acerca da cultura escolar esaviana. In: Encontro de Pesquisa em Educação, 3, 2005, Uberaba. **Anais...**, Uberaba: Universidade de Uberaba, 2005, 12p. Disponível em: <www.revistas.uniube.br/index.php/anais/article/viewFile/350/354>. Acesso em: 04 abr. 2017.

BARBOSA, Lidiany Silva. **Roupa nova para a velha senhora agrária: os engenheiros-agrônomo e a modernização no campo**. 2004. 175f. Dissertação de Mestrado (Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2004. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/4139/texto%20completo.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

BARROS, José D' Assunção. História, Espaço e Tempo: Interações necessárias. Belo Horizonte, **Varia História**, v. 22, n. 36, p. 460-476, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752006000200012. Acesso em: 28 set. 2020.

BARROS, Samarane Fonseca de Souza. **Centro e centralidade em cidades médias: o caso do bairro Palmeiras em Ponte Nova – MG**. 2017. 89f. Monografia em Geografia

(Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2017.

BAUER, Martin W; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. In: BAUER, M.W. GASKELL, G. (Orgs). *Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: Evitando confusões. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 17-36.

BELOCH, Israel et al. (Org.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

BERNARDES, Rosilene. **Ampulheta Urbana: uma análise da construção da Universidade Federal de Viçosa e de sua influência na (des)construção da cidade de Viçosa – MG através das transformações no tempo e no espaço**. 2013. 90f. Monografia em Geografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2013.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade do Rio de Janeiro e o sonho de uma capital americana: da visão de D. Luís da Cunha à sede do vice-reinado (1736-1763)*. **História**. São Paulo, v. 30, n. 1, p. 37-55, 2011.

BOMENY, Helena. *O Brasil de João Pinheiro: o projeto educacional*. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 137–166.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Deifel, 1989.

BRESCIANI, Maria Stella. *A cidade e o Urbano: experiências, sensibilidades, projetos*. **Revista Urbana**, Dossiê: Cidade e Habitação na América Latina - CIEC/UNICAMP. v. 6, nº 8, p. 63-94, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/urbana.v6i1.8635293>. Acesso em: 12 jul. 2020.

CAPDEVILLE, Guy. *O Ensino Superior Agrícola no Brasil*. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 72, n. 172, p. 229–261, dez. 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.72i172.1277>. Acesso em: 24 out. 2019.

CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. *IRAMUTEQ: Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais*. Ribeirão Preto: **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>. Acesso em: 27 jul. 2020.

CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para o uso do software IRAMUTEQ**. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição (LACCOS), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <http://iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-portugais-22-11-2018>. Acesso em: 03 ago. 2020.

CAMPOS, Aline da Fonseca. **O cinema no interior: um estudo sobre a história do Cine-Brasil de Visconde do Rio Branco/MG (1915-1993)**. 166f. 2018. Mestrado (Dissertação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania). Universidade Federal de

Viçosa, Viçosa, 2018. Disponível em:

<https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/24602>. Acesso em: 06 mar. 2022.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. Questões teóricas e metodológicas da Geografia Histórica. **Terra Brasilis** (Nova Série), Dossiê Trajetórias de Geograf@s 2, n. 10, p. 1–16, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.3166>>. Acesso em: 11 out. 2020.

CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo**: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata Mineira (séculos XVIII e XIX). Departamento de História, Núcleo de História Econômica e Demográfica. Série Estudos, nº 2, Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Cláudio de M.; FRIGOTTO, Gaudêncio; COSTA, Darcy. A criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro: reflexão sobre a reforma educativa, investimento em educação e transferência de tecnologia. **Fórum Educacional**: Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, 1977.

CASTRO, Iná Elias de. Revisitando o regionalismo como fundamento da questão regional. **Revista Franco-Brasileira de Geografia (Confins)**: Dossiê geografia regional 2, n. 49, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.35256>. Acesso em: 10 out. 2020.

CASTRO, Maria Gontijo. **Ensino, pesquisa e extensão**: origem, trajetória e reconfiguração institucional na Universidade Federal de Viçosa. 2015. 159f. Dissertação de Mestrado (Educação), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015. Disponível em: <<http://www.poseducacao.ufv.br/wp-content/uploads/2017/02/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Maria-Gontijo-Castro-015.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2017.

CASTRO, Maria Gontijo; ALVES, Daniela. Ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal de Viçosa: origem e trajetória institucional (1926–1988). **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 70, p. 752- 773, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017227038>. Acesso em: 20 mar. 2019.

COELHO, France M. Gontijo. **A produção científico-tecnológica para agropecuária**: da ESAV à UREMG, conteúdos e significados. 1992. 243f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1992.

COMETTI, Ellen Scopel. **A extensão na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV)**: 1926-1946. 2005. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2005.

CONDÉ, Patrícia Peluso. De Escola Normal a Escola Mista: a evolução de uma instituição tradicionalmente feminina do início do século XX para uma escola mista. **Revista Científica Fagoc Multidisciplinar**, v. I, n.1, p. 89-98, 2016. Disponível em:

<https://revista.unifagoc.edu.br/index.php/multidisciplinar/article/view/104>. Acesso em: 14 mar. 2022.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Bancos em Minas Gerais (1889-1964)**. 1978. 332 f. Dissertação (Mestrado em Economia e Planejamento Econômico), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1978. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285680>. Acesso em: 10 fev. 2021.

COSTA, Maria Lúcia Padro; CARVALHO COSTA, Maria de Lujan Seabra de; CAMBRAIA, Maria Aparecida de Carvalho. **Projeto “Album Chorographico Municipal do estado de Minas Geraes (1927): estudos críticos”**, 2012. Disponível em: http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/76/64/projeto-album-chorographico-municipal-do-estado-de-minas-geraes.pdf1_1380714923.pdf. Acesso em: 14 jan. 2022.

CORAZZA, Maria Sandra. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**, v.1. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso político. In: EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William (Orgs). **Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 251-268.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; SANTOS, Higor Mozart Geraldo. A política de imigração e o “mosaico mineiro”: região, regionalismo e produção do espaço em Minas Gerais no alvorecer da República (1888-1910). In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 10, 2015, Presidente Prudente, São Paulo. **Anais...**, Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2015, 9480–9491.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. Política territorial nos sertões dos índios, século XIX. **Mercator**, Fortaleza, v. 15, n. 1, p. 55–71, 2016. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1338>. Acesso em: 15 nov. 2019.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; SANTOS, Higor Mozart Geraldo. A política de imigração e o “mosaico mineiro”: região, regionalismo e produção do espaço em Minas Gerais no alvorecer da República (1888-1910). **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 460–492, 2019. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/1594/1486>. Acesso em: 09 set. 2019.

CORBIN, Alain. **L’homme dans le paysage**. Paris: Les éditions Textuel, 2001.

CUNHA, Luiz Antonio. O ensino superior na Primeira República. **A Universidade Temporã: o ensino superior da Colônia à Era Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 132–203.

DIAS, Fernando Correia. Mineiridade: construção e significado atual. **Ciência & Trópico**, v. 13, n. 1, p. 73-89, 1985. Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/375>. Acesso em: 19 mar. 2020.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Biografia de Mario Monteiro Machado. Escola Superior de Agricultura e Veterinária. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escsagvetmg.htm>. Acesso em: 14 mar. 2019.

DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999.

DULCI, Otávio Soares. João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro. Gomes, Ângela de Castro (Org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2005. p. 137–192.

ERTHAL, Ruy. Geografia Histórica - Considerações. Niterói, **Revista Geographia**, v.5, n. 9, p. 29-39, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13442/8642>. Acesso em: 02 out. 2020.

FARIA, Maria Auxiliadora. “**A política da gleba**”: as classes conservadoras mineiras. Discurso e prática na Primeira República. 1992. 394 f. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

FERNANDEZ, Adriela. **The Purdue-Viçosa Project**: a case study in institution building. Lafayette. 1991. 216f. Tese (Doutorado em Filosofia), Universidade de Purdue, Lafayette, 1991.

FILHO, Arthur Torres. **O ensino agrícola no Brasil**: seu estado actual e a necessidade de sua reforma. Ministério da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

FERNANDES, Baltazar. **Manual IRAMUTEQ**. Tradução Livre do Manual original de Lucie Loubère e Pierre Ratinaud disponível. 2014. Disponível em: <http://docplayer.com.br/61498367-Manual-iramuteq-sintese-o-iramuteq-e-um-software-livre-desenvolvido-por-pierre-ratinaud-e-licenciado-por-gnu-gpl-v2.html>. Acesso em: 12 fev. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da clínica**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**, RJ-RJ, NAU, 2009.

GARCIA, Nelson Jahr. **O que é propaganda ideológica**. [S.I.]: Nobel, 1982 (Coleção primeiros passos).

GIROLETTI, Domingos A. Participação dos imigrantes italianos no desenvolvimento de Minas Gerais. In: **Imigração e Sociedade**: Fontes e Acervos da Imigração Italiana no Brasil. Roberto Radünz e Vania Beatriz Merlotti Herédia (Orgs.) Ed. Univ de Caxias

do Sul, 2015, p. 328-85.

GODOY, Paulo. Geografia Histórica: Considerações Metodológicas. **Terra Brasilis**, Dossiê: Geografia Histórica em questão, n. 12, p. 1-10, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.44972>. Acesso em: 17 set. 2020.

GOMIDE, Tarcísio. **Universidade Federal de Viçosa**: esboço de uma síntese histórica. Viçosa, MG: Ed. UFV, 1996.

GONÇALVES, Irlen Antônio. A escolarização do trabalhador na República mineira. In: NETO, Wenceslau Gonçalves; CARVALHO, Carlos Henrique de (Orgs). CARVALHO, Henrique de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Coords). **História da Educação em Minas Gerais**: da Colônia à República. Uberlândia: EDUFU, 2019, p. 223-249.

GRATALOUP, Christian. Os períodos do espaço. Niterói: **Geographia**, v. 8, n. 16, p. 31-40, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13520/8720>. Acesso em: 20 out. 2021.

IGLÉSIAS, Francisco. Política econômica do estado de Minas Gerais (1890-1930). In: Seminário de Economia Mineira: a República Velha em Minas, 5, 1982, Belo Horizonte, Minas Gerais. **Anais...**, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1982. p. 115–144.

KAMIL, Maria Terumi Maruyama; LAROCCA, Liliana Müller; CHAVES, Maria Marta Nolasco; LOWEN, Ingrid Margareth Voth; SOUZA, Viviam Mara Pereira de; GOTO, Dora Yoko Nozaki. Trabalho no consultório na rua: uso do software IRAMUTEQ no apoio à pesquisa qualitativa. **Escola Anna Nery**, v. 20, n. 3, 2016, s/p. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20160069>. Acesso em: 12 jan. 2021.

LAMAS, Fernando Gaudereto; SARAIVA, Luiz Fernando; ALMICO, Rita de Cássia da Silva. A Zona da Mata Mineira: Subsídios para uma Historiografia. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas, 2003, Caxambu. **Anais...**, Caxambu: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003. p.1-26. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/2003fernandolamasluizfernandosaraivaritaalmico-a-zona-da-mata-mineira-subsidios-para-uma-historiografia.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2019.

LAM-SÁNCHEZ, Alfredo. **A UFV nos tempos da Escola Superior de Agricultura – UREMG**. Viçosa: Editora UFV, 2006.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. O Café e o Trabalho “Livre” em Minas Gerais - 1870/1920. **Revista Brasileira de História**, v. 6, n. 12, p. 73-88, 1986. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01881998000100006>. Acesso em: 25 mar. 2020.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o princípio representativo no Brasil. São Paulo. Cia das Letras, 1997.

LEVINE, Robert. Pernambuco e a Federação Brasileira 1989-1937. In: FAUSTO, Boris; CARDOSO, Fernando Henrique (Org.). **O Brasil Republicano**: estrutura de

poder e economia (1889-1930). 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 122-151.

LIMA, Elias Lopes de. O sujeito da atividade prática. **Encruzilhadas geográficas: notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014. p. 245-270.

LINS, Cynthia de Freitas Melo. **Apostila de IRAMUTEQ**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Fortaleza (UNIFOR), 2017.

LOPES, Eduardo Simonini. “Espírito esaviano” e cotidiano discente na Escola Superior de Agricultura e Veterinária do estado de Minas Gerais. **Cadernos de História da Educação**, v. 13, n.1, p. 251-266, 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/28177/15548>. Acesso em: 19 abr. 2019.

MACIEL, Laura Antunes. Outras memórias nos subúrbios cariocas: o direito ao passado. In: **150 anos de subúrbio carioca**. 1 ed. Niterói: Editora Lamparina, 2010. p. 187-218.

MACHADO, Lia Osório. Ideias fora do lugar: o desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX. **Terra Brasilis**, v. 2, p. 1-14, 2000. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/298>. Acesso em: 18 mar. 2020.

MACHADO, Pedro José de Oliveira. Evolução demográfica do município de Juiz de Fora, no período 1850/1920: população, café e território. In: GOMES, Ingrid Aparecida (Org.). **A Geografia na contemporaneidade 2**. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. p. 294-308.

MAFRA, Estáquio da Silveira. **Um progresso conservador: do desenvolvimento do projeto imigratório aos interesses da elite agrária mineira (1880-1892)**. 2018. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

MAFRA, Johnny José Mafra; RONDON, Simone Von. **Arduíno Bolivar: acervo**. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2003. 1 CDROM.

MAIA, Doralice Sátyro. Geografia Histórica Urbana: Notas de pesquisa. **Terra Brasilis**, Dossiê: Geografia Histórica em questão, n. 12, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.4785>. Acesso em: 10 set. 2020.

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, p. 65-87, 1987.

MELO, Ciro Flavio de Castro Bandeira de. **Pois tudo é assim... educação, política e trabalho em Minas Gerais (1889-1907)**. 1990. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-86WP39>. Acesso em: 23 jan. 2020.

MELLO, Fernando Antonio Oliveira. **Análise do processo de formação da paisagem urbana no município de Viçosa, Minas Gerais**. 103f. 2002. Tese (Doutorado em Ciência Florestal), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2002.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. **Mundo Agrário**. La Plata: Argentina, v. 1, n. 1, páginas 1-11, 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84510102>. Acesso em: 02 abr. 2020.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado, saber e poder no Brasil. **Revista Internacional de História, Política e Cultura Jurídica**, v. 5, n. 2, p. 245-261, 2013a. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337327391005>. Acesso em: 17 jan. 2020.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Políticas agrícolas e patronato agroindustrial no Brasil (1909-1945). **História econômica & História de empresas**. São Paulo, v. 16, n. 1, p. 73-100, 2013b. Disponível em: <https://doi.org/10.29182/hehe.v16i1>. Acesso em: 19 mar. 2020.

MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

MORAES, Antônio Carlos Robert. O Sertão. **Terra Brasilis**, n. 4-5, p. 1-8, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.341>. Acesso em: 26 set. 2020.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.

MOREIRA, Ruy. **Mudar para manter exatamente igual: os ciclos espaciais de acumulação: o espaço total: formação do espaço agrário**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2018.

NETO, Wenceslau Gonçalves; OLIVEIRA, Antoniette Camargo de. As intenções do poder numa perspectiva histórica: política educacional na legislação mineira e de seus municípios no século XX. In: NETO, Wenceslau Gonçalves; CARVALHO, Carlos

Henrique de. (Coord.) **História da educação em Minas Gerais: da colônia à República**. Volume 3: República. Uberlândia: EDUFU, 2019. p. 5-20.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. **Revista Projeto História**, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 08 set. 2020.

OLIVEIRA JUNIOR, Antonio de Oliveira. **Instituição, Espaço e Desenvolvimento: o caso do Pólo Moveleiro de Ubá, MG**. 153f. 2011. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/775967.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

OLIVEIRA Lucia Lippi; GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATELY, Maria Celina (coord.). **Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Brasília, D.F.: INL 1980.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. Civilizar e modernizar: o ensino agrícola no Brasil Republicano (1889-1930). **História da Educação**, Pelotas, v. 15, p. 129-142, 2004.

OLIVEIRA, Natália Fraga de. **A inserção de Arthur Bernardes na política viçosense no início do século XX: grupos sociais, disputas políticas e imprensa**. 106f. 2019. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/11658>. Acesso em: 26 set. 2019.

PÁDUA, Pedro Geraldo de. O conceito de progresso nas mensagens presidenciais em Minas Gerais (1891-1910). In: GONÇALVES, Irlen Antônio (Org.). **Progresso, trabalho e educação profissional em Minas Gerais**. Belo Horizonte, Minas Gerais: Mazza Edições, 2012. p. 108–143.

PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. **Evolução histórica e tendências de mudanças sócio-culturais na comunidade de Viçosa – MG**. 407f. 1983. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, 1983.

PAES, Ernani Barbosa. **A identidade do esaviano: práticas educativas e controles institucionais em uma escola agrícola mineira (1926 a 1948)**. 2017. 151f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017. Disponível em: <http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/11862/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 mar. 2019.

PESSÔA, Vera Lucia Salazar; RÜCKERT, Adolmar Arnaldo; RAMIRES, Julio Cesar de Lima (Orgs). **Pesquisa Qualitativa: aplicações em Geografia**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2017.

PESSÔA, Vera Lucia Salazar. Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa nas “trilhas da investigação”: apontamentos sobre experiências acadêmicas vividas em Geografia Agrária. In: MARAFON, Glaucio José; CHELOTTI, Marcelo Cervo; PESSÔA, Vera Lucia Salazar (Orgs). **Temas em Geografia Rural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2020. p. 234-260.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: Fausto, Boris (dir.) História geral da civilização brasileira. **O Brasil Republicano: sociedades e instituições (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PIRES, Marcelo Raimundo. **Representações de Brasil em Delgado de Carvalho**. 2006. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://silo.tips/download/representacoes-de-brasil-em-delgado-de-carvalho>. Acesso em: 06 mar. 2020.

POMPERMAYER, Izabel Moraes. **Continuidades e descontinuidades da memória: um estudo sobre a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (MG) por meio de publicações de 1939 a 2016**. 2018. 165 f. Dissertação (Mestrado Em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/24589>. Acesso em: 10 maio. 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RANGEL, José Mario da Silva. **Blog O Passado Compassado de Viçosa**. Epítome histórica da velha Santa Rita do Turvo, 2008. Disponível em: www.opassadocompassadodevicosa.blogspot.com. Acesso em: 10 out. 2018.

RANGEL, José Maria da Silva. Epítome Histórica da velha Santa Rita do Turvo. **Blog O Passado Compassado de Viçosa**, 2013. Disponível em: <http://opassadocompassadodevicosa.blogspot.com/2010/11/o-passado-compassado-de-vicosa.html>. Acesso em: 10 out. 2018.

REIS, Elisa Pereira. Interesses agro-exportadores e construção do estado: Brasil de 1890 a 1930. In: SORJ, B.; CARDOSO, Fernando Henrique; FONT, M. (Orgs.). **Economia e movimentos sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008, p. 169-190.

REIS, Liana Maria. Mineiridade: identidade regional e ideologia. **Cadernos de História**. Belo Horizonte: n. 11, v. 9, p. 89-97, 2007.

REZENDE, Joelito de Oliveira. As origens do ensino da Agronomia no Império e suas repercussões no Brasil. In: Simpósio dos 150 Anos do Ensino Superior Agrícola no Brasil (Mesa Redonda), 2009, Cruz das Almas, Bahia. **Anais...**, Cruz das Almas: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Auditório da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – Campus de Cruz das Almas, 2009. p. 1-50. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/HISTRIA_DO_ENSINO_AGRICOLA_N_O_BRASIL.pdf. Acesso em: 25 out. 2020.

RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. **A formação do espaço construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG**. 244f. 1997. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

RIBEIRO, Maria das Graças M. Escola Superior de Agricultura de Viçosa: um Land-Grant College em Minas Gerais? In: Simpósio Nacional de História. Londrina, Paraná:

23, 2005. **Anais...**, Associação Nacional de História, Londrina, 2005. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0698.pdf>. Acesso em: 05 maio 2019.

RIBEIRO, Maria das Graças M. Caubóis e Caipiras. Os Land Grant Colleges e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa. **História da Educação**, Pelotas, n. 19, p. 105-120, 2006. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/asphe/article/download/29406/pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

RIBEIRO, Maria das Graças M. A Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais e a difusão do americanismo na Educação Brasileira. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 5, 2008. **Anais...**, Sociedade Brasileira de História da Educação, Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’, 2008, p. 1-11. Disponível em: <https://sbhe.org.br/uploads/proceeding/706/8882b1994e0144ee1e73a4bfa8809abd.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2019.

RIBEIRO, Maria das Graças M. A USAID e o ensino agrônômico brasileiro: o caso da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, Belém, n. 3, v. 4, p. 453-463, 2009. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/12695>. Acesso em: 06 jan. 2019.

RIBEIRO, Maria das Graças M. Uma instituição modelar: a experiência da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do estado de Minas Gerais (ESAV) - 1926-1948. **Cadernos de História da Educação**, n. 1, v. 9, p. 145-161, 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/7457/4774>. Acesso em: 27 jul. 2019.

RODRIGUES, Lincoln Gonçalves. **A agroindústria da cana-de-açúcar na Zona da Mata mineira**. 180p. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2418>. Acesso em: 06 mar. 2022.

ROSILENE, Bernardes. **Ampulheta urbana**: uma análise da construção da Universidade Federal de Viçosa e de sua influência na (des)construção da cidade de Viçosa – MG através das transformações no tempo e no espaço. 90f. 2013. Monografia em Geografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2013.

SABER CULTURAL. Disponível em: <http://www.sabercultural.com/template/ArteBrasilPintores/Vidigal-Valeria-3.html>. Acesso em: 03 ago. 2021.

SANTOS, Higor Mozart Geraldo. **Um horizonte geográfico nas entrelinhas da Política de Imigração e Colonização em Minas Gerais (1892-1907)**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.

SANTOS, Higor Mozart Geraldo. Notas sobre os projetos territoriais em torno da política de imigração e colonização em Minas Gerais (1892-1900). **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 24, n.1, p. 94–106, 2014. Disponível em:

<https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2014v24nespp94>. Acesso em: 05 nov. 2019.

SANTOS, Higor Mozart Geraldo. **Minas Gerais – O Éden Brasileiro: notas sobre a propaganda imigratória mineira e suas alusões territoriais no findar dos oitocentos**. 2016. 265 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2596>. Acesso em: 25 out. 2020.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Thiago Nicodemos Enes dos. Arquivo histórico da Universidade Federal de Viçosa: subsídios e perspectivas para a história da educação superior no Brasil do século XX. In: Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: percursos e desafios da pesquisa e do ensino de história da educação, 6, 2006. **Anais...**, Universidade Federal de Uberlândia, Campus Santa Mônica, Uberlândia: Editora da UFU, 2006. CD-ROM.

SANTOS, Vitor Justes dos. **Fragilidade ambiental à erosão laminar na Bacia Hidrográfica do Córrego São Domingos, em Ubá/MG**. 2016. 159f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1829>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SILVA, Carolina Mostaro Neves da. **“Para os grandes males, os grandes remédios”**: propostas educacionais no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais (1903). 2016. 256 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-19102016-140237/pt-br.php>. Acesso em: 28 jan. 2021.

SILVA, Fabrício Valentim da. **Ensino agrícola, trabalho e modernização no campo: a origem da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (1920-1929)**. 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/14079>. Acesso em: 16 mar. 2020.

SILVA, Fabrício Valentim da; BORGES, Vera Lúcia Abrão. A origem da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do estado de Minas Gerais: Peter Henry Rolfs e os pilares do saber esaviano (1920-1929). **Revista História, Sociedade e Educação no Brasil**, Campinas, n. 29, 2008, p. 169-197. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/29/Art12_29.pdf. Acesso em 19 jan. 2017.

SILVA, Giovane José da; COSTA, José Raimundo Silva. Jeca Tatu versus Zé Brasil: extensão rural e modernização conservadora no pensamento esaviano. In: Seminário de História: Caminhos da Historiografia Brasileira Contemporânea, 1, 2006. **Anais...**, Universidade Federal de Ouro Preto, 2019, p. 1-7. Disponível em:

<https://docplayer.com.br/49390943-Jeca-tatu-versus-ze-brasil-extensao-rural-e-modernizacao-conservadora-no-pensamento-esaviano-1.html>. Acesso em: 12 ago 2019.

SILVA, Gustavo Bianch. **A UREMG/UFV e suas relações com o poder: modernização, ditadura e convênios internacionais (1952-1979)**. 2019. 302f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/40579353/TESE_DE_DOUTORADO_A_UREMG_UFV_E_SUAS_RELASCOMOPODERMODERNIZADITADURA_E_CONVENIOSINTERNACIONAIS_1952-1979. Acesso em: 15 set. 2019.

SILVA, Lígia Maria Tavares. Trajetórias pela Geografia Histórica. In: ALVES, Amélia Cristina et al. (Org.). **Itinerários Geográficos**. Niterói: Eduff, 2007. p. 71-84.

SILVA, Marcelo Werner da. A geografia e o estudo do passado: conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais. **Terra Brasilis** (Nova Série), n. 1, p. 1-8, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.246>. Acesso em: 02 jun. 2021.

SILVA, Medelin Lourena da. **Expansão da cidade de Viçosa (MG): a dinâmica centro-periferia**. 138f. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2014.

SILVA, Uiara Maria da. **Extensão Universitária: a interação do conhecimento na Semana do Fazendeiro – UFV**. 1995. 199f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, 1995.

SOARES, Josarlete Magalhaes. **Das Minas às Gerais: um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata mineira**. 2009. 235f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

SOUZA, Fabíula Sevilha de. **Astros, órbitas e poderes: modernidade, desenvolvimentismo e modernização na Primeira República**. 2017. 373 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AUHHY4>. Acesso em: 12 fev. 2021.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Laja Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TEIXEIRA, Maria Ilmalucia. **Indicadores pedoambientais do planalto de Viçosa como auxílio à educação ambiental**. 2005. 85f. Dissertação (Mestrado em Solos e Nutrição de Plantas). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2005.

VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 1, p. 3-82, 1958.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **GeoTextos**, Bahia, v. 5, n. 2, p. 147–158, 22 jan. 2009. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.9771/1984-5537geo.v5i2.3791>. Acesso em: 12 set. 2020.

VASCONCELOS, Sylvio. **Mineiridade**: Ensaio de caracterização. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. **Leituras Brasileiras**: itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

VERSIEUX, Daniela Pereira. **Modernização e escolarização do trabalho agrícola**: as fazendas-modelo em Minas Gerais (1906-1915). 2010. 232f. Dissertação (Mestrado em Educação), Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2010.

VERSIEUX, Daniela Pereira. A fazenda transformada em Escola: discursos sobre ensino agrícola no Legislativo mineiro (1892-1906). In: GONÇALVES, Irlen Antônio (Org.). **Progresso, trabalho e educação profissional em Minas Gerais**. Belo Horizonte, Minas Gerais: Mazza Edições, 2012. p. 145-167.

VERSIEUX, Daniela Pereira. Modernização e escolarização do trabalho agrícola: as fazendas-modelo em Minas Gerais (1906-1915). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 12, n. 1, páginas 127-141, jun. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/22900>. Acesso em: 13 jan. 2020.

VIDAL, Laurent. **De Nova Lisboa a Brasília**: a invenção de uma nova capital (séculos XIX-XX). Tradução de Florence Marie Dravet. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

VIDAL, Laurent. Capitais sonhadas, capitais abandonadas: considerações sobre a mobilidade das capitais nas Américas (séculos XVIII – XX). **História**, São Paulo, v. 30, n.1, p. 3-36, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/XvLZznz3KrMY4fWTqTk78Fx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar 2020.

VIDAL, Laurent; MUSSET, Alain; VIDAL, Dominique. Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera. O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje). **Confis**, São Paulo, n. 13, 2011, p. 1-26. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/7274>. Acesso em: 02 set. 2020.

VIEIRA, Anderson Moreira. **Políticas públicas e patrimônio cultural em Ubá, Minas Gerais**: usos de memória e processos de patrimonialização. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania). 2017. 231f. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/11590>. Acesso em: 10 fev. 2021.

VILLAR, Juliana Padula. **Vapor e movimento**: a estrada de ferro leopoldina e a (trans)formação da paisagem no município de Ponte Nova – MG. 2010. 55f. Monografia em Geografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2010.

VILLAÇA, Flávio José Magalhães. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Editora Global, 1986.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Minas de dentro para fora: A política interna mineira no contexto da Primeira República. **Locus: Revista De História**, v. 5, n. 2, p. 89-99, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20491/10910>. Acesso em: 15 out. 2019.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O federalismo oligárquico brasileiro: uma revisão da “política do café-com-leite”. **Instituto de Estudios Histórico-Sociales**. Argentina, v. 16, p. 73-90, 2001. Disponível em: <http://anuarioiehs.unicen.edu.ar/Files/2001/005%20-%20Ribeiro%20Viscardi,%20Claudia%20maria%20-%20O%20federalismo%20oligarquico%20brasileiro....pdf>. Acesso em: 13 maio 2020.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Um novo roteiro para a mesma peça. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2012. p. 31-36.

WEBSTER, Jane; WATSON, Richard. Analyzing the past to prepare for the future: writing a literature review. **MIS Quarterly** e The Society for Information Management, v. 26, n. 2, 2002, p. 13-23.

WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

ANEXOS

ANEXO A - Construção do *corpus* da Revisão Bibliográfica Sistematizada.

**** *or_01 *TD_Tese *AC_educacao *BD_BDTD

Trata-se de uma pesquisa histórica a respeito do trabalho pedagógico implementado durante o processo de constituição e consolidação da ESAV do Estado de Minas Gerais, no período compreendido entre 1920 e 1948, cuja sementeira dará frutos que até hoje permanecem sendo cultivados, de modo tradicional ou inovado, na UFV, em diversas atividades e iniciativas criadas nos seus primeiros anos de fundação, e que irão forjar o ethos do esaviano, entendido como o conjunto de traços característicos pelos quais um grupo se individualiza e se diferencia dos outros, a partir de uma série de ações pedagógicas e disciplinares de inculcação de hábitos. Com base na pesquisa de fontes primárias, secundárias e orais, será analisado os principais condicionantes sociais, econômicos, culturais e políticos que irão propiciar a criação desse estabelecimento de ensino. A adoção do modelo de ensino agrícola norte-americano, de caráter aplicado e utilitário, calcado no aprender fazendo, na articulação entre ciência e prática e com ênfase nas atividades e serviços de extensão, atesta a principal finalidade da ESAV, que era a de melhorar o homem, o animal e a semente com o intuito de contribuir para a reforma social no meio rural, atra-

ves da difusão de conhecimentos e técnicas, para aumentar a produtividade e a diversidade da produção agropecuária. A consecução desse projeto apresentará algumas inovações no âmbito da gestão administrativa e pedagógica, que serão, de certo modo, afetados pela política estadual de contenção no repasse de verbas e pela padronização do ensino agrícola, empreendido pelo governo federal ao longo da Era Vargas. Não obstante esses reveses, a instituição manterá boa parte dos fundamentos de sua concepção original, uma vez que as bases e instâncias de organização do trabalho e de realização da ação pedagógica no estabelecimento não sofreram alterações substanciais, sobretudo em virtude da permanência do regime de responsabilidade) pessoal, como a essência do regime disciplinar e de inculcação de hábitos instituídos junto aos diferentes sujeitos vinculados com a ESAV e que deixaram marcas significativas na constituição do ethos institucional.

**** *or_02 *TD_Tese *AC_historia *BD_Academia_edu
Essa tese de doutorado tem como finalidade compreender a relação da UFV, em sua trajetória institucional, com o campo político. A tradição fundamentada na excelência acadêmica e no interesse do desenvolvimento agrícola do país, contribuiu para a criação de um ethos institucional que afastou as lideranças

Fonte: organizado e elaborado pela autora, a partir da Revisão Bibliográfica Sistematizada, 2020.

ANEXO B - Construção do *corpus* do jornal *A Cidade*

**** *jor_A_Cidade *ano_1920 *tema_ESAV

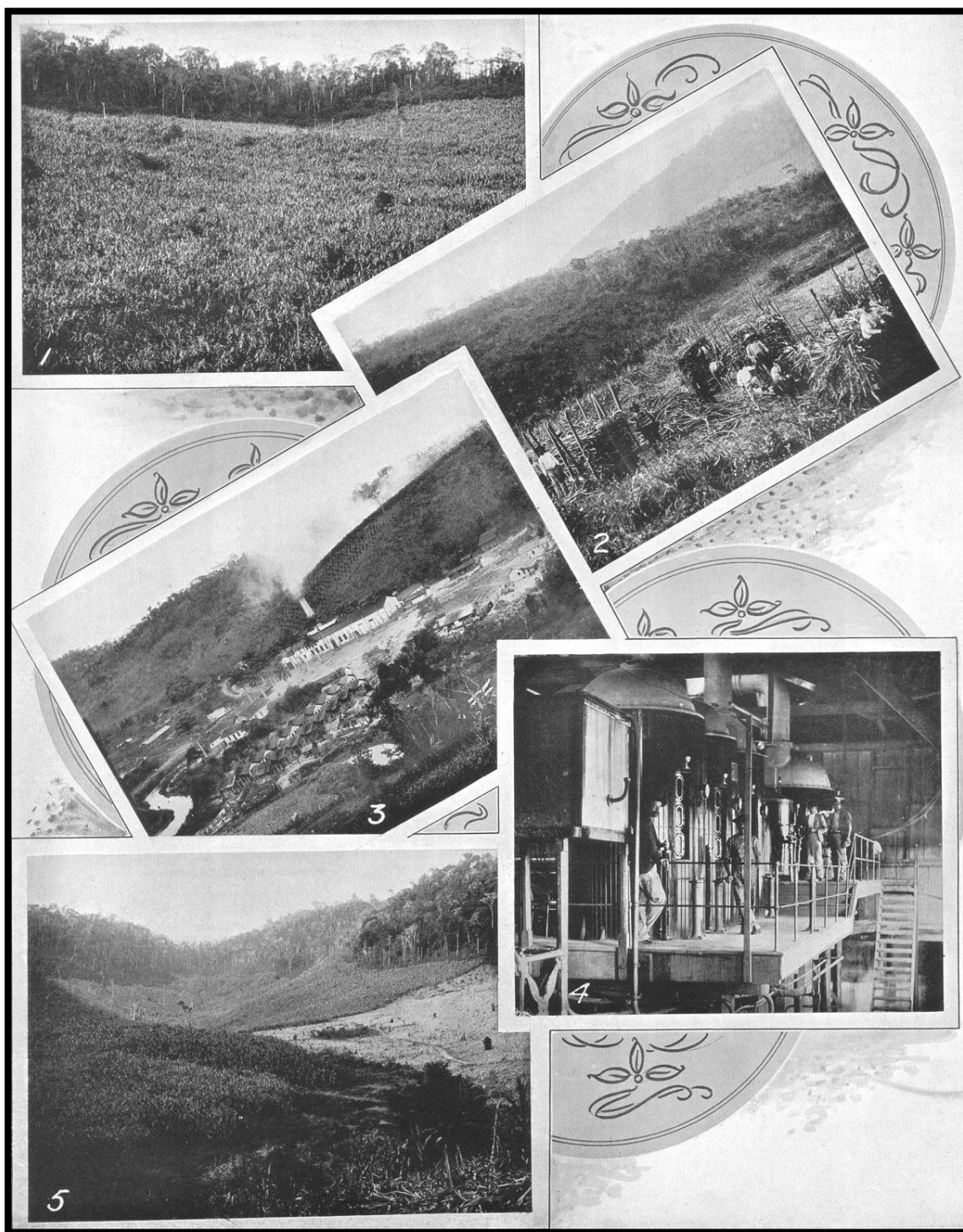
A mensagem do sr. Arthur da Silva Bernardes. A mensagem do sr. Arthur da Silva Bernardes ao Congresso Mineiro tem tido boa impressão. E merecidamente. Com prazer nos associamos aos que lhe tecem elogios. Os cuidados com a reforma tributária não tem absorvido a atenção do sr. Arthur da Silva Bernardes a tal ponto que o faça esquecer outras providências favoráveis ao progresso econômico e enriquecimento do estado. Por isso cuida da criação de uma Escola de Agronomia e Medicina Veterinária, mas quanto não a funda contrata no estrangeiro mestres de cultura para instrução ambulante. Nesse serviço já lá estão três especialistas norte-americanos. Assinado, Gil Vidal do Correio da Manhã, edição de 21 de junho findo.

**** *jor_A_Cidade *ano_1921 *tema_ESAV

Mensagem dirigida pelo presidente do estado dr. Arthur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro, em sua terceira sessão ordinária da oitava legislatura no ano de 1921. ESAV. Para dirigir a ESAV, que pela Lei n.761 de 06 de setembro do ano findo, me autorizastes a fundar, contratou o governo nos Estados Unidos da América do Norte os serviços de um competantíssimo profissional, o dr. Peter Henrique Rolfs, que no estado da Flórida dirigia um instituto de igual natureza. O dr. Peter Henrique Rolfs deixou o estabelecimento sob sua direção, pois anuência do governo daquele estado, que declarou nisso consentir para

Fonte: organizado e elaborado pela autora, a partir da do Jornal A Cidade, 2020.

ANEXO C – Usina Anna Florência, Ponte Nova, propriedade de Vieira Martins & Cia



1) Canavial, com floresta virgem ao fundo; 2) Carreando a cana; 3) Vista geral do engenho; 4) Interior do engenho; 5) Corte da cana. Fonte: Biblioteca Digital de Novo Milênio (2010, p. 781).

ANEXO D – Exportação do município de Ponte Nova: quantidade e valor da exportação, por mercadorias (1921)

Produtos	Exportação		
	Medida	Quantidade	Valor
Animaes e seus produtos			
Bovino	Cabeça	3.300	396:000\$
Suíno	Cabeça	8.000	800:000\$
Aves	Cabeça	120.00	192:000\$
Ovos	Dúzia	105	126:00\$
Toucinhos	Kgr.	750	100:00\$
Vegetais e seus produtos			
Café	Kgr.	5.100.000	6.800:000\$
Arroz	Kgr.	696.000	106:000\$
Feijão	Kgr.	696.000	465:000\$
Milho	Kgr.	1.500.000	300:000\$
Fumo	Kgr.	18.000	48:000\$
Lenha	M.3	8.000	36:000\$
Madeiras	Ton.	300	30:000\$
Produtos manufaturados			
Açúcar	Kgr.	4.596.000	3.217:200\$
Aguardente	Pipa	1.150	348:000\$
Produtos não especificados	–	–	120:000\$
Total	–	–	3.384:200\$

Fonte de dados: Minas Gerais (1926b, p. 779-780). Elaborado pela autora.

ANEXO E - Exportação do município de Ubá: quantidade e valor da exportação, por mercadorias (1921)

Produtos	Exportação		
	Medida	Quantidade	Valor
Animaes e seus produtos			
Bovino	Cabeça	4.000	600:000\$
Suíno	Cabeça	4.500	450:000\$
Aves	Cabeça	109.00	196:000\$
Ovos	Dúzia	128.00	153:600\$
Vegetais e seus produtos			
Cafê	Kgr.	4.920.000	5.904:000\$
Fumo em corda	Kgr.	720.000	2.160:000\$
Arroz	Kgr.	108.000	594:000\$
Milho	Kgr.	2.040.000	408:000\$
Feijão	Kgr.	960.000	256:000\$
Lenha e dormentes	–	–	232:000\$
Legumes	Kgr.	240.000	60:000\$
Produtos manufaturados			
Açúcar	Kgr.	2.400.000	1.440:000\$
Produtos não especificados	–	–	220:000\$
Total	–	–	12:673:600\$

Fonte de dados: Minas Gerais (1926b, p. 800). Elaborado pela autora.

ANEXO F - Poesias

Rio Branco terra boa e lhana
Pudera se assim não fôsse
É terra de tanta cana
Que até nas almas há doce

(BELMIRO BRAGA)

Rio Branco das Usinas
Dos verdes canaviais
Das boas águas das minas
De gente boa demais

Bela cidade que lidas
Usineiro eu, se fosse
Tuas ruas e avenidas
Teriam piso de doce

(BUMBERTO BERTELLI)

Visconde do Rio Branco...
Um cheiro bom de garapa!
Um povo sincero e franco!
Um ponto de luz no mapa!
(LORIVAL PASSOS)¹⁴²

¹⁴² Os trechos foram extraídos da obra: Brasil Açucareiro (1969, p. 23).

ANEXO G - Exportação do município de Rio Branco: quantidade e valor da exportação, por mercadorias (1921)

Produtos	Exportação		
	Medida	Quantidade	Valor
Animaes e seus produtos			
Aves	Cabeça	236.000	231:000\$
Ovos	Dúzia	244.000	258:000\$
Vegetais e seus produtos			
Cafê	Kgr.	4.800.000	5.600:000\$
Feijão	Kgr.	2.040.000	510:000\$
Milho	Kgr.	1.320.000	220:000\$
Fumo	Kgr.	60.000	24:000\$
Batata	Kgr.	81.000	9:600\$
Arroz em casca	Kgr.	81.000	9:600\$
Produtos manufaturados			
Açúcar	Kgr.	6.600.000	4.080:000\$
Aguardente	Litro	880.000	528:000\$
Produtos não especificados	—	—	60:000\$
Total	—	—	11.640:600\$

Fonte de dados: Minas Gerais (1926b, p. 783). Elaborado pela autora.

ANEXO H - Exportação do município de Viçosa: quantidade e valor por exportação, por mercadorias (1921)

Produtos	Exportação		
	Medida	Quantidade	Valor
Animaes e seus produtos			
Suíno	Cabeça	8.200	820:000\$
Bovino	Cabeça	6.000	720:000\$
Ovos	Dúzia	161.000	196:800\$
Aves	Cabeça	110.000	154:000\$
Toucinho	Kgr.	52.000	72:800\$
Vegetais e seus produtos			
Cafê	Kgr.	2.250.000	2.700:000\$
Arroz	Kgr.	120.000	60:000\$
Milho	Kgr.	360.000	60:000\$
Feijão	Kgr.	216.000	51:000\$
Produtos manufaturados			
Açúcar	Kgr.	4.400.000	2.200:000\$
Tecidos	M	1.185.715	830:000\$
Banha	Kgr.	83.300	149:940\$
Aguardente	Litro	268.000	145:000\$
Artefatos de ferro e bronze	–	–	130:000\$
Produtos não-especificados	–	–	80:000\$
Total	–	–	8.372:510\$

Fonte de dados: MINAS GERAIS (1926b, p. 802). Elabora pela autora.

ANEXO I - Fábrica de tecidos S. Syvestre. Estação de Syvestre (a 5 minutos da cidade)

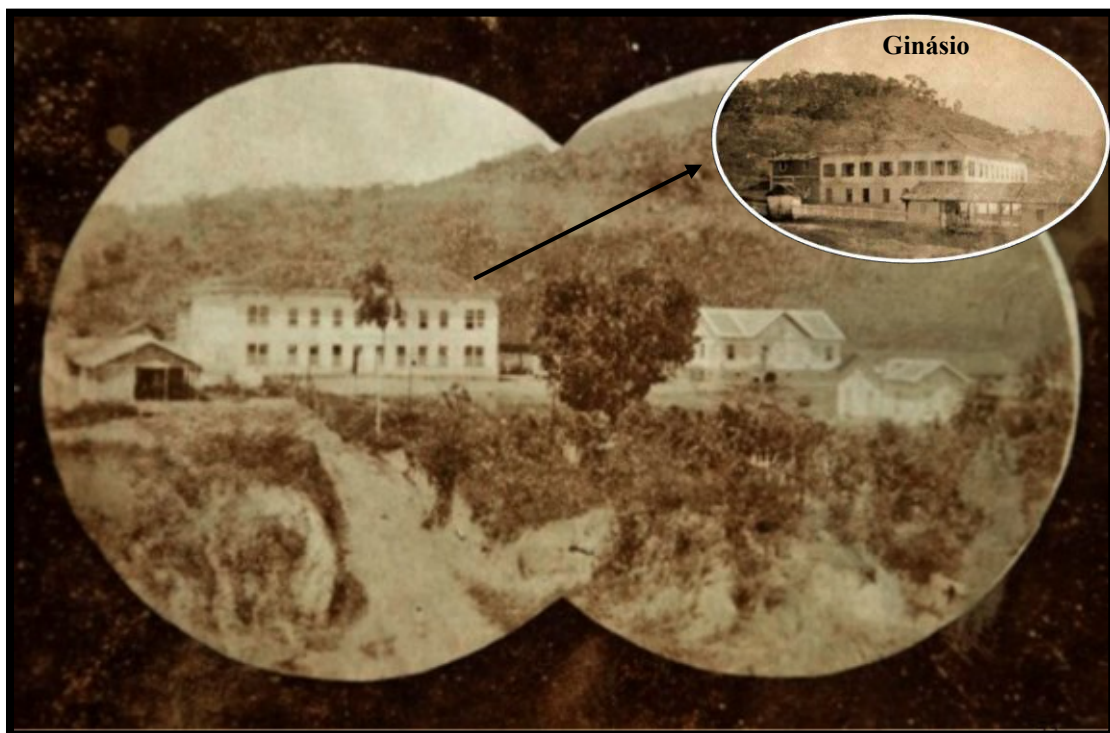
Fonte: Capri (1916, p. 164).

ANEXO J - Escola N. Sra. Auxiliadora (década de 1920 a 1930)

Fonte: Memória Fotográfica: passado a limpo.

ANEXO K – Grupo Escolar Antônio Martins

Fonte: Memória Fotográfica: passado a limpo.

ANEXO L – Fazenda Boa Esperança e Ginásio São José (início do século XX)

Fonte: Arquivo Histórico de Ubá (2015, p. 19 e 33), adaptado pela autora.

ANEXO M – Formatura das normalistas de várias cidades da Zona da Mata mineira em
10/04/1915 na Escola Normal Sagrado Coração de Maria em Ubá



Fonte: CAPRI (1916, p. 152).

ANEXO N – Grupo Escolar dr. Carlos Soares

Fonte: Museu Municipal de Visconde do Rio Branco.

ANEXO O - Primeiro endereço do Ginásio de Viçosa, na esquina da Rua dos Passos com a Praça Silviano Brandão, 136, demolido em 1951

Fonte: Cortesia T. Mello.

ANEXO P – Instituto Propedêutico, antiga Chácara Boa Vista (década de 1910)



Fonte: Memória Fotográfica: passado a limpo.

ANEXO Q – Antigo traçado da Estrada de Ferro Leopoldina Railway passando por fora da sede municipal



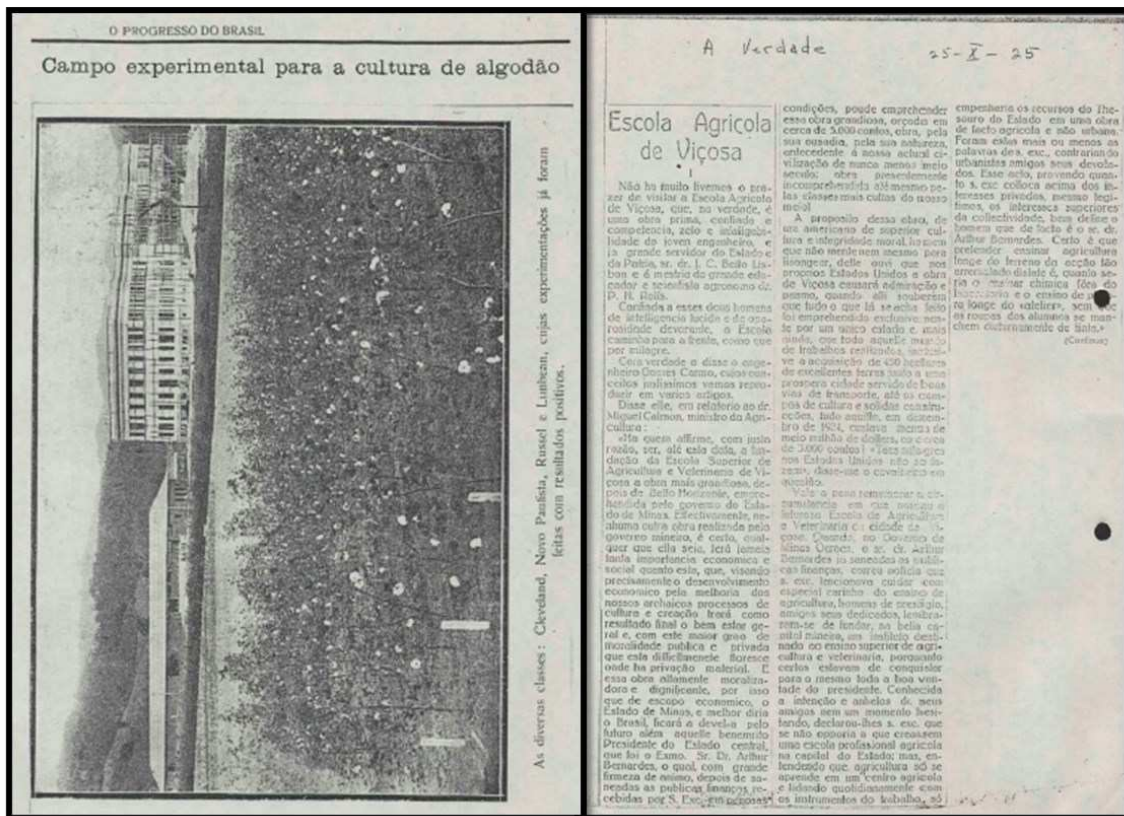
Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

ANEXO R – Novo traçado Estrada de Ferro Leopoldina Railway



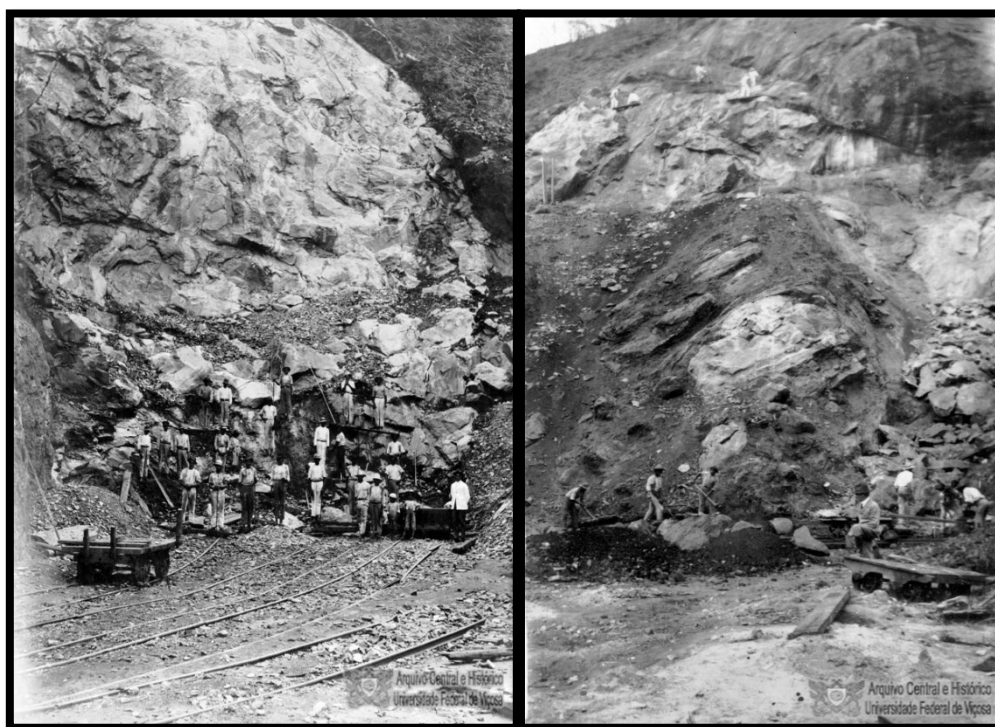
Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Anexo T - Propagandas anunciando a ESAV: à esquerda jornal Progresso do Brasil (1922), à direita jornal A Verdade (1925)



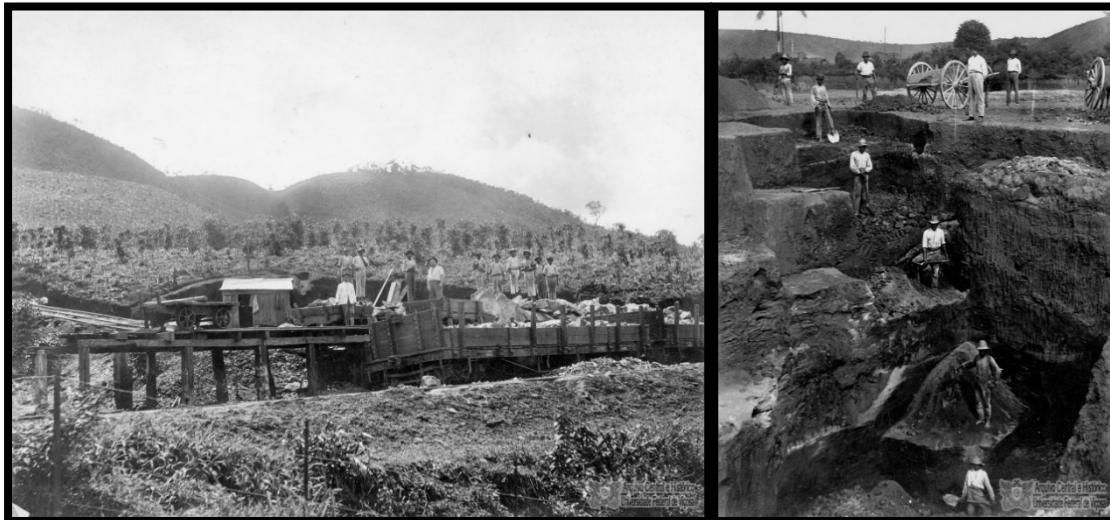
Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Anexo U - Operários trabalhando na predeira da ESAV



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Anexo V – Operários transferindo pedras dos vagonetes e escavação para extração de areia do subsolo



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Anexo X - Material utilizado na construção, fabricados pelos trabalhadores da ESAV



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Anexo Z - Comboio presidencial na inauguração da ESAV (28 de agosto de 1926) retratado pela artista Valéria Vidigal



Fonte: Saber Cultural (<http://www.sabercultural.com/template/ArteBrasilPintores/Vidigal-Valeria-3.html>).

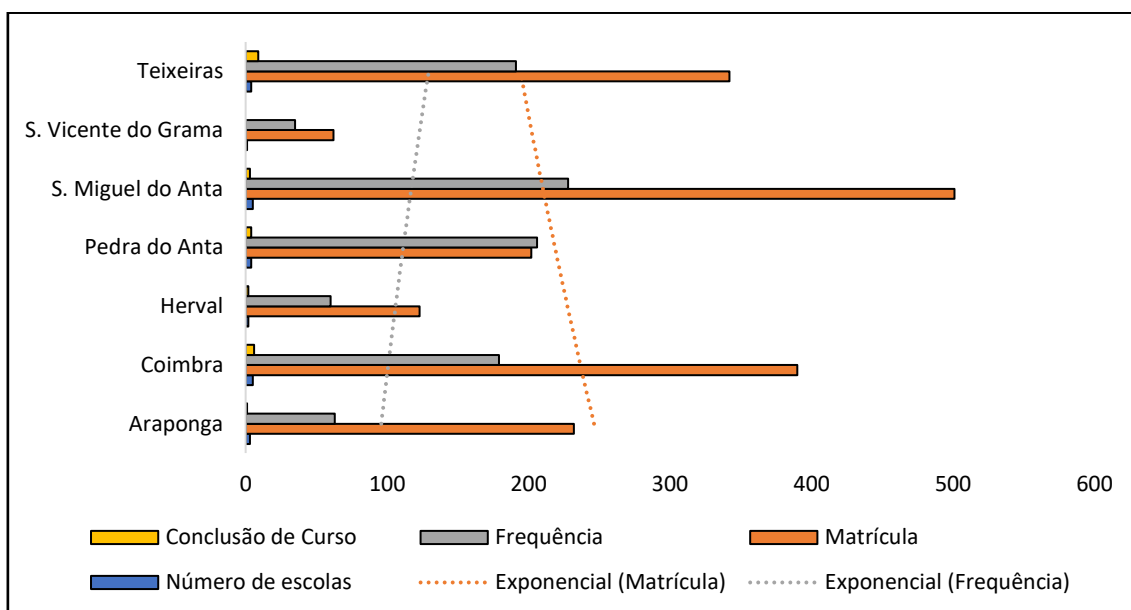
Anexo AA - Exposição de produtos da ESAV em Juiz de Fora

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Anexo AB - Trabalhos na horta da Escola

Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

Anexo AC - Frequência, matrícula e término do ciclo educacional em Viçosa



Fonte de dados: MINAS GERAIS (1926a, p. 802). Elabora pela autora.

Anexo AD - Hospital São Sebastião



Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.